



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DANIEL RODRIGUES DE LIMA

**ELITES POLÍTICAS EM CONFRONTO: DISPUTAS PELO PODER POLÍTICO
DURANTE A *BELLE ÉPOQUE* NO AMAZONAS (1889-1912)**

MANAUS

2023

DANIEL RODRIGUES DE LIMA

**ELITES POLÍTICAS EM CONFRONTO: DISPUTAS PELO PODER POLÍTICO
DURANTE A *BELLE ÉPOQUE* NO AMAZONAS (1889-1912)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Alves de Souza e Mello

MANAUS

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732e Lima, Daniel Rodrigues de
Elites políticas em confronto : Disputas pelo poder político durante a belle époque no Amazonas (1889-1912). / Daniel Rodrigues de Lima . 2023
272 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Márcia Eliane Alves de Souza e Mello
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Primeira República no Amazonas. 2. elites políticas. 3. disputas políticas. 4. estratégias de poder. 5. conflitos armados.. I. Mello, Márcia Eliane Alves de Souza e. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Keith Valéria de Oliveira Barbosa-PPGH/UFAM

Prof. Dr. Francisco Jorge dos Santos-PPGSCA/UFAM

Prof. Dr. César Augusto Bulboz Queirós-PPGH/UFAM

AGRADECIMENTOS

Num mundo profundamente impactado pela pandemia, desejo estender uma sincera homenagem a todas as vítimas desta crise global. A perda que enfrentamos como comunidade global é imensurável, e é importante lembrarmos daqueles que foram afetados e das lições que podemos aprender com essa experiência. À medida que seguimos em frente, honramos a memória das vítimas ao trabalharmos juntos para construir um mundo mais preparado, compassivo e unido diante de futuros desafios.

Neste contexto de reflexões, expresso minha mais profunda gratidão às instituições e indivíduos que desempenharam papéis essenciais na minha jornada acadêmica. Estendo minha profunda gratidão à CAPES e ao PPGH-UFAM pelo apoio inestimável, que me permitiu seguir meus estudos e contribuir para o domínio do conhecimento.

Meus mais sinceros agradecimentos são direcionados à minha estimada orientadora, a Prof.^a Dra. Marcia Eliane Alves Mello. Sua orientação, mentoria e crença no meu potencial foram fundamentais para moldar meu crescimento acadêmico.

Aos renomados membros do corpo docente, Dr.^a Joana Clímaco, Dr. Nelson Tomellin Jr., Dr. Jaime Gouvêia e Dr. Davi Avelino Leal, expresso minha gratidão pela dedicação em transmitir conhecimento e fomentar o pensamento crítico.

Uma menção especial é devida aos membros do meu comitê de qualificação, Prof. Dr. César Augusto Bubolz e Prof. Dr. James Roberto da Silva, pelas contribuições perspicazes que enriqueceram meu trabalho.

As psicólogas Romena e Mayara pela assistência crucial durante momentos desafiadores, com minhas crises de ansiedade e transtorno de humor.

Minha gratidão se estende a Cristiane Gomes pela companhia constante e pelo carinho despendido. Aos amigos do Colégio FAMETRO por confiarem e darem sempre forças: Erick, Taís, Zélia, Joelma, Reginaldo, Johanny, Márcia Regina, Ítalo e outros. Desejo expressar um sincero agradecimento a Luciana Gil e Alfredo Loureiro pelo encorajamento e apoio constantes, que têm sido fontes de inspiração.

Estou em dívida com minha família – minha mãe, Ana Maria Rodrigues da Cunha, e minhas irmãs, Flávia, Josiane e Ana Mara – pelo apoio inabalável, que tem sido a base da minha jornada.

Por último, minha mais profunda gratidão é reservada ao meu filho Thales. Sua presença me proporcionou uma força inabalável e um propósito durante toda esta empreitada.

Ao refletir sobre esta experiência enriquecedora, reconheço os esforços coletivos que moldaram minha jornada e o impacto da pandemia global. Que nossas buscas sejam testemunho de resiliência, esperança e busca pelo conhecimento, mesmo diante da adversidade.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado investiga os confrontos e disputas entre as elites políticas pelo poder no Estado do Amazonas durante a Primeira República, abrangendo o período de 1889 a 1912. O estudo apresenta uma análise detalhada das complexas dinâmicas de poder, estratégias políticas e transformações sociais que moldaram o cenário político regional neste contexto. O capítulo I, a pesquisa trata das disputas políticas que marcaram o período, revelando momentos de instabilidade, golpes e a influência dos jornais na disseminação das visões das oligarquias em conflito. O capítulo II analisa o governo da oligarquia Nery, destacando suas estratégias de busca pelo poder e sua influência na política local. Também explora a ascensão de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt como um ponto de inflexão na história política do Amazonas. No capítulo III, a dissertação concentra-se nas crises políticas e conflitos armados, incluindo o bombardeio de Manaus em 1910 e a deposição de Bittencourt em 1912. Examina as causas por trás desses eventos e como as rivalidades partidárias contribuíram para a instabilidade política na região. Globalmente, esta dissertação lança luz sobre as disputas intensas e intrincadas pelo poder político no Estado do Amazonas durante a Primeira República, oferecendo uma análise aprofundada das estratégias, conflitos e impactos desses confrontos nas trajetórias políticas da região. Busca contribuir nas perspectivas da História Política e da teoria das Elites.

Palavras-Chave: Primeira República no Amazonas, Elites políticas, Disputas políticas, Estratégias de poder, Conflitos armados.

ABSTRACT

This master's dissertation investigates the conflicts and disputes among political elites for power in the State of Amazonas during the First Republic, covering the period from 1889 to 1912. The study provides a detailed analysis of the complex power dynamics, political strategies, and social transformations that shaped the regional political landscape in this context. Chapter I of the research addresses the political disputes that marked the period, revealing moments of instability, coups, and the influence of newspapers in disseminating the views of the conflicting oligarchies. Chapter II analyzes the government of the Nery oligarchy, highlighting its power-seeking strategies and its influence on local politics. It also explores the rise of Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt as a turning point in Amazonas' political history. In Chapter III, the dissertation focuses on political crises and armed conflicts, including the bombing of Manaus in 1910 and the deposition of Bittencourt in 1912. It examines the causes behind these events and how party rivalries contributed to political instability in the region. Overall, this dissertation sheds light on the intense and intricate power struggles in the State of Amazonas during the First Republic, offering an in-depth analysis of the strategies, conflicts, and impacts of these confrontations on the political trajectories of the region. It seeks to contribute to perspectives in Political History and Elite theory.

Keywords: First Republic in Amazonas, Political elites, Political disputes, Power strategies, armed conflicts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I — DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO AMAZONAS (1889-1900)	23
1.1 A Formação Das Elites Políticas No Amazonas Durante A Primeira República.....	23
1.2 O Alvorecer da República no Amazonas e as disputas pelo poder	40
1.3 Uma análise da formação e atuação dos partidos políticos do Amazonas no início do período republicano.....	54
1.4. De Augusto de Ximeno de Velleroy à Thaumaturgo de Azevedo: Os Primeiros Governadores do Estado do Amazonas	67
1.5 A deposição de Gregório Thaumaturgo de Azevedo	76
1.6 Os conflitos com Eduardo Ribeiro	90
1.7 O Congresso Foguetão e a “renúncia” de Fileto Pires.	109
1.7.1 A Formação do Partido Republicano Federal no Amazonas.....	111
1.7.2 A eleição de Fileto Pires e o Congresso Foguetão	118
CAPÍTULO II- AS TURBULÊNCIAS POLÍTICAS NOS GOVERNOS DOS NERY E A ASCENSÃO DE ANTÔNIO CLEMENTE RIBEIRO BITTENCOURT: UMA ERA DE CONFLITOS NO AMAZONAS	127
2.1 Os governos dos Nery: um cacicado contestado e sob fogo cruzado (1900-1908).....	128
2.2 A eleição de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt: entre artimanhas e desafios na política do Amazonas.....	152
2.3 A Oposição Ao Governo Bittencourt: O Nerismo	161
CAPÍTULO III- CRISE POLÍTICA E CONFLITOS ARMADOS: O BOMBARDEIO DE 1910 E A DEPOSIÇÃO DE 1912 EM MANAUS	177
3.1 A primeira destituição de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1910).	177
3.2 A segunda destituição de Bittencourt do Governo do Amazonas (1912)	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS	252
FONTES MANUSCRITAS	256
FONTES IMPRESSAS	256
JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS	258
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	259
APÊNDICE	264
Lista Cronológica de Presidentes do Brasil e Governadores do Estado do Amazonas	264
DADOS PROSOPOGRÁFICOS DAS ELITES POLÍTICAS DO AMAZONAS DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA 1889-1912	266

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as elites políticas¹ locais durante a Primeira República no Amazonas, essas elites são vistas como agentes que têm o poder de tomar e impor decisões a um grupo, além disso, esses grupos possuem uma composição de capitais e diversos atributos culturais e socioeconômicos que os distinguem dos demais agentes no corpo social.

Embora esse tema não seja uma novidade na historiografia amazonense, acreditamos que ainda não foi suficientemente explorado, merecendo análise do processo de disputas pelo poder político no Estado do Amazonas, especialmente durante o período de 1889 a 1912, durante a *Belle Époque*. Notavelmente, há uma escassez de pesquisas que abordem as tensões políticas existentes nesses primeiros anos da República, em particular durante os governos dos Nery e Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, que constituem um período que se revela como campo fértil para a análise política.

É importante enfatizar que as disputas e lutas pelo poder durante esse período culminaram com eventos de extrema importância histórica, como o bombardeio da cidade de Manaus por tropas federais em 1910 e a destituição de Antônio Bittencourt do cargo de governador por duas vezes, em 1910 e 1912. Esses episódios merecem uma abordagem mais crítica e aprofundada, visando entender as motivações, interesses e estratégias das elites locais envolvidas.

Diante disso, esta pesquisa pretende contribuir com a historiografia regional, fornecendo uma análise crítica e argumentativa sobre as elites locais e suas ações durante a Primeira República no Amazonas, para melhor compreender a trajetória política da região e suas consequências históricas.

¹ HEINZ, Flávio M. (org.). **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 9.

A historiografia tradicional² que aborda o período de 1889 a 1912 no estado do Amazonas é criticada³ por sua falta de uma análise problematizadora do processo histórico, que se mostra intrinsecamente conflituoso. As obras de Bittencourt, Loureiro, Monteiro e Reis, citadas anteriormente, têm sido consideradas parciais, pois limitam-se a descrever os fatos políticos ocorridos nesse período sem uma análise mais aprofundada e crítica.

Esses autores abordaram os documentos históricos como fontes de verdade inquestionável, negligenciando a possibilidade de viés ideológico e interesses políticos subjacentes a essas fontes. Isso pode ter levado a uma representação distorcida dos eventos políticos e das figuras envolvidas na política do Amazonas durante essa época.

Além disso, a historiografia tradicional muitas vezes apresenta os agentes políticos locais como meros agentes passivos, submissos aos interesses e diretrizes do poder central. Essa visão tende a ignorar as complexidades das dinâmicas políticas regionais, as lutas por poder e ações estratégicas das elites locais que moldaram a política do Estado.

Ao adotar uma perspectiva mais crítica e problematizadora, podemos buscar uma compreensão mais completa e equilibrada desse período histórico, considerando as nuances e contradições inerentes à política do Amazonas durante a Primeira República.

A historiografia renovada, apresenta uma abordagem mais aprofundada e crítica do período delimitado da Primeira República no Estado do Amazonas (1889-1930). Essa nova perspectiva demonstra uma preocupação maior com as disputas político-partidárias que ocorreram nesse contexto específico, buscando entender os conchavos, conflitos e jogos de poder que moldaram a política da região.

A tese de doutoramento de Orange Matos Feitosa, ao se concentrar no período de 1910 a 1924, proporciona uma análise mais detalhada das dinâmicas políticas do Amazonas, abrangendo um período crucial para a compreensão das mudanças e continuidades no cenário

² Bittencourt, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA/Fundo editorial, 1985. LOUREIRO, Antônio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978. . **A grande Crise**. (1908-1917). Manaus: T. Loureiro & Cia., 1985. MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Negritude & Modernidade** - a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Manaus: Edições do governo do Estado do Amazonas, 1990. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1989.

³ Orange Matos Feitosa faz críticas pela falta de análise crítica do período pela historiografia considerada tradicional. Ver: ³ FEITOSA, Orange Matos. **À Sombra dos Seringais: Militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)**. Tese de doutoramento (Programa de Pós-Graduação em História Social). São Paulo: USP, 2015.

político local. Através desse estudo, a autora destaca a importância de reconhecer que os agentes políticos não eram passivos nem se submetiam integralmente às ordens do governo central.⁴

É essencial entender o contexto histórico mais amplo, incluindo as mudanças na política nacional e os interesses socioeconômicos em jogo, para compreender as motivações e as ações dos agentes políticos regionais.

Portanto, ao considerar a tese de Orange Matos Feitosa e outras obras que abordam o período da Primeira República no Amazonas, a historiografia renovada oferece uma contribuição valiosa para a compreensão mais profunda dos acontecimentos políticos dessa época, permitindo uma análise crítica e argumentativa que lança luz sobre as dinâmicas políticas e suas implicações históricas no Estado do Amazonas.

O trabalho do autor Sylvio Mário Puga Ferreira é notável por sua significativa contribuição ao estudo da Primeira República no Amazonas. Sua análise aprofundada lança luz sobre a intrincada teia de relações entre os agentes políticos locais e a economia da região, destacando elementos cruciais como o federalismo, a economia exportadora e os complexos processos de representação política.

Uma das principais ênfases de sua pesquisa reside na meticulosa investigação da interseção entre as elites políticas locais e a defesa fervorosa da economia da borracha. Ao explorar as intrincadas conexões entre a política e a economia, o autor destaca de maneira perspicaz como essas elites desempenharam um papel crucial na formulação e execução de estratégias político-econômicas.

Ao abordar o federalismo, Puga Ferreira lança mão de uma abordagem analítica que evidencia as dinâmicas complexas entre o poder central e as esferas locais. Sua pesquisa revela como as decisões políticas em âmbito federal ecoaram no contexto regional do Amazonas, influenciando diretamente as políticas locais relacionadas à economia, em especial à produção de borracha.

Destaca-se, ainda, a perspicácia do autor ao examinar a economia exportadora, contextualizando-a dentro do cenário político da Primeira República. Aprofundando-se nas

⁴ FEITOSA, Orange Matos. **À Sombra dos Seringais: Militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)**. Tese de doutoramento (Programa de Pós-Graduação em História Social). São Paulo: USP, 2015.

nuances dos processos de representação política, Puga Ferreira oferece uma visão abrangente das estratégias adotadas pelas elites políticas locais para consolidar e expandir seus interesses econômicos.

A obra de Sylvio Mário Puga Ferreira não apenas lança nova luz sobre a história da Primeira República no Amazonas, mas também enriquece significativamente o entendimento das interações complexas entre política e economia na região.

No entanto, ao tratar das disputas político-partidárias das elites locais, o autor parece minimizar os conflitos entre os agentes políticos locais, atribuindo o bombardeio de Manaus (1910) exclusivamente ao senador gaúcho Pinheiro Machado. Essa abordagem é questionável, pois desconsidera a possibilidade de conflitos e confrontos entre os próprios agentes políticos locais em busca de sua legitimação e hegemonia nesse campo.

Embora seja indiscutível que a política nacional exerceu influência sobre o cenário local, é essencial analisar as disputas políticas na ótica das próprias elites locais. É necessário reconhecer que os agentes políticos regionais não apenas respondiam às diretrizes do poder central, mas também buscavam defender seus interesses locais e garantir sua posição de liderança.

Uma abordagem mais adequada seria considerar as interações complexas entre a política nacional e local. O bombardeio de Manaus e outras ações políticas foram resultado de uma série de conflitos entre as elites locais, que buscavam consolidar seu poder e influência sobre o Estado. Além disso, é fundamental entender as motivações políticas, econômicas e sociais que impulsionaram esses confrontos, bem como a maneira como as elites políticas locais buscavam se legitimar perante a população e os demais agentes políticos.

Ao analisar as disputas político-partidárias na Primeira República no Amazonas, é importante evitar interpretações simplistas e considerar a pluralidade de interesses e estratégias adotadas pelos agentes políticos locais. Somente através dessa análise crítica, com uma compreensão aprofundada do contexto histórico.

As disputas políticas no Estado do Amazonas durante o período da Primeira República frequentemente ultrapassaram o âmbito das páginas dos jornais, resultando em momentos de confrontos armados, que lamentavelmente causaram diversas vítimas. É crucial reconhecer que esses confrontos armados representam um aspecto importante e muitas vezes negligenciado da história política do Amazonas na Primeira República. Esses eventos violentos podem fornecer

pistas sobre as tensões sociais e os conflitos de interesses que permearam a disputa pelo controle político no estado.

É importante reconhecer que as disputas políticas e conflitos armados durante a Primeira República não se limitaram exclusivamente ao estado do Amazonas. Tais conflitos se manifestaram em diversas regiões do país. No Ceará, por exemplo, as lutas armadas do Cariri entre 1901 e 1928, assim como as disputas entre Antônio Acioli e Franco Rebelo, ilustram essa dinâmica. No Mato Grosso, as contendas entre Totó Pais e Generoso Ponce em 1899 são outro exemplo. O episódio do bombardeio de Salvador em 1912, associado à política salvacionista, reforça a constância desses conflitos em diferentes contextos.⁵

O estudo proposto por Renato Monseff Perissinotto, intitulado *Bloco no Poder e Conflitos Regionais na Primeira República*, apresenta uma abordagem intrigante sobre a dinâmica política desse período histórico no Brasil. Em contraposição à tradicional visão de conflitos regionais como meras disputas locais, o autor adentra nas intrincadas camadas das relações de poder, revelando uma realidade mais profunda e complexa.⁶

Ao mencionar os conflitos nos Estados do Amazonas, Ceará, Mato Grosso e o bombardeio de Salvador, Perissinotto enfatiza a necessidade de analisar esses eventos não apenas como confrontos regionais, mas como expressões das dinâmicas de classe e hegemonia política. Ele argumenta que a luta pelo poder não se limita a regiões isoladas, mas sim é um fenômeno nacional enraizado nas estruturas econômicas e sociais da época.⁷

A visão de Perissinotto contribui para desvendar as motivações por trás desses conflitos aparentemente regionais. Destaca como as classes dominantes manipulavam essas rivalidades em seu benefício, utilizando-as como uma estratégia para consolidar e ampliar seu poder. A ênfase na análise da estrutura econômica do período, como proposto por Perissinotto, permite uma compreensão mais profunda de como essas disputas serviam aos interesses das elites econômicas e políticas.

Além disso, a visão de Perissinotto destaca a importância de não apenas observar os eventos isolados, mas também de reconhecer os padrões recorrentes de conflito e suas

⁵ CARONE, Edgard. **A Primeira República**. São Paulo: Difel, 1969.

⁶ PERISSINOTTO, Renato Monseff. Bloco no poder e conflitos regionais na Primeira República. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 1, 1993.

⁷ PERISSINOTTO, Renato Monseff. Bloco no poder e conflitos regionais na Primeira República. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 1, 1993. p.30

conexões. A menção ao bombardeio de Salvador em 1912, por exemplo, demonstra como as estratégias políticas eram empregadas para manter ou conquistar o poder, independentemente da localização geográfica.

Os referenciais teóricos desta pesquisa são fundamentados em obras que adotam a perspectiva da Nova História Política, que surgiu como uma crítica às abordagens tradicionais da História Política, consideradas muitas vezes excessivamente focadas em eventos isolados e na mera exposição de fatos. Inspirada pelas críticas dos *Annales* à velha História Política, a Nova História Política busca uma análise mais profunda e contextualizada dos fenômenos políticos, considerando aspectos sociais, econômicos e culturais.

Essa abordagem crítica permite que a pesquisa vá além da simples descrição de eventos políticos e busque compreender as dinâmicas, estratégias e motivações dos atores políticos envolvidos. A perspectiva da Nova História Política nos proporciona uma visão mais abrangente dos acontecimentos políticos, considerando as relações de poder, as influências externas e os contextos sociais em que esses eventos se desenrolaram.

Ao adotar a abordagem da Nova História Política, esta pesquisa busca analisar as disputas das elites pelo poder político no estado do Amazonas durante a Primeira República. Ao compreender os eventos políticos dentro de um contexto mais amplo, podemos identificar padrões, tendências e implicações históricas relevantes para uma compreensão da história política regional.

O historiador Francisco Calazans Falcon, em seu artigo intitulado *História e Poder*, desempenha um papel fundamental ao nos ajudar a compreender a importância da Nova História Política. Suas reflexões nos permitem explorar as ideias e abordagens dessa perspectiva histórica, que busca ir além da tradicional narrativa factual e historizante da História Política.

Seria possível então definir-se uma problemática própria? Reconhece-se que é fundamental que o historiador político passe do estudo institucional do Estado para o estudo do poder; e também que devem ser eliminadas as questões tradicionais — como a do conceito de soberania. O essencial é o conceito de acontecimento político a ser revisto, ponto de partida para uma história política compreensiva (Vandermeer), embasada em conceitos como sistema partidário, períodos críticos, além de maior abertura aos elementos culturais tidos até aqui como extrapolíticos. A concepção plural do público (receptor, audiência) e as perspectivas promissoras do conceito de cultura

política (Vandermeer, Rémond) exemplificam talvez o quanto se tenta suprimir e inovar em história política.⁸

De acordo com Falcon, a Nova História Política enfatiza a análise das relações de poder, das estratégias políticas e das dinâmicas sociais que moldam o cenário político. Essa abordagem nos permite compreender as complexidades dos processos políticos, indo além do estudo dos grandes eventos e personalidades para explorar os aspectos estruturais e as articulações entre agentes políticos.

Ao analisar a história política sob essa perspectiva, Falcon nos leva a considerar o poder como uma força ativa e em constante disputa, permeando todas as dimensões da sociedade. Essa compreensão nos possibilita enxergar a política como uma construção social, onde os agentes políticos não são meros espectadores, mas sim agentes que participam ativamente da produção e reprodução do poder.

Ao refletir sobre as ideias apresentadas por Falcon, podemos enriquecer nossa pesquisa sobre as disputas das elites pelo poder político no Amazonas durante a Primeira República. Essa abordagem crítica e analítica nos possibilita avançar no entendimento desses eventos, revelando os pormenores das relações de poder, as estratégias das elites políticas e as implicações dessas disputas na história política da região.

Uma das referências fundamentais nas discussões sobre o poder político na História é René Rémond, cujas contribuições têm sido essenciais para a orientação de nossa pesquisa. As ideias de Rémond nos permitem analisar de forma crítica e analítica o papel do político ao longo da história. Ressalta-se:

Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado.⁹

Ao estudar as contribuições de René Rémond, podemos compreender a política como uma força dinâmica e complexa, influenciada por fatores econômicos, sociais e culturais. Sua

⁸ FALCON, Francisco Calazans. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion et VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 126

⁹ RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 444

abordagem nos possibilita ir além das narrativas simplistas e enxergar as dimensões variadas das disputas políticas, as estratégias dos atores envolvidos e os jogos de poder que moldam o cenário político.

A obra *A Distinção: Crítica Social do Julgamento* de Pierre Bourdieu se encaixa na temática das disputas das elites pelo poder político no Estado do Amazonas durante a Primeira República, principalmente ao analisar as questões relacionadas à representação política e às estratégias de legitimação dos agentes políticos.¹⁰

Bourdieu, como sociólogo, estudou profundamente as relações de poder, a hierarquia social e as formas de distinção presentes nas sociedades. Em *A Distinção*, ele explora como os indivíduos e grupos sociais buscam construir e preservar suas posições de prestígio e poder através de formas simbólicas de distinção, como o gosto, o estilo de vida, a cultura e o capital cultural.

Além disso, Bourdieu também explorou a relação entre o poder político e o capital econômico, mostrando como elites econômicas podem exercer influência no cenário político através do controle de recursos financeiros. No contexto da economia exportadora de borracha do Amazonas, entender as conexões entre os interesses econômicos e políticos das oligarquias locais é esclarecedor para compreender a dinâmica política da região.

A obra de Bourdieu, portanto, pode ser aplicada para examinar as estratégias de legitimação, as relações de poder e as distinções sociais presentes no contexto das disputas políticas no Amazonas durante a Primeira República. Ela oferece ferramentas conceituais que podem ajudar a revelar as complexidades e os mecanismos de poder que permeiam o cenário político da região, auxiliando em uma compreensão mais abrangente e profunda dos eventos históricos.

Além das pesquisas anteriormente mencionadas, nossa análise se fundamenta em trabalhos que tratam especificamente da Primeira República em nível local, contribuindo para um entendimento mais profundo das disputas políticas no Estado do Amazonas. Destacamos, entre essas obras, os estudos de Rickson França Figueira intitulado *Imprensa, Política e Poder: A sucessão governamental do Amazonas em 1920*; de João Rozendo Tavares Neto com o título

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

A República no Amazonas: Disputas políticas e Relações de Poder (1888-1896); e o trabalho de Eloína Monteiro dos Santos intitulado "*A Rebelião de 1924 em Manaus*".¹¹ Essas pesquisas têm como foco específico a história política do Amazonas durante a Primeira República, abordando diferentes momentos e aspectos relevantes para a compreensão das disputas entre as elites políticas pelo poder local.

Ao utilizar essas obras como referências, nosso objetivo é ampliar o conhecimento sobre os eventos políticos do período, considerando a influência das dinâmicas locais, as relações de poder e os conflitos que moldaram a política do Amazonas durante a Primeira República.

Ao unir essas pesquisas em nosso trabalho, esperamos construir uma visão mais ampla da história política regional, contribuindo para uma compreensão mais significativa dos fatores sociais, econômicos e culturais que influenciaram a luta pelo poder no Amazonas durante a Primeira República.

Para uma compreensão aprofundada das disputas pela liderança e poder político no Estado do Amazonas, bem como das disputas das elites do poder que culminaram com a deposição de Thaumaturgo de Azevedo e outros desdobramentos, utilizaremos uma variedade de fontes documentais. Dentre elas, destacam-se os periódicos que circularam tanto na capital, Manaus, quanto em todo o Estado do Amazonas, os quais oferecem uma visão contemporânea e diversificada dos eventos políticos.

Nesta pesquisa, os jornais são considerados como agentes propagadores de representações de visões de mundo social, desempenhando um papel fundamental na busca de legitimação, autenticidade, hegemonia e liderança pelos agentes políticos em disputa dentro do campo social e político. Dessa forma, os periódicos são percebidos como fontes importantes para entender as dinâmicas políticas e as estratégias de poder durante a Primeira República no Estado do Amazonas.

O uso de periódicos tanto como fontes, quanto como objeto de estudos históricos, num primeiro momento não foi ou não tiveram grande importância até a década de 1930. Contudo, os jornais e periódicos tiveram contribuições importantes na formação e estruturação das

¹¹FIGUEIRA, Rickson França. **Imprensa, Política e Poder**: A Sucessão Governamental do Amazonas em 1920. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2011; NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas**: Disputas Políticas e Relações de Poder. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010; SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. 3ª Edição ver. Manaus. Editora Valer, 2001.

cidades. Sobre a ideia de formação das cidades a partir da cultura letrada desenvolvida na cidade de São Paulo entre 1890 e 1915, Heloisa de Faria Cruz nos orienta o seguinte:

Assim, ao nos questionarmos sobre os espaços de produção e difusão desses periódicos, a cada instante esbarrávamos com a constituição e/ou transformação das práticas culturais na cidade. Aí, a “*belle époque*” paulistana insinuava-se com toda força, novas formas de sociabilidade pareciam se impor, jornais e revistas projetavam sobre a cidade as demandas de diferentes grupos sociais e davam visibilidade a um processo acelerado de ocupação/invenção dos espaços públicos da metrópole em formação.¹²

Enquanto metrópole em formação, podemos trazer esse exemplo para Manaus, em que os jornais, revistas e periódicos que circularam na cidade serão sem dúvida alguma portadores de visão social de mundo de diversos grupos que disputam a hegemonia do poder, sobretudo, os políticos, fazendo dos jornais os seus porta-vozes, dessa forma, difundem seus interesses como se fossem de toda uma coletividade, em que “nas páginas desse conjunto extremamente variado de publicações, a cultura letrada tecia estreitas articulações com os projetos e disputas para e pela cidade. Dando visibilidade a inúmeros projetos e concepções sobre o viver urbano no período”.¹³

Contudo, como já dito a utilização dos jornais como fonte e objeto de estudos não foi imediata, onde, por exemplo, a concepção positivista de produção histórica, dizia que todos os documentos deveriam possuir uma objetividade, neutralidade e credibilidade, em que estes estavam prontos e acabados, bastando transcrevê-los para se obter uma história verdadeira e absoluta, dessa forma, a imprensa não era vista como fonte confiável. Tania Regina de Luca, informa:

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o

¹² CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. p. 23

¹³ CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**. p. 24

influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.¹⁴

Os periódicos, jornais e revistas nesse momento começam a fazer parte dessa construção como documentos, fontes e objetos de estudo dessa "História Nova" com seus variados artefatos, problemas e abordagens. Com isso, os jornais e periódicos passam ao estatuto de documento da História Política, mas não apenas dela. Diante disso, pode-se destacar o seguinte: “As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”.¹⁵

Os periódicos utilizados como objetos de investigação histórica, devem ser analisados com atenção, pois a imprensa é fonte de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, sendo estes veículos de comunicação, não transmissores imparciais de acontecimentos, ou seja, possuem uma posição ideológica dentro da realidade política e social ao qual estão inseridos:

Os jornais não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que pretende difundir a partir da palavra escrita.¹⁶

Deve-se ter grande atenção ao analisar este tipo de fontes no caso periódicos (jornais, revistas e outros gêneros), em que temos que ter cuidado em verificar não o que esses documentos dizem, mas sim, como dizem, buscando com isso, fazer crítica interna e externa desse documento, ou seja, na interna deve-se analisar para quem escreve, porquê escreve e localizar seu público-alvo, verificar a organização estética desse periódico, seus editores e proprietários e como estes se relacionam com o poder e suas instituições. Na crítica externa devemos analisar como está o contexto histórico ao qual o documento foi produzido, analisando o político, econômico, social e cultural relacionando o documento com o momento que se escreve para com isso se compreender as motivações daqueles que os produzem e por que o produzem.

¹⁴ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). São Paulo: Contexto, 2005. p.112

¹⁵ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos.. p.128

¹⁶ LUCA Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos., p.140

Dentre os periódicos que compõem o corpus documental desta pesquisa, destacam-se o *Correio do Purus*, *Correio do Norte*, *Jornal do Comércio*, *Commercio do Amazonas*, *Diário do Manaus*, *A Notícia* e *Folha do Amazonas*. A consulta a esses jornais foi realizada com auxílio da internet, através do site da Hemeroteca Digital Brasileira, que oferece um acervo suficiente e diversificado para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, foram utilizados jornais existentes nos acervos do Instituto Geográfico Histórico do Amazonas e da Biblioteca Pública do Amazonas.

A utilização desses periódicos como fontes documentais é crucial para a compreensão das disputas políticas no Amazonas durante a Primeira República. Os jornais refletem as opiniões, interesses e posicionamentos dos agentes políticos da época, bem como das elites e da sociedade em geral. Eles oferecem uma visão contemporânea dos eventos políticos, permitindo-nos examinar como as narrativas políticas eram construídas, disseminadas e recebidas pela população.

No entanto, é importante ressaltar que o uso dos jornais como fontes requer uma análise crítica e contextualizada. Os periódicos podem ser influenciados por viés ideológico, interesses editoriais e sensacionalismo, o que pode afetar a objetividade de suas narrativas. Nesse sentido, é essencial considerar o contexto histórico, social e político em que os jornais foram produzidos e interpretar suas representações com cautela.

Outras fontes fundamentais que serviram como base para a construção de nossa pesquisa são as Mensagens dos governadores do Estado do Amazonas, abrangendo o período de 1889 a 1913, com especial ênfase nas mensagens referentes ao governo de Antônio Bittencourt entre 1908 e 1912. Essas mensagens oficiais são fontes valiosas para entender as perspectivas e as ações do governo naquele período e oferecem informações importantes sobre as políticas e estratégias adotadas pelas lideranças políticas no Estado.

Documentos importantes na condução da pesquisa são as charges publicadas na revista *O Malho*, que proporcionam uma visão satírica e humorística dos eventos políticos da época. Essas charges podem nos oferecer uma compreensão mais lúdica e crítica das disputas políticas, revelando a percepção pública sobre os agentes políticos e os acontecimentos do período.

No entanto, é importante abordar essas fontes de forma crítica e analítica. As Mensagens do Governador, por exemplo, podem refletir uma perspectiva oficial e tendenciosa, buscando legitimar as ações do governo e moldar a opinião pública.

As charges de *O Malho*, embora sejam fontes valiosas de opiniões populares, também requerem uma análise contextualizada, considerando o viés satírico e humorístico das ilustrações e como elas podem retratar estereótipos políticos da época.

Adicionalmente, consideramos fotografias como fonte iconográfica, que podem oferecer pistas sobre os cenários políticos, as alianças estabelecidas e as dinâmicas de poder que permearam a época. As imagens, ao capturar momentos históricos, podem fornecer informações visuais valiosas e contribuir para a contextualização dos eventos políticos.

Portanto, ao utilizarmos essas fontes, nosso compromisso é com uma análise crítica e contextualizada, considerando o contexto histórico e social em que as fontes foram produzidas. Através dessa abordagem, buscaremos transcender a superfície dos acontecimentos e compreender os mecanismos de poder, as estratégias políticas e os interesses em jogo nas disputas políticas do Amazonas durante a Primeira República. Com essa pesquisa rigorosa, almejamos oferecer uma contribuição significativa para a compreensão da história política da região e enriquecer o conhecimento sobre as disputas das elites do poder no Estado do Amazonas.

A dissertação está estruturada em três capítulos que abordam diferentes aspectos das disputas pelo poder por parte das elites políticas no Amazonas da *Belle Époque*.

O Capítulo I - Disputas Políticas Na Primeira República No Amazonas (1889-1900), tem como propósito a compreensão sobre as relações conflituosas entre as elites políticas no Amazonas durante os primeiros anos do regime republicano (1889-1900). Ao longo desse período, a região foi cenário de intensas disputas políticas, marcadas por momentos de instabilidade que muitas vezes resultaram em golpes ou tentativas de golpes, culminando em conflitos armados.

Nossa análise abrangerá eventos políticos de grande relevância, tais como a deposição de Thaumaturgo de Azevedo, os conflitos envolvendo Eduardo Ribeiro, o episódio conhecido como o "Congresso Foguetão" e a Renúncia de Fileto Pires. Cada um desses acontecimentos é crucial para a compreensão dos mecanismos de poder, das estratégias políticas e dos interesses em jogo durante as disputas oligárquicas nesse período da Primeira República.

O Capítulo II - As Turbulências Políticas nos Governos dos Nery e a Ascensão de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt: Uma era de conflitos no Amazonas, conduz a um período de intensas turbulências políticas no Amazonas, durante o governo dos Nery, que

abrangeu o período de 1900 a 1908. Durante essa época, a oligarquia Nery exerceu um domínio político marcado pelo controle dos cargos governamentais, privilegiando seus familiares e apadrinhados. Sua busca pela hegemonia política não se limitou apenas ao âmbito local, mas também envolveu disputas acirradas com outras forças políticas nacionais.

O Capítulo III - Crise Política e Conflitos Armados: O Bombardeio de 1910 e a Deposição de 1912 em Manaus, abordará um período de profunda crise política e conflitos armados no Amazonas, que culminaram na deposição do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt por duas vezes. A primeira delas ocorreu em meio ao cenário conturbado das eleições presidenciais de 1910, quando a disputa entre os candidatos Hermes da Fonseca e Rui Barbosa acirrava as tensões no Estado do Amazonas e no Brasil.

Através dessa estrutura, a dissertação busca oferecer uma análise mais significativa e esclarecedora das disputas entre as elites pelo poder político no Estado do Amazonas durante a *belle époque*. A contextualização histórica, a avaliação cuidadosa das fontes e a análise das motivações políticas e sociais são essenciais para uma compreensão aprofundada desse período histórico complexo e significativo para a história política do Amazonas.

CAPÍTULO I — DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO AMAZONAS (1889-1900)

Neste capítulo, nosso objetivo é traçar uma compreensão das relações conflituosas entre as elites políticas no Amazonas desde o início dos governos republicanos no Estado. Destacamos os diversos momentos de instabilidade política que, em muitos casos, culminaram em golpes ou tentativas de golpes, resultando em conflitos armados. Nesse contexto, os jornais desempenharam um papel fundamental ao disseminar as visões sociais de mundo das elites em conflito, sendo que esses conflitos muitas vezes extrapolavam o campo dos discursos e se manifestavam através de ações concretas.

1.1 A Formação Das Elites Políticas No Amazonas Durante A Primeira República

As elites políticas no Amazonas desempenham um papel significativo ao longo da história do Estado, moldando a política, a economia e a sociedade local. Desde o período colonial até os dias atuais, as elites políticas têm exercido influência e poder, representando os interesses das elites dominantes e contribuindo para a configuração do cenário político local. Neste momento, iremos analisar de forma sucinta a trajetória e os principais aspectos das elites políticas no Amazonas, buscando compreender sua atuação e impacto ao longo do período da *Belle Époque* amazonense.

No período colonial, as elites políticas no Amazonas eram compostas principalmente por membros da aristocracia colonial portuguesa e pelos representantes da Coroa. Essas elites detinham o controle político e econômico da região, exercendo funções administrativas e governamentais em nome do poder colonial. Suas atividades estavam fortemente vinculadas ao comércio de produtos extrativos, em especial às denominadas “drogas do sertão”, que eram enviadas para a metrópole. A estrutura social era profundamente hierarquizada, com uma grande desigualdade entre a elite dominante e a população local, principalmente as sociedades indígenas.¹⁷

¹⁷ SANTOS, Andreia Brasil; MACHADO, José Alberto; SERÁFICO, Marcelo. Formação Socioeconômica do Estado do Amazonas. In: CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. (Orgs.) **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Vol. 2. Belém: NAEA, 2015. p. 173- 174.

No século XIX, com a expansão da economia da borracha, uma nova classe de elites políticas emergiu no Amazonas. Conhecidos como "barões da borracha", esses líderes políticos e econômicos adquiriram uma imensa riqueza e influência na região. Eles financiaram grandes projetos de infraestrutura, como a construção de portos, estradas e edifícios públicos em Manaus, capital do Estado. Além disso, eles também investiram em educação e cultura, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e artístico da região. No entanto, vale ressaltar que essa riqueza era concentrada nas mãos de poucos, resultando em desigualdades sociais significativas.¹⁸

A análise proposta por Francisco Jorge dos Santos revela uma interessante dinâmica de transformações nas elites socioeconômicas ao longo da história na região rio-negrina (ou amazonense). A caracterização dessas elites como cíclicas e alienígenas destaca a natureza fluida e mutável das estruturas de poder na região.

Tudo indica que as elites rio-negrinas (ou amazonenses) são cíclicas e alienígenas: com a virada de meados do século XVIII, se formou uma 'elite indígena', composta pelos principais e suas respectivas famílias; no período imperial, parece que houve uma 'elite mais difusa', formada por provincianos e estrangeiros europeus; no início da República brasileira, surgiu movido pelo boom da borracha uma 'elite nordestina dos bacharéis', a qual ao fim dessa economia se diluiu; durante a grande crise pósborracha, emergiu a chamada, pejorativamente, 'elite dos turcos', formada por judeus, árabes, síriolibaneses, turcos etc. Esta elite sobreviveu a referida crise econômica, e continua hegemônica no Estado do Amazonas, sobretudo, em Manaus em pleno século XXI.¹⁹

O surgimento da "elite nordestina dos bacharéis" no início da República, impulsionada pelo boom da borracha, reflete a influência das atividades econômicas na configuração das elites. No entanto, a diluição dessa elite com o declínio da economia da borracha destaca a vulnerabilidade dessas estruturas diante de mudanças econômicas significativas.

Com a crise da borracha nas primeiras décadas do século XX, as elites políticas no Amazonas enfrentaram desafios e mudanças significativas. A queda nos preços da borracha e a concorrência de outras regiões produtoras levaram a uma diminuição da riqueza e influência dos "barões da borracha". Muitos membros dessa elite migraram para outras regiões do país,

¹⁸ DIAS, Edné Mascarenhas. **A ilusão do fausto**: Manaus, 1880-1920. Manaus: Valer, 1999, p.29

¹⁹ SANTOS, Francisco Jorge dos. **Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa**: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII / Francisco Jorge dos Santos. - Manaus, AM : UFAM, 2012. Tese (Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia). Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas. p. 303

em busca de novas oportunidades. Essa crise teve um impacto profundo na economia e na política do Estado, levando a uma reconfiguração das forças políticas e à emergência de novas lideranças.

No início da República no Estado do Amazonas, as elites políticas, econômicas e intelectuais também tiveram uma trajetória de formação influenciada por diversos aspectos sociais, políticos e culturais específicos da região. Esses fatores desempenharam um papel crucial na construção e consolidação das elites locais, que detinham o controle do poder e dos recursos econômicos.

No âmbito político, a formação das elites estava diretamente relacionada ao processo de transição da monarquia para a república. Nesse contexto, ocorreram disputas de poder entre diferentes grupos, buscando se posicionar como os novos detentores do poder político na nova ordem republicana. Diante disso, em "A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil"²⁰, José Murilo de Carvalho, apresenta uma análise profunda do processo de transição do Império para a República no Brasil. O autor destaca a falta de participação popular na implantação da República, ressaltando a influência de correntes ideológicas como liberalismo, jacobismo e positivismo.

No campo econômico, as elites estavam associadas à exploração dos recursos naturais da região, em especial a borracha. A produção e exportação da borracha impulsionaram a economia amazonense, proporcionando riqueza e poder para aqueles que detinham o controle desses negócios. Assim, empresários, proprietários de seringais e comerciantes de borracha se tornaram parte integrante das elites econômicas do Amazonas. João Rozendo Tavares Neto traz exemplo interessante sobre isso:

Emílio Moreira veio para o Amazonas em 1854, juntamente com seu irmão Guilherme Moreira com o objetivo de visitar o também irmão Antônio José Moreira que estava servindo as forças armadas na região. Sua saída da Bahia, contudo, acabou não tendo retorno, pois, ao lado de Guilherme, estabeleceu-se na região e logo ingressou no ramo comercial. Logo, os irmãos Moreira conquistaram espaço de destaque entre os grandes comerciantes da Província, resultado da bem-sucedida investida no mercado comercial da borracha.²¹

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2003

²¹ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder**. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 39

Já no âmbito intelectual e cultural, as elites se destacavam pela sua influência na produção de conhecimento, na imprensa e nas instituições acadêmicas da região. A elite intelectual amazonense, muitas vezes formada por acadêmicos, escritores, jornalistas e artistas, exercia um papel relevante na difusão de ideias e valores, contribuindo para a construção da identidade regional e para a defesa dos interesses das elites políticas e econômicas.²²

No entanto, é importante ressaltar que a formação e atuação das elites no Amazonas durante a primeira República também estavam marcadas por exclusão e desigualdades sociais. A maioria da população, composta por trabalhadores, seringueiros, indígenas e outras camadas menos privilegiadas, não tinha acesso ao poder político, aos recursos econômicos e às oportunidades educacionais. Essa exclusão reforçava as desigualdades e perpetuava a concentração de poder nas mãos de poucos.²³

A compreensão da formação das elites políticas, econômicas e intelectuais no Estado do Amazonas durante a Primeira República tem sido enriquecida por meio de importantes pesquisas acadêmicas. Dentre elas, destacam-se as obras das autoras Ana Maria Daou, Kívia Mirrana de Souza Pereira e Maria Luíza Ugarte Pinheiro, que têm lançado luz sobre essa temática complexa e relevante.

Ana Maria Daou, em sua obra *A Cidade, o Teatro e o Paiz das Seringueiras: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*, aborda o contexto sociocultural da virada do século XIX no Amazonas. Através de suas pesquisas, ela investiga as práticas e representações da sociedade local, permitindo uma compreensão mais profunda sobre a formação das elites e seus valores em uma época crucial para a história do Estado.

Uma das principais forças da obra é a sua análise aprofundada do papel do teatro como espaço de sociabilidade e expressão das elites. Ana Maria Daou mostra como o teatro foi utilizado como uma ferramenta para reforçar a posição de destaque das elites na sociedade, bem como para afirmar e disseminar seus valores e ideologias. Nesse sentido, a autora oferece uma

²² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismos no Amazonas (1880-1920)**. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015.

²³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismos no Amazonas (1880-1920)**. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015. p. 119

perspectiva interessante sobre como a cultura e as práticas sociais desempenharam um papel crucial na formação e consolidação do poder político das elites no Amazonas.²⁴

Outro ponto forte da obra é a sua atenção ao contexto histórico da virada do século XIX para o XX no Amazonas. Através de uma pesquisa cuidadosa em fontes históricas, Daou apresenta uma narrativa sólida e fundamentada sobre as transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram na região nesse período. Isso permite compreender melhor as condições e os desafios enfrentados pelas elites políticas.

Além disso, a autora traz à tona as representações da sociedade amazonense naquele momento, explorando como as elites buscavam moldar a imagem da região e suas identidades. Essa análise é fundamental para entender como as elites se viam e como queriam ser vistas pelos demais membros da sociedade, ou seja, com hábitos e padrões europeizantes.

A Cidade, o Teatro e o Paiz das Seringueira é uma obra que contribui significativamente para a compreensão da formação das elites políticas no Amazonas durante a Primeira República. Através de uma análise criteriosa e contextualizada, Ana Maria Daou oferece uma visão rica e detalhada sobre as práticas e representações da sociedade amazonense naquele período, destacando o papel fundamental do teatro e da cultura na construção do poder político das elites locais.

No artigo *Instrumentos e sinais da civilização*, Ana Maria Daou, traz um estudo profundo sobre como as elites no estado do Amazonas foram reconhecidas e estabeleceram sua posição de destaque na sociedade de Manaus durante a Primeira República. A autora destaca que o comportamento, as normas e os valores que distinguem essas elites dos demais grupos sociais foram elementos fundamentais para a sua consolidação e ascensão em espaços privilegiados na ocupação de cargos públicos e no controle dos negócios privados.²⁵

Nesse sentido, o reconhecimento das elites estava intrinsecamente ligado à defesa dos interesses da Província ou Estado, o que demonstra a conexão entre sua atuação política e econômica com a construção e manutenção do poder. Ao se destacarem como defensores dos interesses coletivos, essas elites conseguiram fortalecer sua posição de influência e liderança na sociedade amazonense.

²⁴ DAOU, Ana Maria. **A Cidade, o Teatro e o Paiz das Seringueiras**: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2014. p.289.

²⁵ DAOU, Ana Maria. *Instrumentos e sinais da civilização*, p. 869.

Ana Maria Daou nos conduz através da análise de instrumentos e sinais da civilização que foram utilizados pelas elites para consolidar seu poder, como práticas culturais, participação em eventos sociais e associações, e a ocupação de espaços estratégicos nas instituições públicas e privadas. Essa trajetória de reconhecimento e consagração das elites proporcionou a elas maior visibilidade e legitimidade perante a sociedade, o que reforçou ainda mais sua posição de liderança.

No contexto da formação das elites políticas, econômicas e intelectuais no Amazonas, o estudo de Ana Maria Daou é de extrema relevância, pois revela os mecanismos pelos quais esses grupos se destacaram e se consolidaram como detentores do poder e influência na região. Além disso, a autora também destaca a importância das relações entre as elites e a sociedade em geral, mostrando como essas relações moldaram a dinâmica social e política da época.

O enfoque de Ana Maria Daou na distinção social no contexto do Amazonas durante a Primeira República é extremamente relevante, pois nos permite compreender que, em uma sociedade onde os títulos de nobreza e a posse de terras não tinham grande importância, outras formas de capital se tornaram fundamentais para a construção da elite local. Dentre essas formas de capital, destacam-se o social, o cultural e o simbólico, conceitos que ganham força quando analisados sob a perspectiva de Pierre Bourdieu, enfatizando que a educação desempenha um papel crucial na distinção e distribuição dos capitais culturais, sociais e simbólicos. No caso das elites do Amazonas, a valorização da educação e a busca por complementar os estudos fora da região acabaram se tornando estratégias importantes para a obtenção desses capitais.

Ao estudar fora da Província ou do Estado, os membros da elite amazonense buscavam adquirir conhecimentos e conexões sociais que os distinguiria dos demais. Essa busca por capital cultural, ao se apropriar de saberes e práticas tidos como "mais elevados", conferia status e prestígio a essas elites, fortalecendo sua posição na sociedade.

Além disso, o capital social, referente às redes de relacionamento e contatos, também foi determinante para a formação das elites no Amazonas. As conexões estabelecidas fora da região possibilitaram a esses indivíduos acesso a informações, oportunidades de negócios e influência política, ampliando seu poder e alcance.

Outro aspecto relevante é o capital simbólico, relacionado ao prestígio e reconhecimento social. Aqueles que estudavam fora da Província ou Estado, ao retornarem como "homens de

conhecimento" ou com títulos acadêmicos, eram vistos como referências intelectuais, o que contribuía para consolidar sua posição de destaque nas esferas política, econômica e intelectual.

Ana Maria Daou nos permite compreender que a formação das elites no Amazonas não se limitou apenas ao capital econômico, mas também se baseou em outras formas de capital social, cultural e simbólico, que conferiram prestígio e poder a esses grupos. A busca por educação e conexões sociais fora da região foi um elemento-chave nesse processo, demonstrando como a distinção social se estabeleceu a partir de múltiplas estratégias e investimentos. Essa análise contribui para uma compreensão mais profunda dos mecanismos que moldaram a trajetória das elites no Amazonas durante a Primeira República.

Outro aspecto interessante da discussão é que muitos homens acabaram se transformando ou sendo chamados de "Amazonenses Ilustres", mesmo sem serem oriundos da Província e, posteriormente, do Estado do Amazonas. Esses sujeitos por seu capital econômico, além dos seus capitais cultural e simbólico, obtidos e verificados através dos seus estudos, acabaram vindo para o Amazonas em busca de prestígio social, com isso, formavam famílias, e acabavam promovendo a formação das famílias das elites, em que se pode afirmar:

São muitas trajetórias familiares que respaldam a afirmativa de que a sociedade amazonense de elite, seus valores e estilo de vida foram notavelmente marcados pela influência de indivíduos das províncias da Bahia, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão.²⁶

A análise realizada por Ana Maria Daou sobre a formação das elites no Amazonas revela que muitos dos "Amazonenses Ilustres" não eram originários da Província ou Estado do Amazonas, mas sim de outras regiões do Brasil. Esses sujeitos, ao possuírem capital econômico, cultural e simbólico, adquiridos por meio de seus estudos e trajetórias pessoais, buscavam o prestígio social na região e acabavam por se estabelecer no Amazonas, formando famílias que viriam a compor a elite local.

Essa influência de indivíduos vindos de diversas províncias do país teve um impacto significativo na sociedade amazonense de elite, moldando seus valores, estilo de vida e estrutura social. A vinda desses "homens ilustres" para o Amazonas trouxe consigo práticas culturais e

²⁶DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais da civilização, p. 873.

formas de comportamento que contribuíram para a construção de uma elite que se destacava pelo prestígio e refinamento, como era associado às elites de outras regiões do país.

A dinâmica de formação das famílias das elites também evidencia a importância das conexões sociais e redes de relacionamentos no processo. Ao se estabelecerem no Amazonas, esses indivíduos conseguiram criar laços e alianças que fortaleceram sua posição social e permitiram a ascensão de suas famílias na hierarquia social local.

O casamento das pessoas vindas de outras Províncias ou Estados, especialmente do Nordeste, desencadeou um importante processo de obtenção de capital social na sociedade amazonense. Ao se casarem com as filhas das famílias já estabelecidas na cidade, esses jovens migrantes foram integrados facilmente à elite local, fortalecendo suas redes de relacionamentos e ascendendo socialmente.

Esse processo de casamento não se limitava apenas a uma união afetiva, mas também funcionava como uma estratégia para solidificar laços sociais e estabelecer conexões com outras famílias já posicionadas na elite local. Ao se unirem a mulheres pertencentes a famílias influentes, esses migrantes conseguiram adentrar em círculos sociais restritos e alcançar uma maior visibilidade e prestígio na sociedade amazonense.

O capital simbólico, mencionado por Ana Maria Daou, desempenhou um papel fundamental nesse processo de incorporação social. Esses migrantes traziam consigo conhecimentos, valores culturais e traços de educação que eram valorizados pela elite local. Através de suas habilidades e competências, esses indivíduos conseguiram destacar-se e serem bem-recebidos nas esferas sociais mais elevadas da região.²⁷

É importante notar que, ao se unirem através do casamento com membros das famílias já estabelecidas, esses migrantes também fortalecem suas próprias famílias e dinastias. Essa dinâmica de alianças matrimoniais possibilitou a consolidação do poder e da influência dessas famílias na sociedade amazonense.

Contudo, é preciso reconhecer que esse processo de ascensão social e integração na elite também estava condicionado por aspectos sociais e culturais específicos da época. A sociedade do final do século XIX e início do século XX, especialmente nas regiões do Brasil com grande influência agrícola, como o Nordeste, possuía um sistema de estratificação social rígida e

²⁷ DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais da civilização, p. 873.

hierárquico. Nesse contexto, o casamento com membros da elite local era uma forma estratégica de buscar uma posição de prestígio e status na sociedade.

Os casamentos aqui são observados como uma forma de se conquistar capital social, sendo uma estratégia de ascensão social e agregação de capital econômico. Sobre isso, César Augusto Bubolz Queirós, falando sobre a formação das elites em Porto Alegre durante a Primeira república, nos diz o seguinte:

Tais casamentos podem ser interpretados como uma estratégia de sobrevivência e ascensão nos sistemas de relações sociais e econômicas vigente na cidade, como 'arranjos' familiares que tinham também por finalidade acumular e preservar capital social dentro de uma rede de relações restritas. Capital esse que convertido, posteriormente, em capital econômico.²⁸

O argumento de César Augusto Bubolz Queirós, em seu estudo sobre a formação das elites em Porto Alegre durante a Primeira República, corrobora a ideia de que os casamentos eram uma estratégia crucial para a conquista e acumulação de capital social. Essa estratégia se alinhava com os sistemas de relações sociais e econômicas da época, buscando garantir a sobrevivência e a ascensão social dentro de uma rede de relações restritas.

Ao estabelecer casamentos com membros das elites locais, os indivíduos buscavam adentrar círculos sociais mais privilegiados, consolidando suas conexões e reputações dentro dessa esfera restrita. Essa integração nas famílias da elite permitia o acesso a recursos, oportunidades e contatos importantes, fundamentais para o desenvolvimento de suas carreiras profissionais e para a preservação e ampliação de seus capitais sociais.

O conceito de "arranjos" familiares mencionado por Queirós destaca como os casamentos não eram apenas uniões afetivas, mas estratégias cuidadosamente planejadas para garantir vantagens sociais e econômicas. Esses "arranjos" eram uma forma de solidificar laços sociais e construir uma base de apoio que possibilitasse a acumulação de capital social.

O capital social adquirido por meio desses casamentos, como aponta Queirós, podia ser convertido em capital econômico. Através das relações estabelecidas dentro da elite, os

²⁸ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Produzindo Capital Social: Elites, Sociabilidade e Etnicidade em Porto Alegre na Primeira República. In: MORGA, Antônio Emílio. **História, Sentimentos, Cidades, encontros e desencontros**. Manaus: EDUA, 2016, p. 179.

indivíduos tinham acesso a oportunidades de negócios, investimentos e outras formas de capitalização, que contribuem para o aumento de sua riqueza e prestígio na sociedade.

Essa dinâmica de obtenção de capital social por meio dos casamentos não se restringia apenas ao Amazonas ou a Porto Alegre, mas era uma prática recorrente em diversas regiões do Brasil durante a Primeira República. Esses casamentos estratégicos refletiam as normas e valores sociais da época, em que a posição social e o prestígio eram determinados em grande parte pelas conexões e relações que os indivíduos eram capazes de estabelecer na sociedade.

Visto isso, outro grupo de destaque foram dos estrangeiros que aqui se estabeleceram, e que mesmo não sendo incorporados às elites locais, tinham um papel de mediadores dos interesses entre a elite local e as questões relativas aos interesses estrangeiros. Dessa forma, salienta-se o seguinte:

Indivíduos não-nacionais apenas excepcionalmente foram registrados como parte da elite, sobretudo por não serem reconhecidos como integrantes do restrito grupo de famílias da 'alta sociedade'. Os estrangeiros contribuíram para a consolidação dos negócios da borracha e, embora não tenham significativamente incorporados às famílias da elite, foram cruciais para a consolidação da mesma. [...] promoveram um sentimento de comunhão de valores e gostos expressivos da 'civilização' e do progresso.²⁹

Apesar de não serem incorporados às elites locais e, portanto, não serem considerados parte do restrito grupo de famílias da "alta sociedade", os estrangeiros tiveram um papel fundamental como mediadores dos interesses entre a elite local e os interesses estrangeiros. Sua atuação como intermediários foi crucial para a consolidação dos negócios da borracha, uma das principais atividades econômicas da região na época.

Embora não tenham sido oficialmente reconhecidos como membros da elite, sua participação ativa na consolidação dos negócios e no desenvolvimento econômico do Amazonas teve impacto significativo na sociedade local. Sua atuação como empresários, investidores e negociantes contribuiu para o crescimento econômico da região e fortaleceu a posição da elite local no cenário nacional e internacional.

Além do aspecto econômico, a presença dos estrangeiros também promoveu um sentimento de comunhão de valores e gostos relacionados à ideia de "civilização" e progresso.

²⁹ DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais da civilização, p. 876.

Suas influências culturais e comportamentais, muitas vezes vinculadas a padrões europeus ou norte-americanos, ajudaram a moldar a visão da elite local sobre o que era considerado "civilizado" e "moderno".

Nesse sentido, os estrangeiros atuaram como agentes de transmissão cultural e difusão de ideias que foram assimiladas pela elite local. Essa interação entre culturas contribuiu para a construção de uma identidade da elite amazonense, que se via como parte integrante da "civilização" moderna.

As mulheres estrangeiras em comparação com as mulheres locais das elites possuíam costumes diferenciados. As estrangeiras possuíam costumes ditos exóticos para a época, pois as mulheres locais viviam sob a tutela masculina e os valores religiosos, recebendo pouca ou nenhuma instrução formal durante o período provincial. Esse quadro começa a melhorar durante o período republicano, mas não tão efetivamente.

A análise de Daou revela, portanto, que a formação das elites no Amazonas durante a Primeira República foi um processo complexo, no qual diversos grupos desempenharam papéis importantes. Os casamentos estratégicos entre indivíduos locais e migrantes, bem como a atuação dos estrangeiros como mediadores de interesses, foram elementos-chave na consolidação e fortalecimento das elites políticas e econômicas da região. A compreensão desses processos históricos nos permite compreender melhor as dinâmicas sociais e políticas que moldaram a sociedade amazonense no período da Primeira República.

A análise de Ana Maria Daou ressalta a importância da formação educacional e cultural para a construção e consolidação das elites no Amazonas durante a Primeira República. O fato de muitos filhos das elites locais buscarem complementar seus estudos fora da província ou do estado, principalmente na Europa, reflete a busca por capital cultural e simbólico que os distinguiam como parte da elite. Esses estudos no exterior proporcionaram a esses jovens um notável capital simbólico, que seria crucial para sua inserção na sociedade amazonense.

A transição do financiamento público para o financiamento privado dos estudos dos filhos das elites durante o período da República foi um ponto de inflexão importante. Essa mudança refletiu a consolidação das próprias famílias das elites, que passaram a ter recursos suficientes para bancar a educação de seus filhos nas faculdades do país. Essa mudança também fortaleceu os laços de relações sociais entre a elite local e a elite nacional, uma vez que os

jovens que estudavam fora formavam redes de contatos e relações que seriam fundamentais para a ocupação dos principais cargos políticos e econômicos durante a Primeira República.

Além disso, a frequência ao teatro também se destacava como um fator distintivo das elites amazonenses. O teatro, com sua norma e padrão europeizado, era visto como um espaço privilegiado de consagração da elite, onde os grupos elitistas podiam reafirmar sua posição e distinção social. Esse espaço cultural servia como um importante fator de diferenciação, pois os comportamentos e valores reproduzidos no teatro ajudavam a consolidar a identidade da elite como civilizada e sofisticada.³⁰

A compreensão de que a formação e consolidação da elite amazonense envolviam não apenas o capital econômico, mas também o capital simbólico, social e cultural é fundamental para entender as dinâmicas de poder e prestígio que permeavam a sociedade naquele período. A educação, tanto no exterior como nas faculdades do país, desempenhou um papel central na construção da elite local, permitindo-lhes obter as habilidades e conhecimentos necessários para ocupar os principais postos de poder na política e na economia. Essa interação entre educação, cultura e status social foi determinante para moldar a trajetória da elite amazonense ao longo da Primeira República.

Por sua vez, Kívia Mirrana de Souza Pereira contribuiu com sua dissertação de mestrado intitulada *As Elites se Divertem: Sociabilidades, Identidades e Associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920)*. Nesse trabalho, a autora investiga as sociabilidades e identidades das elites através do estudo do Ideal Clube, importante espaço de convívio social em Manaus. A pesquisa destaca as práticas e rituais sociais que eram realizados nesse ambiente, evidenciando as formas de sociabilidade e de construção de identidades da elite local.³¹

Um dos aspectos mais interessantes da dissertação é o enfoque no associativismo e nas sociabilidades das elites no cenário urbano de Manaus. Kívia Pereira mostra como o Ideal Clube se tornou um espaço crucial para as elites se reunirem, interagirem e consolidarem suas redes de poder e influência. Através de uma cuidadosa pesquisa em fontes primárias, a autora apresenta as dinâmicas internas do clube, revelando como seus membros participavam de

³⁰ DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais da civilização, p. 882.

³¹ PEREIRA, Kívia Mirrana. **As Elites se Divertem: Sociabilidades, Identidades e Associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 2021. p.17.

atividades sociais, culturais e esportivas, além de como utilizavam essas interações como estratégias para a construção e legitimação de suas identidades como elite.³²

Outro ponto forte da obra é a sua análise das identidades das elites de Manaus. Através das práticas e sociabilidades no Ideal Clube, a autora mostra como as elites buscavam afirmar sua posição de destaque na sociedade e como construía uma imagem de si mesmas como representantes da cultura e do progresso da região. Essas identidades eram essenciais para a consolidação do poder político e econômico das elites, bem como para a projeção de uma imagem de modernidade e civilização para o exterior.³³

Em suma, *As Elites se Divertem* é uma pesquisa relevante e esclarecedora sobre a formação das elites no Amazonas durante o início do século XX. Com uma análise aprofundada das práticas sociais, identidades e associativismo no Ideal Clube, a autora oferece importantes ideias sobre as dinâmicas de poder e a construção de identidades das elites locais.

O capítulo terceiro do livro *Folhas do Norte*, de autoria de Maria Luiza Ugarte Pinheiro, intitulado *Do Jornal à Academia: Elites Intelectuais e Periodismo no Amazonas*, aborda a atuação das elites intelectuais e sua relação com o jornalismo na região. A autora analisa como essas elites utilizavam o jornalismo como um meio de difusão de suas ideias e valores, contribuindo para a construção de uma identidade intelectual na sociedade amazonense.³⁴

Maria Pinheiro explora a relação estreita entre a imprensa e as elites intelectuais na construção e legitimação do poder no cenário político e social do Amazonas. A autora destaca como a imprensa desempenhou um papel crucial como instrumento de comunicação e expressão das ideias e valores das elites intelectuais da região. Os jornais serviram como veículos para difundir opiniões, ideologias e discursos que moldaram a opinião pública e influenciaram as decisões políticas e sociais.

Um dos pontos mais interessantes do capítulo é a análise da formação das elites intelectuais e como elas se apropriaram do espaço do jornalismo para disseminar seus ideais. A autora destaca como essas elites eram compostas por intelectuais, escritores, jornalistas e acadêmicos, que tinham acesso privilegiado ao campo do conhecimento e à produção de

³² PEREIRA, Kívia Mirrana. **As Elites se Divertem**: Sociabilidades, Identidades e Associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 2021. p.21.

³³ PEREIRA, Kívia Mirrana. **As Elites se Divertem**: Sociabilidades, Identidades e Associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 2021. p.22.

³⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: Letramento e Periodismos no Amazonas (1880-1920). 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015. p. 125.

discursos que sustentam sua posição de poder. Maria Pinheiro revela como a imprensa era utilizada como uma plataforma para construir narrativas de identidade e de representação política, reforçando assim o prestígio e a influência dessas elites.³⁵

Outro aspecto relevante da obra é a análise da relação entre o jornalismo e a academia. Maria Pinheiro demonstra como a imprensa e a produção intelectual estavam intrinsecamente conectadas, com muitos dos jornalistas também atuando como acadêmicos e vice-versa. Essa interação entre jornalismo e academia enriquecia o debate público e fortalecia o poder das elites intelectuais, que tinham a capacidade de moldar a opinião pública através de uma narrativa intelectualizada e fundamentada em argumentos científicos.

O capítulo *Do Jornal à Academia: Elites Intelectuais e Periodismo no Amazonas* é uma análise valiosa para quem busca compreender a formação das elites intelectuais e o papel do jornalismo no Amazonas.³⁶ Através de uma análise aprofundada e crítica, a autora oferece ideias importantes sobre as dinâmicas de poder e a construção de identidades das elites intelectuais da região. Apesar de alguns pontos de crítica, a obra contribui significativamente para o entendimento desse período da história do Amazonas e de suas elites políticas e intelectuais.

Diante dessas ideias, uma das características das elites no poder no Amazonas durante a primeira República foi a sua origem social, que se dava, principalmente, entre as famílias de comerciantes, proprietários de terras e profissionais liberais. A partir dessas famílias, formaram-se redes de relações políticas e econômicas que se mantinham por meio de casamentos entre membros de famílias influentes, além da participação em clubes sociais e associações comerciais.

No que diz respeito à formação educacional, pode-se observar que as elites no poder no Amazonas durante a primeira República possuíam uma educação formal, com a maioria dos líderes políticos tendo frequentado instituições de ensino renomadas. Além disso, a maioria desses líderes possuía formação em direito, o que demonstrava uma tendência de formação jurídica dos líderes políticos na região.³⁷

³⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismos no Amazonas (1880-1920)**. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015. p. 141

³⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismos no Amazonas (1880-1920)**. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015.

³⁷ Verificar tabela com dados prosopográficos.

Pode-se dizer que as elites no poder no Amazonas durante a primeira República mantiveram uma forte ligação com a política, seja por meio de cargos eletivos ou por meio de ligações com governadores e outros líderes políticos regionais. Essas relações políticas estavam intimamente ligadas aos interesses das elites, que buscavam manter seu poder e influência na região.

É importante destacar que, apesar das características em comum, as elites no poder no Amazonas durante a primeira República não formavam um grupo homogêneo. Havia diferenças entre essas elites, tanto em relação à sua posição econômica quanto em relação às suas ideologias políticas.

É importante destacar que essas elites no poder foram responsáveis pela perpetuação de desigualdades sociais no Amazonas, além de perpetuar práticas políticas autoritárias e excludentes. A análise das elites no poder durante a Primeira República no Amazonas evidencia a importância de se questionar a concentração de poder e a necessidade de garantir a participação democrática de todos os setores da sociedade na tomada de decisões políticas.

As elites do Amazonas são compostas por diferentes grupos que se destacam em diversas áreas, como a política, a economia e a cultura. Esses grupos têm interesses distintos, mas muitas vezes se unem em torno de questões comuns, como a defesa dos interesses do estado do Amazonas, principalmente no que diz respeito às questões econômicas.

A política no Amazonas foi marcada por uma ampla gama de figuras influentes e variados trajetos sociais, educacionais e profissionais. Observando a lista dos agentes políticos que elaboramos³⁸, fica evidente que as elites políticas da época eram compostas por indivíduos de diversas origens e com diferentes níveis de formação educacional.

³⁸ Ver tabela no apêndice.

A diversidade social era clara: desde médicos, como Jonathas Pedrosa³⁹ e Jorge Moraes,⁴⁰ até comerciantes, como Emílio Moreira⁴¹ e Carvalho Leal⁴², e militares, como Antônio Florêncio Pereira Lago⁴³, Ximeno de Villeroy⁴⁴, Eduardo Ribeiro⁴⁵, Thaumaturgo de Azevedo⁴⁶ etc. Essa diversidade revela uma interseção interessante entre as classes sociais, onde a política se tornou um campo aberto para diferentes trajetórias, muitas vezes influenciadas por laços familiares e associações de classe.

A formação educacional variou consideravelmente. Enquanto alguns, como Jonathas Pedrosa e Vicente Torres da Silva Reis⁴⁷, se graduaram em instituições de prestígio, outros, como Antônio Monteiro de Souza, buscaram educação mais especializada. O acesso à educação superior, como a Faculdade de Direito do Recife, frequentada por muitos, contribuiu para a formação intelectual dessas figuras. Além disso, havia aqueles que não possuíam formação acadêmica formal, como Guilherme José Moreira, que ainda assim conseguiram se destacar na política.⁴⁸

³⁹ Nasceu na Bahia. Médico e Político. Veio para Manaus em 1876. Um dos fundadores do primeiro Club Republicano do Estado. Foi chefe político do Partido Nacional. Senador e Governador do Estado do Amazonas. (Ver: BITTENCOURT, 1973, p. 291-293)

⁴⁰ Nasceu em Manaus em 1878. Médico. Foi Senador e Superintendente de Manaus em 1910. (Ver: BITTENCOURT, 1973, p. 293-297)

⁴¹ Natural do Estado da Bahia. Chegou a Manaus em 1854 e fundou a firma de comércio “Moreira & Irmãos”. Membro do Partido Liberal durante o Império e fundador do Partido Democrático. Foi presidente do congresso Amazonense em várias legislaturas. (Ver: BITTENCOURT, 1973, p. 200-202)

⁴² Domingos Theophilo Carvalho Leal era natural do Maranhão. Artista e Jornalista. Foi um dos membros fundadores do Club Republicano do Amazonas, compôs a Junta Governativa que assumiu o poder no Estado após a proclamação da República. (Ver: BITTENCOURT, 1973, p. 191-192)

⁴³ Nasceu na povoação de São José dos Touros (RN) em 10 de maio de 1825. Quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, tinha a patente de coronel e era comandante de Armas da província do Amazonas. A notícia da queda da monarquia chegou ao Amazonas no dia 21 de novembro, trazida por uma comissão vinda de Belém no vapor Manaus, da Companhia Brasileira de Navegação. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Clube Republicano do Amazonas convocou uma assembleia no próprio dia 21 de novembro, no Teatro Éden, para formar uma junta de governo provisória a fim de substituir o presidente da província então deposto, Manuel Francisco Machado, barão do Solimões. (Ver: Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em: Acesso em: 28/2/2023)

⁴⁴ Era capitão do Exército quando foi nomeado primeiro governador do Amazonas no período republicano. (ver: Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em: Acesso em: 28/2/2023)

⁴⁵ nasceu em São Luís do Maranhão em 18 de setembro de 1862. Chegou a Manaus em 1887, sendo secretário de governo de Villeroy em 1890. Foi governador do Estado do Amazonas em novembro de 1890, após renúncia de Villeroy assume o cargo, sendo destituído em abril de 1891. Retorna ao cargo em 1892 e ficando até 1896, foi fundador do Partido republicano Democrático e, posteriormente, funda no Amazonas o Partido Republicano Federal. (Ver: BITTENCOURT, 1973, p. 194-197)

⁴⁶ nasceu em Barras (PI) no dia 17 de novembro de 1853. Primeiro governador Constitucional eleito do Estado do Amazonas, governando de setembro de 1891 até fevereiro de 1892, quando foi destituído de seu cargo por oposição das elites locais e por tropas federais. (Ver: BITTENCOURT, 1973, p. 481-484)

⁴⁷ Natural do Rio de Janeiro. Jornalista e Teatrólogo. Veio para Manaus em 1904 a convite de Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. Comprou o Jornal do Comércio do Amazonas de Rocha dos santos. Ver: BITTENCOURT, 1973, p. 493-496)

⁴⁸ Bittencourt, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA/Fundo editorial, 1985.

Analisando as questões de formação e exercício profissional das elites amazonenses durante a *Belle Époque*, tem-se que as elites políticas do Amazonas refletiram uma diversidade de profissões, revelando a complexidade e a variedade de trajetórias individuais na esfera política. A análise dos dados prosopográficos revela que a advocacia foi a profissão mais prevalente, representando 11% do total. Isso sugere uma forte presença de líderes jurídicos na elite política, indicando uma influência significativa da formação em direito na configuração do cenário político local.

Comerciantes, médicos e oficiais do exército compartilharam uma parcela de 8% cada nas profissões representadas. Essa diversidade reflete a inclusão de diferentes setores da sociedade nas elites políticas, desde aqueles envolvidos no comércio até profissionais de saúde e militares. O papel dos oficiais do exército destaca a importância das questões militares nesse contexto histórico, possivelmente relacionadas à consolidação da República e a eventos políticos turbulentos da época.

O grupo de jornalistas também contribuiu com 8%, indicando a influência da imprensa na formação e difusão de ideias políticas. A presença de profissionais da comunicação sugere uma conexão estreita entre a esfera midiática e a esfera política, onde a opinião pública e a disseminação de informações desempenharam papéis cruciais.

Profissões como engenheiros, amanuenses e professores, cada uma representando 5%, demonstram a diversificação das habilidades e conhecimentos presentes nas elites. Essa variedade de formações educacionais e ocupações destaca a importância de diferentes perspectivas na elaboração de políticas e na administração pública.

A categoria "Outras Profissões", abrangendo 18%, engloba diversas ocupações que não foram especificamente detalhadas nos dados, mostrando que a política na região envolveu uma gama ampla de experiências profissionais.

Em síntese, a análise dos dados prosopográficos que elaboramos sobre as elites políticas do Amazonas na Primeira República evidencia uma diversidade de formações profissões, refletindo a dinâmica sociopolítica e econômica da época. A presença de advogados, comerciantes, médicos, militares e jornalistas destaca a interconexão de diferentes setores da sociedade na configuração do cenário político regional.

1.2 O Alvorecer da República no Amazonas e as disputas pelo poder

As disputas políticas pelo poder no Estado do Amazonas foram marcadas por uma constante tensão, resultando em vários casos e momentos em que essas contendas extrapolaram o campo do discurso e culminaram em confrontos sangrentos entre os agentes políticos na luta pelo controle do poder.

Essa dinâmica de conflitos demonstra que as disputas políticas não se restringiram apenas a debates e negociações, mas muitas vezes envolveram ações mais extremas e violentas. Os confrontos sangrentos que aconteceram evidenciam a intensidade das rivalidades e a determinação das elites políticas em alcançar a hegemonia do poder local.

Nesse sentido, é importante analisar criticamente as motivações por trás desses confrontos. As disputas políticas no Amazonas podem ter sido influenciadas por uma variedade de fatores, como interesses econômicos, questões de poder local e nacional, divergências ideológicas e disputas por recursos e cargos públicos.

É essencial contextualizar esses confrontos dentro do cenário político e social mais amplo da época. É necessário avaliar como os conflitos foram influenciados por fatores estruturais, como a concentração de poder nas mãos de poucas elites, a fragilidade das instituições democráticas e as tensões sociais e econômicas do período.

Além disso, é relevante examinar como a imprensa da época influencia as percepções públicas sobre os confrontos políticos e como as narrativas políticas foram construídas e disseminadas.

A Primeira República no Brasil teve início com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Esse momento histórico foi marcado por uma articulação entre civis e militares, liderada pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, que culminou na derrubada da monarquia e na instauração do regime republicano.

A Proclamação da República foi o resultado de um processo complexo e multifacetado, envolvendo diferentes agentes políticos, interesses e dinâmicas sociais. Embora a participação popular tenha sido limitada nesse momento específico⁴⁹, é importante destacar que o cenário

⁴⁹CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados da História: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 9.

político do período anterior, marcado pelo fim do Império e pela crescente insatisfação com a monarquia, preparou o terreno para a mudança de regime.

Além disso, a Proclamação da República foi um episódio que gerou controvérsias e debates. Diferentes historiadores e estudiosos têm análises divergentes sobre os fatores que levaram à queda da monarquia e a ascensão do regime republicano. Questões como interesses das elites, tensões entre grupos políticos, a abolição da escravidão e a influência de outros eventos políticos e sociais da época são alguns dos elementos que merecem atenção. Assim, ao considerar a Proclamação da República no Brasil, é essencial ir além de uma visão simplista e entender as complexidades existentes neste processo.

O trabalho minucioso de José Murilo de Carvalho em "Os Bestializados"⁵⁰ oferece uma análise penetrante sobre o exercício de cidadania no início da República brasileira.

Na introdução, José Murilo de Carvalho inaugura sua obra ao evocar Aristides Lobo, que descreve o povo durante a transição para a República como "bestializado", testemunhando os eventos sem compreensão, talvez percebendo-os como uma mera parada militar. Esse ponto de partida sugere uma crítica acerca da passividade e falta de discernimento da população diante de uma transformação tão crucial.

Ao analisar a moldura da instauração do novo regime republicano, José Murilo de Carvalho lança um olhar crítico sobre as circunstâncias que cercaram esse momento histórico. A escolha da palavra "moldura" implica não apenas na representação visual, mas também na estrutura subjacente que moldou a percepção coletiva, sugerindo uma análise mais profunda das condições que deram origem à República.

Ao citar Louis Couty, José Murilo de Carvalho, caracteriza o Brasil como órfão por falta de um verdadeiro povo, adiciona uma camada de crítica à essência da identidade nacional. A afirmação de que "o Brasil não tem povo" transcende a mera observação demográfica, implicando em uma reflexão sobre a coesão social e a consciência coletiva, aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma república robusta.

Dessa forma, a introdução estabelece não apenas uma narrativa histórica, mas também sinaliza a perspicácia crítica de Carvalho ao explorar as nuances psicossociais e políticas que

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

permearam o nascimento da República no Brasil. O autor instiga o leitor a questionar não apenas os eventos em si, mas também a compreender as dinâmicas subjacentes que moldaram a percepção e participação do povo nesse momento crucial da história brasileira.

A despeito da expectativa de que o novo regime republicano seria calorosamente recebido pelos cidadãos, o que se observou foi uma mera assistência de longe, desprovida da compreensão efetiva do que estava acontecendo. A aparente falta de entusiasmo por parte da população levanta questões sobre a eficácia do governo em comunicar suas intenções e conquistar a adesão ativa dos cidadãos.

Essa discrepância entre a expectativa de aplausos e a realidade de uma observação distante sugere uma lacuna significativa na comunicação entre o novo regime e a sociedade. A ausência de compreensão por parte dos cidadãos indica a necessidade de uma análise crítica das estratégias de comunicação adotadas pelo governo republicano na tentativa de envolver e informar a população sobre as mudanças em curso.

A apatia observada também pode indicar uma desconexão entre as promessas do novo regime e as necessidades percebidas pela população. A falta de engajamento ativo pode ser interpretada como uma resposta à inadequação percebida entre as expectativas dos cidadãos e a realidade da República recém-instaurada.

Dessa forma, a constatação de que o regime não foi amplamente aplaudido, mas sim observado de longe sem compreensão, abre espaço para uma análise crítica das dinâmicas sociais e políticas da época, instigando a reflexão sobre os fatores que contribuíram para essa aparente desconexão entre governantes e governados.

No que diz respeito as discussões sobre a República no Brasil, Claudia Viscardi, em sua obra *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*⁵¹, desafia a visão tradicional da Primeira República brasileira, contestando a ideia de uma aliança inquestionável entre as elites mineira e paulista. Ao longo do livro, a autora propõe uma análise mais complexa e dinâmica do período, destacando a instabilidade das relações políticas entre as oligarquias. A autora argumenta que, na prática, a república representou um reordenamento das elites, resultando em um "novo rótulo para uma velha garrafa".

⁵¹ VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

A autora argumenta que a Primeira República não representou uma transformação significativa no processo político em relação à monarquia, mas sim um reordenamento das elites, criando um cenário de constantes rearranjos e conflitos. A famosa "política do café com leite" é revisada por Cláudia Viscardi, que aponta para a complexidade da composição política, envolvendo diversos grupos de elites, nem sempre cumprindo acordos preestabelecidos.

Cláudia Viscardi divide o período da Primeira República em quatro estágios, destacando momentos de predominância militar, hegemonia política paulista, ascensão mineira e, finalmente, um compartilhamento do poder entre mineiros e paulistas. Essa divisão evidencia a volatilidade das alianças políticas durante o período. Em que de acordo com a autora se tem hegemonia política paulista (1894-1906), ascensão mineira (1906-1918) e um posterior compartilhamento do poder entre mineiros e paulistas (1919-1929).

A República da Espada, liderada pelas figuras de Manoel Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, ambos marechais que desempenharam um papel ativo na Guerra do Paraguai e nos acontecimentos que levaram à Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi caracterizada por governos marcados pelo autoritarismo, controle militar do poder (especialmente pelo Exército, visto que a Marinha tinha ligações mais próximas com a antiga Monarquia), coerção política e social, incluindo aprisionamentos, exílios, perseguições e mesmo a morte de opositores. Esses líderes buscavam estabelecer um governo autoritário e centralista.⁵²

Embora a Proclamação da República tenha sido um marco importante na história brasileira, é necessário considerar os aspectos complexos e contraditórios desse período inicial da República. Apesar de terem liderado o movimento republicano, Deodoro e Floriano não representavam uma unidade de ideias e projetos políticos. Enquanto Deodoro teve um governo curto e com decisões controversas, Floriano Peixoto assumiu após a renúncia de Deodoro e enfrentou uma série de desafios para consolidar o poder, incluindo a Revolta da Armada, que demonstrou a divisão e tensões dentro das forças militares.

No artigo de Gunter Axt, *A Revolução Federalista (1893-1895): Guerra Civil no Brasil*⁵³, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) oferece uma análise detalhada sobre um período tumultuado da história brasileira. A obra examina os

⁵² CARONE, Edgar. **A República Velha – Evolução Política (1889- 1930)**. 4ª Edição. São Paulo: Difel, 1983. p.

⁵³ AXT, Gunter. A REVOLUÇÃO FEDERALISTA. (1893-1895): GUERRA CIVIL NO BRASIL. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 178(477):107-135, maio/ago. 2018. Rio de Janeiro.

eventos que se desdobraram entre 1889 e 1895, durante os quais o Brasil enfrentou instabilidade política, golpes de estado, e a Revolução Federalista, uma guerra civil que teve como epicentro o Estado do Rio Grande do Sul.

O autor destaca a complexidade desse período, marcado por crises econômicas, golpes de estado e conflitos armados. A economia do país enfrentou desafios significativos, com a desvalorização da moeda nacional, o fenômeno do Encilhamento e práticas especulativas que contribuíram para o caos financeiro. Além disso, a política brasileira experimentou três golpes de Estado, governos militares e a Revolução Federalista, refletindo uma intensa luta pelo poder.

A análise também destaca as dinâmicas regionais e as estratégias militares adotadas durante a Revolução Federalista. O embate entre as forças lideradas por Júlio de Castilhos e os federalistas, representados por Gumerindo Saraiva, evidenciou desigualdades financeiras e logísticas entre as facções. A habilidade estratégica de Castilhos, apoiado pela oligarquia paulista e por Floriano Peixoto, influenciou a dinâmica do conflito.

Além disso, o autor explora a complexidade social subjacente à Revolução, destacando a participação de contingentes populares nas fileiras federalistas. A adesão de grupos como bugres, posseiros e ervateiros revela a dimensão social do conflito, ligada à resistência à expansão do latifúndio e outras questões socioeconômicas.

A narrativa histórica também revela a divergência de objetivos entre os diferentes grupos envolvidos na Revolução. Enquanto os federalistas buscavam a derrogação da Constituição estadual e a remoção de Castilhos do governo, os castilhistas visavam consolidar a hegemonia republicana positivista e evitar a restauração monárquica temida por Floriano Peixoto.

O texto destaca as tentativas de pacificação e negociação durante a Revolução, com intervenções do governo federal e ações precipitadas por parte dos federalistas. O desfecho trágico e as consequências políticas e sociais são discutidos, incluindo a consolidação do modelo presidencialista e federativo no Brasil.

No plano da memória histórica, o autor observa como a Revolução Federalista foi posteriormente interpretada e esquecida. Enquanto a Revolução Farroupilha é celebrada, a Federalista é muitas vezes relegada a um evento regional, esquecida por governos sucessivos e pelas forças armadas.

Assim, o artigo proporciona uma análise historiográfica abrangente dos eventos e dinâmicas que moldaram a Revolução Federalista, destacando sua complexidade social, econômica e política, bem como as consequências duradouras no cenário brasileiro.

Além disso, é importante compreender que a repressão e a perseguição política não foram exclusivas da República da Espada, mas um padrão recorrente em diferentes momentos da história política brasileira. A transição do regime monárquico para o republicano trouxe desafios significativos, e o governo liderado por militares enfrentou resistência interna e externa.

Nesse contexto, uma análise crítica e analítica das ações e decisões tomadas pelos líderes militares durante a República da Espada permite entender as dinâmicas do poder e os embates políticos desse período. As decisões autoritárias e coercitivas foram influenciadas por uma série de fatores, incluindo os desafios de governar um país recém-proclamado como república, a necessidade de consolidar o poder diante das instabilidades políticas e as concepções de Estado e governo que prevaleciam naquele momento histórico.

De fato, após a Proclamação da República em 1889, Manoel Deodoro da Fonseca foi aclamado como chefe do Governo Provisório. Nesse período inicial, Deodoro liderou um governo transitório enquanto discutia a forma de governo que o Brasil adotaria. Com a promulgação da Constituição de 1891, Deodoro da Fonseca foi eleito presidente e Floriano Peixoto assumiu o cargo de vice-presidente.⁵⁴

Durante esse período a Constituição promulgada em 1891 representou um marco importante na história política do Brasil, estabelecendo o país como uma República Federativa. Essa constituição conferiu autonomia aos entes federativos, ou seja, aos estados, o que significava que eles teriam certa independência em relação ao governo central.⁵⁵

A Carta Magna de 1891 também ratificou o sufrágio universal, o que representou um avanço na ampliação dos direitos políticos. No entanto, é crucial apontar que, apesar desse avanço, a Constituição não previu o direito de voto para as mulheres em pleitos eleitorais, restringindo a participação política e a representatividade das mulheres na esfera pública.

Além disso, a Constituição de 1891 pôs fim ao cargo de Senador Vitalício, uma prática que era comum no Império, mas manteve a composição do Legislativo Federal com um Congresso Bicameral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Ambas as

⁵⁴ TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. São Paulo: Global, 2001, p.p. 13-14.

⁵⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Ed. 13ª. São Paulo: EDUSP, 2008, p.p. 249-250.

casas foram responsáveis por eleger, de forma indireta, o primeiro Presidente e o Vice-Presidente da República.

Além disso, a implementação da República no Brasil foi acompanhada de desafios e tensões políticas, incluindo o próprio governo de Deodoro da Fonseca, que enfrentou resistência e oposição, culminando em sua renúncia em 1891. O período subsequente, o governo de Floriano Peixoto, também, foi marcado por conflitos e instabilidade política.

Visto isso, o contexto nacional, nesse momento nos reportamos ao cenário local, em que a tomada republicana no Amazonas foi um processo complexo, envolvendo diversos agentes políticos com interesses e agendas distintas. A deposição sofrida pelo último presidente da província pode ser reflexo da conjuntura específica do momento, mas não representa a ausência de conflitos e tensões políticas.

Ao longo do período da Primeira República no Amazonas, as disputas políticas pela liderança e pelo controle do poder foram frequentes, levando a acordos políticos e coalizões para assegurar o apoio necessário para alcançar o poder.

É fundamental reconhecer o papel de Bento Tenreiro Aranha ⁵⁶ como um dos principais porta-vozes dos ideais republicanos no Amazonas, especialmente a partir dos anos 1870. Sua atuação como republicano e sua defesa aberta dessas ideias foram significativas para a disseminação do pensamento republicano na região.

A chegada dos soldados amazonenses vindos da Guerra do Paraguai e sua manifestação pública de "vivas à República"⁵⁷ em praça pública foram eventos marcantes, que demonstram o crescente apoio à causa republicana entre certos segmentos da população. No entanto, é importante notar que, em um contexto ainda dominado pelo regime monárquico, essas manifestações públicas de apoio à República foram vistas como ameaçadoras pelas autoridades imperiais.

Bento Tenreiro Aranha, por sua atuação destacada como republicano, acabou sendo preso em virtude de sua defesa aberta dos ideais republicanos e do envolvimento nas

⁵⁶ “Chegando à Manaus por volta de 1866, exerceu o magistério e trabalhou na imprensa, além de atuar como empresário do ramo teatral, escrevendo e montando peças na pacata e tediosa capital amazonense, carente que era de entretenimentos.” (Ver: PINHEIRO, L. B. S. P. Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1904-1910. *Intelligere*, [S. l.], n. 12, p. 16-52, 2021. DOI: 10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2021.192278. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/192278>. Acesso em: 22 nov. 2023.

⁵⁷ COMMERCIO DO AMAZONAS, Ano I, nº 289, 27 de julho de 1870, pp. 3-4.

manifestações em prol da República. Esse episódio revela as tensões políticas e a repressão que os defensores do regime republicano enfrentavam naquela época.

Nesse contexto, o primeiro Clube Republicano na Província do Amazonas foi criado, liderado por Jonathas Pedrosa na década de 1880, representa um importante marco nas ideias republicanas que começaram a se disseminar no cenário político local. No entanto, a efemeridade dessa instituição e a escassez de informações disponíveis sobre ela indicam que seu impacto pode ter sido limitado em termos de influência política e mobilização popular.

Bernardo da Silva Ramos⁵⁸, um dos republicanos históricos no Amazonas, em seu texto publicado no *Jornal do Commercio*, pôde fornecer algumas pistas sobre a existência e o papel desse Clube Republicano, mas também destaca sua curta duração e possíveis desafios enfrentados.

As ideias republicanas, nessa época, ganhavam espaço em todo o país à medida que o regime monárquico começava a ser questionado. No Amazonas, esse processo pode ter sido influenciado por fatores como a insatisfação com o regime imperial, as demandas por maior autonomia política e econômica, bem como a disseminação de ideias republicanas vindas de outras regiões do Brasil.

Um segundo Clube Republicano tinha a expectativa de ser fundado em 29 de junho de 1889, com a visita prevista de Silva Jardim a Manaus. No entanto, devido à sua ausência na cidade, a fundação foi adiada. A oportunidade seguinte para a criação surgiu com a chegada do Conde D'Eu à capital, e assim, foi criado o Club Republicano do Amazonas.

Esse novo Clube contou com a participação de figuras importantes em sua fundação, como Carvalho Leal, Bernardo Ramos e outros. A formação desses clubes foi uma

⁵⁸ Foram seus pais Manoel da Silva Ramos (fundador da imprensa em Manaus) e D. Jesuína Maria de Azevedo da Silva Ramos. Fez seus estudos na Capital amazonense, tendo ficado órfão de pai muito cedo. Sendo como era, de uma família pobre, precisou trabalhar muito cedo. Menino ainda foi chamado a exercer sua atividade no Correio local, quando este só possuía um empregado, passando, portanto, a "corporação" a ter dois servidores. Contando já 21 anos de idade, deixa o serviço postal e passa a trabalhar, como amanuense, na Comissão de Limites Brasil-Venezuela, chefiada pelo Barão de Parima, em 1879. Fazia parte da entidade o Capitão Gregório Thaumaturgo de Azevedo, mais tarde Governador do Amazonas. Foi um soldado ilustre, trabalhador, competente; mas neurastênico e explosivo. (BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**: Vultos do Passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 138).

demonstração clara do crescente apoio à causa republicana no Amazonas, e refletia o desejo de mudança política em meio ao declínio do regime monárquico.⁵⁹

Esses acontecimentos permitem entender que a criação dos Clubes Republicanos no Amazonas representou um ponto de convergência para as lideranças políticas que almejavam a implantação da República no país. A presença de figuras como Carvalho Leal e Bernardo Ramos mostra que esses clubes atraíram personalidades influentes e que desempenharam papéis significativos nos eventos políticos futuros.

Além disso, é importante destacar o contexto político e social no qual esses clubes surgiram. A Proclamação da República em 1889 desencadeou uma série de transformações no cenário político nacional, e o Amazonas não foi exceção. A mobilização em torno dos clubes republicanos representava a vontade de mudança e a busca por uma nova ordem política no Estado e do país.

O advento da República no Amazonas, em 21 de novembro de 1889, representou um momento crucial na história política local. A notícia da Proclamação da República chegou ao Estado por meio de uma delegação do Governo Provisório vinda do Pará, que entregou ofícios ao Club Republicano do Amazonas e aos oficiais de Terra e Mar.⁶⁰

A adesão dos oficiais de Terra e Mar ao movimento republicano foi de grande importância, pois demonstrou o apoio das forças militares à mudança política. Essa adesão foi fundamental para consolidar a transição para a República no Amazonas e garantir a estabilidade do novo regime. Essa adesão das forças militares havia uma lógica, pois na capital Rio de Janeiro foi uma das forças militares, o Exército, um dos principais agentes de articulação para derrubada da monarquia.

⁵⁹ Fundadores do Club Republicano: Domingos Theophilo de Carvalho Leal, Gentil Rodrigues de Souza, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, Olympio F. da Motta, Aureliano A. Fernandes, João Francisco Soares Filho, Graccho de Souza Freire, Manoel Carlos Cabral, Faustino L. Mendes, José Arthur Pinto Ribeiro Filho, João da Cruz M. Fernandes, Joaquim Serra Carvalho, Joaquim Ferreira Prata, José Telles de Souza Lima, João Rodrigues de Mello, José Pinto de Araújo Rebello Junior, Manoel Mendoza, J. V Catharino Silva, Sérgio Gollão Vera, Raymundo Baptista Duarte, Antonio José Ferreira Netto, Francisco de Araujo Dias, Rodolpho Pinto Mesquita, Eduardo da Silva Perdigão, capitão João Eneas da Silva, João Vianna, Júlio Pinto de Almeida, Francisco Marques de Lemos Bastos, Antônio Ferreira de Netto, Hygino José Claudino Oliveira, Francisco Sisnando Batista, Almachio Alisidino Pinto Bandeira, Francisco de Barros Cardoso, Ernesto de Pinho Ferreira, Trajano Gomes da Costa, José Jeronymo Bandeira de Mello, Augusto Botelho da Cunha, João Diniz Gonçalves Pinto. JORNAL DO COMMERCIO, N^os 8724 e 8735, Manaus, Junho de 1929.

⁶⁰ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. p. 244.

A chegada da delegação do Governo Provisório e a entrega dos ofícios ao Club Republicano do Amazonas podem ter sido apenas alguns dos eventos que culminaram na adesão à República. Outros fatores, como as disputas políticas locais, também podem ter desempenhado papéis importantes nesse processo. Segundo Arthur Reis, inicialmente foi combinado um governo provisório pelos militares, com a seguinte composição:

Coronel Pereira do Lago, capitão-de-fragata Lopes da Cruz, Emílio Moreira como presidente da municipalidade da capital, Joaquim Sarmento, presidente da Assembléia, Thomaz Sympson pelos conservadores, Cavalcante de Albuquerque, inspetor da Alfândega, e Carvalho Leal pelos republicanos.⁶¹

Conforme relatado por Arthur Reis, os acontecimentos após a Proclamação da República no Amazonas mostram os primeiros sinais de antagonismos políticos na região. Os populares que estavam no quartel não aprovaram o governo estabelecido inicialmente, o que indica divergências e conflitos logo no início do novo regime.

Esses conflitos levaram à formação de uma Junta Provisória, composta pelo Capitão-de-Fragata e comandante da flotilha Manoel Lopes da Cruz, pelo coronel do exército e comandante de armas Antônio Florêncio Pereira Lago e por Domingos Teófilo Carvalho Leal⁶².

A formação da Junta Provisória após a Proclamação da República no Amazonas pode ser compreendida no sentido de que cada membro da junta representa uma esfera de poder diferente - a Marinha, o Exército e uma figura política relevante - e, portanto, carrega consigo distintas formas de capital social, econômico e político. Essas elites políticas podem ter buscado alianças e negociações para consolidar uma governabilidade provisória e estabilidade política na região, com o objetivo de manter suas posições de poder e influência. Nesse contexto, as relações de poder e as estratégias de cada grupo político na formação da junta podem ser entendidas como uma disputa pelo capital político e pelos recursos que lhes permitiriam sustentar sua posição de liderança na transição para a República.

A análise sob essa ótica nos ajuda a perceber como as elites no poder buscam preservar e ampliar suas vantagens e privilégios, muitas vezes estabelecendo alianças e coalizões que

⁶¹ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 244-245

⁶² REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. p. 245.

servem aos seus interesses, mas também podem gerar conflitos e antagonismos entre os diferentes grupos de elite.

No mesmo dia da Proclamação da República no Amazonas, os membros do Partido Conservador⁶³, reunidos na casa do capitão Cheeks Nina, manifestaram seu apoio à República e declararam-se favoráveis ao novo regime político. Essa adesão foi divulgada através do jornal *O Americano*, onde eles se colocaram à disposição para defender e apoiar a República, passando, assim, a fazer parte do Club Republicano.⁶⁴

Essa adesão dos membros do Partido Conservador ao Club Republicano pode ser objeto de questionarmos quais foram os motivos que levaram os membros do Partido Conservador a apoiar a República, considerando que, até então, eles eram parte de um partido que defendia o regime monárquico.

A adesão ao Club Republicano pode indicar uma estratégia de sobrevivência política por parte dos membros do Partido Conservador, buscando garantir sua relevância e influência em um novo contexto político republicano. Além disso, pode ser interpretada como uma forma de cooptação ou negociação por parte dos republicanos, que visavam ampliar sua base de apoio e legitimar o novo regime.

Por outro lado, podemos questionar a genuinidade desse apoio e se ele representou uma verdadeira mudança de posicionamento ideológico por parte dos membros do Partido Conservador ou se foi apenas uma forma oportunista de se manterem no poder.

Após a reunião no Éden Theatro, os membros do Club Republicano e os militares dirigiram-se à sede do governo da província do Amazonas, onde promoveram a destituição pacífica de Manoel Francisco Machado, o Barão de Solimões, então presidente da província. Essa tomada do poder, aparentemente pacífica, levou os membros do Club Republicano e os militares a constituírem o novo governo do Estado do Amazonas.

No dia seguinte, perante a câmara municipal de Manaus, a Junta assinou o termo de posse, iniciando a tarefa administrativa que seria pesada, tais as competições políticas e as condições financeiras da província, com uma dívida

⁶³ Com a instauração da República no Brasil, os representantes do antigo Partido Conservador passaram a fazer parte do Partido Nacional. Seus principais líderes Amâncio de Miranda, Agésilao Pereira da Silva e Jonathas Pedrosa.

⁶⁴ O AMERICANO, Ano I, n.º 2, de 1.º/12/1889, p. 3.

flutuante calculada, em junho, em 2.285:674\$899, e dívida ativa em 198:172\$843.⁶⁵

Destaca-se a complexidade e os desafios enfrentados pela Junta Provisória ao assumir o governo do Estado do Amazonas. A tarefa administrativa era considerada pesada, uma vez que havia intensas competições políticas e a antiga província estava enfrentando dificuldades financeiras significativas. A menção às dívidas flutuante e ativa demonstra o cenário de endividamento em que se encontrava a região.

Portanto, podemos compreender melhor as complexidades e os desafios enfrentados na construção do novo governo republicano no Amazonas, bem como as implicações das disputas políticas e da transição do poder da Monarquia para a República no Amazonas foi realizada inicialmente de forma pacífica, com a formação da Junta Governativa e o apoio de diferentes grupos, como o Club Republicano, a Assembleia Provincial e as municipalidades do interior, com Parintins sendo a primeira a aderir. No entanto, a aparente harmonia logo deu lugar a desentendimentos e rompimentos entre os membros da Junta.⁶⁶

A dinâmica política da adesão da República no Amazonas revelou a existência de tensões e desentendimentos entre os membros da Junta Governativa. Domingos Theóphilo Carvalho Leal, uma figura importante na composição da Junta, acabou entrando em conflito com os militares que também integravam o governo. Esse desentendimento culminou com a decisão de Carvalho Leal de não assinar a lei do orçamento.

Esse episódio pode ser interpretado como reflexo das disputas de poder e da busca por hegemonia política entre os diversos agentes que participaram da formação do governo republicano no Amazonas. Os militares, com seu papel proeminente na Proclamação da República, podem ter buscado consolidar sua influência no novo regime, o que gerou atritos com outros segmentos políticos, como o representado por Carvalho Leal.

A afirmação de Carvalho Leal de que os militares eram "inimigos do novo regime"⁶⁷ revela um cenário de polarização política e rivalidades entre grupos com visões distintas sobre os rumos da República recém-instaurada. Esse tipo de discurso pode ter sido uma estratégia

⁶⁵ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 245.

⁶⁶ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 246.

⁶⁷ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 246.

para legitimizar suas ações e posicionar-se como defensor dos ideais republicanos, ao mesmo tempo em que criticava a atuação dos militares.

Esse episódio também evidencia a complexidade da construção do novo governo republicano, marcado por disputas internas e divergências ideológicas. A atitude de Carvalho Leal de não assinar a lei do orçamento pode ter tido consequências políticas e administrativas, afetando a governabilidade do Estado do Amazonas em um momento crucial de sua história.

Portanto, esse desentendimento entre Carvalho Leal e os militares da Junta Governativa nos convida a uma reflexão mais aprofundada sobre as dinâmicas políticas e ideológicas que permearam a adesão da República no Amazonas, bem como sobre os conflitos e negociações que moldaram os primeiros anos do governo republicano na região.

A renúncia de Domingos Theóphilo Carvalho Leal da Junta Governativa do Estado do Amazonas foi um acontecimento marcante que gerou manifestações e apreensão entre os membros do Club Republicano. A saída de Carvalho Leal representou um enfraquecimento da posição dos civis no governo em detrimento dos militares. A falta de articulação por parte do Club Republicano contribuiu para essa perda de espaço e, conseqüentemente, para a nomeação do Tenente Augusto Ximeno de Villeroy como Governador provisório do Amazonas pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Esse episódio ilustra as disputas e rivalidades políticas que permearam os primeiros anos da República no Amazonas. As manifestações decorrentes da renúncia de Carvalho Leal demonstram o engajamento político e a insatisfação de setores da sociedade com os rumos do governo republicano na região. A resposta violenta, como o apedrejamento do delegado de polícia, evidencia a tensão social e a necessidade de controle da situação pelas forças federais.⁶⁸

A nomeação de Augusto Ximeno de Villeroy como Governador provisório é indicativa do papel central dos militares na consolidação do novo regime republicano. A atuação de Deodoro da Fonseca ao nomear um membro das Forças Armadas para esse cargo também pode ser entendida como uma forma de reforçar o controle militar sobre o Estado e garantir a estabilidade política diante dos conflitos internos.

⁶⁸ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. p. 246.

Além disso, a falta de articulação do Club Republicano na defesa de sua posição política pode ter sido um fator determinante para a perda de influência dos civis no governo e o fortalecimento dos militares.

A renúncia de Domingos Theóphilo Carvalho Leal da Junta Governativa do Estado do Amazonas foi resultado de desentendimentos com os outros membros do governo, em especial os militares. Como civil, Carvalho Leal pode ter enfrentado dificuldades no contexto em que os militares viam a si mesmos como os principais articuladores e defensores do advento da República no Brasil. Essa postura autoritária pode ter levado a uma exclusão dos civis das decisões do novo regime político, o que gerou conflitos e descontentamento.

Cabe ao exército e à armada a glória de ter efetuado a revolução de 15 de novembro, data esta que será d' ora em diante a hégira da República Brasileira; e esta conquista representa uma soma tão grande de sacrifícios heroicos e de resignados sofrimentos, que ainda quando uma nova organização, não devesse ser efetuada, após a revolução, em reconhecimento a serviços de que a pátria guardará sempre apetecida lembrança, não seria possível demorar a decretação de reformas que colocassem as forças armadas do Brasil em condições de responder pela integridade do solo brasileiro, pela inquebrantada manutenção da ordem geral.⁶⁹

Nesse contexto, a citação aponta para a valorização do papel das forças armadas como protagonistas na transformação política do país, destacando-se sua atuação assistida no estabelecimento da República. No entanto, é importante observar que, apesar do reconhecimento desses esforços, é sugerida a necessidade de realizar reformas para fortalecer e modernizar as instituições militares, de forma a garantir a estabilidade do novo regime e a capacidade de defesa nacional.

Essa perspectiva reforçou o tema militar na análise do processo de transição para a República no Brasil, bem como a necessidade de compreender a relação entre as forças armadas e o poder político, tanto na conquista da República quanto na consolidação e manutenção do novo regime. A citação sugere que as reformas militares seriam uma resposta ao reconhecimento da importância das forças armadas na história nacional e uma medida para assegurar a passagem da ordem e da soberania do país.

⁶⁹ MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 14-15

Os desentendimentos entre Carvalho Leal e os militares podem ser interpretados como uma disputa pelo controle e direcionamento do novo governo republicano no Amazonas. Enquanto os militares buscavam consolidar sua posição de poder, os civis como Carvalho Leal podem ter almejado maior participação e representação nas decisões políticas. Essa tensão entre os diferentes grupos e interesses políticos é comum em momentos de transição de regime, onde se observam lutas internas pelo poder e influência.

A renúncia de Carvalho Leal representa um episódio significativo na dinâmica política do período, indicando que a consolidação da República no Amazonas foi marcada por disputas e rivalidades entre os atores políticos. A presença dos militares como protagonistas desse processo também evidencia a importância das Forças Armadas na definição dos rumos políticos do país naquele momento histórico.

Essa análise aponta para a complexidade da transição da Monarquia para a República no Amazonas, revelando as tensões e contradições presentes nesse processo. A relação entre civis e militares no contexto republicano é um tema relevante para se compreender as bases políticas e sociais do novo regime e suas implicações para a governabilidade e estabilidade do Estado do Amazonas.

É nesse contexto de disputas entre civis e militares que vão se moldar a construção dos primeiros partidos políticos do período republicano, tema que iremos explorar no próximo item.

1.3 Uma análise da formação e atuação dos partidos políticos do Amazonas no início do período republicano.

Antes de nos aprofundarmos na análise dos partidos políticos que surgiram com a República no Amazonas, é pertinente explorarmos a discussão historiográfica sobre a formação dessas agremiações após a mudança de regime político, priorizando as perspectivas distintas de Norberto Bobbio, Pierre Bourdieu, Serge Berstein e Vamireh Chacon. Esses pesquisadores exercem um papel significativo ao desvendar as nuances envolvidas no surgimento dos partidos políticos, fornecendo informações valiosas sobre as dinâmicas regionais, nacionais e globais que influenciam esse processo.

No livro *Dicionário Político* de Norberto Bobbio, o conceito de Partido Político é abordado de maneira abrangente e analítica. Bobbio destaca que os partidos políticos são entidades fundamentais para a democracia representativa, desempenhando um papel crucial na mediação entre os cidadãos e o poder estatal.

O autor ressalta que os partidos políticos são organizações que buscam articular interesses e valores, a fim de influenciar o processo político e, eventualmente, ocupar cargos públicos. Essa organização permite que os cidadãos se unam em torno de ideias e propostas que compartilham, proporcionando uma voz coletiva na esfera política. Além disso, os partidos atuam como mecanismos de agregação de demandas, transformando aspirações individuais em políticas públicas concretas.

O partido compreende formações sociais assaz diversas, desde os grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas às organizações complexas de estilo burocrático e impessoal, cuja característica comum é a de se moverem na esfera do poder político. Para tornar mais concreta e específica esta definição é usual sublinhar que as associações que podemos considerar propriamente como partidos surgem quando o sistema político alcançou um certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão do trabalho que certamente, por um lado, um processo de tomada de decisões políticas em que participam diversas partes do sistema e, por outro, que, entre essas partes, se incluem, por princípio ou de fato, os representantes presentes a quem as decisões políticas se referem. Daí que, na noção de partido, entre todas as organizações da sociedade civil surgidas no momento em que se reconheça teórica ou praticamente ao povo o direito de participar na gestão do poder político. É com este fim que ele se associa, cria instrumentos de organização e atua.⁷⁰

Norberto Bobbio destaca o conceito amplo e complexo de partidos políticos, demonstrando que eles abrangem uma variedade de formações sociais, desde grupos unidos por laços pessoais até organizações burocráticas. O cerne da definição é a atuação na esfera do poder político, onde os partidos se movem, refletindo a dinâmica das decisões políticas.

Para tornar essa definição mais concreta, Bobbio enfatiza que os partidos políticos surgem quando o sistema político atinge um nível de autonomia estrutural, complexidade interna e divisão do trabalho que permitem um processo decisório envolvendo várias partes do sistema. Além disso, destaca a importância de incluir representantes daqueles que são afetados

⁷⁰ BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. p. 899

pelas decisões políticas. Isso ressalta a função fundamental dos partidos como intermediários entre a sociedade civil e o poder político, fornecendo uma via para a participação das pessoas na gestão do governo.

Sob essa perspectiva, a noção de partido político abrange todas as organizações da sociedade civil que surgem quando é reconhecido o direito do povo de participar no exercício do poder político. Assim, os partidos se associam, desenvolvem instrumentos de organização e atuam com o objetivo de facilitar essa participação democrática.

A citação de Bobbio reforça a ideia de que os partidos políticos são entidades dinâmicas, moldadas pelo contexto político e social em que operam. Eles representam uma forma de conexão entre a população e o governo, desempenhando um papel crucial na construção e manutenção de sistemas democráticos saudáveis. No entanto, a complexidade e os desafios inerentes aos partidos também são evidenciados, especialmente no que diz respeito à busca pelo equilíbrio entre representação, participação e eficácia política.

Bobbio também aborda a pluralidade de partidos como uma característica intrínseca das democracias modernas. Ao competirem por votos e representação, os partidos oferecem escolhas aos eleitores, permitindo que diferentes perspectivas políticas sejam expressas e debatidas. Isso enriquece o processo democrático ao estimular discussões e confrontos de ideias.

Entretanto, Bobbio também observa desafios e dilemas associados aos partidos políticos. Ele destaca o risco de partidarização excessiva, onde os interesses partidários podem se sobrepor ao bem comum. Além disso, o autor discute a possibilidade de partidos perderem sua conexão genuína com os cidadãos, tornando-se meros veículos para a busca de poder. Essa desconexão pode levar a um distanciamento entre a classe política e a sociedade civil, enfraquecendo os fundamentos da democracia.

Em suma, o conceito de Partido Político na obra "*Dicionário Político*" de Norberto Bobbio destaca a importância dessas organizações como intermediárias entre os cidadãos e o Estado, promovendo a representação, agregação de interesses e o debate político. Ao mesmo tempo, ele chama a atenção para os desafios que os partidos enfrentam para equilibrar suas funções democráticas com a necessidade de evitar a partidarização excessiva e o afastamento dos interesses da sociedade.

Já Serge Berstein que aborda a compreensão da história dos partidos políticos na Europa, fazendo uma análise crítica dos principais partidos políticos europeus ao longo do século XIX e XX, destacando suas origens, ideologias, estruturas e trajetórias.⁷¹ Conceitua os partidos políticos como: “Um partido é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer.”⁷²

A citação de Serge Berstein ressalta a natureza fundamental de um partido político como uma reunião de indivíduos unidos por um objetivo comum. Essa definição encapsula a essência dos partidos políticos, destacando que são as pessoas que compõem um partido que desempenham um papel central em sua capacidade de fornecer clareza e orientação política.

Primeiramente, a análise da citação de Berstein reforça a importância dos indivíduos que constituem um partido. São os membros do partido que compartilham valores, crenças e objetivos semelhantes, formando a base sobre a qual a ideologia do partido é construída. Através dessa conexão de objetivos, os membros encontram um senso de pertencimento e identificação, o que fortalece a coesão interna do partido.

Além disso, a citação de Berstein destaca a responsabilidade dos partidos políticos em esclarecer questões para seus seguidores e para a sociedade em geral. Os partidos são entidades que buscam representar as visões e interesses de seus membros e, por extensão, dos eleitores que os apoiam. Ao articular suas plataformas políticas e propor soluções para os desafios enfrentados pela sociedade, os partidos fornecem orientação e direção para os cidadãos na tomada de decisões políticas.

No entanto, é importante reconhecer que, embora Serge Berstein destaque a relevância dos indivíduos em um partido, o sucesso de um partido político também é influenciado por fatores externos, como a dinâmica política, econômica e social do país. Além disso, a capacidade de um partido em esclarecer e orientar está sujeita à sua habilidade em articular suas propostas de forma clara e persuasiva, bem como em adaptar sua mensagem às mudanças nas demandas e preocupações da sociedade.

Serge Berstein ressalta que um partido político é, acima de tudo, uma congregação de indivíduos unidos por um objetivo comum. A clareza e a orientação que um partido pode

⁷¹ BERSTEIN, Serge. **Os partidos**. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁷²BERSTEIN, Serge. **Os partidos**. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 72

fornecer estão intrinsecamente ligadas às pessoas que o compõem. No entanto, a eficácia de um partido em esclarecer e orientar também depende de fatores externos e da habilidade do partido em se comunicar de maneira eficaz.

Continuando a análise de Berstein, o autor fala sobre a origem dos partidos políticos modernos, que surgiram a partir das revoluções burguesas do século XVIII e XIX. Ele destaca a importância do Iluminismo e da Revolução Francesa para o surgimento dos partidos políticos, que se tornaram uma forma de representação das diferentes correntes ideológicas da época.⁷³

O autor também faz uma análise crítica das principais ideologias que orientaram os partidos políticos europeus ao longo da história, incluindo o liberalismo, o socialismo, o conservadorismo e o nacionalismo. Ele discute as diferentes formas de organização e atuação dos partidos políticos, bem como suas relações com o Estado e a sociedade.

Além disso, Berstein também aborda as crises e transformações que afetaram os partidos políticos europeus ao longo do século XX, incluindo as duas guerras mundiais, a ascensão do fascismo e do comunismo, e a crise da democracia representativa na década de 1970.

Uma das principais contribuições do autor é a sua abordagem histórica, que permite entender como os partidos políticos surgiram, como se organizaram e como atuaram ao longo dos séculos XIX e XX. Para isso, Berstein parte das origens dos partidos políticos modernos na França revolucionária e em outros países da Europa Ocidental, mostrando como a luta política passou a ser canalizada através de organizações partidárias que representavam diferentes interesses e ideologias.

O autor também se dedica a analisar as diferentes correntes ideológicas que influenciaram os partidos políticos europeus ao longo do tempo. Dessa forma, ele examina as raízes do liberalismo e do conservadorismo, bem como as diversas vertentes do socialismo e do comunismo, mostrando como essas ideologias se traduziram em programas políticos concretos e como disputaram o poder em diferentes momentos históricos.

Além disso, o texto também é marcado por uma reflexão crítica sobre a relação entre os partidos políticos e as instituições democráticas. Berstein mostra como, ao longo do século XX, a democracia representativa passou por crises profundas, como a ascensão do fascismo e do

⁷³ BERSTEIN, Serge. **Os partidos**. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 68

comunismo, a desilusão com a política e a emergência de novos movimentos sociais. O autor também destaca as transformações recentes nos sistemas partidários europeus, como a crise dos partidos tradicionais e o surgimento de novos partidos, bem como as implicações dessas mudanças para a governabilidade e a estabilidade democrática na Europa.

Em termos de crítica, é importante destacar que o texto de Berstein é bastante denso e detalhado, o que pode dificultar a leitura para leigos no assunto. Além disso, alguns leitores podem discordar das posições do autor em relação a algumas questões, como por exemplo, sua defesa do socialismo democrático e sua crítica ao neoliberalismo.

No entanto, é inegável que o texto de Berstein é uma referência importante para o estudo da história dos partidos políticos na Europa, oferecendo uma análise crítica e abrangente das diferentes correntes ideológicas e das transformações que afetaram o cenário político europeu ao longo do século XX está presente no livro "Por uma história Política" de René Rémond.

Pierre Bourdieu, oferece uma ideia que contrasta em certos aspectos com a ideia de um partido político como uma reunião de indivíduos em torno de um objetivo comum, conforme discutido anteriormente. A abordagem de Bourdieu enfatiza a dinâmica de poder e as estruturas de desigualdade que moldam as relações sociais, incluindo a delegação de poder.

Bourdieu argumenta que as estruturas sociais e as hierarquias de poder moldam a forma como as decisões são tomadas e o poder é delegado em uma sociedade. Ele introduz o conceito de "capital simbólico" para descrever como o prestígio, a reputação e outros recursos intangíveis afetam a distribuição de poder e influência. Isso contrasta com a ideia de um partido político como uma reunião de indivíduos com um objetivo comum, pois Bourdieu ressalta que nem todos os membros de um grupo têm igualdade de voz ou capacidade de influenciar as decisões.⁷⁴

De acordo com Bourdieu, a delegação de poder muitas vezes não é apenas uma questão de compartilhar um objetivo comum, mas sim uma dinâmica complexa moldada por fatores como a posição social, o capital cultural e as relações de poder dentro de um grupo. Em muitos

⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: **Coisas Ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984. p. 189.

casos, aqueles que têm mais capital simbólico ou acesso a recursos importantes têm maior influência na tomada de decisões, o que pode levar a desigualdades de poder e representação.⁷⁵

Portanto, enquanto a ideia de um partido político como uma reunião de indivíduos em torno de um objetivo comum enfatiza a unidade e a clareza da mensagem, a perspectiva de Bourdieu destaca a complexidade das dinâmicas de poder e a delegação de poder em grupos sociais, sugerindo que nem todos os membros têm igualdade de influência ou participação nas decisões. Isso enfatiza a importância de analisar as estruturas subjacentes de poder e desigualdade ao considerar como as decisões são tomadas e o poder é delegado em contextos políticos e sociais.⁷⁶

A Primeira República foi um período marcado pela consolidação do sistema político oligárquico, no qual um pequeno grupo de elites políticas controlava o poder em nível local e nacional. Nesse contexto, os partidos políticos desempenharam um papel fundamental como instrumentos de representação e organização política.⁷⁷ A obra de Vamireh Chacon oferece uma análise profunda e detalhada dos principais partidos políticos que atuaram na Primeira República, incluindo o Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Republicano Mineiro (PRM), o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Republicano Gaúcho (PRG), entre outros.

O autor destaca a importância desses partidos na construção do sistema político oligárquico, mostrando como eles se articulavam em torno de interesses regionais e econômicos, e como disputavam o poder em nível nacional. Chacon também examina as estratégias e táticas políticas utilizadas pelos partidos para se manterem no poder, incluindo o clientelismo, o coronelismo e o voto de cabresto.

No entanto, o texto também faz uma crítica às limitações do sistema político oligárquico e à falta de participação popular na vida política do país. Chacon destaca como os partidos políticos se tornaram cada vez mais distantes dos interesses da população em geral, e como a concentração de poder nas mãos de uma elite política restrita levou a uma crise de representatividade e legitimidade, bem como a concentração de poder nas mãos de uma elite

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: **Coisas Ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984. p. 193.

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: **Coisas Ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984. p. 204

⁷⁷ CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. 3. ed. ampl. atual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 67.

restrita, que muitas vezes governa em benefício próprio, em detrimento dos interesses da população em geral.

A obra de Chacon é uma fonte valiosa para entender a história política do Brasil. Ela oferece uma análise detalhada e crítica dos partidos políticos da Primeira República, e mostra como esses partidos moldaram o sistema político brasileiro em sua forma atual. A obra também é importante porque ajuda a entender algumas das raízes dos problemas políticos e sociais que o país ainda enfrenta hoje, como a corrupção, a concentração de poder e a falta de participação popular na vida política.

Diante do exposto, agora apresentamos uma análise da formação dos principais partidos republicanos surgidos no Amazonas da *belle époque*, durante os momentos iniciais da Primeira República.

1.3.1 Os Partidos Democrático e o Nacional

O regime dos primeiros partidos republicanos no Estado do Amazonas conta com a criação, inicialmente, do Partido Democrático e do Partido Nacional, ocorrendo em um contexto de disputas e busca de hegemonia pela tomada do poder. Esses partidos foram criados durante a implementação do regime republicano e seus membros eram originários dos antigos Partidos Liberal⁷⁸, Partido Conservador e do Club Republicano.

Durante o período provincial amazonense, as relações entre os partidos políticos Liberal e Conservador não podem ser consideradas harmoniosas. Além dos interesses políticos e ideológicos, havia também os interesses particulares dessas elites políticas. Mesmo diante da tentativa do governo imperial de controlar as políticas das províncias por meio da escolha dos presidentes.⁷⁹

Os interesses comuns da sociedade eram frequentemente negligenciados pelos liberais e conservadores na Assembleia provincial, resultando em uma constante briga pela obtenção da hegemonia política dentro da Assembleia. Isso poderia garantir inúmeras vantagens, como

⁷⁸ Os integrantes do Partido Liberal passaram a fazer parte do Partido Democrático.

⁷⁹ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder.** Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 23

a obtenção de verbas para manterem seus poderes em suas áreas de hegemonia eleitoral ⁸⁰. As articulações em torno da ocupação de cargos nas comissões permanentes da Assembleia Provincial eram uma maneira dos deputados se alinharem com seus pares para garantir a prevalência de seu jogo político. No ano de 1888, por exemplo, a Assembleia contava com 10 deputados do Partido Conservador e 13 do Partido Liberal.⁸¹

Nessas comissões, nomes importantes do Partido Liberal se destacaram, ocupando a presidência das principais comissões entre 1888 e 1889, como a de Poderes e da Fazenda. Os principais nomes do Partido Liberal que conseguiram esses postos foram Emílio José Moreira, João Wilkens de Matos e Raymundo da Rocha Felgueiras. É crucial perceber que o jogo político não visava apenas a defesa de interesses individuais, mas sim dos interesses do próprio partido e de seus correligionários de uma forma geral.⁸²

Em meio às relações conflituosas entre liberais e conservadores, Amâncio de Miranda, membro do Partido Conservador, foi alvo das maiores críticas por parte dos liberais e dissidentes conservadores. Tavares Neto sugere que essas críticas, que incluíam acusações de corrupção, podem ter sido motivadas pela proximidade de Miranda com os republicanos, especialmente Domingos Theóphilo Carvalho Leal. Apesar de os políticos locais não se mostrarem totalmente subordinados ao poder central, articularam-se contra a iniciativa de escolha dos presidentes provinciais vinda do Rio de Janeiro, considerando a República como um regime contrário ao centralismo do império e uma forma de autonomia administrativa e tomada de decisões.⁸³

Após a confirmação do fim do regime monárquico, os membros dos partidos monarquistas (Conservador e Liberal) do Amazonas se inseriram no novo sistema político sem resistência, filiando-se ao Partido Nacional (Conservadores) e Partido Democrático

⁸⁰ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder.** Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 34

⁸¹ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder.** Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 35

⁸² NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder.** Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 37

⁸³ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder.** Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 41

(Liberais).⁸⁴Na tomada do poder no Amazonas, os republicanos buscaram liderar com o Club Republicano Amazonense, mas foram os militares que efetivamente controlaram a formação de um governo provisório, como vimos anteriormente.

Comparativamente ao Pará, onde o presidente da província resistiu inicialmente à transição, no Amazonas, Manoel Francisco Machado não promoveu resistência, optando por uma estratégia de sobrevivência política ao novo jogo poder. Isso ficou evidente quando Machado, tempos depois, tornou-se senador eleito pelo Estado do Amazonas⁸⁵.

O Partido Democrático tinha em seus quadros homens públicos que faziam parte do antigo Partido Liberal. Entre seus fundadores estão nomes como Manoel Francisco Machado, Deodato Gomes da Fonseca, Silvério Nery, Raimundo Antônio Fernandes, Francisco Públio Ribeiro Bittencourt, Ferreira Pena, além do próprio Eduardo Ribeiro que se declarou um dos fundadores do partido⁸⁶. Esse partido também ficou conhecido como Partido dos Moreiras⁸⁷, em referência aos seus principais líderes, Guilherme e Emílio Moreira, que outrora foram os grandes líderes dos liberais no período provincial.

A fundação do Partido Democrático, no dia 27 de julho de 1890 aconteceu a fundação e formação de um partido republicano no Estado do Amazonas. Essa agremiação reuniu agentes ligados a atividades liberais, como médicos, advogados, jornalistas e professores, que compartilhavam uma visão política comum e buscavam uma maior participação no cenário político da época.

Um aspecto interessante a ser destacado é a diversidade de origens dos membros do partido. Enquanto muitos eram naturais do Amazonas, boa parte de seus partidários tinham origem em outras localidades, principalmente do nordeste do Brasil. No entanto, é notável que muitos desses indivíduos já estavam estabelecidos no Estado e possuíam laços familiares e

⁸⁴ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder**. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 54

⁸⁵ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder**. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 57-58

⁸⁶ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. p. 249

⁸⁷ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a 10 de junho de 1892**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897. p. 49.

econômicos na região. Isso mostra como o processo de formação de um partido político pode transcender fronteiras geográficas e envolver agentes de diferentes origens e contextos.⁸⁸

Essa diversidade de origens e laços familiares e econômicos pode ter contribuído para a formação de uma coalizão política sólida, que se uniu em torno de objetivos e interesses comuns. Além disso, a presença de profissionais liberais e intelectuais no partido pode ter trazido uma maior diversidade de ideias e perspectivas para as discussões políticas.

No entanto, é importante destacar que, apesar dessa diversidade, o partido também pode ter enfrentado desafios relacionados à coesão interna e à articulação de uma agenda política comum. A diversidade de origens e interesses dos membros do partido poderia levar a conflitos internos e divergências de opinião sobre questões políticas e estratégias partidárias. Esses homens públicos desempenharam papéis de destaque na política do Amazonas e foram responsáveis por moldar a ideologia e a agenda política do Partido Democrático na região.

O Partido Democrático, ao ter origem no antigo Partido Liberal, herdou uma tradição política voltada para os interesses de um grupo da elite local. Sua base de apoio incluía comerciantes, proprietários de terras, profissionais liberais e outros grupos influentes da sociedade amazonense. Em seus quadros, havia uma combinação de lideranças políticas com experiência na política imperial e novos líderes emergentes no contexto republicano.

No entanto, é importante ressaltar que, como em qualquer partido político, o Partido Democrático também enfrentou desafios internos e divergências de opinião. As lideranças do partido tiveram que lidar com questões de alianças políticas, disputas por poder e divergências ideológicas, buscando sempre equilibrar os interesses de diferentes grupos e setores da sociedade, isso fica evidente na sucessão de Eduardo Ribeiro, que ocasionará a ruptura do partido, como veremos mais adiante.

Por sua vez, o Partido Nacional nasceu do antigo Partido Conservador, de uma dissidência do Partido Democrático, do qual Ferreira Penna havia rompido, e do Partido Federalista⁸⁹, sendo fundado em 21 de setembro de 1890. Ferreira Penna, Jonathas Pedrosa e

⁸⁸ Diário de Manaus. Anno I, n° 253, p.2.

⁸⁹ Havia sido fundado em 22 de maio de 1890, teve breve atuação, em que seus membros discordaram das candidaturas ao senado e câmara federal. Os líderes desse partido eram Jonathas Pedrosa, Clarindo Queiroz e Agelílio Pereira da Silva. **AMAZONAS**, ANO XVI, n° 2026, Manaus, 26 de julho de 1890. p. 2

Agésilao Pereira da Silva (proprietário do jornal Diário de Manaus) foram as principais figuras entre os nacionais.⁹⁰

É interessante notar que o nome Partido Nacional foi adotado como homólogo do partido que existia na Bahia. Essa escolha pode ter sido motivada pela intenção de projetar uma imagem de patriotismo e identificação com valores nacionais, destacando o caráter nacionalista do partido.⁹¹

A adoção do nome Partido Nacional pode ter sido uma estratégia política para atrair o apoio de setores da sociedade que valorizavam a ideia de unidade e defesa dos interesses nacionais. O uso de termos como "nacional" e "patriotas" pode ter apelado para um sentimento de pertencimento e identidade com o país, buscando estabelecer uma conexão emocional com o eleitorado.

Além disso, a escolha desse nome também pode ter sido uma forma de diferenciar o Partido Nacional de outras agremiações políticas no Amazonas, destacando suas características únicas e sua identidade própria. Como parte de sua estratégia política, o Partido Nacional também pode ter buscado estabelecer alianças e parcerias com outros partidos que compartilham de valores semelhantes, buscando ampliar sua base de apoio e fortalecer sua posição política.

Em última análise, a escolha do nome Partido Nacional pode ter sido uma decisão estratégica para projetar uma imagem de patriotismo e unidade, buscando atrair eleitores e consolidar sua posição como uma força política relevante no Amazonas. Essa abordagem é comum na política, onde os partidos frequentemente utilizam nomes e símbolos que apelam para valores e sentimentos compartilhados pelo eleitorado, na busca por ganhar a confiança e o voto do povo.

É importante destacar que essas elites políticas, que fizeram parte tanto do Partido Democrático quanto do Nacional, tiveram sua trajetória de formação a partir de aspectos sociais, políticos e culturais que lhes permitiram distinguir-se como tal. Esses aspectos incluíam o controle sobre recursos naturais e médicos, o acesso à educação e à cultura, e a habilidade de estabelecer alianças políticas com outros grupos de poder.

⁹⁰ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. p. 251

⁹¹ AMAZONAS, ANO XXVI, N° 2073, p. 1

As relações entre o Partido Democrático e o Partido Nacional foram marcadas por fortes conflitos ao longo do período histórico analisado. Ambos os partidos representavam diferentes interesses e grupos políticos, o que levava a uma competição acirrada pelo poder e influência no Estado do Amazonas.

Um exemplo dessa oposição ocorreu durante o governo de Thaumaturgo de Azevedo, que estava ligado ao Partido Nacional. O Partido Democrático, por sua vez, foi uma forte oposição ao seu governo, contestando suas políticas e ações administrativas. Esses conflitos políticos culminaram na deposição de Thaumaturgo de Azevedo do poder em fevereiro de 1892, por questões que envolviam tanto interesses locais quanto nacionais.

Por outro lado, quando Eduardo Ribeiro assumiu o governo do Amazonas, o Partido Nacional também se opôs ao seu governo, sendo acusado por Ribeiro, de tentar depô-lo do cargo entre dezembro de 1892 e fevereiro de 1893. Essa oposição ao governo de Ribeiro também se relacionava a disputas políticas e interesses conflitantes entre os dois partidos.

As acusações mútuas de tentativas de deposição refletem a intensa rivalidade entre o Partido Democrático e o Partido Nacional. Essas disputas políticas não eram apenas uma questão de diferenças ideológicas, mas também de interesses e ambições políticas das lideranças e grupos envolvidos.

Percebemos essas disputas como uma busca por acumulação de capital político e por posicionamento favorável no campo político. As elites políticas dos dois partidos competiam pelo controle dos recursos e oportunidades políticas, buscando aumentar sua influência e poder dentro do cenário político.

Cabe ressaltar que a dinâmica política da Primeira República no Amazonas foi fortemente influenciada pela atuação dos partidos políticos, que buscavam consolidar seu poder e influência na sociedade. Nesse contexto, os jornais desempenharam um papel crucial como veículos de difusão e legitimação das ideias partidárias.

Os partidos políticos da época, representando diferentes grupos de elites, perceberam nos jornais um meio eficaz de moldar as percepções da sociedade de acordo com suas visões de mundo. O *Jornal do Amazonas*⁹², como órgão oficial do Partido Democrático, e o *Diário de*

⁹² Fundado por Antonio da Costa Mendes. Começou a circular em 9 de julho 1866, encerrou suas atividades em 1921. Foi órgão do Partido Conservador (1877), órgão do Partido Liberal (1877), Órgão do Partido republicano Democrático (1892) e órgão do Partido Republicano Federal (1896-1904). Teve como diretores: José Carneiro

*Manáos*⁹³, ligado ao Partido Nacional, destacaram-se como os principais propagadores das ideologias dessas agremiações.

Nesse sentido, os jornais não eram meros portadores de informações, mas sim instrumentos ativos na construção e legitimação das posições políticas das elites. Através da seleção de pautas, abordagem editorial e escolha de discursos a serem veiculados, eles contribuíam para a consolidação do capital político das agremiações e a reprodução das hierarquias sociais.

Os jornais partidários não apenas refletiam as visões das elites políticas, mas também desencadeavam um processo de influência mútua entre as agremiações e a sociedade. Os leitores, ao consumirem o conteúdo desses jornais, eram expostos a uma construção particular da realidade política, moldando suas percepções e atitudes.

Assim, os jornais se tornaram espaços de disputa simbólica, onde as elites políticas buscavam impor suas perspectivas e interesses sobre o público. Através de estratégias comunicacionais, esses veículos contribuíam para a formação de uma consciência política alinhada aos valores e propósitos das agremiações partidárias, reforçando as dinâmicas de dominação e poder que caracterizaram a Primeira República no Amazonas.

É importante ressaltar que esses conflitos e rivalidades entre os partidos políticos não são exclusivos do Amazonas ou do período histórico analisado. As lutas políticas e a busca por poder são fenômenos recorrentes em diferentes contextos sociais e históricos, em que na Primeira República terão bastante recorrência.

1.4. De Augusto de Ximeno de Velleroy à Thaumaturgo de Azevedo: Os Primeiros Governadores do Estado do Amazonas

dos Santos (1873), Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt (1895) e Raimundo Salgado dos Santos. (Ver: SANTOS, Francisco Jorge dos. et al. **Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Catálogo de Jornais. 2. ed. revisada. Manaus: Edua, 1990. p.34-35)

⁹³ Circulou no Estado do Amazonas de 1890 a 1894. Teve como proprietários Agesilão Pereira da Silva e Regalado Baptista. (Ver: SANTOS, Francisco Jorge dos. et al. **Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Catálogo de Jornais. 2. ed. revisada. Manaus: Edua, 1990. p.78-79)

Após o breve período da Junta Governativa, o cargo de governador do Amazonas foi ocupado pelo Tenente Augusto Ximeno de Villeroy, nomeado para essa função por Deodoro da Fonseca. O governo de Villeroy, embora de curta duração, foi marcado pelo apoio limitado e pela busca de conter os gastos públicos.⁹⁴

Essa fase governamental de Villeroy pode ser analisada criticamente sob diferentes aspectos. Por um lado, a breve duração do mandato pode ter limitado a capacidade do governador de implementar ações efetivas e consolidar políticas públicas de longo prazo. A menção ao apoio restrito que recebeu também pode ser objeto de análise, levando-se em conta as possíveis razões para esse cenário, como disputas políticas ou falta de adesão da elite local ao novo governo republicano. Além disso, a preocupação com o controle dos gastos públicos demonstra a sensibilidade em relação às questões financeiras e a necessidade de encontrar soluções para as dificuldades econômicas do período.

Foi durante seu governo que se realizaram as eleições dos representantes do Amazonas no Congresso Constituinte sendo eleitos Manoel Francisco Machado⁹⁵, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho⁹⁶ e Joaquim Paes da Silva Sarmento⁹⁷ (senadores) e como deputados federais foram escolhidos Manoel Belfort Vieira⁹⁸ e Manoel Uchôa Rodrigues⁹⁹. A realização das eleições para o Congresso Constituinte destaca a importância do momento histórico em que o Amazonas se inseriu, com a participação ativa na definição das bases políticas e institucionais da nova República. A escolha dos representantes também pode ser analisada em termos de representatividade política e da diversidade de interesses e grupos presentes na região amazônica.

⁹⁴ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 248

⁹⁵ Nasceu em Óbidos (PA) no dia 10 de novembro de 1838. Foi último presidente de Província do Amazonas. Era membro do Partido Liberal durante o Império.

⁹⁶ Natural da Bahia. Engenheiro Militar de Formação. Foi deputado provincial e Senador pelo Amazonas durante o Período republicano.

⁹⁷ Ele ocupou diversos cargos ao longo de sua carreira, incluindo inspetor do ensino, tenente-coronel da Guarda Nacional e chefe da Fazenda Pública na Província do Amazonas. Além disso, desempenhou papéis importantes como segundo vice-presidente e presidente interino da Província do Amazonas em 1884. Posteriormente, tornou-se senador da República do Brasil, exercendo o cargo de 1890 a 1903. Em Manaus, foi superintendente municipal substituto de 1911 a 1913 e prefeito interino em 1911. Destacou-se ainda como presidente da província do Amazonas de 12 de julho a 11 de outubro de 1884.

⁹⁸ Nomeado em 14 de fevereiro de 1890, ele assumiu o cargo de segundo vice-governador do Amazonas. Além disso, governou o Maranhão por três mandatos, de 25 de julho a 28 de outubro de 1890, de 8 de janeiro a 30 de novembro de 1892 e de 2 de fevereiro a 13 de agosto de 1895. Participou como constituinte em 1890, representando o Amazonas na Câmara dos Deputados. Em 1897, foi eleito senador pelo Maranhão e, posteriormente, pelo Amazonas.

⁹⁹ Natural do Maranhão. Foi Militar, sendo colega de classe de Eduardo Ribeiro.

A escolha de Villeroy, ao posto de governador do Estado, era, sem dúvida, uma forma de o Governo Central controlar a política e a economia do Amazonas, pois a economia da borracha se mostrava numa crescente, neste ponto, afirma Mário Sylvio Puga Ferreira: “O Governo Provisório ao enviar Villeroy para o Amazonas buscava ter à frente dos negócios do Estado alguém da sua mais absoluta confiança, principalmente ao administrar finanças públicas que cresciam impulsionadas pela exportação de borracha.”¹⁰⁰

A escolha de Villeroy para o cargo de governador do Estado do Amazonas demonstra a intenção do Governo Provisório em exercer controle sobre a política e a economia da região, especialmente em um momento em que a economia da borracha estava em franca expansão. Essa indicação refletia a busca por ter alguém de confiança do Governo Central à frente dos negócios do Estado, especialmente ao lidar com as crescentes finanças públicas impulsionadas pelas exportações de borracha.

Essa nomeação estratégica de Villeroy pode ser analisada criticamente sob a perspectiva da centralização do poder nas mãos do Governo Provisório e da busca por assegurar sua influência sobre regiões estratégicas, como o Amazonas, que desempenhavam um papel importante na economia e na política da época. A crescente exportação de borracha, impulsionada pela demanda internacional, tornava o Amazonas uma região de grande interesse econômico e estratégico.

Nesse sentido, é relevante examinar como a presença de Villeroy no governo do Amazonas impactou as decisões políticas e econômicas tomadas durante o período inicial da República. A nomeação de alguém de confiança do Governo Central também pode ter gerado tensões e conflitos com outras forças políticas e econômicas locais, que poderiam ver a indicação de Villeroy como uma interferência nos assuntos do Estado.

Analisando o governo de Ximeno de Villeroy, João Rozendo Tavares Neto afirma que o governador via sua luta contra os homens públicos do Amazonas como algo desgostoso e, por isso, insistiu em ser exonerado. Esse episódio evidencia que, durante a República no Amazonas, as relações entre os integrantes do governo central nomeados para o Estado e os políticos locais não foram amistosas, culminando na renúncia do governador.¹⁰¹

¹⁰⁰ FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política**, p. 186.

¹⁰¹ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder**. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p.70

A sucessão de governadores no Amazonas durante o período de transição para a República reflete uma série de acontecimentos políticos e disputas de poder. Após a renúncia de Villeroy devido a questões pessoais, a nomeação de seu sucessor tornou-se um processo complexo. Guilherme José Moreira¹⁰², o 1º vice-governador, não estava presente em Manaus, o que levou à entrega do cargo a Eduardo Gonçalves Ribeiro, diretor de obras. Ribeiro, por sua vez, acaba sendo eleito 2º vice-governador e assume oficialmente o cargo de governador somente em janeiro de 1891.¹⁰³

Durante seu governo, Eduardo Ribeiro ganhou popularidade junto à população, mas em abril de 1891, Deodoro da Fonseca decide demiti-lo do cargo de governador. Ribeiro alega que sua demissão foi influenciada pelo Senador Joaquim Sarmiento.¹⁰⁴ Essa mudança no comando do governo estadual culmina com a indicação do nome de Gregório Thaumaturgo de Azevedo para o cargo de governador.¹⁰⁵

Esses acontecimentos podem ser interpretados à luz das disputas políticas e da busca por controle e influência no novo regime republicano. A sucessão de governadores no Amazonas revela as complexidades das alianças e dos interesses políticos em jogo, com agentes como Deodoro da Fonseca e o Senador Joaquim Sarmiento desempenhando papéis-chave na tomada de decisões. A popularidade de Eduardo Ribeiro junto à população pode ter sido um fator relevante nesse cenário, mas também é possível que questões políticas e estratégicas tenham pesado na sua demissão.

Uma característica dos primeiros anos da República no Amazonas será uma grande rotatividade de agentes políticos no cargo executivo, diante disso e para demonstrar tal afirmação preparamos uma tabela com os governadores do Estado entre 1889 a 1912 que estará nos apêndices de nossa pesquisa.

A análise desses eventos permite compreender como se deram as mudanças no comando político do Amazonas durante os anos iniciais República e como as disputas pelo poder

¹⁰² Barão de Juruá, nasceu em 25 de junho de 1835, em Salvador, e faleceu em 23 de setembro de 1899. Iniciou sua carreira como negociante em Manaus após se transferir para o Amazonas em 1854, co-fundador a firma Moreira & Irmão com seu irmão Emílio Moreira. Além de ser vereador eleito e presidente da Câmara Municipal de Manaus, Moreira foi presidente da província do Amazonas em dois períodos, de 27 de fevereiro a 7 de março de 1878 e de 16 de fevereiro a 11 de março de 1884.

¹⁰³ LOUREIRO, Antonio J. Souto. **Síntese da História do Amazonas**, p. 224

¹⁰⁴ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a 10 de junho de 1892**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897. p. 10.

¹⁰⁵ Carta de Nomeação de Thaumaturgo de Azevedo ao governo do Amazonas. Acervo particular de Alfredo Loureiro.

influenciaram a nomeação e a destituição dos governadores estaduais. A partir desses acontecimentos, pode-se perceber como as dinâmicas políticas locais se relacionam com os interesses do Governo Central, e como os atores políticos buscavam garantir sua posição de influência em um contexto de mudanças significativas na estrutura política do país.

A notícia da demissão de Eduardo Ribeiro, de acordo com Arthur Reis, fez com que o povo saísse às ruas protestando contra este ato de demissão de Eduardo Ribeiro.¹⁰⁶ Com isso, em 12 de abril de 1891, na praça da República, reunidos um grupo de pessoas, que elaboram um manifesto em favor da continuidade de Ribeiro no cargo de governador, com o seguinte teor:

em vista da demissão traiçoeiramente conseguida do Governo Geral pelos inimigos da República, do cidadão Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que a contento da população do Amazonas está dirigindo os destinos do Estado, resolveu a mesma população aclamar o referido Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, governador efetivo do Estado do Amazonas. Em seguida o mesmo povo depôs a Intendência Municipal por não mais lhe merecer confiança. E por ser esta a vontade do povo, foi aceita e assinada pelos presentes.¹⁰⁷

O teor do manifesto é uma nítida perspectiva de defesa de Eduardo Gonçalves Ribeiro, retratando-o como um governante que gozava do apoio da população do Amazonas e que foi injustamente demitido por seus inimigos políticos. Segundo a narrativa, a população acolheu de maneira positiva o governo de Ribeiro e, em resposta à sua demissão, o aclamou como governador efetivo do Estado. Além disso, a citação destaca que o povo também depôs a Intendência Municipal, indicando uma manifestação mais ampla de insatisfação com a gestão local.

É importante observar que essa defesa é apresentada sob a ótica do próprio Eduardo Gonçalves Ribeiro, estando sujeita a uma idealização do seu governo. Como em muitos eventos históricos, as narrativas podem ser moldadas para destacar aspectos positivos de determinados líderes ou para justificar ações tomadas em seu favor. É possível que a aclamação de Ribeiro pelo povo refletisse uma efetiva popularidade e satisfação com suas políticas e ações governamentais, mas também é importante considerar possíveis influências políticas e manobras em seu favor.

¹⁰⁶ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 248

¹⁰⁷ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador ...**, p. 10

O manifesto, assinado por 363 pessoas, revela uma rede de indivíduos influentes da política local, cujos nomes representam uma parcela da elite política no contexto da época. A presença de políticos como Jonathas de Freitas Pedrosa, Leonardo Antonio Malcher, Francisco Ferreira de Lima Bacury¹⁰⁸, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, Cyriaco Alves Muniz, Felisberto Piá de Andrade e outros no manifesto indica sua relevância na arena política regional e sua capacidade de mobilizar apoio em torno de questões importantes, esses indivíduos ocupam posições de destaque e exercem um papel fundamental na distribuição e manutenção do poder político na sociedade..

Diante disso, entendemos que as elites do poder são um grupo social cuja posição é definida por sua posse de recursos específicos, como capital político, econômico e cultural. No caso desse manifesto, podemos inferir que esses líderes políticos possuem capital político, ou seja, possuem uma base de seguidores e apoiadores, o que lhes confere influência e poder na tomada de decisões políticas.

Além disso, a assinatura conjunta do manifesto demonstra um certo grau de unidade e cooperação entre esses membros da elite política local, o que pode indicar alianças e acordos em torno de interesses comuns. Essa cooperação pode ser vista como uma estratégia para fortalecer a posição desses indivíduos no cenário político regional e para promover suas agendas.

O jornal *Diário de Manaus*¹⁰⁹, em sua edição de 13 de abril de 1891, relata os acontecimentos da aclamação de Eduardo Ribeiro por populares no dia anterior, atribuindo sua

¹⁰⁸ Lima Bacury que era membro do Partido Democrático e, conseqüentemente, aliado do governador Eduardo Ribeiro, relatou sua versão dos fatos ocorridos na passagem do ano de 1892, como também os de fevereiro de 1893. Muito embora tenha Lima Bacury vivenciado esses momentos de tentativa de deposição do governador Ribeiro, percebemos em sua fala uma forte tendência em mostrar os membros do Partido Nacional como sendo os únicos vilões desses acontecimentos, preservando assim uma forte visão governista sobre os fatos. Lima Bacury havia participado do movimento que tentou derrubar o governador Thaumaturgo de Azevedo, sendo que durante os conflitos Bacury acabou sendo ferido no momento em que o grupo tentava concretizar a expulsão de Thaumaturgo do Palácio do Governo. (ver: NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder**. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 105)

¹⁰⁹ “Jornal cujo primeiro número circulou em Manaus no dia 04 de setembro de 1890 contando com assinantes semestrais ou anuais em outros estados do Brasil e no exterior. Seu último número é de 23 de março de 1894.” (SANTOS, Francisco Jorge; FREIRE, José Ribamar Bessa; PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto *et al.*(orgs.) **Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**: Catálogo de Jornais. 2ª edição revisada. Manaus: A Crítica, 1990, p. 79

demissão ao Partido Democrático, que teria influenciado o Presidente Deodoro da Fonseca nesse procedimento.¹¹⁰

Essas divergentes versões sobre a causa da demissão de Ribeiro revelam as disputas políticas e intrigas que permeavam o cenário político da época, destacando a importância dos partidos políticos como agentes influentes no jogo de poder no alvorecer da República no Amazonas.

Após a aclamação de Eduardo Ribeiro como governador, sua saída do cargo foi adiada temporariamente, mas sob a instrução do Governo Provisório da República, o Comandante de Flotilha, José Ignácio Borges Machado, foi incumbido de intimá-lo a deixar o posto em favor do vice-governador Guilherme José Moreira. Eduardo Ribeiro acatou a decisão e dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de professor na Escola Militar do Rio de Janeiro, Ribeiro alegou ter deixado o cargo devido à sua recusa em participar de negociações políticas locais consideradas questionáveis no Amazonas. Essa situação revela a interferência do Governo Central na política regional e expõe as tensões e conflitos existentes no cenário político local.¹¹¹

A chegada de Guilherme Moreira ao governo intensificou os ânimos entre os partidos Democrático e Nacional. Diante dessa tensão política, membros do Partido Nacional buscaram o apoio das forças armadas, representadas por Pia Andrade e Moreira César, na tentativa de impedir a posse do barão do Juruá no cargo de governador. No entanto, o plano não foi concretizado, e a posse de Guilherme Moreira ocorreu, evidenciando os conflitos e disputas políticas que marcaram o alvorecer republicano no Amazonas. Esses acontecimentos ressaltam a complexidade das relações de poder e a influência das forças armadas na política durante esse período histórico.¹¹² Mas, foi um governo de pouca duração, pois:

Com a deposição do governador Eduardo Ribeiro, o coronel Guilherme José Moreira assumiu a condição de governante numa passagem que durou apenas 20 dias. Afinal, o governo central ainda preservava a mesma preocupação de não deixar o poder local absolutamente nas mãos do representante do Partido Democrático [...] tanto que Moreira não conseguiu sequer completar um mês de governo.¹¹³

¹¹⁰ DIÁRIO DE MANÁOS, ANO I, Nº 277, Manaus, 13 de abril de 1891. 1

¹¹¹ LOUREIRO, Antônio J. Souto. **Síntese da História do Amazonas**, p. 224

¹¹² REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 250

¹¹³ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas**, p. 74

Diante disso, o governo central enviará para o Amazonas o coronel Antônio Gomes Pimentel para exercer o cargo de governador interino. Justamente, para que o executivo estadual não ficasse em posse de alguém não indicado pelo poder central.

Os momentos iniciais da República no Amazonas, as tensões políticas e disputas por poder foram evidentes, levando o Governo Central a intervir nos assuntos locais ao designar o coronel Antônio Gomes Pimentel como interventor para assumir o governo estadual. Essa intervenção demonstra a preocupação do governo central em manter o controle político na região e evitar o fortalecimento do Partido Democrático, que buscava apresentar novamente Eduardo Ribeiro como candidato ao cargo de governador. Sobre esse fato, o jornal *Diário de Manaus*, informa:

O sr. coronel Pimentel teve o bom senso de convencer aos amigos desse governador, e eles o patriotismo de se deixarem convencer por s. exc. de que essa eleição nem era conveniente para o Estado, nem talvez decente para o candidato apresentado para os seus aderentes.

Desta sorte com a chegada de s. exc. a candidatura do sr. tenente Eduardo Ribeiro foi imediatamente substituída pela do sr. dr. Thaumaturgo de Azevedo, e a eleição deste para presidente do Estado um fato consumado poucos dias depois.¹¹⁴

A nomeação de Pimentel como interventor foi uma estratégia para assegurar a governabilidade e a estabilidade política, revelando como as decisões do governo central exerceram influência direta na dinâmica política local durante o período da República. Essa intervenção centralizada do poder em questões locais suscitou debates e reflexões sobre a autonomia e a representatividade das instâncias políticas no Amazonas.

A indicação de Pimentel como interventor pode ser interpretada como uma medida para reafirmar a autoridade do governo central em um cenário político complexo e conflituoso, onde diferentes interesses e facções buscavam exercer controle sobre o destino do Estado. A intervenção também evidencia a dinâmica de negociação política entre o Governo Central e as elites locais, revelando as disputas de poder e a estratégia de cooptação adotada para garantir o alinhamento com os interesses do governo federal.

Nesse contexto, a figura de Antonio Gomes Pimentel surge como um representante da vontade e das decisões do governo central, reforçando a relação de dependência política entre

¹¹⁴ DIÁRIO DE MANÁOS, ANO II, Nº 41, Manaus, 22 de agosto de 1891. p.1

a região e a capital federal. Além disso, a presença de Eduardo Ribeiro como uma figura relevante no cenário político local e a tentativa de seu partido em apresentá-lo novamente como candidato ao cargo de governador evidenciam a persistência dos grupos políticos e suas aspirações em um ambiente de rearranjo político.

A nomeação de Pimentel como interventor pode ser vista, portanto, como um reflexo das estratégias adotadas pelo governo central para manter sua influência no Amazonas, buscando estabilidade política e governabilidade em meio às divergências e antagonismos da época.

A ocupação de Gomes Pimentel como interventor no governo do Amazonas revela a influência direta do Governo Central nas decisões políticas locais durante o período de transição para a República. Uma das principais determinações do Governo Central foi a eleição de uma Assembleia Constituinte no Amazonas, na qual o Partido Democrático obteve maioria dos membros. A principal meta dessa Assembleia era eleger e empossar Gregório Thaumaturgo de Azevedo como governador do Estado, o que ocorreu de forma consoante à vontade do Governo Central. Além disso, Guilherme José Moreira, líder do partido dominante na Assembleia, assumiu o cargo de Vice-Governador, consolidando a posição do partido no poder.¹¹⁵

A eleição indireta para o cargo de governador evidencia o papel central do Governo Central na definição da liderança política no Amazonas, demonstrando a articulação estratégica para manter o controle sobre as questões locais. A existência de cinco votos para Eduardo Ribeiro também revela a presença de políticos discordantes com a determinação do Governo Central, sinalizando a existência de vozes dissidentes em meio às interferências e negociações políticas impostas pela capital federal.

A nomeação de Gregório Thaumaturgo de Azevedo como governador e Guilherme José Moreira como vice-governador pode ser interpretada como uma estratégia do Governo Central para garantir a governabilidade e a estabilidade política no Amazonas, consolidando o controle sobre as instituições políticas do Estado.

Por fim, a eleição indireta e a presença de políticos discordantes ressaltam a importância das dinâmicas locais e das negociações políticas no contexto da transição para a República,

¹¹⁵ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas**, p. 75

revelando as complexidades e desafios enfrentados para a consolidação do novo regime político no Amazonas.

1.5 A deposição de Gregório Thaumaturgo de Azevedo

A eleição de Gregório Thaumaturgo de Azevedo como Governador Constitucional do Estado do Amazonas representou um marco significativo na política local durante a transição para a República. Contudo, ao ser eleito, Thaumaturgo de Azevedo não se encontrava no Estado. Em virtude disso, coube a seu vice, o coronel Guilherme José Moreira, também conhecido como o Barão do Juruá, assumir o cargo de forma provisória a partir de 30 de junho de 1891.

A ascensão de Guilherme José Moreira, o Barão do Juruá, ao posto de governador provisório do Estado do Amazonas após a eleição de Gregório Thaumaturgo de Azevedo como Governador Constitucional, proporcionou um cenário político marcado por tensões e conflitos entre as elites detentoras do poder. Nesse contexto, a atuação de Moreira no cargo demonstra como as disputas por poder e autonomia se manifestam no campo político, onde as elites buscam preservar seus interesses e posições de prestígio.

Dois meses decorridos, o dr. Thaumaturgo de Azevedo, vindo do Rio, foi empossado (1-9-1891) como primeiro governador constitucional do Estado. Encontrado os cargos públicos preenchidos, desgostou-se com os democráticos, que o apoiavam, pois tudo se fizera sem que o ouvissem.¹¹⁶

A relação de descontentamento e oposição entre Moreira e Thaumaturgo de Azevedo reflete uma luta pelo controle das decisões políticas e administrativas do Estado do Amazonas. Como representantes de diferentes grupos e interesses, ambos almejavam afirmar sua influência e autoridade no cenário político regional. A autonomia exercida por Moreira durante sua gestão provisória evidencia o seu papel como um agente político que busca maximizar seu capital simbólico e suas possibilidades de ação no campo político.

¹¹⁶ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 250

Essa tensão entre as duas figuras de poder pode ser interpretada sob a perspectiva da teoria das elites de Bourdieu, em que as relações de poder são entendidas como resultado de lutas simbólicas e estratégias de legitimação entre os agentes políticos. As elites, representadas por Moreira e Thaumaturgo, buscam controlar os recursos políticos e simbólicos para estabelecer suas posições dominantes no campo político. Nesse sentido, a atuação autônoma de Moreira durante sua gestão provisória pode ser vista como uma tentativa de ampliar sua influência e capital político, desafiando a autoridade de Thaumaturgo e reforçando sua posição no jogo de poder local.

Essa dinâmica de disputa e antagonismo entre as elites políticas no Amazonas exemplifica como as relações de poder são construídas e contestadas no contexto da transição para a República. A atuação do Barão do Juruá como governador provisório mostra como os membros da elite política utilizam estratégias e recursos específicos para defender seus interesses e posições no campo político, conformando uma dinâmica complexa de relações de poder e negociações políticas no estado do Amazonas.

Ao colocar aliados do Partido Democrático em posições de poder, o Barão de Juruá busca consolidar e ampliar sua base de apoio e capital político no campo político local. Essa estratégia pode ser compreendida como uma tentativa de desafiar e resistir ao controle exercido pelo poder central, representada por Deodoro da Fonseca, e de afirmar a sua autonomia como agente político no cenário regional.

As ações do Barão de Juruá podem ser interpretadas como parte de uma luta testemunhada pelo poder e pela legitimação de suas ações políticas. Ao agir de forma contrária às determinações do poder central, ele busca consolidar sua posição como representante dos interesses do Partido Democrático e como um agente político relevante no campo político local.

As disputas entre as elites no poder se tornaram evidentes, especialmente entre o governador Gregório Thaumaturgo de Azevedo e seu vice, o Barão do Juruá. Thaumaturgo de Azevedo, ao assumir o governo, apresentou uma ambiciosa agenda de reformas administrativas para modernizar e desenvolver o Estado do Amazonas, abrangendo setores como a instrução pública, obras, justiça, fazenda pública, comércio, agricultura, indústria, segurança e assistência pública.¹¹⁷

¹¹⁷ MENSAGEM do Exm^o. Sr. Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, lida perante o Congresso Amazonense na sessão de 15 de setembro de 1891. Typographia do Commercio do Amazonas. 1891.

No entanto, o grande desafio enfrentado por Thaumaturgo de Azevedo foi a obtenção dos recursos financeiros necessários para a implementação de suas reformas. Para isso, ele solicitou autorização legislativa para tomar um empréstimo significativo, o que esbarrava era a dificuldade de obter maioria no Congresso, já que o governo não contava com apoio suficiente para aprovar tais medidas.

Um ponto de divergência crucial entre Thaumaturgo de Azevedo e o Partido Democrático foi o cancelamento do contrato de esgoto, firmado na gestão interina do Barão do Juruá. O governador argumentou que o contrato traria grandes déficits aos cofres do Estado, comprometendo o orçamento por muitos anos devido aos elevados juros. Essa decisão gerou tensões e oposição por parte do Partido Democrático, que via o contrato como uma forma de desenvolvimento econômico.¹¹⁸

O conflito entre o Governo Central, representado por Gregório Thaumaturgo de Azevedo, e o poder político local, personificado em Guilherme Moreira e o Partido Democrático, se intensificou com o cancelamento do contrato de esgoto promovido pelo governador. Esse confronto gerou uma oposição contundente por parte do Congresso Legislativo, que passou a confrontar Thaumaturgo de Azevedo. Além disso, o jornal *Amazonas* desempenhou um papel crucial ao amplificar o discurso antagonista contra o governador, chegando a acusá-lo de prejudicar os cofres públicos por meio de transferências ilegais da predial "Villa Brandão", gerado em um déficit de aproximadamente 24.000\$000 réis para o Estado.¹¹⁹

O Partido Democrático liderou uma ampla oposição a Thaumaturgo de Azevedo, manifestando-se de forma contundente e até mesmo ameaçadora em relação ao governador. Esse antagonismo culminou na elaboração de um manifesto datado de 21 de dezembro de 1891, no qual membros importantes do partido, incluindo Guilherme José Moreira (Barão do Juruá), Deodato Gomes da Fonseca, Almino Álvares Affonso, Raymundo Antônio Fernandes e Francisco Públio Ribeiro Bittencourt, romperam oficialmente com Azevedo.

Forçados por circunstâncias alheias à nossa vontade, rompemos em oposição franca à administração do Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo. [...] A administração do Dr. Thaumaturgo continua a infelicitar o Amazonas com esbanjamento de dinheiros públicos, por meio de contratos onerosíssimos sem autorização.

¹¹⁸ MENSAGEM de 15 de setembro de 1891, p. 6

¹¹⁹ AMAZONAS, ANO XXVIII, Nº 3809. Manaus, 18 de novembro de 1892. p. 2.

S. exc., fora dos limites traçados pela Constituição, nos está governando despoticamente, e por esse motivo a sua demora aqui será de poucos dias, disso lhe asseguramos [Grifos nossos]. [...]

Pelo Amazonas, os amigos verão nossa atitude decidida perante a administração desse déspota e ingrato usurpador.¹²⁰

Nesse manifesto, os signatários deixaram explicitamente suas discordâncias com as políticas e decisões de Thaumaturgo de Azevedo, e reafirmaram a sua oposição ao governo estadual. Esse ato demonstra o poder da ação coletiva e da articulação política no campo político, bem como enfatiza as estratégias de deslegitimação utilizadas pelas elites em disputa pelo poder.

Esse episódio reflete as lutas acompanhadas e estratégias políticas empregadas pelas elites na busca pelo capital político e dominação do campo político. O manifesto do Partido Democrático revela a dinâmica de confronto e negociação entre diferentes grupos de poder na arena política do Amazonas, em um contexto inicial República e de consolidação das instituições políticas no Estado.

Por outro lado, em contrapartida, Thaumaturgo de Azevedo recebeu apoio expressivo do Partido Nacional e dos influentes jornais *Diário de Manáos* e *Commercio do Amazonas*. Os membros do Partido Nacional viram nessa aliança uma oportunidade de acessar o poder político, já que o apoio ao governador lhes permite estar próximo do centro decisório e contribuir para a tomada de decisões políticas. Além disso, essa parceria fortalece a oposição ao Partido Democrático, marcando uma dinâmica polarizada do cenário político da época.

O apoio manifestado pelo Partido Nacional, em reunião realizada em 6 de setembro de 1891, manteve a lealdade e o comprometimento com a governança de Thaumaturgo de Azevedo, evidenciando como as políticas de aliança eram fundamentais na busca por consolidar a influência e permanecer no poder. “Prestando-lhe o auxílio que em si couber, enquanto S. Exc., conservando-se fiel ao seu programa de moderação e de justiça para com todos, se mostrar dignos dos aplausos dos homens de bem da estima e gratidão dos seus administradores”.¹²¹ Nesse contexto, as lutas políticas e as estratégias de cooptação e aliança alcançaram um papel

¹²⁰ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador**, p. 16.

¹²¹ DIÁRIO DE MANÁOS, ANO II, Nº 55, Manaus, 10 de setembro de 1891. p. 3. No qual assinaram os presentes: Dr. Jonathas Pedrosa, Agesilão P. da Silva, Henrique Ferreira Penna de Azevedo, Francisco de Souza Pinheiro, Sergio Rodrigues Pessoa, José Carneiro dos Santos, Francisco Severiano Nunes.

crucial na manutenção e legitimação do poder, revelando as intrincadas disputas por capital político no campo político do Amazonas.

Novamente percebemos que essas disputas colocam os representantes do Estado, principalmente os membros do Partido Democrático, contra o Governo Federal e contra Thaumaturgo de Azevedo. Tais intrigas e conchavos levam o Congresso do Amazonas a fazer retaliação a Thaumaturgo de Azevedo quando nega o empréstimo de 14 mil contos pretendido pelo governador, pois, como já dissemos, a maioria dos representantes do Congresso Amazonense pertenciam aos quadros do Partido Democrático ou dos Moreiras. De acordo com Orange Feitosa,

A Assembleia Legislativa, tomada pelos democráticos, não lhe concedeu a autorização para rescindir o contrato e muito menos para fazer o empréstimo solicitado, desencadeando com essa negativa um período de desavenças, de ataques e contra-ataques através dos jornais, que redundariam, em alguns meses, na deposição do governante.¹²²

Diante das discordâncias e conflitos políticos no Amazonas, as questões envolvendo o empréstimo e o contrato de esgoto revelaram-se como pontos de tensão entre o governador Thaumaturgo de Azevedo e o Congresso Legislativo. A negativa do Congresso em conceder o empréstimo e autorizar o cancelamento do contrato criou um cenário de impasse e descontentamento.

O posicionamento dos jornais nesse contexto reflete a dinâmica das relações de poder e interesses que permeavam a imprensa da época. O *Diário de Manáos* (era órgão do Partido Nacional) e o *Jornal do Commercio*, ao oferecerem apoio irrestrito a Thaumaturgo de Azevedo, podem ter sido influenciados por diversos fatores. Primeiramente, a aliança do governador com o Partido Nacional pode ter gerado uma simpatia por parte desses jornais, que viam nessa aliança uma oportunidade de se aproximar do poder político e ampliar sua influência.

Além disso, a posição editorial dos jornais pode ter sido influenciada por interesses econômicos e políticos, como o recebimento de verbas publicitárias do governo ou a busca por favores e benesses do governo estadual. O apoio a Thaumaturgo de Azevedo poderia garantir uma relação favorável entre o governo e esses veículos de comunicação.

¹²² FEITOSA, Orange Matos. **Sob o Império da Nova Lei: O amanhecer da República no Amazonas (1892-1893)**. Manaus: Fundação Encontro das Águas, 2008, p. 76.

Por outro lado, o jornal *Amazonas*, ao fazer ampla oposição a Thaumaturgo de Azevedo, pode ter sido pelo seu alinhamento ao Partido Democrático, que estava em conflito com o governador e o Partido Nacional. Além disso, questões ideológicas e editoriais também podem ter influenciado a postura crítica do jornal em relação ao governo estadual, o que de fato aconteceu, pois o jornal *Amazonas* era o órgão de imprensa do Partido Democrático.

O apoio ou oposição dos jornais a Thaumaturgo de Azevedo reflete uma complexa rede de interesses políticos, econômicos e ideológicos que permeavam a imprensa da época. A relação entre mídia e política no contexto do início da República no Amazonas mostra como os jornais desempenharam um papel importante na construção de narrativas políticas e na luta pelo poder e influência naquele período histórico.

O governo de Thaumaturgo de Azevedo ocorreu durante o período final do Governo Provisório e do curto Governo Constitucional do Marechal Deodoro da Fonseca, em meio à promulgação da Constituição de 1891, que estabeleceu o Brasil como uma República Federativa com autonomia dos Estados.¹²³

Durante o governo de Deodoro da Fonseca, observou-se uma falta de sintonia entre o Executivo e o Congresso Nacional, pois Deodoro buscava um poder Executivo mais robusto em detrimento da atuação legislativa. Essa tensão culminou com o fechamento do Parlamento por parte do Presidente, medida que recebeu apoio dos chefes executivos estaduais, com exceção de Lauro Sodré, governador do Pará. Em telegrama de novembro de 1891, ao Ministro do Interior, Thaumaturgo fala sobre seu apoio a atitude de Deodoro:

Vosso telegrama sobre a dissolução do Congresso Nacional, publicado em boletim, ~~causou geral satisfação há esta capital~~ tudo está ~~calmo~~ em paz. Conto com o apoio das forças de terra e mar. Meus esforços serão ~~todos~~ no sentido de sustentar a patriótica resolução do Generalíssimo Presidente da República, manter a ordem e tranquilidade públicas e garantir a estabilidade das instituições consagradas na Constituição federal.¹²⁴

O contexto político desse período evidenciou os desafios da consolidação do sistema republicano no Brasil, com disputas de poder e conflitos entre os poderes executivo e legislativo. As relações entre o governo central e os governos estaduais se mostraram

¹²³ IGLÉSIAS, Francisco. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989, p.p. 257-258.

¹²⁴ Telegrama de Thaumaturgo de Azevedo em apoio à Dissolução do Congresso Nacional, Manaus, 10 de Novembro de 1891. As partes grifadas estão dessa forma no documento original. Acervo Particular de Alfredo Loureiro, a quem agradeço a indicação da fonte.

complexas, influenciando decisivamente os rumos políticos e as alianças estabelecidas entre os agentes políticos do país.

A atuação do governo de Thaumaturgo de Azevedo no Estado do Amazonas durante essa conjuntura de embates entre o poder central e os estados federativos também foi influenciada por essa dinâmica política. As divergências e disputas entre os partidos políticos locais e os interesses do governo central tiveram impacto direto nas decisões e ações do governo estadual, refletindo as complexas relações de poder em meio à construção do novo regime republicano no Brasil.

Dessa forma, Thaumaturgo de Azevedo, em mensagem de 25 de novembro de 1891 ao Congresso Amazonense, fala sobre o fechamento do Congresso Nacional, por parte do Presidente Deodoro da Fonseca, afirmando apoio incondicional ao Generalíssimo, em que garantiria a ordem pública do Estado caso houvesse excessos da oposição.

Termino dando-vos ciência oficial do ato de patriotismo do generalíssimo presidente da República dissolvendo o Congresso Federal, em vista da atitude anárquica em que se manteve desde sua abertura, hostilizando ostensivamente ao governo e descurando dos altos interesses da pátria. O manifesto que o inclito generalíssimo dirigiu à nação já conheceis. Cumpre-me agora comunicar-vos a providência que tomei no dia em que, por via telegráfica, chegou este importante fato ao meu conhecimento. Imediatamente fiz circular na cidade um boletim assegurando o compromisso de, a todo transe, manter a ordem e tranquilidade públicas se acaso fossem alteradas, sendo, porém, feliz por encontrar da parte da população, essencialmente ordeira, todo acatamento à deliberação do presidente da República.¹²⁵

O apoio de Thaumaturgo de Azevedo ao Presidente Deodoro da Fonseca pode ser interpretado como uma estratégia política, visando fortalecer sua posição e influência no cenário político do Estado do Amazonas. Ao aliar-se ao presidente da República, Thaumaturgo buscava angariar apoio para superar os conflitos que enfrentava com os membros do Partido Democrático, que detinham a maioria na assembleia legislativa estadual.

Nesse contexto, a vinculação com o poder central poderia favorecer Thaumaturgo em suas disputas locais, permitindo que decisões políticas pendessem a seu favor e lhe conferissem amplos poderes na condução da política do Estado. A conexão com Deodoro da Fonseca poderia ser interpretada como uma estratégia de capitalização de recursos simbólicos e

¹²⁵ MENSAGEM do Exm^o. Sr. Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, lida perante o Congresso Amazonense na sessão de 25 de novembro de 1891. Typographia do Commercio do Amazonas. 1891. p. 12.

políticos, em que o prestígio e apoio do presidente da República seriam recursos valiosos para fortalecer sua posição diante das elites políticas locais.

Essa dinâmica de alianças e estratégias políticas reflete as lutas pelo poder no campo político. As elites no poder, incluindo Thaumaturgo de Azevedo, buscavam mobilizar seus capitais políticos e simbólicos para conquistar vantagens em suas disputas, ampliando sua capacidade de influenciar os rumos da política e garantir a manutenção de seus interesses e posições de prestígio no campo político local.

Assim, a relação de Thaumaturgo de Azevedo com o presidente Deodoro da Fonseca pode ser entendida como uma tentativa de reconfiguração do jogo político no Estado do Amazonas, utilizando-se das conexões com o poder central como uma estratégia de enfrentamento às oposições locais e a consolidação de seu próprio poder e capital político. Essa dinâmica evidencia a complexidade das relações de poder no campo político brasileiro do período, permeada por alianças, rivalidades e estratégias que moldaram a política e a dinâmica da República recém-estabelecida no país.

O fechamento do Parlamento por parte do Presidente Deodoro da Fonseca foi um episódio marcante na história política da Primeira República brasileira, que desencadeou uma série de reações e tensões no cenário político nacional. Essa ação, tomada em meio a um contexto de conflitos e disputas pelo poder, suscitou descontentamento e oposição de diferentes forças políticas, colocando em xeque a estabilidade do regime recém-instalado.¹²⁶

A atitude de Deodoro foi recebida com grande desaprovação por diversas forças políticas da época, as quais viam nessa medida uma afronta à autonomia dos entes federativos e uma tentativa de concentração de poder no Executivo em detrimento do Legislativo. Nesse sentido, a reação da Marinha de Guerra, liderada pelo Almirante Custódio de Mello, ganhou destaque, com a ameaça de bombardear a capital federal caso a "normalização constitucional" não fosse restabelecida, ou seja, o parlamento não fosse reaberto. Esse episódio evidencia a tensão entre os poderes constituídos e a importância da Marinha como uma força contrária ao autoritarismo presidencial.¹²⁷

¹²⁶ CARONE, Edgard. **A Primeira República**. São Paulo: Difel, 1969, p. 17-18.

¹²⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 129

A forte reação da Marinha e a ameaça de um conflito armado levaram à renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, assumindo o vice-presidente Floriano Peixoto. A pressão exercida pelas forças opositoras e a falta de apoio político foram determinantes para sua decisão de deixar o cargo, que marcou um momento crucial de instabilidade e incertezas na jovem República brasileira.¹²⁸

Esse episódio reflete as complexidades da consolidação da República no Brasil, com a construção de um regime político que ainda buscava se estabelecer em meio a disputas e divergências de interesses entre as elites políticas do país. A renúncia de Deodoro da Fonseca representou um marco nas relações de poder da Primeira República, com consequências significativas para a condução política do país nos anos subsequentes. O momento também ilustra a importância das pressões das forças armadas e das elites militares no cenário político, bem como a relevância das reações e mobilizações da sociedade civil diante das decisões governamentais.

Nos primeiros momentos de sua presidência, Floriano Peixoto tomou medidas para restabelecer a normalidade institucional no país, reabrindo o Congresso Nacional, órgão fundamental para o funcionamento do sistema político republicano. Contudo, sua atitude de destituir, de forma inconstitucional, os governadores que apoiaram Deodoro no episódio do fechamento do Congresso gerou controvérsias e questionamentos em relação ao seu respeito à legalidade e aos princípios democráticos.

Essa destituição arbitrária dos governadores que apoiaram Deodoro da Fonseca demonstra a complexidade das relações políticas na Primeira República brasileira, em que a busca por estabilidade e governabilidade muitas vezes se chocava com o respeito às instituições e à Constituição. A ação de Floriano Peixoto também gerou reações de insatisfação e oposição por parte dos governadores depostos e de setores da sociedade que viam na medida uma ameaça à autonomia e à descentralização do poder.

O episódio da destituição dos governadores reforçou as tensões políticas entre o poder central e as instâncias estaduais, evidenciando a delicada relação entre o Executivo Federal e os entes federativos na construção da República brasileira. Além disso, trouxe à tona questões

¹²⁸ SCHULZ, John. **O Exército na política: Origens da intervenção militar 1850-1894**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 171.

sobre a preservação do equilíbrio de poderes e a observância dos princípios constitucionais em meio às disputas políticas e aos interesses das elites dominantes.

Dessa forma, o período inicial do governo de Floriano Peixoto foi marcado por desafios e controvérsias, que revelaram a necessidade de consolidar e aprimorar as instituições republicanas no Brasil. As ações do novo presidente foram cruciais para a definição dos rumos da República, bem como para o fortalecimento ou enfraquecimento de suas bases políticas e sociais.

O período após a renúncia de Deodoro da Fonseca foi marcado por tensões políticas entre o governador do Amazonas, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, e o novo presidente da República, Floriano Peixoto. Thaumaturgo era um fervoroso apoiador de Deodoro e enfrentava uma forte oposição do Partido Democrático, que buscava a sua destituição do governo estadual.

O Partido Democrático, ao tomar conhecimento da renúncia de Deodoro, viu uma oportunidade de agir contra Thaumaturgo e passou a empreender esforços para retirá-lo do cargo de governador do Amazonas. A situação se agravou a ponto de desencadear a Revolta de 14 de janeiro de 1892, um levante contra Thaumaturgo, que representava a continuidade do governo anterior e, por consequência, os interesses do grupo político liderado por Deodoro.

mandaram os revoltosos uma comissão ao palácio, composta dos srs. dr. Almino Álvares Affonso, Francisco F. de L. Bacury e Leonardo Antônio Malcher comunicaram o seu ato ao exmo. sr. dr. Presidente e intimá-lo a deixar imediatamente o seu cargo. Falava o sr. Almino, e talvez a comissão se tivesse retirado em paz, se uma frase imprudente, atirada ao exm. sr. presidente pelo cidadão Malcher, acompanhada de um gesto que a muitos pareceu agressivo, se o não foi na realidade, não houvesse feito perder o resto da serenidade aos espíritos que ali estavam, infelizmente já tão agitados por sentimentos diversos e violentos: V. Exc. está deposto pelo povo, gritou Malcher, dizem que apalpando o bolso como quem procurava uma arma; e a de deixar esse cargo quer queiram, quer não! – Depois de morto! Replicou-lhe, exc. Não houve quem contivesse a multidão. Dispararam-se alguns tiros, brilharam muitos punhais, as bengalas e os chapéus redemoinharam imediatamente no ar.

Um dos soldados da polícia a cavalo que estavam de sentinela no largo, tendo corrido sobre uma das janelas do salão aos gritos de fora! fora! que ali se ouviam, caiu do cavalo, ferido em pleno peito por uma bala de revólver, disparado pelo sr. Lima Bacury, segundo afirmam as testemunhas do inquérito a quem em seguida procedeu o ilustrado sr. dr. Coelho Resende, chefe da polícia. Ao mesmo tempo, caía lavado em sangue o dr. Almino Affonso, ferido junto a nuca por uma arma de fogo, segundo o respectivo corpo de delito feito na mesma ocasião por dois distintos facultativos, ou por uma bala de revólver ou de rifle, segundo asseguraram depois os seus amigos. Os srs. Bacury e Malcher foram igualmente feridos, o primeiro na perna, e o segundo na coxa

e na cabeça, em consequência da queda que deu na escadaria de pedra do mesmo edifício.¹²⁹

A revolta foi um reflexo das profundas divergências políticas e ideológicas que marcaram o início da República no Brasil, em que os embates entre diferentes grupos políticos se intensificaram em busca de poder e influência. A destituição de Thaumaturgo de Azevedo representava uma tentativa do Partido Democrático de assumir o controle do governo estadual e implementar suas próprias políticas e projetos.

Thaumaturgo de Azevedo, em resposta a sua tentativa de deposição do dia 14 de janeiro, demonstra que não iria de forma alguma entregar o cargo de governador com facilidade. Desta maneira, resolve devido aos acontecimentos decretar Estado de Sítio no Estado do Amazonas, que era um preceito inexistente no texto da constituição do Amazonas¹³⁰, ou seja, o governador não possuía esta prerrogativa. Sendo assim, possivelmente, Azevedo deve ter entendido que pelo fato de haver na Constituição Federal, poderia ser aplicado no Estado pelo Governador, devido à ideia de autonomia federativa. Além disso, partiu para cima de seus opositores decretando prisões e exílios, onde:

Considerando que a sociedade amazonense exige um castigo severo contra os conspiradores que tentaram subverter a ordem e a legalidade, aliciando os incautos para o desenlace de 14 do corrente, sendo conveniente a bem da ordem afastar desde já d'esta capital alguns dos mesmos conspiradores; Decreta: Art. 1.º – São desterrados para S. Paulo de Olivença, o Barão do Juruá, o dr. João Franklin de Alencar Araripe e dr. Arminio Adolpho Pontes e Souza; para Tabatinga o tenente-coronel Emílio José Moreira, dr. Luiz Duarte da Silva, dr. José Tavares da Cunha Mello e Dr. Antonio Henrique de Almeida Junior.¹³¹

Os irmãos Moreira, que acabaram sendo deportados, pois eram as grandes lideranças do Partido Democrático e, com esses atos, o governador buscava desidratar a oposição ao seu governo. Sendo isso, uma demonstração de força por parte do governador que com isso, a partir da coação e da perseguição dos adversários acabava impondo seu poderio no cenário da política local.

¹²⁹ DIÁRIO DE MANAUS, Ano II, n.º 156, de 14/1/1892, p. 1.

¹³⁰ Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. **Constituições de 1891 a 1989**. Manaus: ALEAM, 2002.

¹³¹ ESTADO DO AMAZONAS, Ano I, n.º 24, de 28/2/1892, p. 1.

Mas, no que diz respeito ao cenário da política nacional, o governador do Amazonas estava fragilizado desde a renúncia de Deodoro da Fonseca. Dessa forma, Thaumaturgo de Azevedo acaba recebendo um ofício do Ministro da Justiça, José Hygino, datado do dia 22 de janeiro, que continha uma desaprovação do governo Central sobre a decretação de estado de sítio, pois dizia-se que era uma prerrogativa da União e ainda dava a ordem de que se entregasse o poder ao comandante da flotilha José Ignácio Borges Machado.

No dia 30 de janeiro, Thaumaturgo de Azevedo recebe telegramas de Floriano Peixoto e do Almirante Custódio de Melo. Neles, o vice-presidente determinava que se apresentasse ao Ministro da Guerra, passando o Governo do Estado ao Comandante Flotilha. Porém, Thaumaturgo retruca e envia telegramas a Floriano Peixoto e ao Almirante Custódio de Mello, lançando o desafio de que viessem retirá-lo do cargo, informando o seguinte, a Peixoto: “não posso e nem devo abandonar posto que me foi confiado por eleição popular”.¹³²

No dia 12 de fevereiro de 1892, pelos Decretos número 22 e 23, Thaumaturgo de Azevedo suspende respectivamente o estado de sítio, restabelecendo os preceitos da Constituição do Estado e anistia os presos políticos.¹³³

Floriano Peixoto envia a Manaus diversos oficiais do exército, que chegam no dia 24 de fevereiro, que em articulação com membros do Partido Democrático fazem um ultimato ao governador. Dessa maneira, em 26 de fevereiro de 1891, Thaumaturgo acabou sendo destituído do cargo, recebendo um ofício de onze oficiais da Marinha e do Exército, obrigando-o a deixar sua cadeira de governador do Estado. Sobre isso, assim se posiciona Azevedo:

A vista do ofício que acabo de receber, assignado por 11 officiaes de mar e terra, no qual sou intimado a entregar a administração do Estado ao capitão de Fragata José Ignacio Borges Machado: e sabendo que esses officiaes estão resolvidos a empregar a força armada para obrigar-me a entregar o governo de que aliás me acho legalmente empossado, resolvi ceder à imposição que me é feita, a fim de não concorrer para que seja derramado o sangue do povo amazonense; ficando, entretanto, salvo o direito que me assiste de protestar, como desde já solenemente protesto à face do país contra este novo atentado cometido em nome da República Federativa.¹³⁴

¹³² REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 254

¹³³ DIÁRIO DE MANÁOS, ANO II, Nº 180, Manaus, 13 de fevereiro de 1892. 1

¹³⁴ ESTADO DO AMAZONAS, Ano I, n.º 24, de 28/2/1892, p. 1.

A crise política vivenciada durante o governo de Thaumaturgo de Azevedo no Estado do Amazonas foi marcada por tensões entre as forças políticas locais e o Governo Central liderado por Floriano Peixoto. Diante da resistência de Azevedo em deixar o cargo de governador, Peixoto adotou uma estratégia enérgica, nomeando o capitão José Inácio Borges Machado, Comandante da Flotilha, como interventor no Estado.

Essa intervenção teve como objetivo pressionar Azevedo a renunciar e, ao mesmo tempo, centralizar o poder nas mãos do Governo Central, buscando garantir a autoridade da República sobre os estados federados. Borges Machado assumiu temporariamente o controle do Amazonas, aguardando a chegada de Eduardo Ribeiro, indicado por Floriano Peixoto para assumir o cargo de governador. Essa ação evidencia a dinâmica de confrontos políticos entre o poder central e as elites locais, em um contexto de consolidação do novo regime republicano no país. A disputa política e a intervenção direta do governo federal no cenário estadual revelam as tensões e os desafios enfrentados na consolidação do poder e na manutenção da unidade política na República recém-estabelecida.

Em decreto de 27 de fevereiro de 1892, Borges Machado toma as seguintes decisões ao assumir o governo:

Art. Único São considerados nulos e de nenhum efeito todos os Decretos promulgados e todos os atos referentes às nomeações, demissões, aposentações, pensões e licenças, praticados pelo ex-Presidente deste Estado, tenente-coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, desde o dia quatorze de janeiro próximo passado, até a data deste, por ilegais e perniciosos aos interesses do Estado.

E revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução deste pertencer que o cumpram façam cumprir tão fielmente nele como nele se contém.¹³⁵

O governo de Borges Machado apesar de ser curto também trouxe expressas do Governo Federal algumas medidas que deveriam ser tomadas, entre elas temos uma reformulação administrativa que de acordo com João Rozendo Neto,

Mesmo administrando o Amazonas em caráter provisório, tanto que sua passagem pelo cargo durou menos de 20 dias, Borges Machado estabeleceu algumas ações em curto espaço de tempo. Uma dessas medidas foi a de demitir antigos funcionários públicos e nomear 257 novos de seu agrado. Ainda em sua curta passagem, Borges Machado determinou a instalação de uma

¹³⁵ COLEÇÃO de Leis e Decretos do Estado do Amazonas. **Decreto nº 1, de 27 de fevereiro de 1892.**

comissão que teve como objetivo fazer um balanço dos gastos da administração de Thaumaturgo de Azevedo.¹³⁶

Logo se percebe também, que se buscava a qualquer custo alguma ação ou ato ilegal durante a administração de Thaumaturgo. Por isso, Borges Machado acabou montando tal comissão. As conclusões dessa comissão serão utilizadas na nova administração de Eduardo Ribeiro, como forma para criticar e acusar o antigo governador.

Não se pode deixar de salientar que, durante seu governo, Floriano Peixoto agiu com mão-de-ferro contra seus opositores, sendo assim, ganhou o apelido ou alcunha de “Marechal de Ferro”, tendo enfrentado a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, apoiando o PRR, e ainda, na região sul do país mandou fuzilar uma centena de pessoas na cidade de Desterro, que acabou ganhando o nome de Florianópolis em homenagem ao presidente por sua ação em combate aos Federalistas. Uma dessas ações, era a determinação de renúncia de todos os governadores que apoiaram Deodoro da Fonseca. E Floriano Peixoto justificando seus atos nos diz:

As medidas, porém, que o Governo resolveu tomar vieram restituir a paz nos espíritos, dar segurança e tranquilidade a todas as classes conservadoras, garantir, enfim, a ordem a toda a sociedade. Posso, pois, afirmar-vos que, dos poderes que me conferistes em momento de angústia, só usei para o bem da pátria e consolidação da República.¹³⁷

Floriano Peixoto enfrentou, ainda, uma segunda revolta, a chamada Revolta da Armada (segunda), mais uma vez liderada pelo Almirante Custódio de Mello, em que o “Manifesto dos 13 Generais”, dava em certa medida embasamento à ação de Custódio de Mello. Este Manifesto, que é datado de abril de 1892, conclamava que a Constituição fosse seguida pelo Vice-Presidente e que eleições fossem convocadas, pois, um artigo da Carta Magna, orientava acerca de novas eleições caso o presidente deixasse o cargo com menos de dois anos de exercício de poder, onde o vice assumiria e em seguida convocaria novas eleições.

Contudo, não foi o que aconteceu, pois Floriano Peixoto, prosseguiu no poder fazendo com que as pretensões do Almirante Custódio de Mello fossem por água abaixo, pelo fato do

¹³⁶ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas**, p. 93

¹³⁷ MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Marechal Floriano Peixoto, por ocasião de abrir-se a 2.^a Sessão Ordinária da 1.^a Legislatura em 12 de maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 9

Almirante, ambicionar a cadeira da presidência da república, sendo preterido por Floriano, com seu não cumprimento da Constituição que apregoava sobre a convocação das eleições.

1.6 Os conflitos com Eduardo Ribeiro

O Capitão Eduardo Gonçalves Ribeiro¹³⁸, por suas ligações com o presidente Floriano Peixoto, acabou sendo o escolhido para governar o Estado do Amazonas após a destituição e renúncia de Thaumaturgo de Azevedo, em 26 de fevereiro de 1892. Não custa lembrarmos de que nos ecos da revolta de 14 de janeiro já o haviam aclamado governador do Estado os sediciosos.

Porém, Ribeiro não chega imediatamente, sendo o governo conduzido pela intervenção do Capitão de Fragata José Ignácio Borges Machado, que como já vimos, fez uma reforma administrativa e montou uma comissão para apurar a conduta do governo de Thaumaturgo de Azevedo. Porém, ao deixar o cargo, Thaumaturgo, em um manifesto ao país no dia 27 de fevereiro de 1892, informa o seguinte sobre o período que esteve no governo do Amazonas:

Em seis meses de governo soube cumprir fielmente o meu dever, e é por isto que a ambição sórdida dos que sempre dominaram por meios indecentes vem audaciosos frustrar o plano de salvação desta terra opulenta. Encontrei o estado devendo mais de dois mil e trezentos contos, em quatro meses paguei toda a dívida e deixo hoje nos cofres do Tesouro o importante saldo de **mil novecentos vinte três contos quatrocentos cinquenta e quatro mil cento e cinco réis**, afora, **cem contos** em depósito no *London Henseatic Bank* da Inglaterra, formando, portanto, o total de **dois mil vinte e três contos quatrocentos cinquenta quatro mil e cinco réis [grifo nosso]**.¹³⁹

A citação apresentada revela a postura do governador Thaumaturgo de Azevedo em sua defesa, enfatizando suas realizações durante os seis meses de governo no Amazonas. Azevedo alega ter cumprido fielmente suas responsabilidades e ressalta o feito de quitar a dívida do Estado, que estava em montante significativo. Ele enfatiza o saldo positivo nos cofres do

¹³⁸ “Eduardo Ribeiro, a 7 de junho de 1891, foi promovido a capitão do Estado-Maior de 1ª Classe.” BITTENCOURT, Agnello; UCHÔA, Júlio; LEVY, Edmundo. **Eduardo Ribeiro e o 1º centenário de seu nascimento**. Manaus: Sérgio Cardoso & CIA. LTDA. 1962, p. 38.

¹³⁹ DIÁRIO DE MANÁOS, ANO II, Nº193. Manaus, 28 de fevereiro de 1892, p. 2.

Tesouro e o depósito em um banco estrangeiro, enfatizando sua habilidade em recuperar a situação financeira do Estado.

Nesse sentido, a declaração pode ser interpretada como uma estratégia para se colocar como um governante competente e responsável, tentando justificar a oposição que enfrenta e enfatizando suas realizações para legitimar sua permanência no cargo. Além disso, a menção à "ambição sórdida dos que sempre dominaram por meios indecentes" sugere a existência de forças políticas opostas que buscavam desestabilizar seu governo. Essa citação reflete as disputas políticas e as tensões entre diferentes grupos de elites no Amazonas durante esse período, demonstrando a complexidade do cenário político e as estratégias utilizadas pelos atores políticos para obter e manter o poder.

Eduardo Ribeiro não nega que há esse saldo ao assumir o cargo, contudo, diz que se Thaumaturgo de Azevedo não tivesse esbanjado o dinheiro público com despesas extraordinárias e inconstitucionais, o saldo em caixa seria muito maior do que o apresentado.¹⁴⁰

Eduardo Ribeiro, chega a Manaus no dia 10 e, no dia seguinte, em 11 de março de 1892, assume o governo de forma provisória, sendo eleito posteriormente, pelo Congresso Legislativo do Amazonas para o quadriênio de 23 de julho de 1892 a 23 de julho de 1896, no dia 1º de junho em mensagem ao Congresso, Eduardo Ribeiro informa:

O meu antecessor Capitão de Fragata José Ignacio Borges Machado, muito acertadamente, nomeou uma comissão para dar balanço no tesouro e examinar as despesas feitas na passada administração nos dois últimos meses. Esta comissão apresentou-me minucioso relatório que mandei publicar e pelo qual se vê o modo como foram malbaratados os dinheiros públicos, e os gastos extraordinários e inconstitucionais que foram ordenados ao tesouro do Estado. Lamento os erros e os desmandos do ex-administrador e lastimo ainda mais que ele tivesse encontrado empregados que se prestassem a cumprir ordens manifestamente ilegais, apesar do que recomendava a constituição então em vigor.¹⁴¹

A citação apresentada reflete a visão do governador Eduardo Ribeiro sobre a administração anterior, representada por Thaumaturgo de Azevedo, Ribeiro menciona a criação de uma comissão para realizar uma auditoria nas contas do Estado, identificando gastos excessivos e inconstitucionais na gestão anterior. Ele lamenta os erros e desmandos do ex-administrador, expressando sua insatisfação com o mau uso dos recursos públicos.

¹⁴⁰ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador ...** p. 17

¹⁴¹ MENSAGEM do Exm.º Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de Instalação, em 1.º de junho de 1892. Manaus: Typ. do Amazonas, 1892, p. 11.

Essa declaração de Ribeiro pode ser interpretada como uma estratégia para desacreditar a gestão anterior, justificar suas próprias ações e reforçar sua imagem como governante responsável e comprometido com o interesse público. Ao mencionar o cumprimento das recomendações da Constituição vigente, ele se coloca como defensor do Estado de Direito e critica a condução inadequada dos assuntos públicos pelo governo anterior.

Essa citação também pode ser analisada à luz da disputa política entre diferentes grupos de elites no Amazonas. Ribeiro busca fortalecer sua posição ao mostrar-se como um líder comprometido com a transparência e a legalidade, enquanto critica o governo anterior por seu suposto mau gerenciamento e falta de respeito às normas constitucionais.

Dessa forma, a citação ilustra a complexidade das relações políticas e o uso da retórica por parte dos agentes políticos para moldar a percepção pública e fortalecer suas posições no cenário político. Além disso, evidencia a importância das questões financeiras e da gestão dos recursos públicos como elementos centrais nas disputas pelo poder e pela legitimidade do governo.

O período de governo de Eduardo Ribeiro acabou sendo descrito por uma historiografia tradicional¹⁴² como o período de embelezamento e desenvolvimento urbano da cidade de Manaus, em que o próprio governador afirma “encontrei uma grande aldeia e fiz dela uma cidade moderna”¹⁴³. Corroborando, com que diz Eduardo Ribeiro, Agnello Bittencourt, em obra comemorativa ao centenário de nascimento de Eduardo Ribeiro, nos informa sobre os feitos do governador, mas também diz que nem tudo teria sido feito na administração do “Pensador”:

A antiga cidade da Barra do Rio Negro estava repleta de casebres de palha, inclusive nos seus pontos centrais. Não possuía rede de esgoto, telefone, iluminação elétrica, telégrafo e etc., melhoramentos esses que somente mais tarde em outras administrações brindaram a cidade.¹⁴⁴

Sendo assim, deve-se pensar que no Estado do Amazonas diversos governadores ajudaram no processo de urbanização e modernização da cidade de Manaus. Todos estes governantes se destacaram por melhorias urbanas na cidade de Manaus, em que contratos e

¹⁴²BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**; LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**; LOUREIRO, Antonio José Souto **A grande Crise**. (1908-1917); MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Negritude & Modernidade** - a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Manaus: Edições do governo do Estado do Amazonas, 1990; REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**.

¹⁴³ BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**, p. 290

¹⁴⁴BITTENCOURT, Agnello; UCHÔA, Júlio; LEVY, Edmundo. **Eduardo Ribeiro e o 1º centenário**, p. 12.

empréstimos estrangeiros foram meios para a realização de tais obras, além das grandes somas adquiridas com a economia do látex.¹⁴⁵ Diante disso:

Thaumaturgo, Eduardo, Fileto, José Ramalho fizeram de Manaus a mais confortável e moderna cidade brasileira daquela época. Abandonemos, dumavez por todas, essa outra lenda de que Manaus é obra exclusiva da administração do ‘Pensador’, pois que, se durante os oito anos de seu governo pôde efetuar a maior parte da construção da capital, nem por isso outros governadores, igualmente valorosos e capazes, deixaram de trazer extraordinária contribuição ao admirável esforço comum para o progresso da cidade-chave da barelândia.¹⁴⁶

Acreditamos que um dos grandes motivos de Eduardo Ribeiro conseguir realizar todas as obras em sua administração foi, sem dúvida alguma, por parte da submissão do Congresso Legislativo do Amazonas ao poder Executivo Estadual. Com isso, pôde aproveitar-se das somas exuberantes do comércio do látex, que proporcionou um fastígio econômico com seu auge entre os anos de 1890 até 1910. Corroborando com essa afirmação Tavares Neto diz:

Em sua segunda passagem pelo governo, Eduardo Ribeiro, além de contar com a economia em um momento favorável, oriunda da intensificação dos trabalhos nos seringais, que foram caracterizados por meio da dura exploração pela qual o seringueiro foi submetido na Amazônia, certamente colaborou significativamente para o crescimento da produção de borracha e, conseqüentemente, o aquecimento da economia regional. Juntando o momento econômico propício e a liberação dos recursos para execução de projetos, o governo de Eduardo Ribeiro acabou se destacando em um momento que ficou marcado por sucessivas trocas de governadores e administrações efêmeras.¹⁴⁷

As mudanças na cidade ocorrem baseadas nos princípios higienista e de urbanização da sociedade burguesa no século XIX, dessa forma, conforme Etelvina Garcia, temos o seguinte:

O planejamento urbanístico do governador Eduardo Ribeiro (1892-96) modernizou e expandiu para o norte a pequena cidade que se debruçava sobre o rio e palmilhava os chãos de São Vicente, Espírito Santo, Remédios. Abriu espaço para edificações públicas monumentais, residências senhoriais e equipamentos urbanos comprados na Europa, fazendo de Manaus uma das mais bonitas das capitais brasileiras.¹⁴⁸

¹⁴⁵ LOUREIRO, Antônio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**, p 22-23.

¹⁴⁶ NERY, Júlio. **Um governador do Amazonas (1900-1904)**. Manaus: Imprensa Oficial, 1943. p. 5.

¹⁴⁷ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas**, p. 90.

¹⁴⁸ GARCIA, Etelvina. **O Ministério Público na História do Amazonas**. Manaus: Editora do Ministério Público, 2009. p. 36

Deve-se pensar, portanto, que não havia só o canteiro de obras e status de beleza exuberante na *belle époque* manauara, pois em tal processo de urbanização e saneamento da cidade alguns grupos menos privilegiados foram relegados à margem da sociedade.

Os bairros de São Raimundo, Constantinópolis (Educandos), Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, Moco e Tocos, este o mais próximo da cidade, mas nem por isso isento de problemas, foram as alternativas da população pobre, os novos bairros que surgem diferenciam-se do ‘fausto’ da cidade, não só pelo aspecto do terreno, pela forma de arruamento, fachadas das casas, pela distância em relação ao Porto, as grandes casas comerciais (importadoras e exportadoras), ao mercado, aos hospitais, aos bancos, aos teatros, cinemas etc., mas também pela distribuição desigual dos serviços urbanos. Este era o lugar dos trabalhadores na nova cidade. Um espaço onde a convivência entre ricos e pobres torna-se impossível.¹⁴⁹

Mesmo com isso, com tentativas de cercar a vivência dos menos favorecidos economicamente do espaço urbano da cidade, houve resistências, muitos desses agentes que ficaram no perímetro central da cidade, só foi permitida sua presença através da busca do seu apagamento ou tendo que se disfarçar. Em que, Francisca Deusa Sena da Costa fala:

Trabalhadores e pobres urbanos ocuparam uma outra cidade, visualmente disfarçada, habitando vilas e cortiços de alvenaria, além de hospedarias, porões e casebres (estes escondidos sob as paredes demolidas do que seria o Palácio do Governo, no final da Avenida Eduardo Ribeiro). À exceção dos casebres, as demais opções guardavam em comum o fato de serem exploradas pelo mercado imobiliário e estarem disfarçados por belas fachadas, assépticas do ponto de vista externo.¹⁵⁰

Apesar de demonstrar que houve conflitos sociais na formação da cidade de Manaus no período da *bellé époque*, essa historiografia pouco fez menção de que o período que Eduardo Ribeiro governou foi um momento de grandes articulações políticas do governador para se manter no cargo por vias constitucionais. Além de o apoio de Floriano Peixoto ao seu governo lhe trazer certa tranquilidade, outrossim, que Eduardo Ribeiro foi vítima de duas tentativas de deposição e sofria forte oposição do Partido Nacional.

¹⁴⁹ DIAS, Edneia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. Manaus: editora Valer, 1999. p. 70.

¹⁵⁰ COSTA, Francisca Deusa Sena. **Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana**. Dissertação (mestrado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. p.91

Ao chegar ao governo, no seu primeiro decreto, de 12 de março de 1892, Eduardo Ribeiro fechou o Congresso do Estado e anunciou a convocação novas eleições, pois dizia que o Congresso anterior agia, ainda, com as convicções do ex-governador Thaumaturgo e do ex-Presidente Deodoro da Fonseca.¹⁵¹ Não vemos como verdadeira essa afirmação, pois o Congresso Amazonense, a que Ribeiro se refere, era em sua maioria composto por homens ligados ao Partido Democrático, que fez oposição ao governo Thaumaturgo.

O Decreto de dissolução do Congresso promulgado por Eduardo Ribeiro revela sua decisão de reorganizar a política estadual e fortalecer sua posição de poder. Na mensagem que acompanha o Decreto, Ribeiro destaca o apoio recebido por ex-congressistas e pela população, indicando sua tentativa de legitimar suas ações perante a opinião pública.¹⁵²

No entanto, é importante observar que nem todos os congressistas estavam de acordo com a medida. Um manifesto público assinado por três deputados opositores evidencia a resistência política existente no Estado do Amazonas.

Nós abaixo assinados, deputados ao Congresso do Estado do Amazonas, protestamos contra o ato ilegal de 12 de março último, dissolvendo o Congresso do Amazonas ao qual é assinado pelo Dr. Eduardo Ribeiro [...]. Protestamos contra o Decreto de 1º de 12 de março último, com o qual não nos conformamos, mesmo que fosse Presidente legalmente eleito, por ir de encontro ao art. 107 da Constituição do Estado, que diz: ‘Em caso algum poderá o Congresso ser dissolvido’.
Não é o apego ao cargo que nos leva a fazer este protesto, mas sim o respeito à Lei, pela qual sempre pugnamos.¹⁵³

Esse episódio demonstra a complexidade das relações políticas, com diferentes agentes buscando defender seus interesses e visões dentro do contexto de disputa de poder. A dissolução do Congresso e a convocação de novas eleições representam uma estratégia de Ribeiro para consolidar sua posição política e promover mudanças na estrutura de poder do Estado. A análise desses eventos nos permite compreender como as ações políticas são influenciadas por interesses de grupos e como os agentes buscam legitimar suas decisões frente à sociedade. Além

¹⁵¹ COLEÇÃO de Leis e Decretos do Estado do Amazonas. **Decreto nº 1 de 12 de março de 1892**. pp. 81-82

¹⁵² MENSAGEM do Exm. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Presidente deste Estado, lida perante o Congresso Amazonense, na sessão de instalação, em 1º de junho de 1892. Manaus: Typ. Do Amazonas, 1892, p. 7.

¹⁵³ DIÁRIO DE MANÁOS, ANO II, Nº 243. 1 de maio de 1892. p. 2-3. Manifesto datado da Capital Federal, em 6 de abril de 1892, no qual assinam: Felisberto Piá de Andrade, Capitão de Estado do estado-maior de 1ª classe. Manoel Lopes da Cruz, Capitão de mar e guerra e João Antônio Soares Dutra, Capitão-tenente.

disso, revela o papel das instituições políticas na dinâmica de poder e como o exercício do poder pode gerar tanto apoio quanto resistência por parte dos agentes políticos.

A convocação das eleições para o Congresso e para os cargos de governador e vice-governador por Eduardo Ribeiro provocou uma forte reação por parte da oposição, especialmente representada pelo Partido Nacional. Através do jornal *Diário de Manáos*, o Partido Nacional pediu aos seus correligionários que se abstivessem da votação, evidenciando a insatisfação com as medidas de Ribeiro. Nas eleições realizadas em 21 de abril de 1892, os novos congressistas eleitos receberam apenas 259 votos dos 1.339 votos totais nas 10 seções eleitorais existentes em Manaus.¹⁵⁴

Esse cenário revela a divisão política e a resistência das forças opositoras às ações de Ribeiro. Nesse contexto, é possível perceber como as decisões políticas e a dinâmica eleitoral foram influenciadas pela polarização entre os grupos políticos, cada um buscando afirmar sua posição e defender seus interesses. Fica evidente como as relações de poder e os jogos políticos são construídos em torno de estratégias, alianças e disputas, e como a legitimação política é uma ferramenta crucial para a manutenção e consolidação do poder. Além disso, evidencia como os meios de comunicação, como os jornais, desempenharam um papel importante na mobilização política e na formação de opinião pública durante esse período histórico.

Os acontecimentos posteriores aos atritos políticos mencionados tiveram episódios marcantes na história do Amazonas, como a tentativa frustrada de deposição do governador em 30 de dezembro de 1892 e as lutas ocorridas em fevereiro de 1893. Esse período de instabilidade política foi cuidadosamente documentado e registrado por meio de diversos documentos oficiais, tais como os autos de perguntas realizadas na chefatura da Polícia, em 31 de dezembro de 1892, além de manifestos, telegramas, ordens do dia, entre outros. Toda essa documentação foi compilada e impressa em formato de livro, intitulado *Estado do Amazonas: movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893*, com a primeira edição publicada em Manaus em 1893, seguida por uma segunda edição no Rio de Janeiro em 1894.¹⁵⁵

¹⁵⁴ DIÁRIO DE MANÁOS, ANO II, Nº 236. 22 de abril de 1892. P. 1.

¹⁵⁵ **Estado do Amazonas:** movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de Fevereiro de 1893. Rio de Janeiro: Companhia Typografica do Brasil, 1894. O livro não apresenta explicitamente a sua autoria, indicando apenas na sua apresentação, como responsável por tornar público os documentos a “redação do Amazonas”, jornal do Partido Republicano Democrata. E a data em que foi finalizada a sua organização, 31 de março de 1893. Segundo Agnello Bittencourt, seu autor seria Francisco Ferreira de Lima Bacury. Que havia sido

Nesse documento, a primeira situação apontada, foi a descoberta de uma tentativa de deposição do Governador Eduardo Ribeiro, no dia 30 de dezembro de 1892, que acabou sendo abortada. Mas que, em 26 e 27 de fevereiro de 1893, colocou-se em prática, sendo responsável o General Bento José Fernandes Júnior, comandante do 1º Distrito Militar, além do Major do Exército Tristão Sucupira de Araripe, o Capitão do Exército José de Alencar de Araripe, e do 1º Tenente de artilharia Claudio Rocha de Lima. O movimento contou também com a efetiva participação dos chefes do Partido Nacional. De acordo com os documentos e testemunhos apresentados, houve um conluio entre o General Bento Fernandes e o major Antônio Constantino Nery, em prol da tomada do poder do governo do Estado do Amazonas. Aqui percebe-se em um primeiro momento um dos Nery buscando a tomada do poder por vias não eleitorais.

É importante verificar que o ou os responsáveis pela coleta e organização dos documentos que compõem o livro são partidários do governo de Eduardo Ribeiro, sendo natural que a perspectiva apresentada seja favorável a ele e aos seus aliados. Nesse sentido, o documento pode ser visto como uma resposta oficial aos acontecimentos, visando justificar as ações do governador e de seus apoiadores durante a tentativa de deposição e os confrontos subsequentes.¹⁵⁶

Uma tentativa de deposição abortada do governador Eduardo Ribeiro em 30 de dezembro de 1892 representa um evento crucial na história política do Amazonas e demonstra o nível de tensão e rivalidade existente entre os diferentes grupos políticos da época. Nesse contexto, a participação do Partido Nacional e a alegada tentativa de aliciamento de agentes do Batalhão de Segurança Pública para desobedecer aos seus superiores são aspectos que merecem análise.¹⁵⁷

Os depoimentos e documentos relacionados à tentativa de deposição do governador Eduardo Ribeiro em dezembro de 1892 e fevereiro de 1893 oferecem uma visão intrigante e complexa dos eventos políticos da época no Estado do Amazonas. Nesse contexto, é essencial analisar criticamente as informações apresentadas, levando em conta o contexto histórico e político da época.

redator chefe do Jornal Amazonas, até julho de 1892. Contudo, quem assumiu na sequência a chefia da redação foi José Cardoso Ramalho Júnior, ocupando o cargo até meados de abril de 1893. Na falta de outras informações que corroborem a autoria da coletânea, manteremos a autoria como indeterminada.

¹⁵⁶ **Estado do Amazonas...**, p.8

¹⁵⁷ **Estado do Amazonas...**, p.10

Em primeiro lugar, é importante considerar a possibilidade de manipulação e coerção nos depoimentos dos sargentos envolvidos no movimento conspiratório. A ameaça de morte relatada por alguns depoentes pode levantar dúvidas sobre a veracidade das informações fornecidas e apontar para a possibilidade de pressões externas para obter depoimentos que se encaixassem em uma narrativa pré-determinada.¹⁵⁸

Outro ponto importante é a divergência entre os líderes do movimento em relação à estratégia a ser adotada. Enquanto alguns defendiam o ataque ao Quartel de Segurança Pública do Estado como primeira ação, outros preferiam ir diretamente ao palácio do governo para depor o governador. Essa divergência sugere que o movimento não estava completamente coeso em seus objetivos e táticas, o que pode ter enfraquecido sua capacidade de ação.

Além disso, a relação entre civis e militares no movimento também merece atenção. A participação de civis, como Domingos Theóphilo Carvalho Leal, no planejamento da deposição do governador levanta questões sobre o papel dos civis no cenário político e militar do Estado do Amazonas na época. A aliança entre civis e militares em um movimento de destituição do governador mostra como as linhas entre os setores políticos e militares eram fluidas e interconectadas.¹⁵⁹

Por fim, a denúncia do sargento João Baptista Toscano de Brito e sua posterior colaboração com o Major-Fiscal do Batalhão de Segurança Pública do Estado indicam a existência de discordâncias internas e insatisfação dentro do próprio movimento conspiratório. Isso pode ter sido um fator determinante para o fracasso da tentativa de deposição do governador.

O episódio relatado na ordem do dia de 31 de dezembro de 1892, em que o tenente-coronel Geographo de Castro Silva determina a prisão e o embarque de militares envolvidos na tentativa de deposição do governador Eduardo Ribeiro, demonstra a gravidade e a seriedade com que as autoridades lidaram com a ameaça à ordem política estabelecida.

A prisão e o embarque do Major Tristão de Alencar Araripe, do capitão José Araripe e do 1º tenente Júlio Cláudio da Rocha Lima são reflexos diretos das investigações realizadas após a denúncia do sargento João Baptista Toscano de Brito. Esse acontecimento indica o comprometimento das autoridades de Segurança Pública do Estado do Amazonas em garantir

¹⁵⁸ **Estado do Amazonas**, p. 28

¹⁵⁹ **Estado do Amazonas...**, p.20

a estabilidade política e a ordem institucional, agindo de forma enérgica para evitar qualquer ameaça à governança estabelecida.

Essa atitude também revela o papel crucial desempenhado pelas forças militares na manutenção da ordem e da segurança pública naquela conjuntura histórica. O tenente-coronel Geographo de Castro Silva, ao ordenar a prisão e o embarque dos militares envolvidos na sedição, mostra o compromisso do Exército com a preservação do Estado de Direito e a subordinação às autoridades legalmente constituídas.

Está a bordo do paquete nacional Espírito Santo, com destino à capital do Pará, para onde segue preso à ordem do comandante do 1º distrito militar, o Sr. major Tristão Sucupira de Alencar Araripe.

O Batalhão não desconhece a pertinácia do mesmo Sr. major em não cumprir a ordem que lhe fora dada para embarcar, naquelas condições sendo preciso que este comando por ofício nº 35 de 4 do corrente chamasse sua atenção para a lei ofendida pela sua desobediência.

Pois Bem: tendo o Sr. Primeiro resolvido entrar no cumprimento do dever, tenho a satisfação de declarar ao batalhão que se acha desagradada a disciplina militar, convicto de que, aos meus camaradas, cômnicos da lei que nos coletiva, não aproveitaram os exemplos de disciplina que presenciaram.

GEOGRAPHO DE CASTRO SILVA

Tenente-Coronel¹⁶⁰

Por outro lado, essa ordem também pode suscitar reflexões sobre o uso da força e das prisões como meios de repressão política. Embora a tentativa de deposição do governador possa ser considerada um ato ilegal e subversivo, a resposta das autoridades pode ter sido marcada por excessos e violações dos direitos individuais dos envolvidos.

Sobre esses fatos, Agésiláo Pereira da Silva, líder do Partido Nacional, redator e dono do jornal *Diário de Manáos*, dedica alguns editoriais para contrapor as acusações impostas ao Partido Nacional e figuras ligadas ao seu diretório. Desta maneira, informa que as acusações da participação do Partido Nacional junto à sedição que foi abortada acabou sendo feita, porquanto, aconteceriam as eleições para Intendência em 25 de janeiro de 1893, e o governo, sabendo que seria derrotado nas eleições colocava em prática seu plano, ou seja, a ideia de Ribeiro era ter o controle de todas as Intendências, e ainda, colocar sob suspeição a oposição. Assim exprime seu pensamento Agésiláo Silva:

É fácil avaliar as desconfianças das antigas falsificações por parte das mesas, que teria de levantar no espírito da oposição está deploradíssima falta de garantia, assim como os esforços de toda ordem, que ela seria levada a

¹⁶⁰Estado do Amazonas..., p.. 41-42

empregar para evitar o sacrifício do seu direito, capazes de perturbar a serenidade dos trabalhos eleitoral e a calma dos espíritos. ¹⁶¹

Ou seja, para oposição a sedição abortada, em 30 de dezembro de 1892, teria sido uma farsa que o governo criou para pôr as eleições das Intendências em cheque, pois sabia que iria perdê-las, e isso, seria uma forma de estabelecer um fator estranho ao processo eleitoral e desacreditar a oposição no pleito.

De acordo com o tenente Joaquim Costa Mattos¹⁶², no dossiê que produziu para se defender sobre os acontecimentos em Manaus, para apurar os acontecimentos que envolviam os oficiais Major Tristão Araripe, capitão José Araripe e o Tenente Rocha de Lima, foi mandada a Manaus uma comissão que era chefiada pelo Comandante do 1º Distrito Militar sediado em Belém, o general Bento José Fernandes Júnior, que em sua chegada no dia 26 de janeiro de 1893 pela ordem do dia nº 297, assim informou qual seria sua missão:

Na esperança de ver a guarnição militar deste Estado agir única e exclusivamente dentro da esfera de atribuições a que está subordinada, procurando a todo transe evitar estabelecer-se promiscuidade entre a administração Estadual e o serviço da mesma guarnição; promiscuidade essa que além de incompatível é sobremaneira inconveniente à boa marcha do serviço militar, como, em vista dos últimos acontecimentos que aqui tiveram lugar, sobejamente ficou demonstrado: naquela esperança, repito, com os meus companheiros d'armas destacados neste Estado, a que por todos os meios os modos se limitem com dedicação, quer no corpo que pertencem, quer nas comissões militares que exercem. ao cumprimento de seus deveres e obrigações consoantes com as atribuições inerentes aos seus postos.¹⁶³

Ocorridos estes fatos, a coletânea que trata dos movimentos revolucionários de fevereiro busca narrar os acontecimentos dos dias 26 e 27 de fevereiro de 1893, em que apresenta um artigo do major Tristão Sucupira de Alencar Araripe, escrito em 23 de fevereiro de 1893. A narrativa da coletânea, que como assinalamos anteriormente, era de responsabilidade da redação do jornal *Amazonas*, apresenta que o jornal da oposição, o *Diário de Manáos*, fazia ameaças ao governador Eduardo Ribeiro, em que entre as intimidações dizia que este ficaria por pouco tempo em seu cargo. Assevera, ainda, que o comandante do 1º distrito General Bento

¹⁶¹ DIÁRIO DE MANÁOS, ANO III, Nº 76. 8 de janeiro de 1893. p. 1

¹⁶² Mattos, Joaquim Costa. **Revolução de Manáos e minhas prisões**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio de Rodrigues & C. 1898

¹⁶³ MATTOS, Joaquim Costa. **Revolução de Manaus e minhas prisões**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio de Rodrigues & C. 1898, p-p. 25-26.

Fernandes Júnior se aliou aos adversários do governador, entre eles, o Major Tristão Sucupira e planejaram a deposição de Eduardo Ribeiro e do vice-governador, o barão do Juruá.¹⁶⁴ Prossegue, dizendo ainda, em tom acusatório, que o Monsenhor Raymundo de Amâncio e Américo de Campos produziram um manifesto em 26 de fevereiro de 1893, sendo nesse manifesto aclamado o Major do Exército Antônio Constantino Nery, ao que tudo indica não possuía filiação partidária nesse momento, porém estava mais próximo do Partido Nacional, como novo governador do Estado, daquele momento em diante.¹⁶⁵

A coletânea que reúne os documentos sobre os movimentos revolucionários de fevereiro de 1893 apresenta uma perspectiva interessante ao incluir um artigo escrito pelo Major Tristão Sucupira de Alencar Araripe, datado de 23 de fevereiro de 1893. Nesse artigo, Araripe faz uma acusação grave ao governador Eduardo Ribeiro, sugerindo que este teria arquitetado uma trama com o intuito de criar uma suposta sedição contra seu governo. A motivação seria a busca por maior apoio popular e conquistar o máximo possível de Intendências no pleito eleitoral que ocorreria em 25 de janeiro de 1893.¹⁶⁶

O Major Araripe também defende seu irmão, João Araripe, que era ex-procurador. Segundo ele, Ribeiro o teria acusado falsamente de ser o responsável pela organização da sedição, atribuindo-lhe a culpa pela não concessão da Estrada do Rio Branco. A presença dessas alegações mostra como os embates políticos da época eram marcados por intrigas e acusações mútuas entre os diferentes agentes envolvidos.¹⁶⁷

No mesmo artigo, o Major Araripe destaca que solicitou a instalação de uma comissão de investigação para apurar sua real participação no movimento revolucionário. Essa atitude demonstra que ele buscava esclarecer os fatos e provar sua inocência diante das acusações feitas por Ribeiro. No entanto, a resposta do General Bento José Fernandes Júnior ao pedido de investigação indica que não houve comunicação por parte de Eduardo Ribeiro, não recebendo nenhum documento sobre o assunto.

Essa ausência de comunicação entre as partes envolvidas nos eventos em dezembro de 1892 é um elemento que levanta questões sobre a transparência e a veracidade das informações apresentadas. A falta de diálogo e a troca de acusações contribuem para a complexidade dos

¹⁶⁴ **Estado do Amazonas**, p. 55

¹⁶⁵ **Estado do Amazonas**, p. 57

¹⁶⁶ **Estado do Amazonas**, p. 51

¹⁶⁷ **Estado do Amazonas**, p. 51

acontecimentos e tornam a tarefa de apurar a verdadeira origem da sedição ainda mais desafiadora.

A narrativa da coletânea dos movimentos revolucionários de dezembro de 1892 e fevereiro de 1893, produzida pela redação do jornal *Amazonas*, apresenta um retrato detalhado das ameaças e intimidações feitas pela imprensa oposicionista, representada pelo *Diário de Manaus*, ao governador Eduardo Ribeiro. Essas ameaças indicam um clima político tenso e hostil, em que a oposição buscava minar a estabilidade do governo e questionar a permanência de Ribeiro no cargo.

Além disso, a coletânea também destaca a aliança entre o comandante do 1º distrito, General Bento Fernandes Júnior, e os adversários políticos do governador. Essa aliança se materializou com o planejamento da deposição não apenas de Eduardo Ribeiro, mas também do vice-governador, o barão do Juruá. Essa informação é relevante, pois revela que a conspiração tinha um alcance mais amplo, envolvendo importantes figuras do cenário político local.¹⁶⁸

Outro elemento importante apresentado na coletânea é o manifesto produzido por Monsenhor Raymundo de Amâncio Coutinho e Américo de Campos, em 26 de fevereiro de 1893. Nesse manifesto, o Major do Exército Antônio Constantino Nery é aclamado como o novo governador do Estado. Essa proclamação pública demonstra o apoio que Nery recebeu de setores da sociedade e das lideranças políticas em sua pretensão de assumir o cargo máximo do Estado.¹⁶⁹

Os eventos ocorridos em 26 de fevereiro de 1893, em frente ao 36º batalhão, foram marcados por momentos de extrema tensão e violência, com desdobramentos políticos significativos. A deposição do comandante do quartel, tenente-coronel Geógrafo de Castro Silva, pelos revoltosos foi um marco importante na tentativa de tomar o controle do poder estadual.

O tiroteio no quartel do 36º batalhão foi um desdobramento direto da deposição de Geógrafo de Castro Silva, o que levou o governador Eduardo Ribeiro a designar oficiais para verificar a situação e o ocorrido. No entanto, esses oficiais acabaram sendo presos pelas lideranças revoltosas, que estavam sob as ordens do General Bento Fernandes Júnior. Esse

¹⁶⁸ *Estado do Amazonas*, p. 55

¹⁶⁹ *Estado do Amazonas*, p. 57

episódio demonstra a gravidade do conflito político e a disposição dos revoltosos em tomar medidas drásticas para alcançar seus objetivos.¹⁷⁰

Nesse contexto, é relevante destacar a ação do General Bento Fernandes Júnior, que, na Ordem do Dia nº 309, determinou que o Major Tristão Araripe assumisse o comando do 36º batalhão em substituição ao Geógrafo de Castro Silva. Além disso, o general justificou a deposição de Castro Silva afirmando ter sido traído por ele. Essa ação do General Bento reforça seu envolvimento na trama para destituir o governador Eduardo Ribeiro e também mostra a complexidade das alianças políticas e das intrigas internas que permeiam o cenário político da época, de acordo com o autor da coletânea.

O relaxamento da prisão do capitão José Araripe, por sua vez, também pode ser interpretado como parte das negociações e reorganizações políticas que aconteceram durante o conflito. A justificativa de Bento Fernandes de ter sido traído por Castro Silva pode sugerir que José Araripe foi reabilitado na tentativa de solidificar alianças e apoio ao novo comando do 36º batalhão, sob o Major Tristão Araripe.

A eclosão da sedição contra o governador Eduardo Ribeiro no Amazonas em fevereiro de 1893 trouxe à tona mais um momento de instabilidade política e tensão social. O governador, que não se encontrava na cidade naquele momento, foi surpreendido com os acontecimentos e recebeu um comunicado urgente informando que havia sido declarado deposto de seu cargo. Além disso, o Major do Exército Antônio Constantino Nery foi aclamado como novo chefe do poder executivo estadual, o que levou Ribeiro a buscar apoio e tomar medidas para reverter a situação.

A ausência de Eduardo Ribeiro na cidade no momento da sedição evidencia que os eventos foram inesperados para o governador, de acordo com a narrativa do autor da coletânea de documentos. Isso pode ser interpretado como um indicativo de que os planos para o destituir do cargo foram tramados com discrição e rapidez, pegando-o desprevenido. A solicitação de apoio ao comandante da Flotilha, capitão de fragata José Antônio de Oliveira Freitas, revela o grau de urgência e gravidade da situação, pois Ribeiro precisava de reforço para enfrentar o motim que ameaçava sua governança.

¹⁷⁰ Estado do Amazonas, p. 90

A resposta de José Antônio de Oliveira Freitas, alegando falta de efetivo para auxiliar Ribeiro por terra, mas se colocando à disposição para prestar auxílio a bordo, mostra as limitações logísticas e de mobilização das forças de segurança naquele momento. Essa situação também reflete a complexidade da situação política e militar local, onde os recursos e o controle do território eram desafios enfrentados pelas autoridades governamentais.¹⁷¹

O ofício enviado por Antônio Constantino Nery a Eduardo Ribeiro, estabelecendo um prazo de 12 horas para que o governador deixasse o cargo livremente, sob a alegação de que estava agindo em nome do povo que o aclamou como novo governador, mostra a determinação dos revoltosos em alcançar seus objetivos. Constantino Nery colocou Ribeiro diante de um dilema, sugerindo que a negação de sua renúncia resultaria em derramamento de sangue na cidade. Essa atitude pode ser interpretada como uma tentativa de pressionar Ribeiro a ceder ao movimento revolucionário e evitar confrontos violentos.¹⁷² As relações de poder, os interesses políticos e as dinâmicas sociais se revelam de forma complexa e multifacetada, evidenciando a riqueza de possibilidades de interpretação desse momento da história do Amazonas.

A Revolta de 26 de fevereiro de 1893 no Amazonas marcou um importante capítulo da história política do Estado. Nesse contexto, o governador Eduardo Ribeiro viu-se confrontado com uma revolta inesperada e enfrentou um desafio significativo para manter sua posição no poder.

A ausência do governador Eduardo Ribeiro na cidade durante a eclosão da sedição pode ser interpretada como um fator que pegou o líder governista desprevenido. A notícia de sua deposição e a aclamação do Major Antônio Constantino Nery como novo governador causaram apreensão e tensão. Ao receber os ofícios do ajudante de ordens do General Bento Fernandes Júnior, o Alferes Adolpho de Miranda Lisboa, informando-lhe dos acontecimentos, Ribeiro demonstrou sua determinação em se manter no cargo. Sua resposta contundente, afirmando que só sairia à força, indica sua resistência e disposição para enfrentar a revolta e não abandonar seu posto facilmente.¹⁷³

No entanto, a coletânea também revela uma aparente contradição em relação à capacidade de resposta do governo. Embora Ribeiro se mostrasse disposto a contra-atacar, ele recorreu novamente ao comandante da Flotilha, capitão de fragata José Antônio de Oliveira

¹⁷¹ **Estado do Amazonas...** p. 58

¹⁷² **Estado do Amazonas,** p. 59

¹⁷³ **Estado do Amazonas,** p. 59

Freitas, em busca de apoio. Essa solicitação pode sugerir que o governo não dispunha do efetivo necessário para lidar com a revolta de forma isolada, sendo necessária a colaboração de outras forças militares.

Ainda mais, os desdobramentos dos eventos mostram a intensificação da hostilidade entre as partes. O tiroteio no quartel do 36º Batalhão de Infantaria, liderado pelos revoltosos sob as ordens do 1º Tenente Cláudio da Rocha Lima, agravou ainda mais a situação, levando a uma escalada de violência na cidade.

O envolvimento do comandante da Flotilha, José Antônio de Oliveira Freitas, na tentativa de mediar o fim das hostilidades evidencia o caos que se instaurou no Estado. Freitas pediu o fim da luta, ressaltando a falta de informações precisas sobre a origem das inimizades, e expressando preocupação com o sofrimento do povo amazonense diante do conflito.¹⁷⁴

Em resposta ao apelo de Freitas, Eduardo Ribeiro mais uma vez defendeu sua posição, culpando os sediciosos pelas hostilidades e reafirmando sua disposição de cessar fogo caso eles parassem com os ataques. A comunicação entre Ribeiro e o General Bento José Fernandes Júnior, que acusou as tropas estaduais de terem iniciado as hostilidades, reflete uma tentativa de ambos os lados de se eximir de responsabilidade e se colocar como vítimas no conflito.¹⁷⁵

Aos cônsules, Eduardo Ribeiro, em ofício, diz que as responsabilidades, caso ocorresse derramamento de sangue, seriam exatamente dos sediciosos, pois seu governo fazia de tudo para que o desfecho não chegasse a tal ponto.¹⁷⁶ Porém, a leitura coletânea nos permite pensar em outra ideia, uma vez que se percebe que as hostilidades se professam de ambos os lados, nenhum querendo uma negociação diplomática, todavia, prontos para um combate bélico.

Na sequência dos fatos, o governador Eduardo Ribeiro distribuiu um novo ofício, desta feita ao General Bento Fernandes Júnior, pedindo que cumpra as instruções de nº 13 contidas no Decreto de número 431, de 2 julho de 1891, que diz sobre a não intervenção nas lutas político-partidárias nos Estados por partes das tropas federais.¹⁷⁷ E tem-se uma ordem do presidente Floriano Peixoto sobre a atuação das forças federais nos estados, onde diz que “deve

¹⁷⁴Estado do Amazonas, p. 60

¹⁷⁵Estado do Amazonas, p. 66

¹⁷⁶Estado do Amazonas, p. 62

¹⁷⁷Estado do Amazonas, p. 61

guardar neutralidade negócios estaduais, podendo só intervir para auxiliar restabelecimento da paz, ordem e tranquilidade”.¹⁷⁸

A complexidade e gravidade dos eventos culminaram no ataque à Alfândega e à Cadeia Pública¹⁷⁹, aumentando ainda mais a tensão na cidade. O confronto entre as forças federais e estaduais deixou a sociedade amazonense em profundo desespero e luto.

Após todas as hostilidades existentes na oportunidade de 27 de fevereiro, no dia seguinte, em 28 de fevereiro de 1893, o governador Eduardo Ribeiro, dirige um ofício ao Comandante do 1º distrito militar, o General Bento, em que exige que os oficiais Major Tristão Araripe, capitão José Araripe e o 1º Tenente Claudio da Rocha Lima, sejam destituídos dos cargos que estavam ocupando no 36º batalhão, desde o momento que eclodiu a revolta e dá um prazo de duas horas para o cumprimento da medida; caso contrário, prometia agir como for a causa justa e, ainda, põem em disponibilidade o vapor América para partida do General Bento e dos seus auxiliares que participaram da sedição. Dessa forma, o general acaba respondendo a Eduardo Ribeiro, nos seguintes termos no dia 28 de fevereiro de 1893:

Em resposta ao vosso ofício, agora mesmo recebido, cumpre-me declarar-vos que eu e os oficiais desta guarnição estamos prontos para garantir a ordem e a tranquilidade pública e bem assim a evitar a reprodução das sanguinolentas cenas destes dois últimos dias.

O 36º Batalhão de Infantaria permanecerá em seu Quartel sem procurar intrometer-se nos negócios do Estado.¹⁸⁰

No que, Eduardo Ribeiro reitera em resposta ao ofício do General Bento, que devem os militares do 36º Batalhão envolvidos com a sedição ser mandados para fora do Estado o quanto antes, que só a partir disso cruzaria suas armas, pois aqueles oficiais eram criminosos e queria-os longe do território do Amazonas o quanto antes.

Reparai, General, que a cidade está deserta, o comércio fechado e toda população sobressaltada.

Vossa responsabilidade é enorme.

É indispensável o embarque dos oficiais.

Continuam as forças do governo em seus postos.

Vossa resposta urgente me servirá de guia.

Saúde e fraternidade.

Eduardo G. Ribeiro¹⁸¹

¹⁷⁸ Estado do Amazonas, p. 85

¹⁷⁹ Estado do Amazonas, p. 63

¹⁸⁰ Estado do Amazonas, p. 76

¹⁸¹ Estado do Amazonas, p. 78-79.

A solução que o General Bento Fernandes aplicou foi a de chamar o governador Eduardo Ribeiro para uma reunião na sede do consulado da França e que ocorreria às 16 horas do dia 28. E, traz a informação, de que o major Tristão Sucupira Araripe, o capitão José Araripe e o 1º tenente Cláudio da Rocha Lima, já haviam sido retirados dos seus cargos de maneira espontânea, após reunião dos oficiais. Com essa reunião, tem-se o fim da sedição, que acaba mostrando uma resistência em certa medida eficaz do governador, pois conseguiu se manter em seu cargo.

Em atitude parecida, ou seja, de capitulação, o Major Antônio Constantino Nery faz comunicação com a imprensa e ao governador Eduardo Ribeiro, resolvendo que não estava mais disposto a aceitar o cargo de governador que lhe havia sido conferido por aclamação pelos manifestantes em 26 de fevereiro.

Ao Sr. Dr. Governador do Estado- Comunico-vos que mandei hoje a imprensa a fim de ser publicada a seguinte:- ‘Declaração- Afim de evitar-se a perturbação da ordem e tranquilidade pública e por amor à família amazonense, declaro aos meus concidadãos e conterrâneos que em vista dos lutosos fatos que se têm passado nesta capital de anteontem para cá, resolvo exonerar-me do compromisso que tomei de aceitar o cargo de Governador deste Estado, para qual fui aclamado pelo povo de Manaus’

Julgo praticar um ato de patriotismo.¹⁸²

Os conflitos por meio das armas cessaram; contudo, através dos discursos nas páginas dos jornais, vão continuar com grande força. Nelas, o tenente-coronel Geógrafo de Castro Silva, falando sobre os acontecimentos e os procedimentos em relação a tentativa frustrada da sedição em 30 de dezembro de 1892 e 1 de janeiro de 1893, acusa o General Bento Fernandes, o Comandante do 1º distrito militar, de não tomar as providências cabíveis e muito menos o zelo processual, onde se fez de tudo para inocentar os ditos oficiais: Major Tristão Araripe, Capitão José Araripe e 1º Tenente Cláudio da Rocha Lima, que posteriormente fizeram eclodir junto ao General e seus auxiliares, principalmente, o Major Antônio Constantino Nery, a revolta sangrenta dos dias 26 e 27 de fevereiro de 1893.¹⁸³

Em um manifesto, o tenente-coronel Fileto Pires Ferreira dá uma resposta ao Major Tristão Sucupira, por artigos que este havia escrito no jornal *Diário de Manaus*, e diz que

¹⁸² Estado do Amazonas, p. 77

¹⁸³ Estado do Amazonas, p. 84

Araripe, de fato, rompeu com o governador pelo fato de ter interesse na concessão dos trabalhos da estrada do Rio Branco e, que por várias vezes, o major lhe procurou falando do negócio e pedindo sua intermediação com direito a comissão caso conseguisse a empreita, porém, Pires Ferreira diz que recusou, causando hostilidades entre os dois.¹⁸⁴

Em manifesto de 1º de março de 1893 ao país, o General Bento José Fernandes Júnior se defende das acusações de que foi iniciador das hostilidades, afirmando, ainda, que tudo que aconteceu foi por culpa do governador Eduardo Ribeiro e do Comandante do 36º batalhão Geógrafo de Castro Silva e que os mesmos intentaram contra sua vida.¹⁸⁵

No dia 2 de março de 1893, em um manifesto ao país, o deputado federal Manoel Uchôa Rodrigues diz que o general Bento Fernandes Júnior chegou em 25 de janeiro à cidade Manaus, sendo que o pretexto da chegada era investigar os acontecimentos da tentativa de deposição de Eduardo Ribeiro que foi abortada em 30 de dezembro de 1892. Rodrigues informa que o general dizia ser o mais isento possível e isso levou-o à recusa até mesmo de um local cedido para sua hospedagem pelo governador Eduardo Ribeiro. Contudo, que horas depois, o General Bento Fernandes havia aceitado se hospedar na casa de um dos candidatos derrotados nas eleições municipais para Intendência, o capitão da Guarda Nacional Hilário Francisco Álvares. Manoel Uchôa Rodrigues, envia ainda um ofício ao governador, Eduardo Ribeiro.¹⁸⁶

Raymundo Afonso de Carvalho, como Comandante interino do Batalhão, diz que as tropas estaduais ficaram em prontidão desde o cessar fogo do dia 28 de fevereiro até o dia 1º de março. Nessa data última saíram do Estado em direção ao Pará o Major Tristão Araripe, o capitão José Araripe e o tenente Cláudio da Rocha Lima, pois era uma das condições de Eduardo Ribeiro para que as hostilidades cessassem e selassem o pacto diplomático.¹⁸⁷

Outro que vem promover a defesa de si e do Partido Nacional é, Agésilão Pereira da Silva, o líder do Partido, desde a ida de Jonathas Pedrosa para o Rio de Janeiro, neste sentido, em um manifesto no *Jornal Província do Pará*, tenta a todo custo dizer que o Partido Nacional e ele não tiveram parte alguma no movimento sedicioso, apesar de sofrer acusações que haviam tomado pessoalmente parte da dita agitação.¹⁸⁸

¹⁸⁴ Estado do Amazonas, p. 105

¹⁸⁵ Estado do Amazonas, p. 146

¹⁸⁶ Estado do Amazonas..., p. 118

¹⁸⁷ Estado do Amazonas..., p. 164

¹⁸⁸ Estado do Amazonas, p. 181

Como se percebe mesmo após o fim dos combates, as gazetas dos jornais de ambos os lados continuaram agitadíssimas, em que as acusações de quem eram os verdadeiros culpados pelos trágicos acontecimentos faziam parte do cotidiano, sendo assim, tem-se a ideia de que novas artimanhas e conflitos pelo poder poderiam acontecer a qualquer momento e isso era apenas uma questão de tempo e oportunidade para que a eclosão de novas disputas se processassem.

1.7 O Congresso Foguetão e a “renúncia” de Fileto Pires.

As duas tentativas de deposições fracassadas contra o governador do Estado do Amazonas marcaram um momento de intensa agitação política e social, evidenciando as profundas divisões existentes entre os grupos civis e militares oposicionistas e o governo liderado pelo governador Eduardo Ribeiro. Os ânimos não se arrefeceram, pois, a oposição não cessou seus esforços e continuou a fazer acusações contra a gestão de Eduardo Ribeiro por meio da imprensa partidária.

A imprensa continuou a ser um espaço crucial para a disseminação das ideias e críticas políticas, e os periódicos partidários se tornaram arenas de acalorados debates entre a situação e a oposição. As acusações de ambos os lados buscavam desestabilizar a facção contrária, e a retórica inflamada dominou as páginas dos jornais, refletindo a intensidade do confronto político na época.

Outro palco de embates políticos foi o Congresso Legislativo do Estado do Amazonas, onde políticos de ambos os lados trocaram acusações, muitas vezes em meio a choques e tensões. A oposição, também, se utilizou do parlamento para questionar a gestão de Eduardo Ribeiro e suas políticas, enquanto o governo buscava defender suas ações e projetos.

O jornal *Diário de Manáos*, como porta-voz da oposição, desempenhou um papel importante ao desferir duras críticas e ofensas contra Eduardo Ribeiro e seus aliados. Suas publicações promoviam acusações que questionavam a integridade da gestão de Ribeiro, colocando em dúvida a postura probatória que o governador e seus partidários afirmam ter em seu governo. A imprensa oposicionista, com sua retórica inflamada, buscava minar a imagem de Ribeiro e desestabilizar sua administração.

Diante disso, o jornal *Diário de Manáos* teve seu fim trágico com o empastelamento em 1894, quando suas instalações e equipamentos foram destruídos e danificados de forma violenta. Esse ato extremo de violência resultou no fim da atuação do órgão de imprensa e impediu que a oposição continuasse a utilizar esse meio para expressar suas críticas e contestações ao governo de Ribeiro.

A responsabilidade pelo empastelamento do jornal foi alvo de controvérsias e acusações mútuas. A oposição afirmou que o incêndio teria sido orquestrado por obra do próprio governador Eduardo Ribeiro e seus aliados, com o intuito de silenciar as vozes críticas e impedir que as denúncias contra sua gestão continuassem a ser publicadas. Por outro lado, os defensores do governador argumentaram que o empastelamento foi resultado de ações isoladas de grupos exaltados que se opunham à oposição. Sobre isto, o deputado estadual Mello Rezende, que era um opositor do governador, em uma fala sua no Congresso Legislativo Amazonense em 1896, diz:

Já então, sr. presidente, havia sobejos motivos para desconfiar-se da seriedade do sr. governador, mas a oposição quis acreditar na palavra de Sr. Exc., e disto é prova a atitude da imprensa oposicionista, representada então por esse mesmo Estado do Amazonas que ainda hoje se publica, e o heroico e saudoso Diário de Manáos que foi incendiado por ordem do governo segundo se disse então.

189

Independentemente de quem tenha sido o responsável direto pelo empastelamento, esse episódio representa mais um momento de extrema tensão política e violência no cenário amazonense. Revela a intensidade das disputas e a polarização política que marcaram o período, onde os jornais desempenham um papel central na difusão das ideias e na formação da opinião pública.

O empastelamento do jornal *Diário de Manáos* pode ser interpretado como um exemplo da luta simbólica pelo controle do espaço público e do discurso político. O acesso e controle dos meios de comunicação eram essenciais para as elites políticas da época, uma vez que permitiam a divulgação de ideias, a construção de imagens e a legitimação de posições políticas. O empastelamento, portanto, pode ser visto como uma estratégia violenta de calar a oposição e impor a hegemonia do governo de Eduardo Ribeiro sobre o espaço público e o debate político.

¹⁸⁹ ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. 2.^a Sessão Constituinte. Manaus: Typ. da Federação, 1896, p. 15.

Essa dinâmica política no Amazonas também evidencia a importância das estratégias de legitimação do poder. Os líderes dos partidos buscavam acumular capital político e conquistar apoio da população por meio de discursos, alianças e mobilizações. A disputa pela sucessão de Eduardo Ribeiro é um exemplo de como a escolha de um líder pode gerar tensões internas e divisões no partido, uma vez que cada liderança representa diferentes interesses e grupos sociais.

1.7.1 A Formação do Partido Republicano Federal no Amazonas

A história política do Amazonas no final do século XIX foi marcada por uma série de ressentimentos e conflitos entre os líderes do Partido Democrático e do Partido Nacional, mas cabe destacar que dentro do Partido Democrático esses antagonismos irão se processar. Neste sentido, a sucessão de Eduardo Ribeiro gerou uma grande tensão dentro do partido, que culminou na fundação do Partido Republicano Federal¹⁹⁰ em 1895 em âmbito local, pois em nível nacional sua criação se deu em 1893 por Francisco Glicério.

Sobre a criação do Partido Republicano Federal a análise histórica proposta por José Sebastião Witter¹⁹¹ destaca a complexidade e as contradições inerentes ao surgimento e à atuação desse partido que em n.

A formação do PRF é contextualizada dentro do governo de Floriano Peixoto, destacando seu papel como instrumento de controle da Câmara e como resposta às divisões nas Forças Armadas. A dualidade de propósitos do partido, buscando congregiar políticos em

¹⁹⁰ Partido político de âmbito nacional, inicialmente chamado Partido Republicano Constitucional (PRC), fundado no Rio de Janeiro em julho de 1893, em reunião convocada pelo deputado Francisco Glicério e o senador Aristides Lobo, ambos membros do Partido Republicano Paulista (PRP). Da reunião de fundação, presidida por Saldanha Marinho, participaram numerosos parlamentares, como, entre outros, Quintino Bocaiúva, Prudente de Moraes, Manuel Vitorino e Júlio Mesquita. A intenção de Francisco Glicério era fundar uma agremiação de âmbito nacional, coesa e disciplinada, que respeitasse e defendesse a Constituição da República e, dessa forma, suprisse a falta de um núcleo político de sustentação do novo regime e contivesse a ameaça de implantação do parlamentarismo ou de retorno ao regime monárquico. O projeto não foi adiante, e o PRF desapareceu em 1897. (ver: SETEMY, Adrianna. **Partido Republicano Federal (PRF)**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20\(PRF\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20(PRF).pdf). Acessado em: 23/10/2022.

¹⁹¹ WITTER, J. S. O partido republicano federal e o processo político-partidário brasileiro. **Revista de História**, [S. l.], v. 52, n. 103 (2), p. 483-499, 1975. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1975.133161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133161>. Acesso em: 19 nov. 2023.

âmbito nacional e fortalecer o republicanismo diante da instabilidade, revela as complexidades da política na fase inicial da República.¹⁹² A análise das características dos membros do PRF, como a predominância de formação em Direito, Medicina e Engenharia, oferece uma visão sobre as bases educacionais e profissionais dos integrantes do partido. Esses dados sugerem uma concentração significativa de representantes com formação jurídica, indicando uma possível influência das elites educacionais na composição do PRF.¹⁹³

Ao final, a reflexão sobre as deficiências e limitações do PRF, incapaz de transcender o regionalismo e as facções locais, levanta questionamentos importantes sobre a eficácia e o legado desse partido na evolução política da República. A conexão entre essas limitações e a posterior implementação da "Política dos Governadores" é apresentada como uma possível consequência das falhas do PRF em superar as divisões regionais.

A sucessão de Eduardo Ribeiro como governador do Estado do Amazonas, desencadeou uma série de conflitos internos no seio do Partido Democrático, partido que detinha o controle do poder político no Estado, onde desde a deposição de Thaumaturgo controlava o poder executivo, além de possuir maioria o congresso legislativo no Estado e na Câmara Federal e Senado. Essa disputa pelo poder e pelas posições de destaque no partido revelou a existência de divergências entre as lideranças partidárias, que não concordavam com o nome indicado por Ribeiro para ser seu sucessor. Essa decisão partidária, ocorrida em um contexto de acirrada disputa política, levou à criação e implantação de uma nova agremiação política, o Partido Republicano Federal.¹⁹⁴

Pierre Bourdieu, em suas obras, destaca a importância das disputas internas e das lutas pelo poder no campo político. Segundo sua teoria, o campo político é um espaço de competição e confronto entre diferentes grupos de elites que buscam defender seus interesses e visões de

¹⁹² WITTER, J. S. O partido republicano federal e o processo político-partidário brasileiro. **Revista de História**, [S. l.], v. 52, n. 103 (2), p. 483-499, 1975. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1975.133161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133161>. Acesso em: 19 nov. 2023. p. 487

¹⁹³ WITTER, J. S. O partido republicano federal e o processo político-partidário brasileiro. **Revista de História**, [S. l.], v. 52, n. 103 (2), p. 483-499, 1975. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1975.133161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133161>. Acesso em: 19 nov. 2023. p. 491

¹⁹⁴ NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder**. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 111

mundo. Essas elites políticas, detentoras de recursos simbólicos e materiais, disputam o controle dos aparatos institucionais e buscam impor suas perspectivas sobre a realidade.¹⁹⁵

A disputa pela sucessão de Eduardo Gonçalves Ribeiro no governo do Estado do Amazonas revelou profundas divisões e desentendimentos no interior do Partido Democrático. Essas divergências ocorreram devido à escolha do candidato que sucederia a Ribeiro, uma decisão que foi objeto de acalorados debates e tensões entre as lideranças partidárias. Enquanto os líderes do partido, os irmãos Moreira, optaram por Manoel Francisco Machado como o sucessor, o próprio governador tinha em mente outro nome, o do tenente Fileto Pires Ferreira.

196

A escolha de Fileto Pires Ferreira como candidato à sucessão de Ribeiro foi pautada, em grande medida, por uma relação de amizade e aliança política estreita entre os dois. Durante a tentativa de deposição de Ribeiro em fevereiro de 1893, Fileto Pires Ferreira demonstrou ser um dos principais defensores e apoiadores do governador, desempenhando um papel crucial na resistência contra os opositoristas. Essa lealdade e a proximidade pessoal com Ribeiro fizeram com que o governador visse em Fileto Pires Ferreira um sucessor ideal para dar continuidade ao seu legado político.

No entanto, os irmãos Moreira, líderes do Partido Democrático, optaram por Manoel Francisco Machado como candidato à sucessão. Essa escolha pode ter sido motivada por razões estratégicas e políticas que não estavam necessariamente relacionadas à proximidade pessoal com o governador. É possível que os líderes partidários tenham avaliado que Manoel Francisco Machado poderia ter mais apoio dentro do partido ou representar melhor os interesses das diferentes facções internas.

Essas divergências e conflitos na escolha do candidato à sucessão de Ribeiro refletem as disputas de poder e as rivalidades entre as diferentes lideranças dentro do Partido Democrático. O processo de escolha do sucessor evidencia a complexidade das relações políticas no cenário local, onde interesses individuais e coletivos se entrelaçam em uma teia complexa de alianças e disputas de poder.

¹⁹⁵ BORDIEU, Pierre. **O Campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp.173-174. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>. Acesso em: 21/09/2020.

¹⁹⁶ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a 10 de junho de 1892**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897, p. 44

A cisão do Partido Democrático e o surgimento do Partido Republicano Federal como resultado desses desentendimentos políticos revelam a fragmentação das forças políticas no estado e a intensificação das disputas políticas.

O processo de escolha do sucessor de Eduardo Ribeiro como governador revelou um cenário de descontentamento e racha dentro do Partido Democrático. Ribeiro, ao longo de seu mandato, consolidou seu poder dentro do partido, concentrando em si todas as decisões políticas e administrativas. Essa centralização excessiva de poder criou um ambiente de insatisfação entre as lideranças do partido, que se sentiam marginalizadas e excluídas das decisões importantes.

A aparelhagem do partido em seu "quantum político" por parte de Ribeiro indica que ele estabeleceu uma rede de controle político, onde suas decisões e vontades eram predominantes, e aqueles que estavam alinhados com ele eram recompensados com cargos e influência dentro do partido. Esse aparelhamento pode ter gerado um sentimento de falta de autonomia e participação nas lideranças do partido, que passaram a se sentir como meros espectadores das decisões tomadas por Ribeiro.¹⁹⁷

Ribeiro, ao centralizar o poder em suas mãos e aparelhar o partido, buscou consolidar sua posição de liderança e controle sobre as decisões políticas. No entanto, essa estratégia também gerou resistência e descontentamento por parte das lideranças do partido, que buscavam se organizar em torno de uma alternativa política.

A luta simbólica pelo controle do partido e da sucessão de Eduardo Ribeiro revela as estratégias e táticas utilizadas pelas elites políticas para alcançar seus objetivos e interesses. O racha no Partido Democrático e a criação do Partido Republicano Federal são exemplos das disputas pelo poder e da busca por representação política dentro do contexto social e político do Amazonas no final do século XIX.

O momento político entre os anos de 1893 e 1894 no Amazonas foi marcado por uma cisão dentro do Partido Democrático, que culminou com a criação do Partido Republicano Federal (PRF). De um lado, estavam lideranças como o Barão do Juruá, Emílio Moreira, o

¹⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. "Introdução". In: BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo, Editora Unesp, 2004, p. 29.

senador Joaquim Sarmiento e o deputado Francisco de Lima Bacury. Esses políticos formaram um grupo dissidente que se opôs às decisões e ao controle de Eduardo Ribeiro dentro do partido.

Do outro lado, Eduardo Ribeiro conseguiu o apoio do senador Manoel Francisco Machado, José da Costa Azevedo, Fileto Pires e Gabriel Salgado, que permaneceram ao seu lado durante a cisão. No entanto, apesar do apoio inicial de Manoel Francisco Machado, haverá um fator político que causará antagonismo entre os dois líderes.

Eduardo Ribeiro afirmou que fez todos os esforços para que Manoel Francisco Machado se tornasse candidato ao governo do Estado com sua indicação. Inclusive, mencionou a reforma da Constituição do Estado em 17 de agosto de 1895, que foi realizada com o objetivo de facilitar a candidatura de Machado.

Tornando-se o Senador Machado solidário com o procedimento incorreto e eminentemente impatriótico que teve o Barão do Ladário agredindo violentamente o grande consolidador da República, o inesquecível marechal Floriano Peixoto, pelos atos, a meu ver patrióticos, que consentiu que praticassem durante a nefasta revolta de 6 de setembro, teve o partido republicano federal, de que era chefe aquele senador, de reprovar sua conduta reputada contrária à estabilidade das instituições republicanas.

Discutida em reunião do partido a atitude hostil do senador Machado contra a República, sintetizada, naquela ocasião na pessoa do marechal Floriano, foi unanimidade resolvida a retirada da sua candidatura ao lugar de governador do Estado.¹⁹⁸

Essa divergência entre Ribeiro e Machado demonstra a complexidade das relações políticas e a dinâmica de poder dentro do partido. Ribeiro buscava controlar o processo de sucessão e garantir um candidato alinhado com sua política, enquanto Machado tinha suas próprias aspirações e interesses políticos. O resultado foi o afastamento político entre os dois líderes, o que certamente teve um impacto significativo no cenário político do Amazonas naquela época.

A “facilitação”, de que fala Eduardo Ribeiro, para candidatura do senador Manoel Francisco Machado ao governo, com a reforma da Constituição, era fazer com que não houvessem mais as eleições de Superintendentes, mas agora a escolha destes representantes do executivo municipal por parte do governador, ou seja, Eduardo Ribeiro. Com isso, poderia fazer a indicação de políticos de sua confiança para o cargo, isso seria importante, pois estes é que

¹⁹⁸ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador ...** p. 44

acabavam sendo os responsáveis pela apuração das eleições e isso ajudaria o candidato do governo.¹⁹⁹

A reforma constitucional acabou sendo aprovada pelos representantes do Estado em 17 de agosto de 1895, com as devidas alterações que o governador do Estado havia proposto no plano que enviou ao Congresso.²⁰⁰ O interessante é que o prazo para essa reforma constitucional era de treze meses, contudo, os deputados acabaram promulgando em apenas 3 meses. Sobre essa Constituição Estadual, o Deputado José Soares, alega que em um dos seus artigos nas disposições transitórias que tratam das eleições foi falsificado pelo Governador, onde se posiciona dessa forma:

Verifiquei ainda pela primeira e segunda impressão feita no ‘Diário Oficial’ que o art. 7º das disposições transitórias, não é como está no folheto que o sr. Governador mandou publicar e que ainda não distribuído pelas autoridades do Estado, pela certeza que tem S. Exc. de ser descoberto o crime escandaloso que cometeu, falsificando a Constituição.²⁰¹

Essa acusação se deu em meio à votação da Comissão Verificadora de Poderes²⁰² do Congresso Amazonense em torno das eleições suplementares para duas vagas na Assembleia, em que foram considerados vencedores os senhores João Serejo e João Reis. O deputado Soares dizia em sua alegação que os indivíduos eleitos para os cargos de deputados eram inelegíveis. O deputado José Soares foi a voz mais discordante dos últimos momentos do governo de Eduardo Ribeiro.

Em sessão do Congresso Legislativo de 4 de março de 1896, o deputado Jardim também acusa Eduardo Ribeiro de usar o dinheiro público para corromper autoridades e distribuí-lo aos

¹⁹⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO III, Nº 431. 18 de maio de 1895, p. 1

²⁰⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO III, Nº 503. 18 de agosto de 1895, p.1

²⁰¹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO III, Nº 667. 15 de março de 1896, p. 1.

²⁰² “A Comissão de Verificação de Poderes, ou Comissão dos Cinco, foi criada no Império, porém ganhou particular relevo no cenário político da Primeira República, principalmente a partir de 1899, com as modificações promovidas por Campos Sales no Regimento Interno da Câmara às vésperas das eleições marcadas para o ano seguinte. As modificações introduzidas em outubro de 1899 na prática converteram a comissão em peça instrumental da ‘política dos estados’, permitindo a chamada ‘depuração’ de eleitos, ou ‘degola’ de opositores, cujos diplomas obtidos em pleitos regionais poderiam ser rechaçados. Ao degolar candidatos da oposição, o governo central preservava a autonomia dos governadores e, em troca, assegurava o apoio destes.” Ver: NASSER, Thiago Gomide. **Comissão verificadora de poderes.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/COMISS%C3%83O%20DE%20VERIFICA%C3%87%C3%83O%20DE%20PODERES.pdf> . Acessado em: 15/10/2022.

amigos, no que demonstra que a administração do Pensador não seria tão honesta como o governador e seus partidários faziam mote de afirmar.²⁰³

Após se afastar do Partido Democrático devido aos desentendimentos com os outros líderes da agremiação, Eduardo Ribeiro passou a ser o grande nome do Partido Republicano Federal no Amazonas devido ao seu cargo de governador, sendo esse partido uma tentativa de um partido nacional, tendo sido fundado por Francisco Glicério em oposição aos partidos locais²⁰⁴.

Em cenário nacional, ou seja, na Câmara Federal, houve um outro representante amazonense que se indispôs com Ribeiro, foi o deputado federal Gabriel dos Santos Salgado, uma vez que fora preterido na escolha para o cargo de governador do Estado, desta feita, quem acaba escolhido pelo Pensador e pelo PRF é o deputado federal tenente Fileto Pires Ferreira, em que acabou saindo vencendo das eleições através do “Congresso Foguetão”.²⁰⁵

As elites políticas no Amazonas, assim como em outros lugares, buscam manter e reproduzir seus privilégios, construindo estratégias para perpetuar sua posição dominante no campo político. A cisão do Partido Democrático e a formação do Partido Republicano Federal podem ser interpretadas como tentativas dessas elites de se organizarem para preservar ou expandir seus interesses no cenário político.

Além disso, o contexto político apresentado mostra como as disputas pelo poder político não são meramente questões ideológicas, mas também são influenciadas por interesses pessoais, laços familiares e alianças políticas. Essas interações complexas dentro dos partidos políticos e entre as lideranças são fundamentais para entender a dinâmica política da época.

Destacamos a importância da distribuição desigual do capital político e da reprodução das elites no campo político. A criação do Partido Republicano Federal, liderado por Eduardo Ribeiro, pode ser interpretada como uma tentativa de reconfigurar a distribuição do capital político no Amazonas e consolidar um novo grupo de poder. Por outro lado, o Partido Democrático, liderado pelos irmãos Moreira, representa uma continuidade dos interesses e estruturas políticas anteriores.

²⁰³ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO III, Nº 672. 21 de março de 1896, p.1.

²⁰⁴ CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. 3. ed. ampl. atual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 68.

²⁰⁵ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador**, p. 44

Nesse contexto, as disputas políticas entre os líderes do Partido Democrático e do Partido Republicano Federal refletem a complexidade das relações políticas e a dinâmica de poder dentro do Estado do Amazonas. Esses conflitos não foram apenas uma questão de diferenças ideológicas, mas também de interesses pessoais e políticos em busca de maior controle e influência no cenário político da época.

1.7.2 A eleição de Fileto Pires e o Congresso Foguetão

As eleições para governador e vice-governador de acordo com a lei de nº 26 de 26 de outubro de 1892, que regulava processo eleitoral,²⁰⁶ deveriam acontecer 120 dias antes do mandato de Eduardo Ribeiro terminar e, assim, se procedeu, realizando-se no dia 25 de março de 1896. Os principais candidatos ao cargo de Governador eram: Tenente-Coronel Fileto Pires Ferreira, pelo PRF, Jonathas Freitas Pedrosa, pelo Partido Nacional e o senador Manoel Francisco Machado, candidato do Partido Republicano Democrático. Os principais candidatos à vice-governança eram Major Ramalho Júnior (PRF), Henrique Ferreira Penna (PN) e José Feliciano Michiles (PRD).

A sessão de 9 de julho de 1896 no Congresso Amazonense foi responsável por proceder a apuração da eleição que ocorreu no dia 25 de março, para os cargos de governador e vice. Conta-se aqui, que a reunião estava marcada para às 12 horas, que já era uma tradição regimental, contudo, o Congresso se reuniu às 10 horas da manhã deixando grande parte dos deputados opositores de fora, em que se tem o seguinte:

No dia combinado, a bancada governista, composta de nove deputados, reuniu-se às 10 horas da manhã, elegendo outros tantos intrusos para o quórum necessário à sessão. Àquela hora estourou o foguetão, que há muitos anos marcava na cidade o meio dia, horário regimental para início dos trabalhos do Congresso, oficializando irregularmente as suas atividades. Fileto elegeu-se sem a presença da oposição que, desconhecendo a mudança do horário oficial, ainda não havia chegado. Esse Congresso foi apelidado de ‘Congresso do Foguetão’ pelos seus contemporâneos.²⁰⁷

O resultado das eleições segundo o “Congresso Foguetão”, pois era a Comissão Verificadora de Poderes que autenticava o resultado do pleito, teve a sessão presidida por

²⁰⁶ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO III, Nº 579. 26 de novembro de 1895.

²⁰⁷ LOUREIRO, Antônio José Souto. **Síntese de História do Amazonas**. Manaus, Imprensa Oficial, 1978, p. 229.

Albuquerque Serejo, partidário de Ribeiro, e a ratificação do resultado foi de vitória ampla de Fileto Pires e Ramalho Júnior aos cargos de Governador e Vice, em que a apuração apresentou os seguintes resultados, de acordo, com o parecer da Comissão Verificadora de Poderes que teve como relator o deputado Raymundo de Amorim Figueira:

Para Governador, bacharel Fileto Pires Ferreira, cinco mil novecentos e quarenta e cinco votos (5945); dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, quinhentos e vinte e dois votos (522); dr. Manuel Francisco Machado, cento e noventa e oito votos (198); [...] Para o vice-governador major José C. Ramalho Júnior, cinco mil oitocentos e cinquenta e nove votos. (5859); Raymundo Nunes Salgado, quinhentos e quarenta e sete votos (547); José Feliciano Michiles, cento e trinta e cinco votos (135)²⁰⁸

Esse resultado acabou sendo contestado na mesma sessão, onde o deputado Mello Rezende fez considerações sobre esse parecer, conquanto, informava que houve diversas irregularidades no pleito eleitoral com atas falsificadas, outras sem assinaturas dos eleitores e, ainda, diz que a própria candidatura de Fileto Pires era irregular, pois o mesmo tinha 29 anos e para concorrer ao cargo de governador o postulante deveria ter 30 anos completos. No parecer apresentado por Mello Rezende e assinado por outros dois deputados, A. Jardim e José Soares, temos seguinte:

Mas considerando 1º que as atas pelos quais a ilustre comissão formulou o seu parecer, não exprimem a verdade da mencionada eleição, porquanto, segundo as atas das mesas eleitorais que com esta exibimos das sessões em que houve eleição, e os documentos oficiais e abaixo assignados dos eleitores d'aquelas em que a não houve, os cidadãos senador Manoel Francisco Machado e tenente coronel José Feliciano Michiles foram os mais votados para os referidos cargos, obtendo o primeiro, senador Manoel Francisco Machado dois mil duzentos e noventa e oito votos para Governador, e o segundo, tenente coronel José Feliciano Michiles dois mil trezentos e quarenta e três votos para Vice Governador²⁰⁹

Apesar dessa contestação, Fileto Pires e Ramalho Júnior foram confirmados nos cargos de governador e vice, o primeiro recebeu 16 votos dos congressistas e o segundo 17 votos, sendo assim, ratificado o resultado da eleição, mesmo com os deputados opositores que estavam

²⁰⁸ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO IV, N° 758. 14 de julho de 1896, p. 3.

²⁰⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO IV, N° 758. 14 de julho de 1896, p. 3.

presentes fazendo inúmeras objeções e, com isso, Pires e Ramalho acabam assumindo seus postos no Executivo Estadual em 23 de julho de 1896.

As artimanhas políticas que levaram Fileto Pires ser eleito Governador do Estado do Amazonas para o quadriênio de 23 de julho de 1896 a 23 de julho de 1900 pelo “Congresso Foguetão” farão com que Pires não chegue ao fim de seu mandato.

Fileto Pires assume o governo com a oposição do Partido Nacional e do Partido Democrático se fazendo bastante intensas. Durante sua gestão, ocorreram as eleições para 1 senador e 4 deputados federais, que se realizaram em dezembro de 1896. Diante disso, novamente se acirram as disputas partidárias e a consequência será o empastelamento do jornal *Amazonas* (órgão do Partido Republicano Democrático) que fazia oposição ao governador e aos seus candidatos.²¹⁰

Eduardo Ribeiro consegue através das urnas, vitória para senador contra Costa Azevedo (Barão do Ladário), que estava pleiteando a reeleição ao cargo, contudo, na Comissão Verificadora de Poderes do Senado Federal acaba saindo derrotado, ficando com a vaga o Barão.²¹¹

Em 4 de abril de 1898, o governador Fileto Pires viaja para Europa pedindo licença do cargo, essa sendo concedida pelo “Congresso Foguetão” que, para isso, recebeu vultosas quantias de dinheiros públicos. Antes de viajar, o governador Fileto Pires dizia em mensagem aos congressistas do dia 16 março de 1897 que o Estado estava sem dívidas passivas: “Já vos fiz notar que o Amazonas tem a suprema fortuna de não ter dívidas”.²¹²

Em 8 de julho de 1898, aconteceu no Congresso do Estado do Amazonas a eleição para presidente da casa legislativa. O deputado Álvares Pereira pronunciou-se que não iria se reeleger, tendo em vista que havia no Congresso a presença de Eduardo Ribeiro, sendo assim, abria mão de sua candidatura em prol do agora deputado estadual Eduardo Ribeiro. O pensador acaba vencendo a eleição com 8 votos, contra 6 votos em branco e outros três deputados sendo votados uma vez, Serapião, Villar e Álvares Pereira.²¹³ Uma coisa interessante nessa votação é

²¹⁰ BITTENCOURT, Agnello. **Corografia...** p. 292.

²¹¹ BITTENCOURT, Agnello; UCHÔA, Júlio; LEVY, Edmundo. **Eduardo Gonçalves Ribeiro**, p. 26.

²¹² Mensagem do Exm. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado. Lida perante o Congresso de Representantes, por ocasião da abertura da terceira sessão ordinária da segunda legislatura, em 4 de março de 1897, Manaus: Typografia do Diario Oficial do Estado do Amazonas., 1897, p. 35.

²¹³ COMMERCIO DO AMAZONAS, ANO XXX, Nº 228. Manaus, 9 de julho de 1898.

que o número de votos contrários é maior que os que obteve Ribeiro, sendo assim, há uma demonstração que Ribeiro não gozava mais do mesmo prestígio de antes, mas, mesmo assim, acabou se tornando presidente do Poder Legislativo.

Com essa eleição acontecendo, o governador Fileto Pires seguia desfrutando de sua licença em Paris, deleitando-se de uma pensão que foi votada pelo Congresso Legislativo do Estado com o valor de 500 libras esterlinas por mês.²¹⁴ Mal sabia Pires Ferreira que o novo presidente do Congresso Amazonense, Eduardo Ribeiro, e o vice-governador Ramalho Júnior urdiam sua saída do cargo.

Isso fica claro quando o vice-governador começa a processar uma reforma administrativa, em que um dos principais nomes que auxiliavam Fileto Pires, o chefe de polícia Guido de Souza acaba sendo exonerado, este era um dos principais repressores dos opositores de Pires Ferreira, conquanto, o *Commercio do Amazonas* assim noticia a sua demissão:

Por ato de ontem do coronel Ramalho, vice-governador do Estado foi exonerado do cargo de chefe de segurança o sr. Guido de Souza [...]. Esta notícia propagada em boletins pelo nosso jornal foi recebida com geral agrado pela população e às pessoas que paravam para ler o boletim afixado a nossa porta vimos espontaneamente brotar-lhes dos lábios a significativa frase:
Não temos mais iluminação apagada!
Sem comentários.²¹⁵

Ao que tudo indica, a ida de Pires Ferreira à Europa fez com que este perdesse apoio de diversos partidários dentro do PRF, pois suas atitudes acabam sendo de contrariedade ao que maioria de seu partido era a favor, como, por exemplo, as obras de concessão do Porto e, também, em um jantar Fileto Pires resolveu falar mal dos políticos locais, citando muitos nomes ligados ao seu partido e enaltecer Manoel de Campos Sales, presidente da República, que não causava grandes simpatias de grande parte dos políticos do Amazonas. Sobre isso, em um livrinho que fala sobre *A Renúncia de Fileto*, Mário Ypiranga Monteiro salienta os motivos que, possivelmente, levaram os políticos locais a resolverem pela retirada de Fileto do poder governamental:

Fileto Pires, agora respeitado como o ‘capitão’ Fileto, governador Fileto, vai à Europa: Gênova, Monte Carlo, Paris, Londres, que sei eu? Num banquete célebre cita falação ruidosa, compromete a política amazonense. Talvez sob a

²¹⁴ BITTENCOURT, Agnello. *Corografia*, p. 292.

²¹⁵ COMMERCIO DO AMAZONAS, ANO XXX, Nº 246. Manaus, 31 de julho de 1898.

ação da dourada champanhe. Elogia Campos Sales, que não era bem visto pelos maiorais do Amazonas. Coisas de rapaz sem experiência. Talvez tivesse sido esse o motivo, pensam alguns, da sua forçada renúncia. Eu acredito que o motivo estivesse em Manaus, no palácio do governo, com o vice-governador coronel José Cardoso Ramalho Júnior. Talvez o estopim fosse mesmo aquela história malandra da concessão das obras do porto de Manaus. Muitas guelas para comer, muitos candidatos a diversos lugares no banquete do erário público. Safadezas sobre safadezas. Ramalho em evidência: era a sua oportunidade. Que o dr. Fileto se aviesse lá pelas Europas. Talvez a ideia de mandá-lo espairecer, ideia maluca, mas embriagadora, tivesse partido dele Ramalho. Não se sabe: diz-se que o rapaz governador ia tratar da saúde e por questões de política. Quem vai tratar da saúde não toma parte em banquetes ruidosos. O dr. Fileto Pires deixou-se seduzir pela perspectiva de uns dias bem vividos longe das aporrinhações rotineiras, distante do fantasma da febre amarela que andava ceifando vidas de nacionais e de estrangeiros.²¹⁶

Pelo exposto por Mario Ypiranga, havia motivos de sobra para que os políticos locais quisessem distante do poder o governador Fileto Pires e, estes assim fizeram, deram um golpe naquele que por meio da artimanha política do “Congresso Foguetão” havia se alçado ao poder em 1896.

No dia 1º de agosto, em uma sessão do Congresso Amazonense, contando com a presença de 13 deputados, foi lido um ofício que continha a “renúncia” de Fileto Pires do cargo de governador do Estado do Amazonas, que se encontrava em Paris, datado do dia 27 de julho de 1898, em que dizia o seguinte:

Cumprindo o preceito constitucional venho trazer-vos hoje a renúncia do cargo que exerço neste Estado, do qual sois dignos representantes por não me ser possível por motivos de ordem superior continuar a exercê-lo.

Vós melhor do que ninguém, sabeis que aceitei essa delegação do povo amazonense depois de reiterados pedidos de todos os nossos amigos; delegação repito, que por mim jamais foi ambicionada e que hoje não o é.

Discípulo de Benjamin Constant, inspirado nos seus ensinamentos, é convicção minha que a tolerância e a transigência deviam ser sempre as qualidades de um homem público.

Fiz tudo o que minhas forças comportavam e não me acusa a consciência de me haver afastado da linha que propus-me seguir.

Tomando esta resolução sugerida pelos ditames de meus sentimentos, determinada pelo império das circunstâncias deixo bem patente aos meus concidadãos que dos cargos que na política ocupei apenas me prendiam a vontade e o desejo de por intermédio d’elles ser útil ao meu paiz.

Crete de que o digno povo amazonense saberá fazer-me a dúvida da justiça, envio-lhe as expressões dos mais ardentes votos que faço pela prosperidade e

²¹⁶MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Renúncia do dr. Fileto Pires Renúncia de Fileto Pires Ferreira**. Manaus: Edições Nheenquatiara, 1986, p. 12.

engrandecimento que lhe asseguram as suas riquezas e o patriotismo acrisolado dos seus filhos.²¹⁷

A mesa diretora do Congresso Amazonense, que era presidida por Eduardo Ribeiro, acatou sem votação o ofício de renúncia, pois como era uma matéria que não cabia votação, foi aceita a renúncia de Fileto Pires sem contestação. Estiveram presentes à sessão os seguintes deputados: Ribeiro, Vasconcellos, Serapião, Hildebrando, Villar, Deoclecio, Monsenhor Coutinho, Ignacio Pessoa, H. Campos, Ribas, Cordeiro Junior, Guapyndaia, Álvares Pereira e Nemésio Quadros, sendo este último aquele que entregou o ofício à mesa.

Em uma demonstração de que agora o ex-governador Fileto Pires não contava com prestígios para continuar no cargo, o jornal *Commercio do Amazonas* estampou em sua matéria de capa em letras grandes: “Renúncia do Dr. Fileto Pires”, aparecendo uma foto de Pires e, assim, se posicionou o sobre a sua saída do cargo:

não se pode furtar ao interesse que tem a população em conhecer os indivíduos que por qualquer princípio, agitam o espírito público.

E' esse o móvel que nos obriga a estampar no momento presente, em nossas colunas, o retrato do ex-Governador do Amazonas.

S. Exc. recebido com as maiores provas de consideração por este povo laborioso e honesto, não correspondeu à confiança nele depositada.

O próprio partido que o havia elevado ao alto posto de governador do Estado lhe havia retirado por inteiro a sua solidariedade e em rodas bem informadas se dizia que s. exc. seria pronunciado perante o Congresso do Estado.

Espírito atilado e previdente, o dr. Fileto Pires, compreendeu que não podia continuar a dirigir os destinos do Amazonas e antes que um processo vexatório o apeiasse do poder, dirigiu s. exc. no Congresso a renúncia do cargo de primeiro magistrado do Estado.

Foi hábil e inteligente e se neste momento não o podemos saudar pelo bom desempenho das suas funções, o saudamos pelo alvitre feliz com que soube amparar sua queda.²¹⁸

Sobre a denúncia que o Congresso iria fazer contra Fileto, mesmo fora do cargo, revelando que o ex-governador era acusado pelo oficial reformado do Exército, Raymundo Antônio Fernandes de Miranda, por crimes de corrupção, peculato e suborno, denúncias estas que estavam de acordo com o Código Penal nos art. 214 e 221 e pela Lei estadual de 5 de outubro de 1892.²¹⁹

²¹⁷ COMMERCIO DO AMAZONAS, ANO XXX, Nº 247, Manaus, 2 de agosto de 1898.

²¹⁸ COMMERCIO DO AMAZONAS, ANO XXX, Nº 247. 2 de agosto de 1898. P. 1

²¹⁹ DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO VI, Nº 1355. 13 de agosto de 1898, p. 1.

Saíram em defesa de Fileto Pires ainda uns poucos deputados, no caso apenas os deputados estaduais Antônio Sá Peixoto, Castro e Costa e Costa Tapajoz, que nos debates em defesa do ex-governador Fileto Pires, foram convidados pelo parlamentar Guapyndaia para fazerem parte da base do governo, no que é rejeitado o convite por Peixoto²²⁰

Pires tentou retornar a Manaus, mas foi impedido, indo para o Pará e, depois, para a capital Federal, tentando apoio do Presidente da República e do Congresso Nacional. Escreveu diversos artigos em jornais como: *O Paiz*, do Rio de Janeiro, apesar disso, não obteve sucesso. E, de acordo com Fileto Pires, sua “renúncia” seria obra de Eduardo Ribeiro e Ramalho Júnior, pois, havia deixado documentos com sua assinatura em posse de Ribeiro.

Recordo-me de haver deixado nas mãos do senhor Eduardo Ribeiro uma folha em branco com a minha firma, ainda quando eu me encontrava na capital federal, com o escopo de defender a sua primeira eleição. Ele deveria apresentar aquela carta acompanhada de uma reclamação a propósito de antiguidade militar. Mas o documento não foi apresentado, enquanto que a folha com a minha firma ficou sempre em seu poder, enquanto ele me havia prometido várias vezes restituir-me.²²¹

O deputado federal Carlos Marcellino levou documentos para o conhecimento do Presidente da República Campos Salles, onde demonstra que a letra do ofício de renúncia de Fileto Pires não era mesma que o ex-governador do Amazonas havia assinado outros documentos e, com isso, dizia que o quê havia acontecido era uma falsificação, que aquele ofício de renúncia foi fabricado por alguém que não Fileto Pires.²²²

Os deputados estaduais Sá Peixoto, Castro e Costa, e Costa Tapajoz pelas suas atuações em defesa de Fileto Pires chegaram a mandar um telegrama a Comissão Especial pedindo intervenção federal, pois diziam que seus direitos estavam sendo desrespeitados “Ameaçados e coagidos no exercício do mandato popular, apelamos para V. Ex., pedindo apoio ao vosso nome prestigioso restabelecer as garantias constitucionais, pondo termo ao domínio do terror e inconcebível exceções”.²²³

O Congresso Nacional montou a Comissão Especial, pois foi um pedido do Presidente Manoel Ferraz de Campos Salles, a presente Comissão Especial intenta intervir no Amazonas,

²²⁰ DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO VI, Nº 1358. 17 de agosto de 1898, p. 1.

²²¹ MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Renúncia ...**, p. 17.

²²² O PARÁ, ANO II, Nº 393. Belém, 28 de dezembro de 1898, p. 2.

²²³ O PAIZ, ANO XIV, Nº 5072. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1898. P. 1

contudo, na votação na Câmara acabou que o pedido de intervenção federal no Amazonas para que Fileto Pires reassumisse seu cargo acabou sendo derrotado com o placar de votos de 65 contra a intervenção e 58 a favor.

No fim das contas, Fileto de fato perdeu seu cargo, o Governo Federal enviou o encouraçado Benjamin Constant para o Estado do Amazonas, a ideia era que se houvesse comoção dos partidários do governador deposto pudessem colocar ordem no problema, ou seja, reprimir os partidários de Fileto Pires que não aceitavam a sua retirada do cargo.²²⁴

José Cardoso Ramalho Júnior governará o Amazonas até 23 de julho de 1900, sendo o primeiro governador de um grupo de naturais do Estado a governar, pois antes dele somente pessoas não nascidas do Estado foram seus administradores. Seu governo será acusado pelos seus opositores e pelos próprios aliados de ser um governo que não se preocupou com finanças públicas, deixando o Estado com déficit tremendo.

A administração do coronel José Cardoso Ramalho Júnior é acoimada de perdulária, pois que, tendo encontrado o Amazonas sem compromissos, sem dívidas, interna ou externa, (conforme declaração do governo Fileto Pires Ferreira), deixa-o com um enorme passivo, apesar das rendas se terem elevado prodigiosamente, como em 1899, cuja receita fôra orçada em 14.000 contos, aproximadamente, atingindo a arrecadada em mais de 24.000!²²⁵

O governo de Ramalho Júnior no Amazonas ficou marcado por seu envolvimento na questão do Acre e na busca por aumentar as finanças do Estado através da extração da borracha. Naquela época, o Acre era uma região rica em *Hevea Brasiliensis*, a árvore da borracha, o que despertou o interesse do governador em anexar o território ao Amazonas.

O Acre, naquele momento, pertencia à Bolívia, mas estava sendo cobiçado pelas forças brasileiras, que almejavam sua incorporação ao território nacional. Ramalho Júnior apoiou as forças brasileiras na intentona de tomar o Acre da Bolívia, acreditando que essa conquista poderia aumentar significativamente as finanças do Amazonas, devido à riqueza gerada pela extração do látex da borracha.

Em 17 de novembro de 1903, foi assinado o Tratado de Petrópolis, que resultou na incorporação do Acre ao território brasileiro. O Brasil pagou uma indenização de 2 mil libras

²²⁴ MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Renúncia...**, p.19.

²²⁵ BITTENCOURT, Agnello. **Corografia**, p. 297.

esterlinas à Bolívia em troca da anexação do território. Com essa anexação, o Acre deixou de pertencer à Bolívia e passou a ser parte do Brasil.

No entanto, a situação do Acre no contexto nacional mudou rapidamente. Com a promulgação da lei federal nº 181 em 25 de fevereiro de 1904, o Acre foi separado do Estado do Amazonas e transformado em um território federal. Essa mudança significou que o governo federal passou a ter controle direto sobre o território e a arrecadar integralmente os impostos provenientes da extração da borracha na região.²²⁶

Ramalho Júnior governa até julho de 1900, sendo sucedido pelo Senador Silvério Nery, em que no próximo capítulo analisaremos estas questões.

²²⁶ LOUREIRO, Antônio José Souto. **Síntese da História...**, p. 259

CAPÍTULO II- AS TURBULÊNCIAS POLÍTICAS NOS GOVERNOS DOS NERY E A ASCENSÃO DE ANTÔNIO CLEMENTE RIBEIRO BITTENCOURT: UMA ERA DE CONFLITOS NO AMAZONAS

Neste capítulo, adentramos em um período político marcado por turbulências e conflitos no Amazonas, durante o governo dos Nery, que se estendeu de 1900 a 1908. Essa época foi caracterizada pelo domínio da oligarquia Nery²²⁷, que buscava consolidar seu poder por meio do controle dos cargos políticos, favorecendo seus familiares e apadrinhados.

A saga da oligarquia Nery nessa busca incansável pelo poder foi marcada por uma série de artimanhas e manipulações políticas. O grupo estava determinado a se perpetuar no poder, utilizando-se de estratégias muitas vezes questionáveis para alcançar seus objetivos. Com sua influência e recursos, os Nery tentavam controlar os principais mecanismos de poder do Estado, como as eleições e as instituições públicas, a fim de garantir sua dominação política.

As oposições e críticas a esse governo não tardaram a surgir. Diversos grupos políticos e lideranças se sentiam excluídos e desfavorecidos pela concentração do poder nas mãos dos Nery. As denúncias de corrupção e de favorecimentos políticos ganhavam força, desafiando a legitimidade do governo e minando sua credibilidade perante a população.

No entanto, a oligarquia Nery não se abalava facilmente. Utilizando-se de sua influência política e de sua capacidade de articulação, o grupo procurava neutralizar as críticas e se manter no poder. O controle dos meios de comunicação e a cooptação de lideranças locais eram algumas das estratégias utilizadas para minar as oposições.

Essa era de conflitos políticos teve seu ponto de inflexão com a cisão da oligarquia Nery. Em meio a disputas internas e descontentamentos, surgiu a oportunidade para um novo líder assumir o governo do Estado. Foi assim que, em 23 de julho de 1908, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt ascendeu ao poder, marcando uma nova fase na política amazonense.

Com a chegada de Bittencourt ao governo, novos desafios e perspectivas se apresentavam. Sua ascensão representou uma ruptura com a hegemonia da oligarquia Nery, prometendo uma administração mais equitativa e alinhada com os anseios da população. No

²²⁷ Família tradicional do Amazonas, de Coari. Destacaram-se na carreira militar com o patriarca Major do Exército Silvério Nery. Os filhos exerceram cargos políticos de prestígio: Silvério José Nery (vereador provincial, deputado estadual, Senador e Governador), Antônio Constantino Nery (coronel do exército, Senador e Governador), Márcio Nery, Raimundo Nery e Barão Santana Ana Nery.

entanto, também enfrentaria resistência e pressões políticas, pois romper com uma estrutura política tão enraizada não seria tarefa fácil.

Neste capítulo, analisaremos em detalhes os conflitos, as alianças e as estratégias políticas desse período, buscando compreender os impactos dessas disputas na política do Amazonas.

2.1 Os governos dos Nery: um cacicado contestado e sob fogo cruzado (1900-1908)

Aqui se inicia a intrigante saga da oligarquia dos Nery, determinada a estabelecer uma supremacia política local, alçando ao poder seus parentes e apadrinhados políticos. Conspirações e tramas políticas permeiam esse período, visando a perpetuação desse grupo no comando do Estado até a ocorrência de uma cisão que marcaria profundamente os rumos políticos. É nesse contexto que, em 23 de julho de 1908, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt assume o governo do Estado, inaugurando uma nova era de desafios e conflitos na política amazonense.

As eleições de 23 de março de 1900 foram marcadas pela vitória do candidato Silvério José Nery do PRF para a cadeira de governador do Estado do Amazonas. Com um total de 8.921 votos, ele superou com ampla vantagem seus principais adversários, Ferreira Penna e Eduardo Ribeiro, que obtiveram apenas 500 e 194 votos, respectivamente. Essa expressiva diferença de votos revela a força e a influência política da oligarquia Nery na época.²²⁸

Além disso, para o cargo de vice-governador, o candidato do grupo Monsenhor Coutinho também saiu vitorioso, com 7.713 votos. Ele derrotou seus concorrentes Raymundo Nunes Salgado, que obteve 1.655 votos, e João Pereira Barbosa, com apenas 114 votos. Essa vitória consolidou a chapa liderada por Silvério Nery e Monsenhor Coutinho, fortalecendo o controle político do grupo no Estado.²²⁹

No entanto, é importante destacar que esse resultado eleitoral pode ser visto com ressalvas, considerando o contexto político da época. As eleições no Brasil do final do século

²²⁸ DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO VIII, Nº 1908. 10 de julho de 1900, p. 2.

²²⁹ DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO VIII, Nº 1908. 10 de julho de 1900, p. 2.

XIX e início do século XX eram marcadas por práticas como o coronelismo, a manipulação de votos e o clientelismo, o que levantava questionamentos sobre a legitimidade dos resultados.

No período eleitoral de 1900 no Estado do Amazonas, Silvério Nery enfrentou uma forte concorrência de figuras políticas proeminentes, como Eduardo Ribeiro, Ferreira Pena e Jonathas Pedrosa. Apesar da acirrada disputa, Silvério Nery saiu vitorioso e ascendeu como o novo governador do Estado, demonstrando sua habilidade política e capacidade de angariar apoio popular.

A vitória de Silvério Nery foi um testemunho da força e influência que a oligarquia Nery exercia na política local. Como senador da República, Silvério Nery possuía um papel de destaque na cena política nacional e sua ascensão ao cargo de governador fortaleceu ainda mais sua posição como liderança política na região. Silvério antes de se tornar governador exercia o cargo de Senador, ao ser eleito foram convocadas eleições para preenchimento da vaga, em que foi indicado Antonio Constantino Nery, seu irmão, que foi eleito para o cargo. Essa sucessão dinástica indica a habilidade da oligarquia em garantir sua continuidade no poder, com membros da mesma família ocupando posições-chave no cenário político.²³⁰

Ao assumir o governo, Silvério faz uma reforma administrativa e financeira com o intuito de reduzir as contas públicas. Acaba por extinguir secretarias de Estado, promovendo a reorganização em quatro departamentos, todos subordinados à Diretoria Geral, que seria chefiada por Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt.²³¹

A reforma administrativa e financeira promovida por Silvério Nery ao assumir o governo do Estado do Amazonas em 1900 foi uma tentativa de enfrentar os desafios econômicos e controlar as finanças públicas, de acordo com o governador. A extinção de secretarias de Estado e a reorganização em quatro departamentos, subordinados à Diretoria Geral chefiada por Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, visavam tornar a administração estadual mais eficiente e reduzir os gastos excessivos.

De acordo com Silvério Nery, essa reforma foi um passo importante para reestruturar o Estado e garantir sua estabilidade financeira. A concentração de poder na Diretoria Geral permitiria uma maior centralização das decisões e uma coordenação mais eficaz das políticas

²³⁰ MENSAGEM Exm. Snr. Dr. Gov. Dr. Silvério Nery lida perante o Congresso Amazonense na 1ª sessão da 4ª legislatura em sessão de 15 de janeiro de 1901. Rio de Janeiro, Tip. do jornal do Comércio de Rodrigues e Cia., 1901, p. 3.

²³¹ MENSAGEM... de 15 de janeiro de 1901, p.10.

governamentais. A figura de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt como chefe da Diretoria Geral era estratégica, considerando sua experiência política e habilidades de gestão, o que o tornava apto a liderar as mudanças necessárias para a recuperação econômica do Estado.

O governo de Silvério Nery ocorrerá durante a presidência de Campos Salles (1898-1902), o Brasil foi marcado pela implementação da "Política dos Governadores", uma estratégia política que buscava garantir a estabilidade do regime republicano ao estabelecer um acordo entre a União, os Estados e os Municípios. Essa política baseava-se em uma ampla troca de favores e verbas públicas entre essas instâncias de poder, visando assegurar o apoio mútuo entre o governo central e os governos estaduais.²³²

No âmbito dessa política, os governos estaduais eram incentivados a apoiar o governo central e seus interesses, em troca de autonomia para lidar com os assuntos políticos locais sem a interferência direta do governo federal. Isso permitia que as elites detentoras do poder nos Estados pudessem manter seu domínio político e, muitas vezes, derrotar os grupos opositores. A fórmula do sucesso era o alinhamento político com o governo central, o que garantia verbas para obras públicas e projetos que beneficiariam o "currículo eleitoral" dos coronéis e fortalecia seu prestígio e poder político.

Os senadores e deputados federais dos Estados também eram incentivados a apoiar o governo e o presidente da República, pois dessa forma, asseguravam a obtenção de recursos e investimentos para suas bases eleitorais. Esse sistema de troca de favores criava uma rede de interesses mútuos entre as diferentes esferas de poder, garantindo a manutenção do status quo e a coesão do sistema político.

No entanto, é importante destacar que a "Política dos Governadores" também tinha suas consequências negativas. A concentração de poder nas mãos de poucos grupos políticos e a falta de fiscalização e controle efetivo sobre o uso dos recursos públicos levaram à corrupção e ao favorecimento de interesses particulares em detrimento do bem comum.

A análise da chamada "política dos estados" de Campos Sales, conforme discutida por Cláudia Viscardi²³³, revela uma abordagem estratégica e consciente do ex-presidente brasileiro

²³² CARONE, Edgard. **A Primeira República. (1889-1930): texto e contexto.** DIFEL: São Paulo, 1969.

²³³ VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite".** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 35

em relação à dinâmica política da Primeira República. Essa expressão, cunhada por Sales, refere-se a uma nova forma de interação entre o Executivo Federal e os Estados, buscando superar as instabilidades iniciais do regime.

Campos Sales identificava as dificuldades nas relações entre o Executivo e o Legislativo Federais, bem como as intensas lutas partidárias que fragmentavam o Parlamento como elementos centrais das instabilidades republicanas. Sua visão crítica direcionava-se especialmente aos primeiros anos do regime, marcados por crises exacerbadas, sobretudo pela cisão do Partido Republicano Federal (PRF), que resultou na divisão do Congresso entre republicanos e concentrados.

A divisão no PRF teve como consequência uma fragilização do poder central representado pelo Palácio do Catete, tornando a gestão de Prudente de Moraes praticamente ineficaz, na análise de Campos Sales. Nesse contexto, o ex-presidente reconhecia a necessidade de uma abordagem diferenciada para lidar com os desafios políticos e as disputas partidárias que ameaçavam a estabilidade da República.

A estratégia de Campos Sales, ao propor a "política dos estados", pode ser entendida como uma tentativa de conciliação e estabelecimento de uma nova ordem política. Ao fortalecer a relação entre o Executivo Federal e os estados, buscava-se mitigar as rivalidades partidárias e promover uma governabilidade mais efetiva. A abordagem de Sales reflete uma percepção pragmática das complexidades políticas da época, demonstrando a sua compreensão da necessidade de adaptação e flexibilidade para consolidar a estabilidade institucional.

Outro ponto que faz com que essa "Política dos Governadores" funcione é a inexistência da Justiça Eleitoral (órgão que seria o árbitro no que diz respeito às disputas eleitorais, organizaria e manteria a ordem e daria respaldo às decisões das eleições), bem que, a validação das eleições era confiada a uma "Comissão Verificadora de Poderes", que ligada à Presidência da República, quase nunca diplomava políticos de oposição para cargos eletivos. Essa Comissão Verificadora de Poderes foi por um longo período chefiada por Pinheiro Machado, um senador do Rio Grande Sul.²³⁴

Na visão de Boris Fausto, um outro acordo acabou sendo estabelecido para que ocorresse o revezamento do poder no executivo federal pelas elites economicamente

²³⁴ CARONE, Edgar. **A República Velha – Evolução Política (1889- 1930)**. 4ª Edição. São Paulo: Difel, 1983. p. 176

dominantes do país, foi a denominada, “Política do Café com Leite” que consistiu em um acordo entre o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro, onde as duas maiores economias do Brasil, ou seja, São Paulo e Minas Gerais indicariam o nome do presidente. Mas, nem tudo foram flores, pois para esse acordo acontecer, outros grupos oligárquicos acabaram por participar, ganhando com isso, o controle do Parlamento e muitas verbas federais, então essa denominada “Política Café com Leite” contou com apoio de políticos de Pernambuco, Bahia, Rio Janeiro e Rio Grande do Sul. Além disso, em Estados de oligarquia que eram consideradas de menor prestígio e importância no Congresso nacional, o Governo Central agia de maneira coercitiva para concretizar seus interesses.²³⁵

Com uma visão diferente dessa ideia de acordo entre mineiros e paulistas, Cláudia Viscardi desenvolve uma tese de que não há uma aliança incontestável entre mineiros e paulistas, exemplificando momentos em que estiveram em lados opostos na disputa pelo cargo no executivo federal, como na sucessão de 1910 e na Revolução de 1930 ²³⁶.

A obra destaca que os pilares da aliança "café com leite" eram o potencial econômico e a união intraoligárquica de ambos os Estados. As sucessões presidenciais são apresentadas como palco de disputas entre os estados-atores pela monopolização do poder, com grupos oligárquicos influenciando as deliberações.

As sucessões presidenciais são caracterizadas como promotoras de disputas entre os estados-atores pela monopolização do poder, com grupos oligárquicos influenciando as deliberações.

Um ponto importante dessa fase é que esse momento é de grande força e prestígio político de grandes lideranças políticas locais e regionais, os chamados coronéis.

O livro *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal, publicado pela primeira vez em 1949 é um clássico da literatura política brasileira que mantém sua relevância e importância para a compreensão da realidade política contemporânea no Brasil. ²³⁷

Nos capítulos iniciais e finais, o autor define o conceito de coronelismo como um fenômeno que resulta da sobreposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma

²³⁵ FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. p.p. 150-151.

²³⁶ VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 41

²³⁷ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O Município e o Regime Representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. p. 23-24.

estrutura econômica e social inadequada. O coronelismo não é simplesmente a sobrevivência do poder privado, que foi uma característica marcante da história colonial brasileira. Pelo contrário, é uma adaptação peculiar na qual os resquícios do antigo e exagerado poder privado coexistem com um regime político de ampla representação. Nesse contexto, a propriedade da terra é o alicerce sobre o qual o coronelismo se constrói, tornando o coronel a figura central, sendo ao mesmo tempo proprietário de terras e detentor de votos.

Essa dinâmica coronelista implica em um compromisso mútuo entre o poder público, em constante fortalecimento, e o poder privado, em decadência, representado principalmente pelos líderes locais e donos de terras. A posse da terra é crucial nesse processo. A cidadania, estendida a um grande contingente de eleitores rurais, que muitas vezes são economicamente dependentes dos proprietários de terras, cria uma ligação entre os detentores do poder público e os coronéis, que são os líderes desses eleitores. Por outro lado, os coronéis não conseguem manter seu poder sem o apoio e a cumplicidade do poder público. Assim, a relação entre o prestígio dos coronéis e o prestígio concedido pelo poder público é interdependente, influenciando-se mutuamente.

O autor também observa que o fortalecimento do Estado no Brasil não enfraqueceu o coronelismo de forma correspondente. Pelo contrário, os instrumentos do poder estabelecido são frequentemente usados para revitalizar o poder privado dos coronéis, que se baseia principalmente em uma estrutura agrária em declínio. Isso é importante para entender o coronelismo, pois à medida que a influência natural dos proprietários de terras diminui, o apoio do governo se torna essencial para manter o predomínio de uma facção política local. A falta de autonomia legal dos municípios é compensada pela autonomia extralegal concedida pelos governos estaduais aos partidos locais de sua preferência, o que perpetua o compromisso coronelista.

Os Coronéis, durante esse período, consolidam e tem grande influência política e econômica em suas localidades, em que tal prestígio e poder acaba por ter sua origem com a criação da Guarda Nacional em 1831, em que civis que tinham recursos financeiros formaram milícias armadas, promovendo e exercendo com a anuência do governo Regencial o poder de

coerção e polícia, isto seguiu durante o Segundo Reinado (1840-1889) e boa parte da Primeira República.²³⁸

Os Coronéis, com isso, acabaram exercendo seu poder político, econômico e coercitivo nas mais variadas regiões do país, mandavam e desmandavam, formando dessa forma os denominados “Currais Eleitorais”, onde todos sob sua jurisdição deveriam prestar obediência e respeito. Agiam de maneira clientelista com aqueles que eram seus subordinados, em que trocavam em períodos eleitorais ou não, votos por dentaduras, empregos, alimentos, roupas e etc. Aqueles que faziam oposição ao poder local dos Coronéis acabavam por sofrer perseguições, torturas e poderiam até ter suas vidas ceifadas, essa estratégia demonstra os plenos e amplos poderes que os coronéis exerciam em seus “currais eleitorais”.²³⁹

Além de tudo isso, os Coronéis utilizavam-se de fraudes eleitorais e ampla corrupção para elegerem a si ou a seus indicados como candidatos aos cargos eletivos públicos, entre esses atos leoninos temos: fraude de atas; pessoas mortas contabilizadas como votantes, crianças votando, assim como, os analfabetos (o que não era permitido), criação de nomes de eleitores inexistentes e etc.²⁴⁰ Isso não era uma prática nova, pois durante o Império havia esse sistema corrupto, e como vimos anteriormente, isso aconteceu durante o início do período republicano se perpetuando até o fim.

Retomando as discussões sobre a política no Amazonas, o governo de Silvério José Nery, que ocorreu de 23 de julho de 1900 a 23 de julho de 1904, foi marcado por um contexto político complexo. Ao assumir o cargo, Nery encontrou uma série de questões a serem enfrentadas, incluindo desafios administrativos, financeiros e políticos.

Logo em sua mensagem inaugural ao Congresso Amazonense, Silvério Nery fez duras críticas a seu antecessor, Ramalho Júnior. Essas críticas provavelmente refletem um desejo de se diferenciar do governo anterior e de demonstrar uma nova postura política. Além disso, as críticas podem ter sido uma maneira de justificar a necessidade de reformas e mudanças na administração Estado.

E, então, ao receber o governo a 23 de julho, o legado que encontrei no Tesouro foi o débito de 33.118:524\$524 por títulos de todo o gênero, desde o serviço de modestos operários, que exclusivamente do seu trabalho vivem, e o gasto

²³⁸ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O Município e o Regime Representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. p. 23-24.

²³⁹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**, p. 25

²⁴⁰ TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**, p. 24-25

ilegal e criminoso dos depósitos, até a emissão de títulos, resgatáveis imediatamente em pagamento de impostos, uma quantia superior a toda a receita completa de um exercício próspero.²⁴¹

A citação apresentada mostra a difícil situação financeira que Silvério Nery encontrou ao assumir o governo do Amazonas em julho de 1900. O legado de dívidas e títulos em circulação revela uma gestão anterior marcada por gastos excessivos e práticas financeiras questionáveis. A existência de um débito tão elevado, abrangendo desde obrigações com modestos operários até gastos ilegais e criminosos com os depósitos (provavelmente referindo-se a instituições financeiras), sugere uma má gestão dos recursos públicos e um descontrole financeiro na administração do Estado. Contudo, devemos observar que esse era o discurso oficial do governo Silvério Nery.

A mensagem inicial de Silvério Nery ao Congresso revela uma série de preocupações e desafios enfrentados por seu governo no Amazonas. Além das questões financeiras, que foram um ponto central, o governador também se preocupou com as condições de saúde pública, especialmente o combate a epidemias como impaludismo (malária) e varíola. Essas doenças eram resultado das condições precárias de salubridade e higiene na cidade, o que demandou a adoção de medidas profiláticas, incluindo a vacinação. A abordagem de Silvério Nery em relação ao tratamento de esgoto e água também foi destacada na mensagem. O saneamento básico era uma questão crítica para garantir a saúde da população e reduzir a propagação de doenças, sendo uma das prioridades do governo nesse contexto.²⁴²

Outra importante iniciativa de Silvério Nery foi a renegociação de dívidas e reforma de contratos, buscando evitar que o pagamento mensal ultrapassasse 1.000 contos, como parte de medidas de austeridade para equilibrar as finanças do Estado. O governador responsabilizou gestões anteriores pela falta de cuidado com as finanças públicas, o que o levou a tomar ações para garantir o pagamento do funcionalismo público e honrar compromissos com fornecedores.²⁴³

A preocupação com a produção da borracha também foi destacada na mensagem. Silvério Nery reconheceu a posição do Amazonas como o maior produtor mundial de borracha,

²⁴¹ MENSAGEM Exm. Snr. Dr. Gov. Dr. Silvério Nery lida perante o Congresso Amazonense na 1ª sessão da 4ª legislatura em sessão de 10 de julho de 1901. Rio de Janeiro, Tip. do jornal do Comércio de Rodrigues e Cia., 1901, p. 63.

²⁴² MENSAGEM ... de 10 de julho de 1901, p. 13-14

²⁴³ MENSAGEM ... de 10 de julho de 1901, p. 65

mas alertou para a concorrência estrangeira e enfatizou a importância de pensar no cultivo sustentável da borracha e buscar alternativas econômicas relacionadas à atividade agrícola para o Estado.²⁴⁴

As mensagens subsequentes de 1902 e 1903 apresentadas pelo governador Silvério Nery continuam destacando a importância das medidas tomadas para reorganizar as finanças públicas do Estado do Amazonas. A afirmação de que as finanças estavam deterioradas ressalta os desafios enfrentados por seu governo para lidar com as dívidas acumuladas e a má gestão financeira das administrações anteriores, mas precisamos deixar claro que essa era uma visão oficial.

A compra dos serviços de eletrificação que estavam sob a administração de grupos particulares é um fator interessante mencionado pelo governador. Essa medida pode ser vista como uma estratégia para reduzir os custos e aumentar a eficiência dos serviços de eletrificação no Estado. Ao assumir o controle desses serviços, o Estado teria mais autonomia para tomar decisões e implementar mudanças, buscando uma maior economia para os cofres públicos.

Ao falar sobre os serviços elétricos no Amazonas, o pesquisador Frederico Cesarino nos informa que esse negócio foi cercado de irregularidades, desde o empréstimo para compra das empresas particulares e até a utilização desse mesmo empréstimo para o pagamento das dívidas existentes nas contas do Estado. Sobre o empréstimo temos o seguinte:

Na Fala de 1903, Nery justifica a aquisição das empresas que operam a eletricidade (exceto à Ventiladores Eléctricos de A. Bytton) pelo estado do Amazonas como uma ação para economia de gastos públicos e uma suposta melhoria na qualidade dos serviços uma vez que estavam sendo administrados, fiscalizados e regulados integralmente pelo poder público. Nery também afirmava que o controle integral da eletricidade pelo estado permitiria maior facilidade nas obras de expansão da rede de iluminação pública e, principalmente, a rede de viação pública por meio de bondes elétricos. A aquisição das empresas citadas envolveu a quantia de 750 mil libras esterlinas que, em 1902, equivaliam ao valor de 474 milhões de libras esterlinas em 2016. Tal quantia foi obtida por meio do empréstimo de um total de 1,5 milhões de libras esterlinas, firmado pelo governo do estado do Amazonas junto ao London and Brazilian Bank em Nova Iorque, e baseado na Lei nº 378, de 24 de julho de 1902, na qual o estado do Amazonas estava permitido a emitir papéis de apólice-ouro neste mesmo quantitativo financeiro. Metade da quantia tomada em empréstimo, portanto, foi destinada à aquisição das companhias de

²⁴⁴MENSAGEM ... de 10 de julho de 1901, p. 74.

energia, enquanto a outra parte destinada ao saneamento de déficits financeiros estaduais.²⁴⁵

A citação apresenta a justificativa e os objetivos por trás da aquisição das empresas de eletricidade pelo Estado do Amazonas durante o governo de Silvério Nery. O governador defendeu essa ação como uma forma de economizar gastos públicos e melhorar a qualidade dos serviços elétricos, uma vez que as empresas estariam sob o completo controle, fiscalização e regulamentação do poder público.

A ideia de que o controle integral da eletricidade pelo Estado permitiria maior facilidade nas obras de expansão da rede de iluminação pública e, especialmente, na implantação de bondes elétricos, ressalta o caráter estratégico da aquisição. A perspectiva de expandir a infraestrutura elétrica e implementar um sistema de transporte público mais moderno e eficiente certamente contribuiria para o desenvolvimento e modernização do estado do Amazonas.

Entretanto, é importante destacar que a aquisição das empresas de eletricidade envolveu um alto custo financeiro, como mencionado na citação. O valor do empréstimo obtido para essa aquisição era significativo, representando uma parcela substancial das finanças estaduais. Além disso, a outra metade do empréstimo foi destinada a sanar déficits financeiros do Estado.

De acordo com Cesarino, esse negócio era cercado de irregularidades, pois o sócio das empresas que foram adquiridas pelo governo do Amazonas (Manaus Railways e Manaus Electric Lighting Company), Charles Flint, era também um dos administradores do banco que concedeu o empréstimo ao governo Nery, o *London Brazilian Bank*.

O jornal "*Quo Vadis?*"²⁴⁶ emerge como uma das vozes mais combatentes da oposição durante o governo de Silvério Nery no Amazonas. Desde o seu lançamento, apresentou-se como

²⁴⁵ CESARINO, Frederico Nicolau. **A Eletrificação de Manaus: Aspectos, Técnicos, Políticos e Econômicos.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Instituto De Ciências Humanas E Letras – ICHL. Programa De Pós-Graduação em Sociedade E Cultura Na Amazônia – PPGSCA, 2018, p. 96

²⁴⁶ “O Jornal “Quo Vadis” veio à luz no dia 19 de novembro de 1902 e seu último número saiu no dia 20 de março de 1904. Apresentou-se como um jornal diário, chegando a tirar 312 números. Teve como redatores: Apius Claudius e Dr. Guedes Júnior. Apresentava-se como “órgão de interesses populares”, disposto ao combate das mazelas sociais, buscou denunciar cotidianamente, enquanto adotará igual vontade de combater e criticar as esferas de poder estabelecidas, denunciando o descaso com os populares e corrupção do sistema político local, entregue a grupos oligárquicos, e por assumir essa crítica sofreu retaliações, envolveu-se em diversas contendas políticas no período inicial da República. A historiografia Regional registrou essa dimensão, apresentando o jornal como órgão de oposição e a truculência com que seus editores foram perseguidos.” (GOMES, Ivana Luísa de Souza. **Quo Vadis? A Trajetória de um jornal de oposição (1902-1904).** Relatório PIB-H-0088/2008. Universidade Federal do Amazonas. 2009, p. 5).

um periódico diário, cujo propósito era defender os interesses populares e combater as mazelas sociais. Denunciava cotidianamente o descaso com as classes populares, a corrupção no sistema político e o domínio de grupos oligárquicos sobre o poder local. Ao assumir uma postura crítica e confrontadora, o jornal enfrentou retaliações e envolveu-se em diversas contendas políticas.

As eleições de 1903 foram uma oportunidade para o "*Quo Vadis?*" manifestar sua oposição ao governo vigente. O jornal apoiou candidatos como Affonso Pena para presidente, José da Costa Azevedo (Barão do Ladário) para o cargo de senador e Manoel Francisco Machado, Thaumaturgo de Azevedo, Agésilão Pereira da Silva e Ferreira Penna para deputados. Todos esses candidatos representavam a oposição a Silvério Nery e suas políticas.²⁴⁷

Um dos pontos cruciais do embate entre o "*Quo Vadis?*" e o governo de Nery foi a questão da cobrança de impostos sobre a borracha exportada. O jornal foi duramente crítico em relação a essa medida, que considerava prejudicial para os interesses do povo e da economia do Estado.

Através de suas publicações, o "*Quo Vadis?*" se firmou como um canal de denúncias e questionamentos, alertando a população sobre questões políticas e sociais relevantes e levantando questionamentos sobre as decisões tomadas pelo governo de Silvério Nery. Sua atuação contribuiu para uma maior transparência e debate público sobre os rumos da administração estadual. Sobre isso Agnello Bittencourt informa:

Grande celeuma levantou, no seio da oposição representada pelo jornal *Quo Vadis?*, o pedido de autorização para cobrar em espécie, obrigatoriamente, o imposto sobre a borracha, que fosse exportada. Foi julgado improcedente esse meio, que vinha derruir a função crematística da moeda legal e pôr o Estado, nas contingências das especulações comerciais. Protestos judiciais e particulares provocou o ato do governo, reduzindo a conversão a ouro, de 7% para 5%, os juros e aumentando de 10 para 30 anos o resgate das apólices.²⁴⁸

A citação revela uma disputa política intensa no Amazonas, envolvendo o jornal "*Quo Vadis?*" e o governo de Silvério Nery em relação à cobrança do imposto sobre a borracha exportada. A decisão do governo de exigir o pagamento em espécie desse imposto gerou protestos judiciais e particulares, o que mostra a insatisfação da oposição e da população com essa medida. A justificativa de que a cobrança em espécie derrubaria a função monetária da

²⁴⁷ QUO VADIS?, ANO II, nº 45, Manaus 13 de Janeiro de 1903. P. 2.

²⁴⁸ BITTENCOURT, Agnello. **Corografia**, p. 299.

moeda legal e sujeitaria o Estado a especulações comerciais é questionável, uma vez que outras medidas poderiam ser adotadas para evitar tais problemas. Além disso, a redução dos juros e o aumento do prazo de resgate das apólices podem ser interpretados como tentativas do governo de acalmar os ânimos e mitigar as críticas.

O processo de aquisição das empresas *Manaus Railways*²⁴⁹ e *Manaus Electric Lighting Company*²⁵⁰ pelo estado do Amazonas foi um tema amplamente explorado pelo jornal "*Quo Vadis?*" em seus artigos publicados entre 13 de janeiro a 3 de fevereiro de 1903. Diante disso temos:

Com a publicação de uma tradução do que lemos em jornal dos Estados Unidos, firmada pelos srs. Enéas Martins e Porfírio Nogueira, tradução fidelíssima, provamos que os negociadores do empréstimo exorbitaram das suas atribuições, dando como garantia aos subscritores a totalidade das rendas do Amazonas. Além de ser essa chamada um facto não autorizado pela lei que deu poderes ao chefe do executivo, ofendeu diretamente interesses em jogo, como sejam os que a lei do orçamento consigna, como os que o contrato da Manaus Harbour Company estatui. Esqueceram-se os negociadores de todos os compromissos tomados pela administração e, para chamar dinheiro para o empréstimo, como que hipotecaram tudo.²⁵¹

Essas publicações refletem a postura crítica e combativa do periódico em relação ao empreendimento estabelecido, denunciando supostos problemas e irregularidades envolvendo a transação. Nesses artigos, o jornal levantou acusações e questionamentos sobre o negócio e seus impactos, buscando informar a opinião pública e expressar sua oposição às ações do governo de Silvério Nery.

Pelas críticas proferidas à gestão de Silvério Nery, o redator e um colaborador do *Quo Vadis?* acabaram sendo perseguidos logo no início da atuação do jornal, sendo os mesmos

²⁴⁹ Em 25 de fevereiro de 1898, a *Manaus Railway Company*, uma companhia americana sediada em Nova Iorque, foi estabelecida. Esta empresa foi responsável pela construção das linhas e pela inauguração dos bondes em 1º de agosto de 1899. (ver: CESARINO, Frederico Nicolau. **A Eletrificação de Manaus: Aspectos, Técnicos, Políticos e Econômicos**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Instituto De Ciências Humanas E Letras – ICHL. Programa De Pós-Graduação em Sociedade E Cultura Na Amazônia – PPGSCA, 2018)

²⁵⁰ Em 15 de maio de 1895, o senhor Heleodoro Jaramillo emergiu como vencedor, aliando-se à empresa *General Electric*. Pouco tempo depois, Jaramillo transferiu a concessão para a empresa *Manaus Electric Lighting Company*, que iniciou as obras em setembro de 1895. Após alguns adiamentos, a inauguração efetiva ocorreu em 22 de outubro de 1896, marcando a disponibilidade da iluminação pública a arco voltaico em seis ruas da capital, Manaus. (ver: CESARINO, Frederico Nicolau. **A Eletrificação de Manaus: Aspectos, Técnicos, Políticos e Econômicos**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Instituto De Ciências Humanas E Letras – ICHL. Programa De Pós-Graduação em Sociedade E Cultura Na Amazônia – PPGSCA, 2018)

²⁵¹ QUO VADIS?, ANO II, nº 46. 14 de janeiro de 1903, p. 1.

espancados, possivelmente, por ordem do governador ou de seus partidários, pois o *Quo Vadis?* Não poupava o governo das acusações e, com isso:

Quando lançamos ao público o nosso jornal, não desconhecíamos o caminho que íamos trilhar, os obstáculos que nos seriam suscitados, os embaraços que se levantaram à nossa missão. Conhecedores como somos do período agudo a que chegou à vida nacional, período de incerteza e ambições impossíveis de refrear, pondo-nos à frente de um órgão de imprensa, representando a opinião livre [...]. Ao que parece, está singela e inofensiva atitude nossa desagradou, houve quem d'ela ficará descontente. As agressões que sofreram um redator e um colaborador nossos, como que são d'isso a prova n'estes últimos dias tão cheios de peripécias. Chegou-se a assoalhar que nos seria empastelada a oficina, agredidas outras pessoas nossas, pois que era intento suprimir-nos o jornal, que, em tão pequeno espaço de tempo, adquiriu as valiosas simpatias de que nos desvanecemos.²⁵²

A perseguição e violência sofridas pelo redator e colaborador do jornal "*Quo Vadis?*" revelam a luta pela hegemonia simbólica no campo político do Amazonas. Nesse cenário, a imprensa opositora desempenha o papel de porta-voz das vozes subalternas, confrontando as elites no poder e questionando suas ações e privilégios.

A polarização política e a resistência enfrentada pelo jornal destacam a disputa entre diferentes grupos pela dominação simbólica, ou seja, pelo controle das narrativas e representações sociais. As críticas incisivas e as acusações direcionadas ao governo são estratégias para desestabilizar o domínio da elite no poder e promover uma ruptura no campo político.

A reação hostil dos governador ou de seus partidários demonstra a tentativa de silenciar a voz dissidente e perpetuar a hegemonia política. A violência e perseguição evidenciam a tentativa de manter o status quo e evitar que vozes contrárias ganhem espaço na arena pública.

O jornal "*Quo Vadis?*" revela sua incisiva postura crítica em relação às emissões de apólices pelo Estado, denunciando que tais práticas tornavam o governo estadual vulnerável às especulações comerciais, transformando-o em uma espécie de empresa. Essas publicações evidenciam a busca do periódico em expor supostas irregularidades e questionar as ações do governo, especialmente no que diz respeito ao desvio de apólices e possíveis fraudes.

²⁵² QUO VADIS?, ANO I, nº 31. 24 dezembro de 1902.

Ao abrir espaço para um funcionário do tesouro do Estado se defender de acusações de extravio de apólices, o "*Quo Vadis?*" reforça sua intenção de promover a transparência e dar voz aos envolvidos, mesmo que isso implique em enfrentar membros do governo.²⁵³

A frequência de publicações sobre essa temática mostra a persistência do jornal em incomodar o poder estabelecido, revelando sua coragem em enfrentar as consequências de suas denúncias. O fato de ter sofrido um novo atentado em 8 de junho de 1903 demonstra a hostilidade enfrentada pelo jornal em sua missão de ser uma voz de oposição. Mesmo assim, depois de três meses retoma suas atividades e dessa forma trata do acontecido:

São passados mais três meses sobre a queima oficial que reduziu a cinzas as oficinas do órgão dos interesses populares, e, facto singular, único neste Estado, o Quo Vadis?, ressurgue dos escombros em que soterrara a mão perversa e mercenária dos agentes do governo, autores bem conhecidos nesta capital e nominalmente designados, desse atentado selvatico, brutal, hediondo que nos annaes governamentais do Amazonas constituirá a página negra, será nódoa, indelével da pública administração no quadriênio de 1900 a 1904. [...] Seria justo motivo de satisfação para nós, de alegrias íntimas, o reaparecimento do Quo Vadis? nesta segunda fase de sua existência, se não fora antes razão sobeja de bem entendido orgulho e grande desvanecimento o singularismo successo da ressurreição de um jornal independente, extinto a ferro e fogo por ordem e sob responsabilidade do governador do Estado do Amazonas.²⁵⁴

Assim, o "*Quo Vadis?*" se apresenta como um importante instrumento de vigilância e fiscalização das ações do governo, exercendo um papel fundamental na exposição de possíveis abusos e na luta pela transparência e responsabilidade no exercício do poder público. No entanto, a perseguição e os atentados que sofreu mostram as resistências e os riscos enfrentados pela imprensa opositora.

O jornal "*Quo Vadis?*" mostrou-se incansável em sua postura de oposição a Silvério Nery, não hesitando em atribuir ao governador a autoria do atentado contra sua sede. Esse periódico se consolidou como a principal voz crítica ao governo, denunciando a suposta estratégia de Silvério Nery de se afastar temporariamente do poder para viabilizar a candidatura de seu irmão, Constantino Nery, à posição de governador.

²⁵³ QUO VADIS?, ANO II, nº 41. 8 de janeiro de 1903.

²⁵⁴ QUO VADIS?, ANO II, nº 168. 26 setembro de 1903.

A firmeza das palavras do jornal incomodou profundamente as esferas de poder, que reagiram de forma truculenta e autoritária, empastelando e fechando o "*Quo Vadis?*". O fechamento do periódico foi uma tentativa clara de calar a voz opositora e evitar que suas denúncias e questionamentos continuassem a ecoar na sociedade.

Esse episódio revela a tensão e a intolerância presentes no cenário político da época, em que a imprensa opositora enfrentava retaliações violentas por parte do governo e de seus aliados. O "*Quo Vadis?*", ao denunciar as manobras políticas em curso e o uso do poder para beneficiar interesses pessoais, acabou pagando um alto preço pela coragem de sua atuação.

A Constituição do Estado, promulgada em 1895, trazia uma importante restrição ao exercício do cargo executivo por parentes consanguíneos do governador e do vice-governador. Conforme o artigo 47 da Constituição, esses parentes não poderiam ser eleitos ao cargo executivo, nem na condição de titular nem de substituto.²⁵⁵

Essa medida tinha o objetivo de evitar a concentração de poder nas mãos de uma mesma família ou grupo de parentes, garantindo a alternância no exercício do cargo e, conseqüentemente, a pluralidade e a representatividade política no estado. A proibição visava prevenir possíveis abusos de poder e favorecimentos indevidos que poderiam ocorrer caso parentes diretos do governador ou vice assumissem cargos executivos. No entanto, a Constituição previa uma exceção a essa regra. Caso o governador ou seu vice tivessem deixado o cargo há pelo menos 3 meses antes da eleição, os parentes consanguíneos poderiam se candidatar ao cargo executivo.

É isso que Silvério Nery faz, alegando problemas de saúde se afasta do governo no dia 2 de dezembro de 1903, assumindo em seu lugar Francisco Benedicto da Fonseca Coutinho. Aparentemente, não há indícios de hostilidades entre Nery e Coutinho, pois em Mensagem lida perante o Congresso do Estado em 10 de julho de 1904, Silvério Nery afirma sobre a administração interina monsenhor Coutinho:

Folgo em assinalar que neste quadriênio governamental, o período ocupado pelo sr. vice-governador foi justamente aquele em que as estações fiscais do Estado fizeram a melhor arrecadação até hoje conhecida, pois, de dezembro a abril, essa arrecadação montou a mais de dez mil contos de réis.²⁵⁶

²⁵⁵ ASSEMBLEIA, **Constituições de 1891 a 1989**, p. 81.

²⁵⁶MENSAGEM Lida Perante o Congresso dos Srs. Representantes por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura, pelo Governador do Estado EXM. SR. DR. Silvério José Nery, em 10 de julho de 1904, acompanhada dos relatórios das repartições do Estado. Manaus: Typographia Amazonas, 1905, p.5

Ao afirmar que a arrecadação fiscal teve bons resultados durante o período de administração de Monsenhor Coutinho como vice-governador, Silvério Nery pode estar sugerindo que as políticas e diretrizes estabelecidas por ele próprio foram mantidas e bem executadas durante sua ausência.

Isso reforça a ideia de que Silvério Nery mantinha uma posição de liderança dominante dentro do Partido Republicano Federal no Amazonas, exercendo controle e influência sobre as decisões governamentais mesmo quando afastado temporariamente do cargo. A lealdade e obediência dos membros do governo a Silvério Nery, como líder máximo do partido, provavelmente contribuíram para a continuidade das políticas estabelecidas por ele, garantindo uma certa uniformidade nas ações do governo.

É importante notar que esse tipo de controle político e lealdade partidária era comum na época, especialmente em contextos das elites no poder e políticas clientelistas, onde os líderes exerciam grande poder sobre seus apoiadores e seguidores. Nesse sentido, a continuidade das políticas de Nery durante a administração de Coutinho pode ser vista como uma demonstração da influência política do governador titular sobre os rumos do estado mesmo em momentos de ausência física.

Três meses depois de ser fechado o jornal *Quo Vadis?* voltou a atuar como crítico da oligarquia Nery, seu redator Felix Ferreira de Paula, fez várias acusações contra Silvério Nery dizendo que seu afastamento por motivos de saúde era uma farsa, devido a isso, foi processado e considerado culpado por calúnia.²⁵⁷

Esse episódio reflete a intensa polarização política e o ambiente de conflito entre o jornal *Quo Vadis?* e o governo de Silvério Nery. As acusações de Felix Ferreira de Paula contra o governador, questionando a veracidade de seu afastamento por motivos de saúde, demonstram a postura combativa e crítica adotada pelo jornal em relação ao poder estabelecido.

Por outro lado, o processo e a condenação de Felix Ferreira de Paula por calúnia revelam a reação do governo em relação às críticas e denúncias publicadas pelo jornal. A acusação de

²⁵⁷GOMES, Ivana Luísa de Souza. **Quo Vadis? A Trajetória de um jornal de oposição (1902-1904)**. Relatório PIB-H-0088/2008. Universidade Federal do Amazonas. 2009, p. 31.

calúnia pode ter sido utilizada como uma forma de reprimir a imprensa opositora e silenciar vozes dissidentes, visando proteger a imagem e reputação do governador.

O jornal que havia voltado a ter seu funcionamento, depois de ter sido fechado, devido às críticas a Silvério e Constantino Nery proferidas pelo jornal *Quo Vadis?*, sofre um novo atentado, um misterioso incêndio acontecerá na sede do periódico, em que se diz que o chefe de polícia do governo de Silvério Nery, Ulisses Freitas, trazia latas de querosene para tentar apagar o fogo.²⁵⁸

A ocorrência do misterioso incêndio na sede do jornal *Quo Vadis?* e as acusações e perseguições contra o redator Felix Ferreira de Paula podem ser compreendidas a partir da noção de campo e de lutas pelo poder simbólico, em que a sociedade percebida como um espaço social composto por diferentes campos, cada um com suas próprias regras, atores e relações de poder. O campo político é um desses campos, e nele ocorrem disputas pela dominação simbólica, ou seja, pelo controle das representações, valores e discursos que legitimam o poder.

No caso em questão, o campo político no Amazonas estava marcado por uma intensa polarização entre o governo de Silvério Nery e seus opositores, representados pelo jornal *Quo Vadis?*. Esse campo era caracterizado por uma relação de forças desigual, onde o governo detinha maior poder e recursos para impor sua vontade.

O incêndio na sede do jornal pode ser entendido como uma forma de violência simbólica, onde o governo tentou calar a voz da oposição e impor sua narrativa política como a única válida. Além disso, as acusações e o processo contra o redator Felix Ferreira de Paula podem ser interpretados como estratégias para deslegitimar e enfraquecer a oposição.

A eleição de 1904 para o governo do estado do Amazonas foi marcada por uma vitória da oligarquia Nery, com Antônio Constantino Nery assumindo o cargo de governador e Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt como vice. Essa vitória representou a consolidação do poder político da família Nery na região. No entanto, a eleição para o cargo de vice foi vista como um prêmio de consolação para Antônio Clemente, uma vez que ele havia vencido as eleições para o Senado pouco tempo antes, mas sua vitória foi contestada pela Comissão de Verificação de Poderes, liderada pelo influente senador Pinheiro Machado. A decisão da comissão em favor

²⁵⁸ NERY, Silvério. **Política no Amazonas**: Discursos proferidos pelo senador SILVÉRIO J. NERY no Senado da República, em 1923, em defesa de sua administração no governo do Estado. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1923, p. 44.

do Barão de Ladário, Costa de Azevedo, criou uma situação delicada e controversa, gerando tensões políticas e disputas no cenário local.²⁵⁹

A vitória do grupo político dos Nery nas eleições para governador e vice demonstrou a força e a influência que esse grupo tinha sobre o cenário político do Estado do Amazonas naquela época. A eleição de Antônio Constantino Nery para o cargo de vice-governador reforçou a continuidade da família Nery no poder, evidenciando a consolidação de uma prática política de controle e dominação da política local.

Por outro lado, a derrota de Antônio Clemente Bittencourt nas eleições para o Senado e sua posterior nomeação como vice-governador podem ser interpretadas como uma forma de manter o político dentro dos círculos de poder e de garantir a estabilidade do grupo oligárquico. A atuação da Comissão de Verificação de Poderes, comandada por Pinheiro Machado, mostra como os interesses e disputas políticas nacionais também se refletiam nas questões regionais, influenciando os resultados eleitorais e as decisões políticas locais.

Essa situação evidencia as complexidades e matizes das dinâmicas políticas em nível estadual e nacional. A vitória da oligarquia Nery representa o fortalecimento de um grupo político hegemônico, enquanto a contestação da eleição para o Senado revela as disputas internas e a articulação de forças políticas em âmbito nacional.

A ascensão de Antônio Constantino Nery ao governo do Estado do Amazonas em 1904 representou a continuidade do domínio político exercido pela família Nery na região. Sua promessa de concluir obras iniciadas em gestões anteriores demonstrava o compromisso de garantir a continuidade do desenvolvimento e da infraestrutura no Estado. Além disso, o novo governador tinha a missão de assegurar os interesses do Partido Republicano Federal no Amazonas e das facções políticas e econômicas que gravitavam em torno da família Nery.²⁶⁰

Em seu discurso Antônio Constantino Nery diz buscaria concluir obras inacabadas em gestões anteriores, ao que parece buscava mostrar a opinião pública que havia necessidade de dar continuidade ao progresso e ao desenvolvimento do Estado. Essa estratégia também tinha o propósito de fortalecer a imagem do novo governador e consolidar a sua liderança política,

²⁵⁹ MENSAGEM Lida Perante o Congresso dos Srs. Representantes por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura, pelo Governador do Estado EXM. SR. DR. Silvério José Nery, em 10 de julho de 1904, acompanhada dos relatórios das repartições do Estado. Manaus: Typographia Amazonas, 1905, p.5.

²⁶⁰ ANTONACCIO, Gaitano. **Políticos Influentes no Amazonas (1889 a 2005)**. Manaus: ALEAM, 2005, p. 23.

mostrando comprometimento com o bem-estar da população e com o desenvolvimento econômico.

Ademais, a garantia da sustentação dos interesses do Partido Republicano Federal no Amazonas e das facções que apoiavam a família Nery revela a importância da política de coalizões e alianças no cenário político da época. O apoio dessas facções era fundamental para a manutenção do poder político da família Nery, uma vez que proporciona o suporte necessário para a governabilidade e a implementação das ações políticas do grupo.

A presença desses grupos políticos e econômicos ao redor da família Nery também ilustra a estreita relação entre política e economia naquele contexto. A influência dessas facções na tomada de decisões políticas e nas políticas econômicas demonstra como interesses políticos e econômicos muitas vezes se entrelaçam, influenciando as ações governamentais.

A administração de Antônio Constantino Nery apresentou realizações significativas, incluindo um programa de saneamento liderado por seu irmão Márcio Nery, o contrato para abastecimento de água e esgotos, além da construção de importantes instituições como a Biblioteca e a Penitenciária.²⁶¹

No entanto, a gestão de Constantino Nery também foi marcada por sérias acusações de corrupção. Um exemplo emblemático foi a vinda do presidente eleito Afonso Pena a Manaus em 1906. Durante essa visita, o presidente estava em luto pela morte de seu irmão, o que o levou a não participar de eventos festivos. Entretanto, mesmo assim, despesas relacionadas a festas e bailes em homenagem a Afonso Pena apareceram nos registros do Tesouro do Estado.

Essas acusações de corrupção são extremamente preocupantes, uma vez que sugerem o mau uso dos recursos públicos e a possibilidade de favorecimento indevido de certos grupos políticos ou econômicos.

O acontecimento do empréstimo com a *Société Marseillaise*²⁶² durante o governo de Constantino Nery representou um grave episódio de corrupção e má gestão dos recursos públicos. O valor elevado do empréstimo, equivalente a cerca de 50 mil contos de réis na moeda brasileira da época, era destinado a investimentos públicos, mas, em vez disso, uma parcela

²⁶¹ LOUREIRO, Antônio José Souto. **Síntese..**, p. 252.

²⁶² Em 1865, Joseph Grandval, Victor Roux, Albert Rostand, e Armand Bergasse fundaram a Société Marseillaise de Crédit, com Jean-Baptiste Pastré como primeiro presidente. A sede foi construída em Marselha por Léon Verdier em 1880, e a primeira filial de bairro surgiu em 1909.

desse montante foi desviada para benefício pessoal dos membros do governo envolvidos na negociação. Sobre isso, Agnello Bittencourt, citando o relatório de J. Rodrigues Vieira, traz o seguinte:

O empréstimo externo do Estado do Amazonas de 1906, representa ônus mais escandaloso que um estado poderia contrair, segundo a expressão textual de financeiros autorizados e do próprio 'Office National des Valeurs Mobiliers'. O escândalo não provém nem do governo de então nem dos seus representantes, bem que estes não se mostrassem à altura de sua delicada missão. À cobiça dos seus intermediários e a manifesta má fé da administração bancária que lançou o empréstimo, devemos atribuir esse contrato leonino e imoral de 23 de Maio, que o Estado não pode romper agora senão por meio violento. É indubitável que aquela administração procurou acorrentar o Amazonas a seus insaciáveis interesses; mas os que lhe herdaram o espólio encontram hoje dificuldades consequentes dessa má fé.²⁶³

Essa prática de corrupção, na qual o governador e outros membros do governo recebiam porcentagens indevidas do empréstimo, é um flagrante desvio de conduta e uma violação da confiança depositada pelo povo no governo. Além disso, o comprometimento das contas do Estado por 50 anos em decorrência desse empréstimo representa um ônus significativo para a população e para as futuras gerações, que teriam que arcaram com as consequências dessa má gestão.

Esse empréstimo em termos escandalosos levaram o governo de Constantino Nery a receber diversas críticas da oposição. O jornal *Correio do Norte* será seu principal opositor e assim se posiciona:

Se nos referimos, com relativa frequência, à pessoa do sr. governador (do sr. governador, entenda-se bem; não falamos nunca do sr. Antônio Constantino Nery) é que o sr. governador é o responsável direto por todas as anomalias e por todos os ESCÂNDALOS (expressão é do contemporâneo) que pululam em sua administração.

Temos dito, mais de uma vez, que acreditamos efetuar-se aqui muita imoralidade que o sr. governador ignora.²⁶⁴

O posicionamento do jornal *Correio do Norte* como principal opositor do governo de Constantino Nery reflete a gravidade dos escândalos e das críticas direcionadas à administração do governador. O jornal faz questão de diferenciar a figura pessoal do governador, Antônio

²⁶³ BITTENCOURT, Agnello. *Corografia..* p. 303.

²⁶⁴ CORREIO DO NORTE, ANO I, Nº 82. 27 de abril de 1906.

Constantino Nery, da sua atuação como gestor público, ressaltando que é a administração que está sendo alvo das críticas e acusações.

Ao mencionar que o governador é o "responsável direto por todas as anomalias e por todos os escândalos", o *Correio do Norte* denuncia a série de práticas irregulares e imorais que estão ocorrendo na administração pública do Estado do Amazonas sob o comando de Constantino Nery. A menção à "imoralidade que o sr. governador ignora" sugere que tais práticas podem estar ocorrendo à revelia do próprio governador, mas ainda assim são de sua responsabilidade como chefe do Executivo Estadual.

Essas críticas do *Correio do Norte* reforçam a percepção de que a administração de Constantino Nery enfrentava sérios problemas de corrupção, falta de transparência e má gestão dos recursos públicos. A imprensa, nesse contexto, desempenha um papel importante ao expor irregularidades e fiscalizar a atuação do governo, garantindo a prestação de contas e a responsabilização dos agentes públicos.

A denúncia do jornal *Correio do Norte* sobre o atraso nos salários do funcionalismo público durante o governo de Constantino Nery revela uma preocupante disparidade entre os altos funcionários do Estado e os demais servidores. Enquanto os altos cargos eram contemplados com o pagamento pontual, os servidores de níveis mais baixos enfrentavam dificuldades financeiras devido aos atrasos nos seus vencimentos.²⁶⁵

Constantino Nery se afasta em 20 de novembro de 1907 do cargo de governador do Estado, seu afastamento se deu de acordo com a versão oficial²⁶⁶, por motivo de saúde, indo fazer seu tratamento na Europa. Pensamos, que aqui, é utilizada a mesma estratégia de Silvério para a eleição que deu a vitória ao seu irmão, ou seja, Constantino sai do cargo e, com isso, abria espaço legal para que Silvério se candidatasse.

No contexto da política no Amazonas, o afastamento de Constantino Nery do cargo de governador, sob o pretexto de problemas de saúde e a busca por tratamento na Europa, pode ser entendido como uma tática para perpetuar o domínio da família Nery no cenário político local. Em que a manutenção do poder político pelas elites se dá por meio de estratégias de reprodução social que garantem a dominação e o controle sobre as instituições e os recursos do Estado.

²⁶⁵ CORREIO DO NORTE, ANO I, Nº 19. 11 de fevereiro de 1906.

²⁶⁶ MENSAGEM lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da segunda sessão extraordinária pelo Governador do Estado Coronel Raymundo Affonso de Carvalho, em 28 de dezembro de 1907, p. 5.

Dessa forma, as elites políticas utilizam práticas de legitimação e dissimulação para preservar sua posição no poder. O afastamento de Constantino Nery pode ser visto como uma estratégia para abrir espaço legal para que seu irmão, Silvério Nery, pudesse se candidatar e, dessa forma, garantir a continuidade do poder dentro da família.

Essa manobra política é uma forma de preservar os interesses e privilégios das elites do poder dominantes, que têm acesso privilegiado aos recursos e às redes de poder. A transferência do poder de um membro da família Nery para outro permite que os laços de lealdade e fidelidade se mantenham, assegurando assim a continuidade do controle político.

Essa dinâmica de reprodução do poder pode ser entendida como uma estratégia de perpetuação de uma estrutura de elites, em que o poder é passado de geração em geração e as relações de dominação se mantêm intactas.

Com o afastamento de Constantino, quem deveria assumir o cargo de governador do Estado, como previa a Constituição, era seu vice-governador, o coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt. Porém, este se declarou doente e impossibilitado de tomar o cargo. Aqui, podemos pensar por um outro prisma, que a não aceitação de Antônio Bittencourt em assumir o cargo, se dá, pois, se assumisse não poderia se candidatar ao cargo de governador na eleição que se aproximava e o mesmo tinha essa pretensão, devido ao fato de não existir reeleição na época. Então, assumiu o governo o presidente do Congresso do Amazonas, o Coronel Raimundo Affonso de Carvalho (23 de novembro de 1907 a 23 de julho de 1908).

A situação política descrita após o afastamento de Constantino Nery revela uma complexa disputa pelo poder dentro da elite política do Amazonas. A recusa de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt em assumir o cargo de governador, mesmo sendo o vice-governador e o sucessor natural, sugere que sua decisão pode ter sido motivada por interesses pessoais e políticos.

Ao se declarar doente e impossibilitado de assumir o cargo, Bittencourt pode ter buscado preservar suas chances de se candidatar nas próximas eleições para governador, já que, naquela época, a reeleição não era permitida. Caso tivesse assumido o governo, ele perderia a oportunidade de concorrer ao cargo que tanto almejava.

Essa situação evidencia a importância da posição de governador como um ponto central de poder e prestígio político naquele contexto. A luta pelo cargo de governador envolvia não

apenas a gestão do Estado, mas também a oportunidade de consolidar e ampliar a influência política e econômica da família Nery e de seus aliados.

Diante da recusa de Bittencourt, o presidente do Congresso do Amazonas, o Coronel Raimundo Affonso de Carvalho, assumiu o governo para completar o quadriênio proposto a Constantino Nery. Essa sucessão, marcada por disputas e interesses pessoais, revela as complexidades e rivalidades presentes no cenário político da época.

É importante notar que essas práticas de disputa pelo poder político e de manobras estratégicas para se manterem no controle eram recorrentes naquele contexto histórico. As elites políticas utilizam diversas estratégias para preservar seus interesses e posições de poder, e a recusa de Bittencourt em assumir o cargo de governador pode ser compreendida dentro dessa lógica de reprodução do poder.

Ao assumir o governo, Raimundo Affonso de Carvalho, em mensagem ao Congresso em 28 de dezembro de 1907, informa que se deveria rever o orçamento do Estado, tendo em vista, os vários compromissos de dívidas existentes²⁶⁷, inclusive o empréstimo de 80 mil francos. Sobre as condições das finanças afirma:

Custa-me dizê-lo, srs. representantes, mas encontrei o Tesouro Público em condições nada lisonjeiras. Meu primeiro sentimento foi o de pavor, mas, encarando com energia as dificuldades e tomando firme resolução de fazer largos cortes que me fosse lícitos, reiterarei logo as ordens que havia ao sr. inspector do Tesouro de não efetuar senão os pagamentos que fossem por mim direta e imediatamente autorizados e tratei em seguida de dispensar que se não achavam incluídos no orçamento, mas que se encontravam em diversas repartições públicas.²⁶⁸

O governador Coronel Raymundo Affonso de Carvalho descreve a situação financeira crítica em que encontrou o Tesouro Público ao assumir o cargo. Ele expressa preocupação e surpresa com o estado das finanças da administração do Amazonas. Diante dessa situação, ele afirma ter tomado medidas enérgicas para enfrentar as dificuldades financeiras.

Affonso de Carvalho menciona a necessidade de fazer "largos cortes" para lidar com a situação, o que sugere que ele precisou implementar medidas de austeridade e contenção de gastos. Uma das ações adotadas foi ordenar ao inspetor do Tesouro para efetuar apenas os

²⁶⁷ MENSAGEM lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da segunda sessão extraordinária pelo Governador do Estado Coronel Raymundo Affonso de Carvalho, em 28 de dezembro de 1907, p. 7

²⁶⁸ MENSAGEM lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da segunda sessão extraordinária pelo Governador do Estado Coronel Raymundo Affonso de Carvalho, em 28 de dezembro de 1907, p. 7

pagamentos autorizados diretamente por ele, o governador, evitando pagamentos não autorizados e controlando melhor as despesas.

Além disso, ele menciona que buscou identificar despesas que não estavam incluídas no orçamento, mas que estavam sendo realizadas em diversas repartições públicas. Essas despesas foram dispensadas, indicando que o governador procurou reduzir gastos desnecessários e não previstos no orçamento.

A medida tomada pelo governador Raymundo Affonso de Carvalho, ao entregar uma quantia considerável para o ex-governador Constantino Nery custear seu suposto "tratamento" na Europa, mostra um claro contraste com as medidas de austeridade que ele havia anunciado anteriormente. Ao conceder esse auxílio financeiro sem a autorização do Congresso do Amazonas, Carvalho agiu de forma arbitrária e desrespeitou os princípios democráticos e a governança fiscal responsável.²⁶⁹

Essa ação pode ser vista como um exemplo de favoritismo político e nepotismo, já que o beneficiário do auxílio é um membro da elite política que estava no poder. Essa atitude pode ser interpretada como uma forma de manter a lealdade política e garantir o apoio dos Nery, mesmo que isso signifique tomar decisões financeiras questionáveis.

Essa concessão financeira também pode ser vista como uma maneira de manter a influência política da família Nery, mesmo com Constantino afastado do cargo de governador. Essa ação pode ter sido realizada com o objetivo de assegurar que os interesses do grupo Nery permanecessem alinhados com o governo de Affonso de Carvalho, mesmo após o afastamento do mandato de Constantino Nery.

Affonso de Carvalho cumpre o mandato até o dia 23 de julho de 1908, quando entrega ao governador eleito a administração do Estado do Amazonas. No tópico a seguir trataremos de como se desenrolou esta eleição, mostrando que os Nery tinham uma manobra para continuar à frente dos negócios do estado, contudo, essa acabou sendo frustrada por altos poderes federais da República.

²⁶⁹ BITTENCOURT, Agnello. *Corografia*, p. 304

2.2 A eleição de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt: entre artimanhas e desafios na política do Amazonas

Essa alternância de poder entre os irmãos Nery, Silvério e Constantino, revela uma estratégia política hábil para manter o controle político do Estado do Amazonas. Ao se revezarem nos cargos de governador e senador, os Nery conseguiram garantir uma presença constante nas esferas de poder, mantendo assim sua influência política e assegurando seus interesses e os interesses da facção política e econômica ligada à família.

Essa prática de revezamento pode ter sido uma forma de driblar a proibição de reeleição para os mesmos cargos, prevista na Constituição da época. Ao deixarem temporariamente seus cargos para que outro membro da família assumisse, os Nery contornaram essa limitação e garantiram uma continuidade no controle político do Estado.

Essa estratégia também demonstra o domínio político e o poder da família Nery sobre o cenário político local. Ao ocuparem cargos importantes como o de governador e senador, eles exerciam uma forte influência na política estadual, podendo moldar decisões e direcionar recursos de acordo com seus interesses e daqueles que estavam ao seu redor.

Essas práticas políticas são comuns em sistemas políticos em que há a predominância de oligarquias, em que grupos ou famílias controlam de forma dominante as estruturas do poder. O revezamento entre os irmãos Nery é um exemplo claro de como essas oligarquias se perpetuam no poder, utilizando estratégias legais para contornar limitações e manter-se no controle político.

Essas ações dos Nery podem ter tido impactos significativos na governança do Estado do Amazonas, influenciando políticas públicas, decisões econômicas e direcionamento de recursos de acordo com seus interesses particulares e dos grupos que estavam associados a eles.

Essa prática política pode ser interpretada como uma forma de manutenção do poder político por meio de uma estratégia de sucessão familiar e revezamento nos cargos de maior destaque, garantindo assim a continuidade e a preservação dos interesses de uma parte da elite local.

A sucessão de Constantino Nery no governo do Amazonas foi marcada por uma disputa intensa entre os membros da família Nery. Constantino Nery tentou promover uma reforma constitucional para permitir sua reeleição ao cargo, mas essa ideia foi fortemente contestada

por seu irmão, o influente senador Silvério Nery, que também tinha ambições de assumir o governo estadual novamente. A intervenção de Pinheiro Machado, um dos principais líderes políticos da Primeira República, trouxe ainda mais complexidade ao cenário. A articulação política de Machado para demover Constantino Nery da ideia de reeleição evidencia a importância das alianças e interferências externas na política regional. Essa disputa interna na família Nery e a intervenção de Pinheiro Machado revelam a dinâmica política e as estratégias utilizadas para a manutenção do poder na época, mostrando como os interesses pessoais e partidários influenciavam as decisões políticas em âmbito estadual.²⁷⁰

O próprio Senador Pinheiro Machado já possuía uma certa contrariedade da manutenção dos Nery no poder governamental no Amazonas, porquanto, o senador já havia discursado no Senado Federal contra as oligarquias estaduais. Parece irônico, mas de acordo com Cláudia Viscardi, Pinheiro Machado, conhecido por suas habilidades e sua atuação como líder da "política dos governadores", desempenhou um papel crucial na articulação entre as oligarquias estaduais e o governo central. Sua influência política foi significativa, mas também suscitou controvérsias, especialmente devido à sua abordagem pragmática e à capacidade de alianças articuladas que, em alguns casos, puderam ser percebidas como caudilhismo, ou seja, liderança política centralizada e autoritária.²⁷¹ E isso de certa forma, fazia com que os Nery no Amazonas não tivessem uma posição favorável, para a continuidade à frente do executivo estadual. Dessa forma, a revista *O Malho*, em 1907, na figura 1, faz pouco caso da situação, assim retratando-o:

²⁷⁰ O SÉCULO, ANO II, Nº 360, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1907.

²⁷¹ VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 61



Figura 1 – Charge de Constantino Nery.

FONTE: O Malho, ano VI, nº 259, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1907, p. 25.

A charge apresentada na revista *O Malho* revela a dinâmica da política oligárquica na Primeira República brasileira, caracterizada pelo nepotismo e pela sucessão de poder entre membros da mesma família ou grupo político. A menção ao "irmão e sucessor" mostra como as oligarquias estaduais buscavam manter o controle do poder através de sucessões familiares, perpetuando assim suas influências.

Além disso, a expressão "andar nas palminhas" indica a expectativa de Silvério Nery em se tornar governador novamente, demonstrando que as decisões políticas muitas vezes eram negociadas nos bastidores, reforçando a natureza clientelista da política naquela época.

A reação de Silvério Nery ao discurso do senador Pinheiro Machado, contrário às oligarquias estaduais, ilustra como as críticas externas e a intervenção de figuras importantes da política nacional podiam representar uma ameaça ao controle dos grupos oligárquicos regionais. Essa reação também demonstra como as elites no poder estaduais eram sensíveis a qualquer desafio à sua hegemonia política.

No contexto da Primeira República, as elites estaduais dominavam a política local e buscavam manter-se no poder a qualquer custo, muitas vezes em detrimento do interesse público e da democracia. Essa concentração de poder e a falta de alternância política prejudicavam a representatividade e a participação da sociedade no processo político, contribuindo para a perpetuação de práticas clientelistas e corruptas.

O acordo firmado para a sucessão de Constantino Nery no governo do Amazonas revela como as elites políticas no poder da época buscavam articular estratégias para manter o controle do poder, mesmo diante da oposição de figuras importantes da política nacional, como o senador Pinheiro Machado e o presidente Affonso Penna. A licença concedida a Constantino Nery para tratar de sua saúde na Europa, seguida pela ideia da posse de seu vice, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, que não se concretizou, permitiria que Silvério Nery, irmão de Constantino, pudesse se candidatar ao governo sem ferir a Constituição estadual.²⁷²

Essa estratégia também reflete a falta de alternância política e a concentração do poder nas mãos de poucas famílias e grupos políticos, em detrimento da representatividade e participação democrática da sociedade. As negociações entre as elites políticas para a sucessão no governo do Amazonas evidenciam como as decisões políticas muitas vezes eram tomadas nos bastidores, sem a participação efetiva da população.

De fato, as diversas articulações e estratégias utilizadas pelos Nery para se manterem no poder governamental estão fortemente relacionadas com os benefícios e vantagens que o controle do Estado proporciona. Estar no poder significava ter acesso aos recursos públicos e à possibilidade de promover negócios e empreendimentos que muitas vezes eram considerados escusos, como os empréstimos escandalosos e o favorecimento de determinadas empresas e grupos econômicos.

A corrupção e o endividamento do Estado são consequências diretas dessa forma de governar, em que os interesses particulares muitas vezes prevalecem sobre o interesse público. O uso indevido dos recursos públicos, os gastos excessivos com obras supérfluas e superfaturadas, e a contratação de empréstimos desvantajosos são práticas que acabam lesando o erário e comprometendo o desenvolvimento e o bem-estar da população.

²⁷² AMAZONAS, Assembleia Legislativa do Estado. **Constituições de 1891 a 1989**. Manaus: ALEAM, 2002. p. 81.

É importante ressaltar que essa não era uma prática exclusiva dos Nery. Na Primeira República brasileira, muitos governantes e oligarquias estaduais agiam de maneira similar, buscando manter-se no poder e utilizar o Estado em benefício próprio, em detrimento das necessidades e demandas da sociedade.

Portanto, as administrações dos Nery no Amazonas são exemplos emblemáticos dos problemas estruturais e sistêmicos da política brasileira na Primeira República, marcada pela concentração de poder, corrupção e falta de transparência na gestão pública.

Sobre as críticas estabelecidas à oligarquia Nery a frente dos negócios públicos do Estado do Amazonas, o jornal *Diário do Amazonas*²⁷³ divulgou um pequeno livreto em 1912 intitulado: “São Eles os Ladrões...”, que são um conjunto de artigos editados que acusam os Nery das mais diversas situações envolvidas em atos corruptivos. Diante disso, temos:

O Amazonas era, antes do predomínio político do sr. Silvério José Nery, predomínio de oito anos de amarguras e chantagens, um nabado que causava inveja pelos seus imensos recursos. Milhares de contos foram arrecadados e despendidos sem que aparecesse os benefícios públicos que se faziam esperar. Somente o sr. Nery arrecadou, durante seu quadriênio governamental, perto de 70.000 contos de réis, que se foram na voragem de desperdício, representados leoninas, encampações vergonhosas, tendo ainda realizado, na praça de New-York, um empréstimo de 20.000 contos, afora a célebre e aladroadada emissão de apólices-ouro, que foi um dos mais belos panamás da sua administração.

Terminado o período governamental de um Nery, começou do o outro, não menos fatal que o primeiro, inspirado pelo sr. Silvério, o responsável pelo estado lastimável a que chegou sua terra: de opulenta se tornou empobrecida e envergonhada hoje dessa página triste de sua história manchada por mãos deles. Em compensação, o pobretão Silvério fez-se milionário incapaz de dizer como conseguiu amontoar os tesouros que agora desfruta.²⁷⁴

Essa citação retrata a visão crítica sobre o período de predominância política dos Nery no Amazonas. Ela destaca a transformação negativa do Estado, que antes era invejado por seus recursos, mas que durante os oito anos de governo dos Nery, foi marcado por amarguras, chantagens e desperdícios de recursos públicos. O texto menciona a arrecadação significativa de recursos durante o quadriênio de Silvério Nery, porém, questiona a falta de benefícios

²⁷³ Jornal que era o antigo *Amazonas*. Neste momento será um ferrenho opositor aos Nery.

²⁷⁴ DIÁRIO DO AMAZONAS. São Elles os Ladrões... (Chronica de uma olygarchia nesfasta): Artigos editados no Diário do Amazonas. Manaus: 1912, p 5-6.

públicos visíveis e aponta para a suspeita de desvio de recursos através de empréstimos e emissões de apólices-ouro.

A crítica também é direcionada à sucessão de governos dos Nery, apontando que a má administração do primeiro irmão foi seguida por outra igualmente desastrosa, desta vez sob o comando de Constantino Nery, sempre com a influência e inspiração de Silvério. A riqueza acumulada por Silvério é questionada, sugerindo que a fortuna adquirida pelo político é de origem duvidosa e não justificada.

Essa análise crítica ilustra a insatisfação e o descontentamento com a gestão dos Nery no Amazonas, apontando para a falta de responsabilidade com o dinheiro público, o enriquecimento ilícito e a ausência de benefícios significativos para a população. A citação também reflete a desilusão com a conjuntura de empobrecimento e desgoverno que a região enfrentou sob o domínio dos Nery, mostrando como a má administração política pode ter impactos significativos e negativos na vida da população e na economia do Estado.

O posicionamento do *Diário do Amazonas* em relação aos Nery é claramente crítico e desfavorável. O jornal denuncia os irmãos Nery por acumular riquezas ilicitamente, tornando-se acionistas de bancos e proprietários de prédios, e promover saques ao tesouro público. A publicação também aponta para o prejuízo econômico causado por investimentos feitos na conquista do Acre, financiados pelos governos de Ramalho Júnior e Silvério Nery.

A crítica ao enriquecimento ilícito dos Nery sugere que eles utilizaram o poder político para benefício pessoal, em detrimento do bem-estar da população e do desenvolvimento do Estado. O jornal também destaca a má gestão financeira e os investimentos equivocados no Acre, que não trouxeram o retorno esperado e acabaram prejudicando a economia do Amazonas.

Após o acordo ser estabelecido para que Silvério Nery sucedesse a Constantino, aquele, fez uma viagem para Europa, onde foi festejado em vários banquetes, como quem seria o futuro governador do Amazonas, sucedendo seu irmão Constantino Nery, sobre isso, o Malho, traz a seguinte fotografia com uma legenda satírica sobre a participação de Silvério em um dos festejos em sua homenagem.



Em Lisboa: banquete *oferecido* ao senador Silverio Nery, ex-governador do Estado do Amazonas, irmão do actual, seu successor, e, por sua vez, *pretendente* à successão.

Ainda em Londres foi mais ou menos justificavel o banquete que disseram lhe ter sido *oferecido*, porque não são poucos os negocios d'aquelle Estado, que interessam unhas inglezas... e não é máo offerecer trufas e *roast-beef* a quem póde um dia pagar tudo isso a peso de ouro... Mas em Lisboa?!... Enfim, são tantos os admiradores dos oligarchas, que nada mais admira... O diabo é que depois do discurso do Sr. Pinheiro Machado, apoiado pelo Sr. Penna, o trunfo lhes sahirá ás avessas... Não importa, porém: ficam as recordações das comezainas, e entre ellas esta photographia, mostrando claramente que multos dos convidados ficaram *chumbados*...

O Sr. Silverio é o segundo, á esquerda do leitor.

Figura 2 - Banquete oferecido à Silvério Nery em Lisboa, 1907.
 FONTE: O Malho, Ano VI, Nº 260, Rio de Janeiro, 7 de Setembro de 1907, p. 24.

A legenda da fotografia publicada na revista *O Malho* parece fazer uma crítica irônica e sarcástica ao banquete oferecido ao senador Silvério Nery em Lisboa. O texto destaca a relação entre o ex-governador do Amazonas e seu irmão, atual governador e pretendente à sucessão, sugerindo uma espécie de favorecimento e interesse mútuo entre eles. Além disso, a legenda faz uma alusão humorística ao fato de que, mesmo estando em Lisboa, o banquete poderia ter sido mais justificado em Londres, onde há interesses ingleses nos negócios do Estado do Amazonas. A menção ao *roast-beef*, prato típico inglês, reforça essa ideia. O texto ainda faz uma alusão ao discurso do senador Pinheiro Machado, que criticou as oligarquias estaduais, sugerindo que o banquete pode acabar sendo um "trunfo às avessas" para os Nery.

No entanto, mesmo com a ironia presente na legenda, ela enfatiza que as memórias do banquete e das comemorações ficarão representadas pela fotografia dos convidados, muitos

deles aparentemente satisfeitos (ou "chumbados"). Essa legenda evidencia a postura crítica e satírica da revista *O Malho* em relação à política e aos poderosos da época.

As pressões exercidas pelo presidente da República, Afonso Pena, e pelo senador Pinheiro Machado, chefe da Comissão Verificadora de Poderes, tiveram um impacto significativo na decisão de Silvério Nery de reconsiderar sua candidatura ao governo estadual. Esses altos poderes federais, representantes do governo central, possuíam grande influência política e poderiam tomar medidas que prejudicariam ou dificultariam a candidatura de Silvério Nery. O jornal *O Paiz*, assim expõe este fato:

Estando prestes a terminar o governo do Sr. Constantino Nery, os dois irmãos combinaram repetir a comédia de há quatro anos, quando se levantou o protesto solemne do Sr. Presidente da República, que pôs embargo à ligeireza e fez entender que com seu assentimento essa nova e vergonhosa mistificação não se realizaria.²⁷⁵

A atuação de Pinheiro Machado à frente da Comissão Verificadora de Poderes era especialmente relevante, pois essa comissão era responsável por analisar e validar os poderes dos candidatos eleitos antes de sua posse, e sua posição influente poderia tornar mais difícil a candidatura de Silvério Nery caso ele insistisse em concorrer ao governo estadual.

Além disso, a pressão do presidente Afonso Pena também pode ter sido um fator decisivo para que Silvério reconsiderasse sua candidatura. Como chefe do Poder Executivo, o presidente da República possuía recursos políticos e poder de influência para intervir em questões estaduais e afetar as chances de sucesso de um candidato.

Portanto, diante das pressões políticas e da possibilidade de enfrentar dificuldades em sua candidatura, Silvério Nery pode ter optado por recuar de sua intenção de concorrer ao governo estadual, a fim de evitar confrontos diretos com figuras poderosas da política nacional e preservar suas posições políticas e interesses no contexto da Primeira República.

A derrota de Silvério Nery em suas pretensões de se candidatar ao governo estadual e a recomendação do nome de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt para o cargo refletem a dinâmica política interna do Partido Republicano Federal no Amazonas. Mesmo sendo um partido com influência e poder local, existiam facções internas com diferentes interesses e

²⁷⁵ O PAIZ, ANO XXIV, Nº 8576, Rio de Janeiro, 27 de março de 1908.

alianças políticas.²⁷⁶ Silvério Nery até buscou uma indicação ao governo que lhe favorecesse, no caso Antônio Nogueira.

A indicação de Antônio Nogueira por Silvério Nery pode ter sido uma tentativa de manter sua influência e poder local, garantindo que um aliado e partidário estivesse à frente do governo estadual. No entanto, os membros de centro do partido, em comum acordo, decidiram indicar Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt para o cargo de governador. Essa escolha foi resultado de negociações políticas e alianças que buscavam equilibrar os interesses e poder de diferentes grupos dentro do partido.²⁷⁷ A indicação de Antônio Sá Peixoto como vice-governador também foi uma forma de acomodar interesses e alianças políticas, buscando uma chapa que pudesse representar diferentes facções e fortalecer o partido como um todo.

Essa dinâmica política interna, com disputas de poder e negociações de alianças, era comum na política brasileira da Primeira República, e os interesses locais muitas vezes se sobrepunham aos interesses do governo central. O resultado final da indicação de Antônio Bittencourt e Sá Peixoto como candidatos reflete essa complexidade política e a importância das negociações e alianças para a definição das candidaturas.

As eleições realizadas em 25 de março de 1908, que elegeram Antônio Bittencourt como governador e Antônio Sá Peixoto como vice-governador do Estado do Amazonas para o quadriênio de 1908-1912, marcaram uma mudança no cenário político local. A escolha desses nomes representou a vontade das facções internas do Partido Republicano Federal do Amazonas, em detrimento a vontade dos Nery, que em comum acordo recomendaram essas candidaturas para liderar o governo estadual.

Com a eleição de Bittencourt, o grupo que apoia Silvério Nery não obteve sucesso em manter sua influência política direta no governo estadual, demonstrando que as disputas internas dentro do partido foram decisivas para a definição dos candidatos.

Essa eleição pode ser marcada por intensas negociações políticas, alianças e articulações para garantir a chapa que melhor representasse os interesses das diferentes facções e grupos políticos dentro do partido. O resultado final refletiu a vontade da maioria e consolidou

²⁷⁶ JORNAL DO COMMERCIO, ANO VII, Nº 248, Manaus, 24 de março de 1910.

²⁷⁷ JORNAL DO COMMERCIO, ANO VII, Nº 248, Manaus, 24 de março de 1910.

Bittencourt e Peixoto como os líderes escolhidos para conduzir o governo do Amazonas no período seguinte.

Cabe mencionar que, apesar de terem sido eleitos por meio de voto, a realidade política da Primeira República no Brasil muitas vezes envolvia práticas questionáveis, como o coronelismo, a influência do poder econômico e outras formas de controle político regional. Essas características podem ter desempenhado um papel importante nas eleições da época, influenciando o resultado e as ações dos governantes eleitos.

2.3 A Oposição Ao Governo Bittencourt: O Nerismo

O governo de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt à frente do Estado do Amazonas, no período de 1908 a 1912, foi marcado por uma intensa oposição política liderada pelos integrantes do que denominamos "Nerismo", ou seja, os Nery e seus partidários. Este movimento, encabeçado pelos irmãos Silvério e Constantino Nery, representava uma poderosa força política que buscava manter sua influência e controle sobre os assuntos estaduais.

Através de articulações, manobras e estratégias, o Nerismo se posiciona como uma alternativa ao governo de Bittencourt, opondo-se às suas políticas e defendendo seus próprios interesses.

Nesta seção, analisaremos as relações do Nerismo em oposição ao governo de Antônio Bittencourt, suas principais reivindicações e as ações empreendidas para contestar o governo estabelecido, traçando um panorama das tensões e disputas políticas que marcaram esse período da história do Amazonas.

2.3.1 As Disputas pela liderança do Partido Republicano Federal no Amazonas

O período político que vai de 1900 a 1912, foi marcado pela forte influência das oligarquias nacionais e regionais, com destaque para a oligarquia Nery no Amazonas, liderada pelo Senador Silvério Nery. No entanto, a eleição de Antônio Bittencourt como governador do estado em 1908 mudou as regras do jogo do poder, uma vez que ele buscava acabar com a influência política dos Nery.

Um ponto importante para que a antiga “coesão” sob a liderança dos Nery do PRF se desfaça, é sem dúvida alguma a escolha e nomeação de 1909, para Superintendente de Manaus,

pois ao que tudo indica havia um acordo entre as partes, Nery e Bittencourt, onde um representante ligado a família Nery iria ocupar o cargo, porém, Antonio Bittencourt ao que parece querendo acabar com a hegemonia dos Nery na política local conseguiu articular a candidatura e vitória do seu filho, Agnello Bittencourt, para o comando do município, monopolizando com isso os poderes públicos do Estado.²⁷⁸

Diante disso, pode-se observar isso como estratégia utilizada pelo novo governador para diminuir a força política dos Nery foi a nomeação de seu próprio filho, Agnello Bittencourt, para o comando do município de Manaus. Essa atitude foi uma clara demonstração de que o governador não iria mais seguir os acordos com os Nery no passado e que estava disposto a monopolizar os poderes públicos do Estado.

A partir disso, os desentendimentos entre Silvério Nery e Antônio Bittencourt ficaram mais claros e evidentes, e os correligionários do Partido Republicano Federal (PRF) foram convocados para se reunir para decidir os rumos do partido.

O Jornal do Commercio publica no dia 11 de fevereiro de 1910 uma convocação para que os correligionários do PRF se reúnam as três da tarde desse mesmo dia, no Congresso Legislativo, para decidirem os rumos que o partido irá seguir a partir daquele momento.²⁷⁹

Nesta Convenção do PRF no Amazonas estavam reunidos nomes de grande vulto e prestígio da política do Amazonas naqueles tempos, em que estes eram delgados dos municípios que tinham o poder decisório dentro do partido, como: Coronel Guerreiro Antony (Coari); Adelino Costa (Moura); coronel Camilo Amora (Codajás); Major Cyrillo Neves (Tefé); coronel Gonçalves Dias (Benjamin Constant); Carlos Studart (Barreirinha); Coronel Furtado Belém (Parintins); coronel Bento Brasil (Rio Branco); dr. Castella Simões (Urucará); Coronel Hildebrando Antony (Manacapuru); Coronel Francisco Públio Bittencourt (Silvério Nery); dr. Raphael Benayon (Borba); dr. Virgílio Ramos (Fonte Boa); dr. Alfredo da Matta (Maués); major Nascimento Araújo (São Paulo de Olivença) e Vicente Gomes de Araújo (Canutama)²⁸⁰. Esses delegados estavam reunidos para uma decisão que iria significar muito para os rumos dos conflitos político-partidários no Amazonas.

²⁷⁸ SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. **Revista Tempos Históricos**, v. 14, n. 2, p. 106-133, 2010. p. 124.

²⁷⁹ Jornal do Commercio, ANNO VII, Nº 2107, Manáos, 11 de fevereiro de 1910. p.1

²⁸⁰ Jornal do Commercio, ANNO VII, Nº 2107, Manáos, 12 de fevereiro de 1910. p.1

A Convenção do Partido Republicano Federal no Amazonas em 1910 foi um momento histórico importante na política do Estado, onde delegados dos diretórios dos municípios do interior se reuniram para tomar uma decisão que mudaria os rumos dos conflitos político-partidários no estado. A decisão foi retirar da chefia do partido e da subchefia figuras políticas muito relevantes no jogo do poder, que eram o Senador Silvério Nery e o ex-Governador Affonso de Carvalho.

Essa decisão foi tomada devido às pressões de que Nery e Carvalho as alegações de que eram contra a liberdade de imprensa e vistos como corruptos do dinheiro público. O atual governador, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, foi aclamado como o novo chefe "supremo" do partido por unanimidade dos participantes.

Alguns partidários de Silvério Nery e Affonso de Carvalho estavam presentes na Convenção, estes localizavam-se nas galerias, entre eles o tenente- coronel Othoniel de Lima, desembargador Estevam Sá, promotor interino Huascar de Figueiredo e os professores da Escola Normal Alberto Maquiné e Júlio Nogueira, que confrontavam a decisão dos delegados na Convenção, acabou com isso existindo algum tipo de confusão, em que a Força de Segurança Pública se fazia presente para acalmar os ânimos agitados com as deliberações.²⁸¹

A destituição de Silvério Nery e Affonso de Carvalho do comando do Partido Republicano Federal no Amazonas, em 1910, foi um acontecimento marcante na política do Estado. No entanto, as críticas feitas pelo jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, sobre o resultado da votação merecem ser analisadas sob uma ótica mais ampla.

Agora, numa convenção política de que nos dá notícia o telégrafo, a obra está consumada: Antônio Clemente destituiu de chefe de partido a Silvério Nery e fez-se aclamar no lugar que fora deste. É hoje senhor do Estado do Amazonas o homem que o capricho de José Ramalho e a cega confiança de Silvério Nery arrancaram à obscuridade em que viviam.

Factos de tal ordem são imensamente contristadores, porquanto fazem ver o moral humano na depressão do desrespeito às mais simples leis da lealdade e do reconhecimento. Contristam, porque fazem descer dos homens, os colocam num plano inclinado que pode levar à abjeção.²⁸²

É importante lembrar que, na época em questão, a imprensa exercia grande influência na opinião pública e era comum a utilização de jornais para a defesa dos interesses políticos de

²⁸¹ Jornal do Commercio, ANNO VII, Nº 2107, Manáos, 12 de fevereiro de 1910. p.2

²⁸² O PAIZ, ANO XXVI, Nº 9227, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1910.

determinados grupos. Nesse contexto, *O Paiz* era um veículo de comunicação que defendia os interesses do senador Silvério Nery.

Dessa forma, é natural que o jornal tenha criticado a destituição de Nery e Carvalho do comando do Partido Republicano Federal no Amazonas. No entanto, é preciso considerar que a decisão dos delegados dos diretórios do Partido Republicano Federal dos municípios do interior foi tomada após discussões e debates entre os representantes do partido.

Além disso, as acusações feitas contra Nery e Carvalho de serem contrários à liberdade de imprensa e corruptos do dinheiro público eram graves e, se comprovadas, justificariam a destituição dos dois políticos do comando do partido. Portanto, a crítica do jornal *O Paiz* pode ser considerada parcial e pouco fundamentada

Essa mudança na política gerou mais antagonismos para o Estado, pois permitiu a entrada de novas lideranças, e enfraqueceu o domínio de uma única família sobre o poder político.

A Convenção do Partido Republicano Federal no Amazonas, realizada em 11 de fevereiro de 1910, oficializou a destituição de Silvério Nery e Afonso de Carvalho das posições de liderança do partido. Nessa convenção, Bittencourt foi aclamado como o líder supremo do partido, e a escolha do senador Jorge Moraes como candidato do Partido Republicano Federal no Amazonas à superintendência de Manaus gerou atrito entre as facções do partido.

A Convenção do Partido Republicano Federal (PRF) em que membros do partido escolheram seus candidatos para as eleições presidenciais e de deputado federal, além de destituir alguns líderes do partido. Outro ponto crítico a ser levantado é a falta de transparência no processo de escolha dos candidatos e na destituição dos líderes do partido. A ata da Convenção foi assinada por todos os delegados presentes, mas não há informações sobre a participação de outros membros do partido na tomada de decisões. Além disso, o apoio de políticos influentes, como Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz, pode ter sido determinante na escolha dos candidatos do Partido Republicano Federal, em vez de uma escolha baseada no mérito e nas ideias defendidas pelo partido. Sobre estas disputas pela liderança dentro do partido, ou melhor no campo político, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, nos informa:

A luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação da visão do mundo social [...] Ela assume, pois, a forma de fazer e crer, de predizer e prescrever, de dar

a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os 'poderes públicos' (administrações dos Estados).²⁸³

Pierre Bourdieu destaca a importância da luta simbólica entre os profissionais na busca por conservar ou transformar a visão do mundo social. De acordo com Bourdieu, a luta simbólica ocorre no campo simbólico, que é um espaço de competição entre grupos e indivíduos que possuem interesses e valores divergentes. Nesse campo, os profissionais utilizam-se de suas habilidades e recursos para impor sua visão do mundo social, buscando assim exercer poder sobre os 'poderes públicos' (administrações dos Estados).

Essa luta assume diferentes formas, como fazer e crer, prever e prescrever, dar a conhecer e fazer reconhecer, e tem como objetivo a conquista de posições de poder e prestígio no campo simbólico. Assim, os profissionais que conseguem impor sua visão de mundo social, conseguem também obter vantagens simbólicas, como o reconhecimento e a legitimação de suas práticas e discursos.

A citação destaca a importância da luta simbólica na busca por poder e prestígio no campo simbólico, e como os profissionais utilizam-se de seus recursos e habilidades para impor sua visão de mundo social

Esta delegação de poder que o governador do Estado, Antônio Bittencourt, acaba recebendo de diversos membros Partido Republicano Federal no Amazonas, em detrimento ao antigo líder do partido (Silvério Nery), põem sua representação do mundo social como autêntica, hegemônica e legítima, dentro da instituição, em que, de acordo com Bourdieu:

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial [...] da visão legítima do mundo social, os agentes investem capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores [...] todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e de sua posição nesse mundo podem se situar entre dois extremos: o insulto, *idios logos* pelo qual um simples particular tentar impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a nomeação oficial, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do colectivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima.²⁸⁴

²⁸³ BORDIEU, Pierre. **O Campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp.173-174. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>. Acesso em: 21/09/2020.

²⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, p.146

O que fica claro, é que Antônio Bittencourt, para impor sua representação de visão de mundo social, utilizou-se do segundo exemplo dito por Bourdieu, ou seja, “a nomeação oficial”, e com isso, com este ato de imposição de mandatário do Estado, fez prevalecer sua violência simbólica legítima e deu autenticidade ao seu discurso, tornando-se o líder do Partido Republicano Federal no Amazonas, delegando poder político aos seus aliados mais próximos, entre eles, Guerreiro Antony.

Isso fica evidente quando, na primeira eleição constitucional para intendentess e superintendentes da Cidade de Manaus, que aconteceria em outubro de 1910, o nome do senador Jorge Moraes é o escolhido como candidato do Partido Republicano Federal à superintendência. Nesse momento, a ala Bittencourista, que já dominava a liderança do partido desde de fevereiro, estabelece e chancela ou impõem aos membros do partido o nome de Moraes como aquele que concorre ao cargo mais importante de governo na cidade de Manaus, essa escolha se deu em setembro de 1910.

Este acontecimento gera um atrito entre Guerreiro Antony²⁸⁵ (Bittencourista) e Sá Peixoto²⁸⁶ (Nerista), pois o vice-governador (Sá Peixoto) não foi consultado para escolha do nome dos candidatos do Partido Republicano Federal para as eleições municipais. O jornal *Correio do Purus* sobre isso, informa o seguinte:

A política, orientada pelo Sr. Guerreiro Antony, tem experimentado desde o período inicial de sua organização, efeitos de uma corrente de apreensões, concorrendo para essa situação anormal, a flagrante desconfiança que reina no seio do próprio partido.

Agora mesmo o Sr. Dr. Sá Peixoto, digno vice-governador do Estado, acaba de publicar no Jornal do Commercio, justamente no dia em que o Diário do Amazonas devia dar publicidade à chapa oficial, a seguinte declaração:

‘Não devendo transigir em questão de princípios, nenhuma ligação ou solidariedade mantenho com o Diretório do partido político de que é presidente o Sr. Coronel Guerreiro Antony. Manaus, 12 de setembro de 1910. - A.G. P. Sá Peixoto’.²⁸⁷

²⁸⁵ Antônio Guerreiro Antony, nasceu no Amazonas, descendente do negociante italiano Henrique Antony. Deputado estadual (1908-1912) e vice-governador (1913-1917). Foi chefe do Partido Republicano Federal. (BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense**, p. 251-254)

²⁸⁶ Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, natural do Rio de Janeiro. Foi nomeado por Floriano Peixoto, Juiz Federal no Amazonas. Foi Deputado Federal, Senador e Vice-governador do Amazonas (1908-1912). (BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense**.p. 443-445)

²⁸⁷ CORREIO DO PURUS, ANO XIII, nº 71, Lábrea, 29 de setembro de 1910, p. 2

Sá Peixoto chegou a pedir ao Governador Antônio Bittencourt a destituição de Antony do cargo de presidente do diretório do PRF, contudo Bittencourt foi contra a solicitação de seu vice-governador, mantendo Guerreiro Antony no posto da liderança.

Estes fatores de disputas entre Neristas e Bittencouristas, em torno da liderança partidária e também política no estado do Amazonas irão levar a cidade de Manaus a ser bombardeada em 8 de outubro de 1910, por tropas federais da Marinha e do Exército, leis à Silvério Nery, em que a Forças de Segurança Pública do Amazonas farão defesa de Bittencourt.

2.3.2 A Imprensa Amazonense e seus embates políticos partidários durante o Governo de Antônio Bittencourt.

Durante o período de 1908 a 1912, assim como em outros momentos históricos, os periódicos que circularam na cidade de Manaus exerciam funções pedagógicas e ideológicas, transmitindo discursos que representavam visões do mundo social e defendiam os interesses dos grupos aos quais estavam alinhados. Esses jornais desempenhavam um papel fundamental na disseminação de informações, na formação de opinião pública e na construção de identidades políticas e sociais. O exemplo visualizado por Luiz Felipe Miguel cabe aos periódicos, em que:

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são *representantes* das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia.²⁸⁸

Os discursos veiculados pelos periódicos eram voltados para fortalecer e defender os interesses das elites políticas e econômicas da região, especialmente os grupos que estavam no poder ou buscavam alcançar o poder. Através de artigos, editoriais, cartas de leitores e

²⁸⁸ MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Revista LUA NOVA**. Nº 55-56, 2002. p. 163 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452002000100007&script=sci_arttext. Acessado em: 26/09/2020.

reportagens, os jornais expressavam pontos de vista, ideologias e valores que favoreciam essas elites, além de legitimar suas ações e projetos políticos.

Esses periódicos também atuavam como veículos de propaganda política, apoiando candidatos e partidos específicos durante as eleições e descredibilizando seus oponentes. As notícias e informações eram selecionadas e apresentadas de forma a favorecer determinadas narrativas e perspectivas, influenciando a opinião pública e mobilizando apoio em torno de certas figuras políticas.

Além disso, os jornais exerciam uma função pedagógica, pois contribuem para a formação de uma identidade regional e cívica, difundindo valores considerados importantes para a sociedade amazonense. Eles promoviam a cultura local, destacavam conquistas e realizações do Estado, e buscavam criar um senso de pertencimento e orgulho entre os habitantes da região.

Entretanto, é importante ressaltar que a produção dos discursos nos jornais estava inserida em um contexto de disputas políticas e lutas pelo poder. Portanto, a objetividade e imparcialidade na apresentação das notícias muitas vezes eram questionáveis, sendo comum que os jornais defendem pontos de vista específicos e utilizassem estratégias retóricas para influenciar a opinião pública em favor dos grupos que representavam.

Os periódicos que circulavam em Manaus durante esse período desempenhavam um papel político significativo, atuando como agentes ideológicos e pedagógicos que defendiam os interesses das elites e moldavam a visão de mundo social da população local. A compreensão desses jornais é essencial para a análise dos processos políticos e sociais que marcaram essa fase da história do Amazonas.

Os jornais desempenham um papel central na busca de conhecimento e reconhecimento dentro de um campo político. Eles funcionam como espaços onde os atores políticos buscam obter capital de reputação, consolidar suas posições e influenciar a opinião pública. Os periódicos se tornam detentores de representações de uma visão social de mundo, pois moldam e propagam ideologias e valores que refletem os interesses das elites políticas e econômicas.

Nesse contexto, os jornais assumem uma posição de poder simbólico, exercendo influência na construção das identidades políticas e sociais. As informações e notícias veiculadas são selecionadas e apresentadas de maneira a favorecer determinadas narrativas e

perspectivas, contribuindo para a legitimação de certos agentes políticos e a deslegitimação de seus oponentes.

Dentro do campo político, os jornais se tornam uma fonte importante de capital simbólico, pois aqueles que conseguem ter seus discursos e interesses divulgados e aceitos pelos meios de comunicação ganham maior visibilidade e prestígio social. A busca por ocupar espaços de destaque na mídia é uma estratégia utilizada pelos agentes políticos para aumentar sua visibilidade e alcançar maior poder de persuasão.

No entanto, é necessário reconhecer que a produção jornalística não é isenta de interesses e posições políticas. Os jornais estão inseridos em um contexto de lutas pelo poder e representam os interesses das elites e grupos dominantes. Isso implica que a objetividade e a imparcialidade na apresentação das notícias muitas vezes são questionáveis, e a informação pode ser manipulada para atender a agendas políticas específicas.

Essa observação é extremamente pertinente quando aplicada à realidade do estado do Amazonas durante o período mencionado. De fato, os jornais que circularam em Manaus entre 1908 e 1912 tinham vínculos estreitos com representações de visões de mundo social específicas e projetos políticos particulares. Muitos desses periódicos funcionavam como veículos de propaganda e defesa dos interesses de determinados partidos políticos ou grupos sociais.

A imprensa desse período serviu como um espaço para a disputa de poder e influência política, onde diferentes atores buscavam ampliar suas redes de relações sociais e fortalecer suas posições no campo político local. Os jornais se tornaram palcos para a veiculação de discursos que promoviam ideologias e valores alinhados com os interesses das elites dominantes.

Dessa forma, os periódicos exerciam influência na formação da opinião pública e moldavam as percepções dos leitores sobre os acontecimentos políticos e sociais da época. As informações e notícias veiculadas eram selecionadas e apresentadas de acordo com as perspectivas dos proprietários e editores dos jornais, o que muitas vezes resultava em uma visão parcial e tendenciosa dos fatos.

A relação estreita entre os jornais e os interesses políticos e sociais reflete a dinâmica do campo político local, onde as disputas pelo poder e pela legitimação eram intensas. Os jornais se tornaram ferramentas importantes para a construção e consolidação da imagem

pública de determinados agentes políticos, bem como para a descredibilização de seus oponentes.

Sobre o jornalismo político no Amazonas, a obra *Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*, informa: “Este tipo de imprensa vai atravessar todo o chamado período áureo da borracha [...] o jornalismo político ou a imprensa de opinião, geralmente vinculada a um partido político, que tenta tomar posicionamentos de caráter ideológico”.²⁸⁹

A análise dos jornais da imprensa amazonense durante esse período revela claramente a polarização política e ideológica que permeia o cenário político local. Os editoriais e artigos publicados nesses jornais eram utilizados como ferramentas para promover uma leitura crítica das posições e acusações feitas pelos órgãos de imprensa opositores.

O *Correio do Purus* é um exemplo de periódico que demonstrou uma mudança significativa em seu posicionamento político ao longo do tempo. Inicialmente ligado ao Partido Republicano Federal do Amazonas, o jornal acabou trocando de lado e se associando ao Partido Republicano Conservador, liderado por Silvério Nery, a partir de 1911. Essa mudança de posicionamento reflete as alianças políticas e os interesses em jogo no cenário local.

A *Folha do Amazonas*, por sua vez, também se alinhou ao Partido Republicano Conservador e contava com a colaboração do próprio senador Silvério Nery. Essa conexão evidencia a proximidade entre o jornal e a figura política do senador, que utilizava o periódico como uma plataforma para promover suas ideias e interesses políticos.

O *Diário do Amazonas*, que pertencia ao Partido Republicano Federal do Amazonas, tomou posição a favor de Antônio Bittencourt após a cisão do partido em fevereiro de 1910. Essa mudança de posição política do jornal reflete as divisões internas do partido e a busca por uma nova liderança que pudesse representar seus interesses.

Esses exemplos mostram como os jornais da imprensa amazonense estavam fortemente vinculados aos interesses políticos e ideológicos de seus proprietários, colaboradores e grupos sociais afins. A imprensa tornou-se um espaço fundamental para a promoção e defesa de

²⁸⁹ SANTOS, Francisco Jorge dos. et al. **Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Catálogo de Jornais. 2. ed. revisada. Manaus: Edua, 1990. p.20)

determinadas visões de mundo e projetos políticos, bem como para o confronto e combate das visões e interesses dos grupos rivais.

Dessa forma, a leitura dos jornais da época proporciona uma compreensão mais ampla das estratégias utilizadas pelos agentes políticos para fortalecer suas posições e conquistar a adesão do público leitor. Esses periódicos desempenharam um papel crucial na formação da opinião pública e na construção das representações sociais e políticas no contexto do estado do Amazonas durante o período em questão.

O *Amazonas* era órgão ligado ao Partido Republicano Federal, tinha como um dos seus sócios Antônio Bittencourt, e o *Correio do Norte*, diz ser independente, porém, suas tendências vão mais em defesa de Bittencourt, contudo, sem deixar de criticar o governador, além de se colocarem em lado totalmente hostil a Silvério Nery.

O jornal *Correio Norte* tecia críticas ferozes sobre os Nery, em que em um de seus exemplares posto em circulação em 26 de julho de 1909, em quase todas as suas páginas podem ser observadas críticas diretas ou as vezes em forma de ironia aos oligarcas da família Nery. Como era inicialmente um “Suplemento Ilustrado”, em sua capa principal não era raro trazer uma ilustração que satirizava Silvério (figura 3), Constantino ou Raimundo Nery e às vezes até aliados do grupo como Afonso de Carvalho.

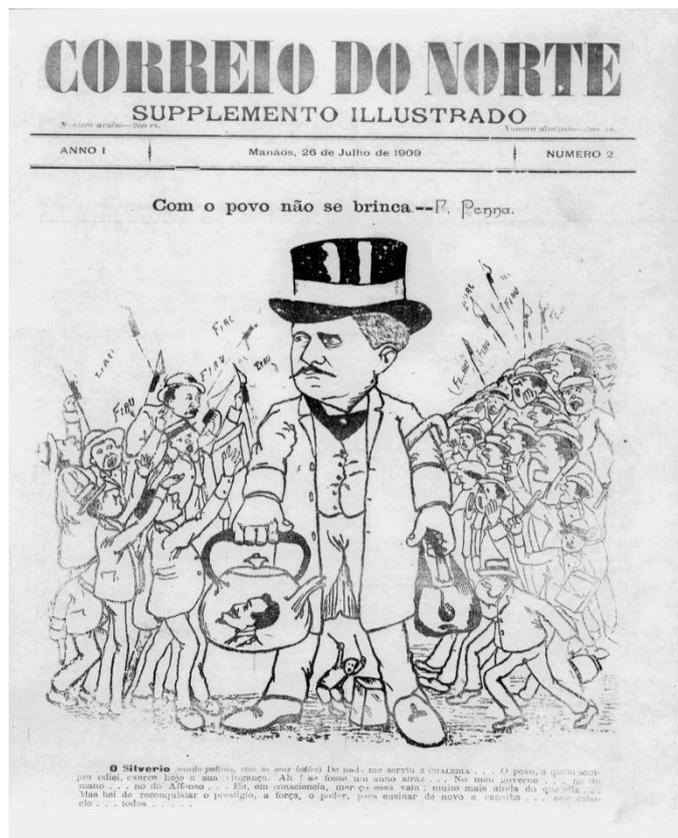


Figura 3 – Charge de Silvério Nery
FONTE: Correio do Norte, Ano I, Nº 2, Manaus, 26 de Julho de 1909, p. 1.

O *Correio do Norte* utilizava suas páginas para tecer críticas ferozes aos Nery, especialmente a Silvério, Constantino e Raimundo Nery, satirizando-os por meio de ilustrações e textos que denunciavam suas práticas políticas e questionavam suas ações no governo. Essas críticas e ironias tinham o objetivo de desacreditar os Nery e enfraquecer seu poder político, além de reforçar a imagem de Antônio Bittencourt como uma alternativa mais viável e confiável para o governo do estado.

Essa estratégia de ataque e desqualificação do grupo político rival é uma característica comum em períodos de polarização política, onde a imprensa desempenha um papel fundamental na formação da opinião pública e na construção das representações sociais. Os jornais se tornam verdadeiros atores políticos, buscando influenciar o pensamento e as atitudes dos leitores em favor dos interesses de seus proprietários e colaboradores.

Essa dinâmica de enfrentamento entre os jornais reflete a disputa pelo controle do espaço público e da narrativa política, onde cada periódico busca estabelecer sua visão de mundo e conquistar a adesão do público. Nesse contexto, a imprensa se configura como uma

arena de confronto e legitimação de poder, onde as representações sociais e os projetos políticos são disputados e articulados por meio de discursos jornalísticos.

Em um escrito do jornal *Correio do Norte* chamado “Três Irmãos”, que era uma paródia atribuída a um tal Luiz Delfino, tem-se o seguinte sobre os Nery:

O mais moço dos três, que ao nome de Raimundo,
vivo acode e sagaz
é o roedor mais omnívoro do mundo
o mais cauto e voraz
O segundo, que pior que o mal levantino
Pior que a maldição
É a fera sem nome, o canil Constantino,
O mais bobo e poltrão
O terceiro é o demônio, a hydra, o cemitério,
Pai do crime e do mal
O monstro irmão da treva, o rápido Silverio
Truculento chacal.²⁹⁰

O fragmento "Três Irmãos" apresenta uma paródia que faz duras críticas aos membros da família Nery, representando-os como seres vorazes, malévolos e perigosos. O texto utiliza metáforas e adjetivos negativos para caracterizar cada um dos três irmãos: Raimundo é descrito como voraz e sagaz; Constantino é retratado como pior que uma maldição, bobo e poltrão; e Silverio é comparado a um demônio, uma hidra e um chacal truculento.

Essa paródia reflete o contexto de polarização política no estado do Amazonas, onde os Nery e seus opositores travavam uma disputa acirrada pelo poder. A linguagem satírica e os termos pejorativos utilizados no texto têm como objetivo desacreditar os Nery e minar sua imagem pública, buscando assim enfraquecer sua influência política e atrair a simpatia dos leitores para o lado oposto.

A imprensa desempenha um papel central nessa luta política, sendo um espaço de construção e disseminação de discursos que visavam influenciar a opinião pública e conquistar adeptos para suas causas. A utilização da paródia e da sátira como recursos retóricos era comum nesse contexto, permitindo que os jornais expressassem suas visões de mundo de forma mais contundente e envolvente, buscando cativar o público e fortalecer suas posições políticas.

Essa abordagem não deixa espaço para ambiguidades ou sutilezas, mas sim expõe os Nery como figuras malignas e perigosas. A escolha de palavras e a linguagem utilizada tem

²⁹⁰ CORREIO DO NORTE, ANO I, NÚMERO ILEGÍVEL, Manaus, 26 de julho de 1909. p. 3.

como objetivo desacreditar e desmoralizar os membros da família Nery, buscando assim conquistar a simpatia do público pela oposição e enfraquecer o grupo político dominante.

Nesse contexto, o jornal *Correio do Norte* mostra claramente sua posição hostil em relação aos Nery, utilizando a sátira e a paródia como recursos para atacar e ridicularizar a família, assim como para reforçar o apoio ao grupo político opositor, representado por Antônio Bittencourt.

À semelhança do que havíamos feito para o sr. Silvério Neri, procedemos para com o sr. Affonso de Carvalho e outros despurados corifeus do nerismo, descrevendo-lhes à luz de documentos incontáveis, a carreira política, a fortuna e os meios que a constituíram, a fim de tornar mais flagrante esta incompatibilidade. Renovamos a análise de todos os contratos, de todos os empréstimos, de todas as concessões, de todos os atos administrativos em suma praticados pelo nerismo e por seus comparsas. O nosso trabalho foi completo; a derrocada foi tremenda.

O sr. Antonio Bittencourt resolveu fazer o enterro do cadáver [...] ²⁹¹

A destituição de Nery e seus aliados na direção do Partido Republicano Federal no Amazonas representou uma mudança significativa no cenário político local. O artigo publicado pelo *Correio do Norte* às vésperas desse evento pode ser interpretado como uma tentativa de deslegitimar Nery e sua família, enfraquecendo assim sua posição no partido e abrindo espaço para a ascensão de Antônio Bittencourt como líder supremo do Partido Republicano Federal.

Essa mudança de liderança no partido pode ser vista como uma resposta à crescente oposição ao governo de Nery e suas políticas, bem como aos ataques e críticas veiculados pelos jornais opositores, como o *Correio do Norte*. A imprensa, como mencionado anteriormente, desempenhou um papel fundamental na disputa política, influenciando a opinião pública e moldando a percepção sobre os líderes e grupos políticos.

Ao promover a destituição de Nery e a ascensão de Bittencourt, o Partido Republicano Federal buscou fortalecer sua posição no cenário político estadual, consolidando uma liderança mais alinhada aos interesses do partido e de seus aliados. A nomeação de Bittencourt como líder supremo do PRF e a oficialização de sua posição foram estratégias políticas para garantir maior coesão e controle sobre a agremiação, bem como para se contrapor ao poderio político

²⁹¹ CORREIO DO NORTE, Manaus, ANO I, NUM. 357,10 de fevereiro de 1910, p.1

da família Nery e seus apoiadores. Pode-se pensar esta atitude a partir da seguinte afirmação de Pierre Bourdieu:

a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objectiva, à manifestação pública num discurso ou num acto de instituição é representada por isso uma forma de oficialização, de legitimação: não por acaso que, como note Benveniste, todas as palavras têm uma relação como o direito tem uma raiz que significa dizer. É a instituição entendida como o que já está instituído, já explicitado, exerce ao mesmo tempo um efeito de assistência e de licitação e um efeito de arrematação e de mudança de posse.

292

“A passagem do implícito ao explícito”, da impressão subjetiva à expressão objetiva, acontece quando Antônio Bittencourt é aclamado líder supremo do Partido Republicano Federal do Amazonas na convenção de 11 de fevereiro. Essa aclamação representa uma forma de oficialização e legitimação do seu poder dentro do partido.

Ao tornar pública a escolha de Bittencourt como líder supremo, o partido explicita e oficializa sua posição como figura política mais importante e prestigiosa da agremiação. Essa manifestação pública no discurso da convenção representa uma mudança de posse de poder dentro do partido, transferindo a liderança para Bittencourt em detrimento de Silvério Nery e seus aliados.

A citação de Bourdieu também destaca o papel das palavras e do discurso na instituição e legitimação do poder. As palavras têm o poder de dizer e instituir, e o ato de aclamar Bittencourt como líder supremo é um exemplo disso. Essa instituição do poder de Bittencourt exerce um efeito de assistência e licitação, ou seja, legitima e confirma sua posição dentro do partido. Ao mesmo tempo, representa um efeito de arrematação, ou seja, uma mudança de posse e controle do poder político dentro do partido.

Os jornais, como o *Correio do Norte*, desempenharam um papel fundamental nesse processo, fundamentando as representações de visões de mundo social dos agentes políticos envolvidos nas disputas pelo poder. Através de seus editoriais e matérias, os jornais defendem e promovem os interesses dos grupos e partidos aos quais estavam ligados, buscando alcançar, manter e sustentar o poder em nome de suas ideias e ideais.

²⁹² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.p. 165-166

Nesse contexto, é importante ressaltar que os jornais muitas vezes atuavam não apenas como informadores neutros, mas como atores políticos ativos, influenciando a opinião pública e contribuindo para a construção de narrativas políticas. Eles desempenhavam um papel pedagógico e ideológico, buscando moldar a percepção das pessoas sobre os eventos políticos e defender os interesses de determinados grupos.

Portanto, as representações apresentadas nos jornais eram influenciadas por interesses privados e particulares, e nem sempre refletiam uma visão objetiva e imparcial dos fatos. As disputas pelo poder muitas vezes eram travadas também no campo simbólico, através da manipulação da opinião pública e da construção de narrativas políticas favoráveis aos interesses dos grupos dominantes.

As disputas pela liderança do Partido Republicano Federal no Amazonas culminaram no episódio da cidade de Manaus sendo bombardeada por tropas federais leais a Silvério Nery em 8 de outubro de 1910. Essa situação reflete a polarização política e os conflitos de poder que marcaram esse período no estado.

CAPÍTULO III- CRISE POLÍTICA E CONFLITOS ARMADOS: O BOMBARDEIO DE 1910 E A DEPOSIÇÃO DE 1912 EM MANAUS

Neste capítulo, buscamos uma análise dos eventos que culminaram na deposição do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt por duas vezes. A primeira delas ocorreu em meio ao cenário político conturbado das eleições presidenciais de 1910, quando a disputa entre os candidatos Hermes da Fonseca e Rui Barbosa acirrava as tensões no Estado do Amazonas.

Investigamos como as disputas entre as elites regionais pelo poder político do estado levaram ao acontecimento marcante do bombardeio de Manaus em 1910. Esse evento será analisado em sua relação com a política local e como as rivalidades partidárias contribuíram para a escalada de violência na cidade.

Além disso, abordamos as causas e os motivos que levaram à segunda deposição de Bittencourt, desta vez protagonizada por um levante das Forças de Segurança do Estado, a poucos dias do término de seu mandato em dezembro de 1912. Buscaremos entender os arranjos e ajustes políticos estabelecidos na tentativa de amenizar o acirramento entre as oligarquias, mas que acabaram por não surtir o efeito desejado.

3.1 A primeira destituição de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1910).

O bombardeio de Manaus, ocorrido em outubro de 1910, foi resultado de intensos descontentamentos políticos entre as facções rivais das elites do poder local, representadas pelos Bittencouristas e pelos Neristas. Ambas as facções almejavam o controle do poder político no Estado do Amazonas, o que levou a um acirramento dos ânimos e a um clima de conflito constante.

A disputa política local também foi influenciada pela conjuntura política nacional, com destaque para a atuação do influente senador Pinheiro Machado. Ele desempenhou um papel significativo ao buscar articular alianças políticas em nível regional que favorecessem seus interesses e estratégias no cenário político nacional.²⁹³

²⁹³ Bittencourt, Agnello. *Corografia*, p. 306

A chegada de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt ao poder em 1908 trouxe à tona sérias acusações contra a gestão de seu antecessor, Antônio Constantino Nery, que governou o Estado entre 1904 e 1907. Bittencourt afirmava que a administração de Constantino Nery havia causado um esvaziamento dos cofres públicos devido a gastos pessoais e desvios de verbas. Além disso, ele apontava para um empréstimo feito com a *Société Marseillaise*, no valor de 50.000.000\$000 francos, com juros de 5% ao ano, comprometendo as finanças do Amazonas por um período de 50 anos.²⁹⁴

Essas acusações de Bittencourt tinham como objetivo não apenas denunciar supostas irregularidades na gestão anterior, mas também legitimar sua própria posição política e mostrar-se como um administrador responsável e comprometido com o interesse público. Ao destacar as supostas más práticas de Constantino Nery, Antônio Bittencourt buscava ganhar o apoio da população e das demais lideranças políticas do Estado.

No entanto, é importante ressaltar que a política da época era marcada por intensas disputas e rivalidades entre as elites locais, e acusações de corrupção e má gestão eram comuns como estratégia para enfraquecer os opositores e conquistar o poder. Portanto, é necessário analisar essas acusações dentro desse contexto de disputas políticas acirradas.

O jornal *Folha do Amazonas*, vinculado à oligarquia Nery, respondeu às acusações feitas pelo Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt questionando seu próprio papel como vice-governador na época em que Antônio Constantino Nery estava no poder. O jornal argumentava que, se houve erros ou irregularidades na administração de Nery, Bittencourt também deveria ser responsabilizado por não ter se manifestado ou condenado esses atos enquanto ocupava o cargo de vice-governador.²⁹⁵

Essa resposta do jornal tinha como objetivo colocar Bittencourt na defensiva, buscando enfraquecer suas acusações e desviar a atenção das supostas irregularidades da gestão anterior para o próprio Bittencourt. A estratégia era questionar sua credibilidade e coerência, sugerindo que ele era conivente com as práticas do governo de Nery e só estava fazendo as acusações agora por motivos políticos.

²⁹⁴ MENSAGEM lida perante..., 10 de julho de 1909, p. 85.

²⁹⁵ FOLHA DO AMAZONAS, ANO I. N. 7, 27 de agosto de 1910. O jornal publicará vários artigos incluindo este intitulado Política do Amazonas: como se desfaz um prestígio.

Essa é uma tática comum em disputas políticas acirradas, em que os oponentes procuram minar a imagem e a reputação uns dos outros, apontando contradições e inconsistências em seus discursos e ações passadas. No contexto das elites regionais do Amazonas, essas disputas eram frequentes, e a imprensa tinha um papel fundamental na disseminação das narrativas políticas.

É importante notar que essa resposta do jornal *Folha do Amazonas* não invalida automaticamente as acusações de Bittencourt, nem comprova que ele de fato apoiava ou era conivente com as práticas de Nery. Pode ser apenas uma estratégia para desviar o foco das acusações e tentar criar uma narrativa de que ambos os lados eram igualmente responsáveis por quaisquer problemas na administração do estado.

Os embates e discussões políticas entre os partidários do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt e os apoiadores de Silvério e Constantino Nery ficaram evidentes já desde o ano de 1909, sendo o Congresso Estadual do Amazonas palco de discussões intensas. Os Bittencouristas, em seus discursos nas tribunas do Congresso, fizeram críticas ferozes ao empréstimo realizado com a *Société Marseillaise* e a diversos contratos que consideravam lesivos aos cofres públicos durante a Administração de Constantino Nery.²⁹⁶

Um dos contratos em questão era o da *Manáos Improvements Limited*²⁹⁷, e os Bittencouristas apresentaram um projeto para cancelá-lo, alegando que este contrato era visto como lesivo e inconstitucional. Esse projeto foi assinado por diversos deputados Bittencouristas, como Furtado Belém, Antônio Guerreiro Antony, Antonio Francisco Monteiro, Bento Brazil e Monsenhor Fonseca Coutinho.

Apesar dos esforços dos Bittencouristas, a concessionária *Manáos Improvements Limited* recorreu ao Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) para evitar que o contrato fosse rescindido. Como resultado da intervenção do Itamaraty, a lei que cancelou o contrato acabou sendo revogada pelo Congresso Estadual. Diante disso, o governador Bittencourt foi autorizado a "entrar em acordo com a *Manáos Improvements Limited* no sentido de reformar ou alterar o seu contrato", com o objetivo de melhor atender às necessidades da população.²⁹⁸

²⁹⁶ANAIS do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Terceira Sessão ordinária da Sexta Legislatura, 1909. Manaus: Tipografia do 'Amazonas', 1912. pp. 141-145. Assinaram o projeto os deputados: Furtado Belém, Antônio Guerreiro Antony, Antonio Francisco Monteiro, Bento Brazil e Monsenhor Fonseca Coutinho.

²⁹⁷ A concessionária do serviço de abastecimento de água e esgotos, Manáos **Improvements Ltd.**, foi fundada em 1906.

²⁹⁸ANAIS do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas - Sessão ordinária da Sétima Legislatura, de 5 de julho a 5 de outubro de 1910. Manaus: Imprensa Oficial, 1911. p. 214. Por conta da intervenção do Itamaraty o

Essa situação evidencia a intensidade das disputas políticas entre as diferentes facções no Amazonas e como os interesses privados e os contratos comerciais se misturavam com as questões políticas. O cancelamento do contrato foi uma tentativa dos Bittencouristas de mostrar sua posição de combate à corrupção e aos contratos considerados prejudiciais ao estado, mas a intervenção do Itamaraty acabou revertendo essa decisão.

O episódio mostra como as questões políticas estaduais estavam conectadas com os interesses nacionais, especialmente quando órgãos federais como o Itamaraty eram envolvidos. O poder e a influência de figuras como Silvério Nery e Pinheiro Machado também foram fatores importantes nesses embates políticos e na tomada de decisões. A política na época era marcada por intrigas, alianças e disputas de poder que moldaram o destino do Estado do Amazonas.

Na sessão de 14 de fevereiro de 1910, o deputado Joaquim Cardoso de Faria fez uma solicitação ao Tesouro Estadual para obter um relatório detalhado sobre os gastos referentes à gestão do ex-governador Constantino Nery. O objetivo desta solicitação era apurar as denúncias de corrupção e desmandos que haviam sido publicadas no jornal *Correio do Norte* contra a administração do estado durante o período de 1904 a 1908.²⁹⁹

A solicitação de Joaquim Cardoso de Faria reflete a preocupação e o interesse da Assembleia Legislativa do Amazonas ou de uma parte de membros em investigar as alegações de má gestão financeira e possíveis irregularidades durante o governo de Constantino Nery. O jornal *Correio do Norte*, por meio de suas publicações, levantou questionamentos sobre os gastos públicos e suspeitas de corrupção, o que gerou uma demanda por transparência e prestação de contas por parte do governo estadual.

O ano de 1910 foi marcado por turbulências políticas e sociais em diversas partes do Brasil, não se limitando apenas ao Estado do Amazonas. Na capital federal, o Rio de Janeiro, eclodiu a Revolta da Chibata em 22 de novembro, um dia após a posse do Presidente Hermes da Fonseca em 1910. A Marinha de Guerra do Brasil possuía uma frota moderna e bem equipada, mas os marinheiros sofriam com um regime autoritário, sujeitos a punições severas, como prisões e chicotadas.³⁰⁰

Congresso revoga a lei n. 604 de 19 de outubro de 1909 e autoriza o governador Bittencourt a “entrar em acordo com a Manaus Improvements Limited no sentido de reformar ou alterar o seu contrato”, para melhor atender a população.

²⁹⁹ ANAIS do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas – sessão extraordinária da sétima Legislatura, de 31 de janeiro a 22 de março de 1910. Manaus: Imprensa oficial, 1910. p. 21

³⁰⁰ CARONE, Edgar. **A República Velha**, p. 229

Um evento-chave que desencadeou a Revolta da Chibata foi o brutal chicoteamento do marinheiro José Marcolino, que recebeu 257 chibatadas, muito além do limite previsto pelo Regimento, que estabelecia no máximo 25 chicotadas como castigo. Esse episódio provocou a revolta dos marinheiros, liderados por João Cândido, que resultou na morte de alguns oficiais e na ameaça de bombardear a capital federal, Rio de Janeiro.

Esses eventos demonstram um momento de tensão e insatisfação social no Brasil durante a Primeira República, com reivindicações por melhores condições de trabalho, tratamento justo e respeito aos direitos dos marinheiros, que se revoltaram contra as práticas autoritárias e violentas da Marinha.

Cláudia Viscardi destaca que, dadas as condições da revolta, o Exército encontrava-se em uma posição desfavorável e não tinha capacidade de reagir. Diante desse cenário, a única opção para o novo governo era negociar com os rebeldes para alcançar uma rendição.³⁰¹

A análise desse episódio revela a complexidade das relações políticas e sociais naquele período. A incapacidade do Exército em conter a revolta sugere possíveis fissuras na estrutura de poder estabelecida na época, bem como insatisfações profundas que levaram os rebeldes a se levantarem contra o governo. A presença de negociadores enviados pelos grandes chefes nacionais, como Pinheiro Machado, Wenceslau Brás, Campos Sales, Rodrigues Alves e Quintino Bocaiúva, indica a busca por uma solução pacífica para a crise.

Após negociações, o Congresso Nacional prometeu anistiar os revoltosos, o que levou à rendição dos marinheiros. Contudo, as promessas do governo e do Congresso não foram cumpridas integralmente, e muitos marinheiros foram enviados para o exílio na Amazônia, enquanto outros foram fuzilados durante a viagem. O líder da revolta, João Cândido, foi considerado louco pelas autoridades e acabou sendo preso em um sanatório.

A sucessão presidencial de 1910 foi um período marcado por conflitos políticos no estado do Amazonas e em todo o Brasil. Desde o início de seu mandato em 1908, o presidente Afonso Pena formou um novo Ministério com figuras consideradas novas no cenário político, como David Campista para a Fazenda e Hermes da Fonseca para o Ministério da Guerra. Pena defendia a autonomia dos poderes da República, buscando uma atuação harmônica e

³⁰¹ VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p.200

equilibrada entre o Legislativo e o Executivo, sem ceder às pressões de Pinheiro Machado, conhecido como "árbitro da política nacional".

Ao analisar o governo de Afonso Pena, Cláudia Viscardi destaca a formação de um ministério com divergências em relação aos líderes políticos que o apoiaram, introduzindo jovens políticos em cargos relevantes. Essa escolha, conhecida como "Jardim da Infância," visava contrapor-se à coligação que o elegeu e proteger-se dos grandes coronéis. O "Jardim da Infância" é apontado como apelido dado aos ministros e auxiliares de Afonso Pena, por não estarem vinculados ao republicanismo histórico.³⁰²

A atuação de Pinheiro Machado é apontada como decisiva para a manutenção do prestígio de Afonso Pena, mesmo não sendo consultado em indicações importantes. Pinheiro Machado buscou articular-se para garantir a sustentabilidade do governo, inclusive fazendo acordos com Rui Barbosa para evitar a saída da Bahia da coligação.³⁰³

A escolha de jovens políticos para cargos importantes desagradou as elites tradicionais nos estados, que se sentiram desprestigiadas. Afonso Pena buscava governar com a maior autonomia possível, o que gerou hostilidades com Pinheiro Machado. Embora Machado desejasse continuar aliado do governo, desde que Carlos Peixoto (um dos escolhidos por Pena) deixasse a liderança do Governo, a situação não mudou, e o rompimento entre Machado e Pena só não ocorreu definitivamente devido à atuação conciliadora de Rui Barbosa.³⁰⁴

Cláudia Viscardi apresenta a interessante hipótese de que a adesão de São Paulo ao nome de Campista pode ter sido motivada pela necessidade do estado em viabilizar o empréstimo relacionado ao Convênio de Taubaté. Segundo essa perspectiva, São Paulo, ao endossar o empréstimo, alcançou uma posição mais autônoma, embora ainda estivesse comprometido com uma candidatura favorável à manutenção da Caixa de Conversão.³⁰⁵

Durante os reconhecimentos, o endosso ao empréstimo já estava garantido, conferindo a São Paulo uma relativa independência. Contudo, a análise de Viscardi sugere que a adesão ao

³⁰² VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 164

³⁰³ VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 165

³⁰⁴ CARONE, Edgar. **A República Velha**, p. 230

³⁰⁵ VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 182

nome de Campista não foi apenas uma decisão isolada, mas sim uma estratégia cuidadosamente elaborada para atender aos interesses do Estado.

Outro ponto destacado por Cláudia Viscardi é o contexto internacional dos preços do café na época. O aumento nos preços do café no mercado internacional contribuiu para ampliar a autonomia de São Paulo, proporcionando-lhe uma margem de manobra mais significativa. Esse cenário favorável permitiu ao estado adotar uma postura de adesão reticente à indicação do Catete, evidenciando uma abordagem estratégica na defesa de seus interesses.

Assim, a análise proposta por Cláudia Viscardi sugere que a decisão de São Paulo em aderir ao nome de Campista não foi apenas uma resposta política, mas sim uma medida estratégica influenciada por considerações econômicas e internacionais. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas e econômicas da época, revelando a complexidade das relações entre os estados brasileiros no contexto do Convênio de Taubaté.

As tensões se intensificaram com a escolha do candidato que sucederia a Afonso Pena na presidência. O nome de David Campista inicialmente foi apoiado pelas oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais, mas o nome do Marechal Hermes da Fonseca começou a ganhar destaque, contando com o prestígio de militares e políticos civis tradicionais. Em uma reunião na casa de Pinheiro Machado, em 14 de maio de 1909, o nome de Hermes da Fonseca foi escolhido, levando David Campista a desistir de sua candidatura e sendo posteriormente demitido do cargo de Ministro.

Essa escolha desagradou a Rui Barbosa, que esperava ser o candidato indicado por Pinheiro Machado. As oligarquias insatisfeitas com a candidatura de Fonseca, lideradas por São Paulo, acabaram escolhendo Rui Barbosa como o candidato presidencial alternativo.³⁰⁶

Esses eventos demonstram como a sucessão presidencial de 1910 foi marcada por disputas, alianças e traições políticas, refletindo as complexidades do cenário político da Primeira República e suas relações entre as elites regionais e as figuras políticas de destaque do país.

O cenário político da sucessão presidencial de 1910 foi marcado por pressões e imposições de figuras influentes, como Pinheiro Machado, conhecido como o "árbitro da

³⁰⁶ CARONE, Edgar. **A República Velha**, p. 233.

política nacional". Estados considerados de pouca expressão política foram obrigados a apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca, pois isso era uma imposição de Pinheiro Machado, que detinha ampla influência sobre políticos e oligarquias através de sua posição como chefe da Comissão Verificadora de Poderes do Congresso Nacional.

Nesse contexto, o governador do Amazonas, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, viu-se obrigado a apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca, seguindo as determinações do influente Pinheiro Machado. Entretanto, alguns jornais vinculados aos Nery, rivais políticos de Bittencourt, posteriormente acusaram-no de fazer campanha para Rui Barbosa, demonstrando as tensões e disputas políticas da época.³⁰⁷

Na Convenção de 22 de maio de 1909, os senadores do Amazonas, Silvério Nery e Jonathas Pedrosa, votaram a favor da candidatura de Hermes da Fonseca, indicando inicialmente um apoio ao candidato indicado por Pinheiro Machado. Ainda não havia um rompimento definitivo nas fileiras do Partido Republicano Federal amazonense, mas os acordos políticos já começavam a ser desfeitos, como a indicação e escolha de Agnello Bittencourt para a Superintendência de Manaus pelo seu pai, o governador do Amazonas, o que indica que a lealdade e as alianças políticas estavam sendo colocadas à prova. O cenário político era marcado por complexidades, alianças temporárias e interesses conflitantes entre as diversas facções políticas e oligárquicas do país.

Após a divisão do Partido Republicano Federal no Amazonas entre Bittencouristas e Neristas a questão sobre o apoio presidencial vai ganhar contornos interessantes, onde os jornais opositores a Bittencourt o acusaram de ser partidário de Rui Barbosa. Os jornais que apoiam Bittencourt acusam Silvério Nery de buscar a qualquer custo estremecer as relações do governador com o Marechal Hermes. Sobre este ponto, em discurso ao Congresso Nacional no dia 23 de dezembro de 1910, o deputado federal Antônio Monteiro de Souza, aliado de Bittencourt, responde ao também deputado federal Antônio Nogueira, partidário de Nery, acerca da lealdade de Bittencourt e do Partido Republicano Federal do Amazonas a candidatura de Hermes da Fonseca, desta maneira, tem-se:

Em artigo publicado no Diário do Amazonas de 9 de março e até hoje não sofreu a mínima contestação. Desafia ao ilustre colega de bancada a vir mostrar qualquer um jornal que tenha vindo a contestação deste artigo. Mas poderia facilmente quebrar de vez os dentes dessa insidiosa acusação. Bastaria se dirigir aos ilustres colegas que estiveram à frente da campanha

³⁰⁷ CORREIO DA MANHÃ. ANO VIII, Nº 2868, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1909.

civilista, na eleição presidencial, e perguntar a qualquer um deles, se alguma vez, tiveram a mínima conversa com o orador ou com quaisquer correligionários a respeito da eleição.

E, assim, com a resposta de todos eles, estaria completamente morta esta mísera increpação; prefere, porém, dar esses documentos públicos para que seus adversários também apresentem os que, porventura, possuam, isto é, qualquer carta, qualquer ordem ou testemunho de pessoa, que tenha recebido ordem sua ou de seus amigos, para serem transmitidas aos seus amigos no interior, mandando distrair votos do nosso candidato, Sr. Hermes da Fonseca.³⁰⁸

O discurso do deputado federal Antônio Monteiro de Souza, aliado de Bittencourt, é uma resposta contundente às acusações dos jornais opositores que afirmavam que o governador era partidário de Rui Barbosa, em detrimento de apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca. Souza afirma que tais acusações não possuem qualquer fundamento e desafia seus colegas parlamentares a apresentar qualquer prova ou testemunho que comprove essa alegação.

Ele destaca que, caso fosse necessário, poderia facilmente desmentir essas acusações, bastando conversar com os líderes da campanha civilista (em referência à candidatura de Rui Barbosa) e perguntar se alguma vez discutiram ou receberam orientações do governador ou de seus correligionários para apoiar Rui Barbosa em detrimento de Hermes da Fonseca. Afirmar que o governador e o Partido Republicano Federal do Amazonas estavam apoiando Rui Barbosa era uma tentativa de desacreditar o apoio efetivo que eles davam à candidatura de Hermes.

Além disso, Souza se coloca à disposição para apresentar documentos públicos que comprovem a lealdade de Bittencourt e do Partido Republicano Federal do Amazonas à candidatura de Hermes da Fonseca. Ele desafia seus adversários políticos a apresentarem provas que sustentem as acusações feitas contra o governador.

Com esse discurso, Antônio Monteiro de Souza busca desacreditar as insinuações dos jornais opositores e reforçar a posição de Bittencourt como um fiel apoiador de Hermes da Fonseca. A estratégia de apresentar documentos públicos demonstra a confiança na verdade dos fatos e a intenção de esclarecer a situação perante o Congresso Nacional e o público em geral.

O jornal *Diário do Amazonas* que era “*Órgão do Partido Republicano Federal*”, em 26 de fevereiro, acusa Silvério Nery de tentar fraudar as eleições presidenciais no Amazonas, em

³⁰⁸ CONGRESSO NACIONAL. O Partido Republicano do Amazonas na Eleição Presidencial: Discursos pronunciados pelo deputado Monteiro de Souza em Dezembro de 1910. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, Rodrigues e C, 1911. p. 24.

que o Senador mandaria urnas aos correligionários e eleitores do PRF no interior do estado com os nomes para votação como presidente e vice de Rui Barbosa e Albuquerque Lins, com isso, quando houvesse a apuração, Nery diria que foi obra do governador Bittencourt com apoio a Barbosa e Lins, mas, o *Diário do Amazonas* afirma que o plano foi descoberto e com isso desmascarado. O diretório do Partido Republicano Federal acabou designando Sá Peixoto para escrever aos correligionários do interior sobre a falcatrua perpetrada por Nery.³⁰⁹ O que é um fato curioso, pois quando do bombardeio de Manaus, Sá Peixoto estará ao lado de Nery.

O fato de Sá Peixoto estar ao lado de Nery durante o bombardeio de Manaus, apesar de ter sido designado pelo diretório do Partido Republicano Federal para denunciar as tentativas de fraude nas eleições presidenciais, pode ser entendido como uma manifestação de alianças políticas que nem sempre seguem uma linha ideológica rígida.

Na política, é comum que líderes e membros de um partido ou facção se alinhem em determinados momentos para atingir objetivos específicos, mesmo que em outros momentos possam discordar ou estar em lados opostos. As alianças políticas podem ser motivadas por diversos fatores, como interesses regionais, estratégias eleitorais, barganhas políticas, entre outros.

No caso específico de Sá Peixoto, é possível que ele tenha se aliado a Nery durante o bombardeio de Manaus por razões que naquele momento eram consideradas mais relevantes ou que beneficiam seus interesses políticos imediatos. Já em relação à denúncia das tentativas de fraude nas eleições presidenciais, o contexto e as prioridades políticas podem ter sido diferentes, levando-o a cumprir a determinação do diretório do Partido Republicano Federal e denunciar as ações de Nery.

É importante ressaltar que a política é dinâmica e complexa, e os agentes políticos muitas vezes precisam tomar decisões que podem parecer contraditórias, mas que são movidas por circunstâncias específicas e estratégias de curto e longo prazo. Portanto, o fato de Sá Peixoto ter atuado ao lado de Nery em um momento e denunciado suas ações em outro não é incomum na arena política.

As eleições para Presidente e Vice-Presidente no Amazonas, realizadas em 30 de março de 1910, transcorreram de forma regular e tranquila, conforme relatado pelo Superintendente

³⁰⁹DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, ANO I, Nº 5, 26 de fevereiro de 1910.

de Manaus, Agnello Bittencourt. O candidato que obteve a maioria dos votos no estado foi o Marechal Hermes da Fonseca, que recebeu 5.728 votos, enquanto o candidato a Vice-Presidente, Wenceslau Braz obteve 5.738 votos.³¹⁰

Essa informação revela o resultado das eleições presidenciais no estado, indicando que a maioria dos eleitores amazonenses apoiou a chapa liderada pelo Marechal Hermes da Fonseca para a Presidência e Wenceslau Braz para a Vice-Presidência.

A tomada do controle do Partido Republicano Federal no Amazonas por Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt na convenção partidária de 11 de fevereiro de 1910 marcou um momento de quebra de hegemonia na liderança partidária local. Essa mudança no comando do partido resultou em uma intensificação das hostilidades entre os agentes políticos antagônicos, ou seja, os seguidores de Bittencourt e os seguidores dos Nery.

Essa mudança de liderança no Partido Republicano Federal pode ter sido motivada por uma série de fatores, incluindo divergências políticas, ideológicas e pessoais entre os diferentes grupos dentro do partido. A ascensão de Bittencourt ao controle do Partido Republicano Federal pode ter sido impulsionada por um desejo de ampliar sua influência política e fortalecer sua base de apoio, além de buscar maior autonomia para suas ações e decisões no contexto local.

A partir desse momento, as disputas políticas entre Bittencourt e os Nery se tornaram mais acirradas, com cada lado buscando defender seus interesses e objetivos políticos. Essa situação pode ter contribuído para um clima de maior confronto e rivalidade entre as facções políticas no Amazonas, o que teve repercussões nas eleições e nos rumos da política estadual.

As disputas em torno da liderança partidária e política no Amazonas podem ser compreendidas como uma luta pelo poder simbólico, ou seja, pela capacidade de impor uma visão de mundo e uma ordem social dominante. Nesse contexto, o controle do partido político, que funciona como uma instituição simbólica, é fundamental para legitimar os interesses e valores de determinado grupo ou classe social.

A criação do Partido Republicano Conservador no Estado do Amazonas³¹¹ por Silvério Nery e seus aliados representa uma tentativa de se afirmarem como uma força política relevante

³¹⁰ RELATÓRIO Apresentado ao Conselho Municipal em Sessão de 15 de maio de 1910, pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Official, 1910. p. 4

³¹¹ Nas fileiras de formação e constituição do Partido Republicano Conservador no Amazonas temos os seguintes agentes: Presidente: Senador Silvério Nery. Senador Jonathas Pedrosa, Dr. A. G. Pereira de Sá Peixoto, Deputado Henrique F. Pena de Azevedo, Deputado Aurélio Amorim, Deputado Antonio Nogueira, Coronel Affonso de

e com legitimidade para representar os interesses de uma parcela da sociedade amazonense. Ao estabelecer um novo partido, que em nível nacional havia sido criado por Pinheiro Machado³¹², os Neristas buscam reafirmar sua identidade política e sua posição como opositores ao Partido Republicano Federal e ao governo de Bittencourt.

Essa fragmentação partidária reflete também a disputa por recursos e posições de poder dentro do campo político local. Cada partido busca mobilizar seus recursos, como o apoio de lideranças regionais, correligionários e eleitores, a fim de obter vantagem em relação ao outro. Essa competição se torna ainda mais acirrada em um cenário de pequena influência política dos Estados, onde cada voto e cada cargo político têm grande significado para a consolidação do poder.

A criação do Partido Republicano Conservador no Estado do Amazonas pode ser vista como uma estratégia de resistência dos Neristas diante do domínio exercido pelo Partido Republicano Federal e pelo grupo liderado por Bittencourt. A formação de um novo partido representa uma tentativa de contestar a ordem estabelecida e de reivindicar uma posição política que seja mais favorável aos interesses e valores dos Neristas.

Dessa forma, a disputa política entre o Partido Republicano Federal e o Partido Republicano Conservador no Amazonas pode ser compreendida como um embate pelo controle do campo político, pela legitimação do poder simbólico e pela afirmação de identidades políticas e culturais distintas. Nesse contexto, as estratégias de cada grupo político são moldadas pelas lógicas do jogo político, das relações de força e da busca por capital político, conforme conceituado por Bourdieu.³¹³

Neste contexto político conturbado, o vice-governador Antônio Sá Peixoto solicita afastamento do cargo ao Congresso alegando problemas de saúde, e sua solicitação é aprovada pela Assembleia Amazonense. No entanto, surgem indícios de que Sá Peixoto pode estar se aproximando dos Nery, fato que causa estranheza, pois até então, não parecia haver atritos em

Carvalho, Coronel Hildebrando Antony, Coronel Joaquim Cardoso de Faria, Coronel Domingos José Andrade, Coronel Manuel de Castro Paiva, Coronel Eduardo Félix de Azevedo, coronel José Maria Corrêa, coronel Rozendo Silva. (CORREIO DO PURUS, ANO XIV, Nº 19, Lábrea, 17 de abril de 1911)

³¹² “Em 5 de novembro de 1910, Pinheiro Machado assinava em segundo lugar, após o nome de Quintino Bocaiúva tão usado como fachada histórica, a convocação para fundar o partido[...]”. In: CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. 3. ed. ampl. atual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 78

³¹³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 185.

sua relação com o governador Bittencourt. Dessa forma, à direção do PRF no Amazonas, o vice-governador Sá Peixoto, em 21 de fevereiro de 1910, apresenta a seguinte nota:

Conformando-me com o modo de proceder do Exmo. sr. Coronel Antônio Bittencourt, cuja administração sou solidário, não devo continuar a ocupar cargo de natureza exclusivamente partidária na vigência do mandato de vice-governador do Estado.

Agradecendo, pois a generosa benevolência em que fui distinguido pela Convenção, renuncio o lugar de membro do Diretório do Partido.³¹⁴

Mesmo diante desses indícios, Sá Peixoto, em um primeiro momento, afirma sua lealdade ao governo de Bittencourt e recebe uma moção de lealdade aprovada pela Assembleia. A situação torna-se mais complexa quando o deputado Guerreiro Antony se abstém na votação da moção, indicando uma hostilidade pessoal em relação ao vice-governador.

É importante destacar que, nesse cenário de disputas políticas acirradas, as lealdades e alianças podem ser voláteis e sujeitas a mudanças repentinas. A política é um campo de estratégias e interesses, onde as alianças muitas vezes são feitas com base em conveniências e circunstâncias momentâneas.

Sá Peixoto, ao se declarar solidário ao governo de Bittencourt, pode estar buscando manter uma posição de aparência pública, enquanto nos bastidores, negociações e articulações políticas podem estar em curso. Essa ambiguidade e instabilidade nas relações políticas são características do jogo político e das disputas de poder, onde alianças podem ser formadas ou desfeitas conforme os interesses de cada ator político.

Portanto, a situação envolvendo o vice-governador Sá Peixoto e sua aparente proximidade com os Nery levanta questões sobre as reais motivações e estratégias em meio ao contexto político conturbado e às disputas internas no estado do Amazonas.

A tensão e hostilidade entre os antigos aliados e sócios da mesma empresa, representados pelo governador do estado e pelo vice-governador, pareciam alcançar um ponto insustentável. A divergência de projetos para a condução da política no estado do Amazonas era evidente, e a cada dia, a relação entre eles se deteriorava ainda mais. O embate entre as facções Bittencourista e Nerista extrapola o âmbito do discurso, sendo expresso por meio das

³¹⁴ MENSAGEM lida perante, 10 de julho de 1911, p.36.

tribunas do Congresso Legislativo e nos jornais, que propagavam a visão social de mundo de cada uma das elites do poder.³¹⁵

A hostilidade era palpável e as consequências disso se tornavam cada vez mais preocupantes. A situação ficava propícia para que os antagonismos ultrapassassem o campo das palavras e se traduzissem em conflitos armados. O clima estabelecido era tão tenso que qualquer faísca poderia levar a confrontos reais entre as facções rivais.

Nesse contexto, a iminência de conflitos armados era uma realidade temida por muitos, pois os interesses políticos, as disputas por poder e o desejo de manter o controle sobre o estado pareciam se sobressair às possibilidades de diálogo e conciliação. A situação política no Amazonas encontrava-se em um ponto crítico, onde a ruptura entre as duas correntes políticas parecia inevitável.

A atuação do jornal *Folha do Amazonas* durante os anos de 1910 a 1912 é um reflexo do cenário político conturbado e das disputas acirradas entre as facções Bittencourista e Nerista no estado do Amazonas. O jornal assumia uma postura crítica em relação ao governo de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt e suas críticas frequentemente soavam como ameaças, insinuando a possibilidade de um golpe para destituir o governador do cargo.

Essas críticas atingiam diversos aspectos da gestão de Bittencourt, acusando-o de ser corrupto e despótico, ou seja, de exercer um poder autoritário e centralizador. Além disso, o jornal o acusava de traição, argumentando que ele havia virado as costas para o Senador Silvério Nery, seu antigo aliado, movido unicamente pela sua ambição pelo poder.

Através dessas críticas, o jornal buscava minar a legitimidade do governo de Bittencourt, enfraquecendo sua imagem perante a opinião pública e desestabilizando sua liderança política. A intenção era criar uma atmosfera de desconfiança e instabilidade em torno do governador, para que a qualquer momento a população pudesse ser mobilizada contra ele.

Essa estratégia de desacreditar o governo e ameaçar com um possível golpe reflete as tensões políticas e o acirramento das disputas de poder naquele período. A imprensa exercia um papel importante na formação da opinião pública e na disseminação de ideias políticas, e o

³¹⁵ FEITOSA, Orange Matos. *À Sombra dos Seringais*, 2015.

jornal *Folha do Amazonas* utilizava seu poder de influência para fortalecer a posição dos Neristas e desestabilizar o governo de Bittencourt.

Essa dinâmica de confronto através da mídia, com acusações e ameaças mútuas, contribuía para a polarização política e para a intensificação dos conflitos no cenário amazonense. Essa era uma época marcada pela luta pelo poder, em que as facções políticas estavam dispostas a tudo para garantir sua hegemonia e impor seus interesses sobre o estado. O jornal *Folha do Amazonas* estabelece críticas sobre o descaso que na visão eram a marca da administração de Bittencourt frente ao governo do estado, em que podemos observar:

Tivemos denúncia de que as condições de higiene e asseio no próprio Palácio do Governo são as mais lamentáveis [...] Até os porcos se cavam ali, os xerimbabos de s. exc. criam-se à vontade, contribuindo para o ambiente viciado pelas emanções que fazem [...]
Numa época em que a varíola faz grandes estragos na população, em que a febre amarela chega a um desenvolvimento nunca atingido, como declaram os próprios médicos da higiene pública, ali no Palácio do Governo existe um vasto campo de cultura para todos os germens deletérios, sob as vistas de S. Exc. O Sr. governador do estado.³¹⁶

As críticas do jornal *Folha do Amazonas* em relação ao saneamento de Manaus demonstram como a questão do saneamento básico foi um problema crônico na cidade ao longo de diversos governos, abrangendo diferentes administrações desde Thaumaturgo de Azevedo até Antônio Bittencourt. Nesse contexto, o jornal, vinculado à facção dos Neristas, aproveitou-se das condições precárias de saneamento da cidade para desqualificar seu adversário político, o governador do estado, utilizando suas páginas para persuadir os leitores sobre o suposto despreparo político-administrativo de Bittencourt.

O uso da questão do saneamento como uma arma política é uma estratégia comum em cenários de disputa política acirrada. Ao destacar os problemas no saneamento da cidade, o jornal buscava retratar o governo de Bittencourt como ineficiente e incapaz de lidar com as demandas básicas e urgentes da população. Essa abordagem visa minar a confiança pública no governante e, conseqüentemente, enfraquecer sua liderança política.

Além disso, ao ressaltar a continuidade dos problemas de saneamento ao longo de diversos governos, incluindo o atual de Bittencourt, o jornal também procurava argumentar que

³¹⁶ FOLHA DO AMAZONAS, ANO I. N. 7. 27 de agosto de 1910, p. 1. Nesse momento já aparece no editorial do Jornal o nome como diretor político do órgão de imprensa do Senador Silvério José Nery e o secretário Raul de Azevedo.

o governador não havia sido capaz de oferecer soluções efetivas para um problema histórico da cidade. Essa narrativa reforçava a ideia de que Bittencourt não possuía a capacidade de governar e gerar melhorias para o estado.

A exploração das condições de saneamento como um ponto de crítica também pode estar relacionada às aspirações políticas dos Neristas em retomar o controle do poder no estado. Ao destacar as falhas na administração de Bittencourt, o jornal almejava atrair apoio para a sua própria facção, argumentando que os Neristas seriam capazes de oferecer soluções mais eficazes para os problemas da cidade e do estado como um todo.

O surgimento do *Jornal Pequeno*³¹⁷ como um vespertino independente em 1911 é uma evidência de que a imprensa desempenha um papel fundamental no cenário político do Amazonas na época. O fato de ser considerado independente não significa necessariamente que o jornal fosse imparcial, pois é comum que órgãos de imprensa assumam posições políticas e ideológicas, mesmo quando se proclamam como independentes.

Ao se perceber que o *Jornal Pequeno* se colocava contrário aos Nery no poder, é possível inferir que ele provavelmente apoiava a facção política dos Bittencouristas ou algum outro grupo que era opositor aos Nery, ou até mesmo outras forças políticas que não se alinhavam ao poder dominante naquele momento. Essa postura editorial contrária aos Nery sugere que o jornal buscava fazer oposição ao governo vigente, criticando suas políticas, ações e liderança. Numa de suas colunas, assim descreve a atuação dos Nery a frente da administração pública no Amazonas:

Coisas que não esqueço...

As patifarias da fantástica estrada de rodagem do Rio Branco em que dos Nerys, O Raymundo, engoliu não menos de mil contetas.

As parapatices do Antonio Nogueira na Câmara, chorando o tempo passado das grandes ladroeiras.

As tradições do Silvério e as suas ingratidões que chegara a torpeza de comprometer o mano Constantina.

Zé Povo³¹⁸

³¹⁷ Circulou no ano de 1911 na cidade de Manaus. Seu proprietário era Rufino de Souza Vieira. (ver: SANTOS, Francisco Jorge; FREIRE, José Ribamar Bessa; PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto *et alli* .(orgs.) **Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**: Catálogo de Jornais. 2ª edição revisada. Manaus: A Crítica, 1990. p. 123-124.

³¹⁸ JORNAL PEQUENO, ANO I, nº8. Manaus, 13 de julho de 1911.

O trecho apresentado mostra um discurso carregado de críticas e acusações contra os políticos da época, especialmente os membros da família Nery. O uso de termos como "patifarias", "phantastica estrada de rodagem", "parapatices", "ladroeiras", "traições" e "ingratidões" revela uma forte carga emocional e pejorativa nas descrições.

Essas críticas parecem ser direcionadas principalmente a três figuras políticas: Raymundo Nery, Antonio Nogueira e Silvério Nery. Raymundo Nery é mencionado como responsável por engolir uma grande quantia de dinheiro (mil contetas) relacionada à estrada de rodagem do Rio Branco, sugerindo corrupção ou desvios de recursos públicos. Antonio Nogueira é acusado de se lamentar pelo "tempo passado das grandes ladroeiras", insinuando que ele estaria saudosista de um período de corrupção e desonestidade política.

Já Silvério Nery é mencionado como traidor e ingrato, que teria comprometido seu próprio irmão, Constantino Nery. Essa acusação pode sugerir que Silvério teria tomado atitudes que prejudicam a carreira política ou a reputação de seu próprio irmão, revelando uma suposta falta de lealdade.

A expressão "Zé Povo" no final do texto pode ser interpretada como uma referência ao povo comum, indicando que o jornal está supostamente representando os interesses e as vozes da população em meio às disputas políticas. É comum em momentos de polarização política e lutas pelo poder que a imprensa se alinhe a diferentes grupos e faça uso de retóricas fortes para influenciar a opinião pública e construir narrativas que favoreçam os interesses de determinados agentes políticos.

Em geral, o trecho apresentado evidencia o clima de animosidade e acirramento das disputas políticas na época, onde a imprensa desempenha um papel importante na disseminação de discursos inflamados e na construção de narrativas para fortalecer a posição de determinados grupos políticos e o clima de hostilidades entre os grupos políticos rivais no Amazonas durante o período mencionado era evidente e preocupante, e as tensões entre os Neristas e Bittencouristas pareciam cada vez mais latentes. A imprensa desempenhou um papel fundamental na disseminação e amplificação dessas hostilidades, e o Jornal do Commercio, de propriedade de Vicente Reis³¹⁹, não foi exceção.

³¹⁹ Em 1906, comprou ao jornalista Rocha dos Santos, com recursos que lhe dera o Coronel Cosme Alves Ferreira, seu sogro, a tipografia do "Jornal do Comércio", velho e conceituado órgão da imprensa de Manaus. Suas oficinas estavam carentes de renovação. Foram tomadas providências sobre o caso, introduzindo as máquinas linotipo, as primeiras que foram empregadas no Brasil, o que valeu ao Dr. Vicente Reis, posteriormente, medalha de ouro

No dia 1º de abril de 1910, o *Jornal do Commercio* publicou acusações contra os jornais Neristas, alegando que eles davam indícios de buscar a deposição do governador Bittencourt a qualquer custo, chegando ao ponto de supostamente incitar forças federais a se envolverem na empreitada. Essa acusação, presente em uma seção do jornal chamada "Agonisa Polvo!", revela como a imprensa utilizava uma retórica incisiva e dramática para enfatizar os confrontos políticos e criar um clima de tensão e instabilidade.

Analisando esse contexto, podemos perceber que a imprensa desempenhava um papel ativo na construção de narrativas políticas, buscando influenciar a opinião pública e mobilizar apoiadores para cada lado. A utilização de termos como "agonisa polvo" sugere uma luta feroz e implacável entre as facções, alimentando a ideia de uma batalha iminente. A acusação de buscar a deposição do governador, inclusive com a ajuda de forças federais, insinua a possibilidade de uma intervenção externa no conflito estadual, aumentando ainda mais a tensão.

Não nos regressamos aos tempos de domínio político do Sr. Silvério Nery, tempos em que se deram factos como esses a morte do Pensador, do espingardeamento do jury de Carlos Fernandes, do assassinato de Bemtevi, do nefando crime que foi victima o dr. Luiz Ribeiro cujo o cadáver trucidado foi o maior dos insultos atirados á face da sociedade amazonense, do sequestro da Federação, do incêndio do Quo Vadis?, da supressão do Correio do Norte, do furto da apólices estaduais, das emissões de títulos de empréstimo lesivos para o Estado, do esbanjamento das rendas públicas, da edificação de luxuosos palacetes à custa do suor do povo, do atentado, enfim, contra alta magistratura do Amazonas.³²⁰

A perspectiva do *Jornal do Commercio*, expressa nessa citação, é claramente crítica e opositora ao domínio político do Sr. Silvério Nery, que é retratado como um líder político corrupto e autoritário. O jornal faz uma série de acusações graves contra Nery e seu grupo político, apontando para uma suposta série de crimes e atos ilícitos que teriam sido cometidos durante o seu tempo no poder.

Através de uma linguagem forte e dramática, o jornal descreve uma série de eventos violentos e criminosos, como assassinatos, incêndios, sequestro, furto, e emissão de títulos de empréstimo lesivos para o Estado. Essas acusações visam desacreditar completamente a figura

concedida pela Companhia Mergentale, de Nova York. Foi um dos seus colaboradores, nos primeiros tempos, o Dr. Gaspar Vieira Guimarães. In: BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense**, p. 495.

³²⁰ JORNAL DO COMMERCIO. ANO 7. Nº 2155, Manaus, 1 de abril de 1910.

de Silvério Nery e pintá-lo como um inimigo público, responsável por inúmeras atrocidades que teriam causado danos à sociedade amazonense.

Ao destacar esses supostos eventos negativos associados à Nery, o *Jornal do Commercio* busca influenciar a opinião pública contra ele e contra o seu grupo político, os Neristas. Através dessa retórica, o jornal pretende convencer seus leitores de que a volta ao domínio político de Nery seria um retrocesso perigoso, lembrando um passado repleto de violência, corrupção e má administração.

É importante ressaltar que essa perspectiva é claramente tendenciosa e seletiva em sua apresentação dos fatos. A abordagem do jornal não oferece uma análise imparcial ou completa dos eventos históricos mencionados, mas sim uma visão altamente negativa e caricaturada do grupo político de Silvério Nery.

Portanto, é necessário considerar que essa narrativa do *Jornal do Commercio* representa um posicionamento político específico, com o objetivo de influenciar a opinião pública e moldar percepções sobre os acontecimentos políticos e sociais da época. A utilização de linguagem sensacionalista e a seleção de eventos específicos visam enfatizar o antagonismo e a hostilidade entre os grupos políticos rivais, contribuindo para o clima de polarização e conflito político no Amazonas.

Dessa forma, Silvério Nery, Sá Peixoto e seus aliados resolveram dar um ponto final ao governo de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, em que isso se deu com a realização de uma suposta reunião da Assembleia Legislativa no dia 7 de outubro de 1910, o vice-governador do estado, Antônio Gonçalves Sá Peixoto convoca o Congresso Legislativo do Estado e promove a deposição do cargo de governador Antônio Bittencourt, após indicação do deputado nerista José Duarte em que declara este ato de deposição do governador está embasado na letra constitucional do Estado, ao qual pela Constituição de 1910³²¹ do Estado do Amazonas, em seu artigo 43, diz que o governador do estado não poderia exercer sociedade comercial ou industrial estando no cargo de governador (Segundo o deputado José Duarte, o governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, seria sócio da “Tipografia Amazonas”) logo deveria perder o mandato. Com isso, nesta suposta Sessão, considerada farsante pelos Bittencouristas e pelo

³²¹ Ver ASSEMBLEIA, **Constituições de 1891 a 1989**. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2002. Art. 43- O Governador não poderá exercer nenhum outro emprego ou função pública, ocupar qualquer cargo de eleição do Estado ou da União, nem tomar parte em qualquer empresa industrial ou comercial, como membro da administração ou como simples associado, p. 8.

Supremo Tribunal Federal³²², ocorreu a destituição de Bittencourt e foi empossado o vice, Sá Peixoto (Partidário de Silvério Nery), para o cargo de governador do estado do Amazonas.³²³

De acordo com a teoria das elites do poder de Pierre Bourdieu, podemos analisar a deposição do governador Antônio Bittencourt no contexto das disputas políticas no Amazonas como um reflexo da luta por poder entre as elites políticas regionais. Silvério Nery, mesmo ausente fisicamente do estado, exercia grande influência política por meio de seus partidários e aliados, como o vice-governador Sá Peixoto e os "Jovens Turcos" no Congresso Legislativo do Amazonas.

Essa influência política de Nery era alimentada, em parte, por sua posição como senador e diretor político do órgão de imprensa *Folha do Amazonas*, o que lhe permitia estar bem informado sobre os acontecimentos políticos no estado. Através dessa rede de aliados e informações, Nery soube das críticas e acusações contra sua gestão e pessoas, e tomou a decisão de dar um "ponto final" ao governo de Bittencourt.

Podemos interpretar esse episódio como uma disputa de poder entre as elites políticas locais, na qual Nery e seus aliados utilizaram sua rede de influência e informações para destituir Bittencourt e colocar seu aliado Sá Peixoto no cargo de governador. A ação foi justificada com base em interpretações seletivas e questionáveis da lei, o que demonstra o uso estratégico do discurso legal e das instituições políticas para alcançar objetivos políticos específicos.

A situação também revela a importância do capital político e do controle de recursos simbólicos, como a mídia, para fortalecer a posição das elites no campo político. Nery, por meio de sua influência política e controle sobre a imprensa, foi capaz de moldar a narrativa pública e mobilizar seus aliados para tomar ações em seu favor.

Portanto, a deposição de Bittencourt no Amazonas reflete a dinâmica complexa das lutas de poder entre as elites políticas, onde estratégias como o controle da informação e o uso do discurso legal podem ser utilizadas para consolidar posições de dominação no campo político.

A mensagem de Antônio Bittencourt ao Congresso Legislativo do Amazonas em 1911 oferece uma perspectiva pessoal e parcial dos eventos que culminaram com sua deposição do cargo de governador. Como parte interessada nos acontecimentos, Bittencourt busca apresentar

³²² MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911.

³²³ A NOTÍCIA, ANO III, nº 586, Manaus, 9 de outubro de 1910. p. 1

sua versão dos fatos e retratar-se como uma vítima injustiçada em meio ao caos político vivido na cidade de Manaus.³²⁴

Ao relatar que, na manhã do dia 7 de outubro, recebeu o deputado federal Antônio Monteiro de Souza e, à noite do mesmo dia, soube que o vice-governador Sá Peixoto pretendia depô-lo, Bittencourt busca criar uma imagem de surpresa e inocência diante da conspiração que se formava contra ele. Além disso, ao mencionar que o 46º Batalhão de Infantaria e os navios da flotilha estavam prontos para atacar a cidade em caso de resistência, Bittencourt parece querer enfatizar a gravidade da situação e ressaltar sua impotência diante da ameaça de força militar.

No entanto, como observador externo, podemos questionar a veracidade e a objetividade dessa narrativa. É natural que um governante deposto busque se apresentar como vítima e pintar seus opositores como vilões. A mensagem de Bittencourt pode estar tingida de emoções e sentimentos pessoais, o que pode comprometer sua imparcialidade.

Para uma compreensão mais completa dos eventos, é essencial buscar outras fontes e perspectivas que possam apresentar diferentes visões sobre o ocorrido. Como mencionado anteriormente, o jornal *Folha do Amazonas* era um órgão de imprensa partidário dos Nery, e é provável que apresentasse uma narrativa oposta à de Bittencourt, pintando-o de forma negativa e exaltando a ação do vice-governador Sá Peixoto.

A mensagem enviada pelo governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt ao Congresso Legislativo do Amazonas em 10 de julho de 1911 é uma extensa defesa de sua gestão e dos acontecimentos relacionados ao episódio conhecido como "bombardeio de Manaus". Nesse documento, Bittencourt busca reverter a narrativa que o levou à destituição do cargo de governador e apresenta uma série de documentos e comunicações para fundamentar sua posição.³²⁵

Ao reunir ofícios, telegramas, trocas de correspondências e comunicações de deputados e funcionários da Assembleia, Bittencourt está construindo um dossiê com o objetivo de demonstrar que a sessão realizada em 7 de outubro de 1910, que resultou em sua deposição, foi

³²⁴ MENSAGEM lida perante ... , 10 de julho de 1911.

³²⁵ MENSAGEM lida perante, 10 de julho de 1911.

ilegítima e ilegal. Ele busca mostrar que o vice-governador Sá Peixoto e seus aliados agiram de forma arbitrária e violenta para destituí-lo do cargo.

Além disso, ao apresentar o *habeas corpus* expedido pelo Supremo Tribunal Federal que o reconduziu ao cargo, Bittencourt busca reforçar sua posição de que a destituição foi injusta e ilegal. Ele procura evidenciar que o mais alto tribunal do país considerou sua deposição como uma ação ilegal e que, portanto, ele deveria ser reestabelecido no cargo.

Essa extensa defesa pode ser vista como uma estratégia de Bittencourt para recuperar sua imagem política, fortalecer sua legitimidade como governador e denunciar ações arbitrárias e violentas de seus opositores. No entanto, é importante lembrar que o próprio Bittencourt é parte interessada na questão e, portanto, sua defesa pode estar tingida de emoções e perspectivas pessoais.

Retratando o acontecido, de maneira sempre satírica, assim a revista o Malho representa por meio de uma charge a destituição de Bittencourt



Figura 4 - Charge destituição de Bittencourt

FONTE: O Malho, Ano IX Nº 422, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1910, p. 11

A charge da revista *O Malho* retrata de forma satírica e caricatural a deposição do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt pelo vice-governador Sá Peixoto, em um episódio conhecido como "bombardeio de Manaus". A cena mostra Bittencourt sendo "enxotado" da cadeira de presidente do estado por Sá Peixoto, representando a ação violenta que resultou na destituição do governador.

Além disso, a charge ilustra a cidade de Manaus sendo bombardeada pelos navios da Marinha, indicando o contexto de conflito e tensão política que envolveu a deposição. A presença do presidente Nilo Peçanha desembainhando uma espada com a inscrição de "intervenção" indica que ele interveio na situação para repor Bittencourt ao cargo de governador e condenou o ato dos bombardeadores.

Essa imagem caricatural é uma representação humorística dos eventos políticos da época, mas também reflete a gravidade e a tensão da situação. O uso da sátira e da caricatura era comum na imprensa da época para criticar e ridicularizar acontecimentos políticos e figuras

públicas. A charge da revista *O Malho* expressa a visão do cartunista ou da própria revista sobre o episódio do "bombardeio de Manaus" e pode ser interpretada como uma crítica ao uso da violência e da força para resolver conflitos políticos.

Um fato interessante é que o antigo Comandante das Forças Federais no Amazonas, o General Osório de Paiva, era grande amigo do Governador do Estado Antônio Bittencourt, e por essa amizade e aliança estreita, foi removido por Pantaleão Telles de Queiroz de seu cargo, com conivência e influência do Senador Pinheiro Machado que dizia que com este ato estaria agindo para não permitir que “Esse governador, tendo a seu lado um oficial de suas íntimas relações, comandando a força federal, tinha mais um elemento, não direi de perseguição, mas para soffrear e aniquilar o valimento que, porventura, meus amigos políticos tivessem naquela terra.”³²⁶

Nesta perspectiva, podemos entender essa situação como uma demonstração do jogo de poder que ocorre nas esferas políticas. As elites no poder, como o Senador Pinheiro Machado, têm interesse em preservar e ampliar sua influência política, assim como garantir o controle sobre as instituições e os recursos do estado.

No caso em questão, a amizade e aliança estreita entre o governador Antônio Bittencourt e o Comandante das Forças Federais no Amazonas, General Osório de Paiva, pode ter sido vista como uma ameaça pelos outros grupos de elites que almejavam o poder, como o senador Silvério Nery, apoiado pelo senador Pinheiro Machado. Paiva, por estar alinhado ao governador, poderia representar uma força que poderia se colocar em posição favorável à Bittencourt nas decisões políticas das elites dominantes.

Assim, a remoção de Paiva de seu cargo, sendo substituído por Pantaleão Telles de Queiroz, com a influência de Pinheiro Machado, pode ser vista como uma estratégia para enfraquecer o governador Bittencourt, retirando de sua esfera de influência uma figura de confiança. Ao mesmo tempo, essa ação poderia enviar uma mensagem aos aliados políticos de Bittencourt de que não deveriam desafiar os seus opositores.

O bombardeio de Manaus em 1910 foi, de fato, um trágico episódio que reflete as disputas políticas entre as elites que eram comuns na época. Esse evento evidencia como a luta

³²⁶SIMON, Pedro (org.). **Discursos do Senador Pinheiro Machado**. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 193

pelo poder entre as elites políticas pode afetar drasticamente a sociedade civil e a população em geral.

A data escolhida para o bombardeio, coincidindo com o dia de nascimento do senador Silvério Nery, sugere que o ataque tinha uma motivação política clara, sendo uma tentativa de remover do poder o governador Antônio Bittencourt, principal adversário dos Neristas. Para os partidários de Silvério Nery, a deposição de Bittencourt representaria uma vitória política e uma oportunidade de retomar o controle do Estado do Amazonas.

Contudo, o bombardeio não apenas causou danos materiais, como a destruição de prédios importantes e propriedades particulares, mas também resultou em feridos e mortos, afetando diretamente a vida e o bem-estar da população. Esse episódio trágico demonstra como as disputas políticas podem ter consequências devastadoras para a sociedade civil, que muitas vezes se torna vítima de interesses políticos egoístas.

Além disso, o conflito armado entre as Tropas Federais e as Forças Públicas de Segurança do Estado reflete a politização das forças militares e sua utilização como instrumento nas disputas políticas. A presença de militares nas disputas políticas pode levar a um aumento da violência e da instabilidade social, como ocorreu no bombardeio de Manaus.

É importante ressaltar que eventos como esse reforçam a importância de uma análise crítica das estruturas de poder e das dinâmicas políticas em uma sociedade. As disputas entre as elites do poder podem levar a confrontos e violência, e a população em geral muitas vezes acaba sendo vítima desses conflitos.

As vítimas deste trágico episódio do bombardeio de Manaus, conforme noticiado pelo jornal "*A Notícia*", evidencia a dimensão dos danos humanos causados por esse conflito político. As vítimas incluem não apenas militares envolvidos diretamente no confronto, como o primeiro tenente João Lins de Carvalho e o praça do exército João Miranda Reis, mas também civis inocentes, como a jovem Maria Pimentel, de apenas 12 anos de idade, que foi ferida em sua própria casa.³²⁷

Além disso, o jornal relata ferimentos sofridos por policiais, um cidadão português e três populares não identificados, mostrando como a violência do bombardeio afetou pessoas

³²⁷ A NOTÍCIA, ANO III, nº 586, Manaus, 9 de outubro de 1910.

comuns da sociedade, que não tinham qualquer envolvimento direto com as disputas políticas entre as elites.

Acerca da morte do arquiteto do Mercado Público da Cidade de Manaus, Emilio Tosi, o *Jornal do Commercio* de 14 de abril de 1911, em um artigo intitulado “A DIGNIDADE NACIONAL-Suprema Vergonha”, informa o que o Barão do Rio Branco cobrava informações do Ministro Guerra sobre a morte do arquiteto, pois havia reclamações do governo da Itália para que se punirem os culpados, inclusive pedindo informações e providências ao Governo do Amazonas sobre o fato em questão.³²⁸

O caso do arquiteto Emilio Tosi, ferido enquanto almoçava no Café Avenida, é emblemático e triste, pois mostra como a violência desse conflito não poupou nem mesmo os espaços cotidianos e pacíficos da cidade, transformando um momento comum em uma cena de horror.

Essas vítimas são uma triste lembrança de como os conflitos políticos podem se transformar em eventos violentos e sangrentos, afetando a vida e a integridade física de pessoas inocentes. O bombardeio de Manaus é um exemplo marcante de como a disputa pelo poder entre as elites pode levar a um cenário de caos e destruição, onde as vítimas são os próprios cidadãos comuns, que não têm qualquer responsabilidade pelas intrigas e disputas políticas.

O jornal *A Notícia*, órgão de imprensa partidário de Silvério Nery, se posiciona favorável acerca da destituição de Antônio Bittencourt do cargo de governador, após o acontecimento do bombardeio da cidade, em que faz uma reportagem de primeira página como os seguintes termos:

CONGRESSO DO ESTADO- o mandato governamental perdido por disposição constitucional- O vice no governo- comunicações oficiais- resistência do governador- hostilidades entre forças estaduais e federais- tiroteio e rendição- restabelecida a paz- estragos, mortes e ferimentos- o novo governo e suas nomeações [...]³²⁹

O trecho da reportagem do jornal *A Notícia* reflete claramente o posicionamento favorável ao lado de Silvério Nery e seus aliados acerca da destituição de Antônio Bittencourt do cargo de governador após o bombardeio de Manaus. O título da reportagem, "CONGRESSO

³²⁸ JORNAL DO COMMERCIO, ANO 8, nº 2511, Manaus, 14 de abril de 1911.

³²⁹ A NOTÍCIA, ANO III, nº 586, Manaus, 9 de outubro de 1910.

DO ESTADO- o mandato governamental perdido por disposição constitucional- O vice no governo", indica que o periódico apresenta o acontecimento como resultado de uma suposta disposição constitucional que teria levado à perda do mandato governamental de Bittencourt. Esse posicionamento pode ser entendido como uma tentativa de legitimar a destituição do governador através de uma interpretação questionável da Constituição do Estado.

Ao mencionar "comunicações oficiais", o jornal aparentemente busca dar um ar de oficialidade e legitimidade aos eventos que levaram à deposição de Bittencourt, reforçando a narrativa de que o processo foi realizado de acordo com as normas legais.

Os termos "resistência do governador" e "hostilidades entre forças estaduais e federais-tiro e rendição" apontam para um clima de conflito e confronto armado, sugerindo que Bittencourt teria se recusado a aceitar a destituição e que houve uma rendição após troca de tiros entre as forças estaduais e federais. Essa descrição pode ser vista como uma forma de justificar a ação das forças federais no bombardeio da cidade, enfatizando a ideia de que houve uma resistência por parte do governador.

A expressão "restabelecida a paz" pode ser entendida como uma tentativa de tranquilizar a população após os eventos violentos, sugerindo que a deposição de Bittencourt teria trazido a estabilidade política necessária para o Estado.

Por fim, o trecho menciona "estragos, mortes e ferimentos", evidenciando as consequências trágicas do bombardeio para a cidade de Manaus e seus habitantes. Essa parte do texto parece transmitir um tom de lamentação pelos danos causados, mas ao mesmo tempo pode ser interpretada como uma forma de chamar a atenção para os supostos excessos e violência do governo de Bittencourt, reforçando o argumento do jornal em favor da destituição.

Percebemos que a matéria do jornal "A *Notícia*" está claramente alinhada com a perspectiva dos Neristas e apresenta uma narrativa favorável à deposição de Bittencourt, utilizando diferentes estratégias retóricas para legitimar o ocorrido e desqualificar o governo anterior. O texto parece buscar justificar a ação política dos Neristas, ressaltando supostos aspectos legais e de legitimidade, mas ao mesmo tempo também traz uma narrativa de violência e conflito, enfatizando os danos causados pelo bombardeio. Tudo isso sugere uma tentativa de convencer os leitores sobre a necessidade da mudança de governo e o papel dos Neristas como defensores dos interesses da população.

O Governador acabou se refugiando no quartel da Força Pública do Estado (esta força possuía cerca de 901 soldados que estavam divididos em dois batalhões)³³⁰ e o pôs em prontidão sob as ordens do tenente coronel Pedro José de Souza para defender o governo, a população da cidade e conter os ataques dos seus opositores que estavam sob a já mencionada liderança de Pantaleão Telles de Queiroz (46º batalhão) e Francisco da Costa Mendes (Flotilha). Além disso, Antônio Bittencourt fez comunicação oficial ao presidente da República Nilo Peçanha, enviando também cópia à imprensa do Rio de Janeiro, via telegrama por telégrafo, em que informa ao Presidente a situação que estava preste a vivenciar:

Dr. Nilo Peçanha, Presidente República. – Rio. Acabo ser prevenido forças federais pretendem depor-me hoje madrugada. Cumpro dever trazer conhecimento v. exc.^a afim tomar providências couberem no caso, declarando procurarei cumprir meu dever, defendendo autonomia do Estado, certo v. exc.^a não consentirá tal atentado regime republicano. Saudações. – Bittencourt, governador.³³¹

O trecho apresenta um cenário de tensão e confronto entre o Governador Antônio Bittencourt e suas forças estaduais, representadas pelo quartel da Força Pública do Estado, contra as forças federais lideradas por Pantaleão Telles de Queiroz e Francisco da Costa Mendes, que estavam decididas a depor o Governador. A situação é descrita como um momento crítico, em que Bittencourt se viu obrigado a se refugiar no quartel e colocá-lo em prontidão para enfrentar os ataques de seus opositores.

Ao enviar uma comunicação oficial ao presidente da República, Nilo Peçanha, Bittencourt busca trazer a situação à atenção do chefe de estado e solicitar a intervenção para impedir o que ele considerava um atentado à autonomia do estado e ao regime republicano. A mensagem reforça a ideia de que Bittencourt estava agindo em defesa do Estado e de seus princípios republicanos, e que confiava na intervenção do presidente para preservar a ordem e a legalidade.

Esse contexto mostra como as disputas políticas e as rivalidades entre os grupos de poder podem levar a momentos de grande tensão e confronto. O fato de Bittencourt ter buscado a intervenção do presidente da República revela a complexidade das relações políticas na época,

³³⁰ Antonio Loureiro. **Síntese de História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978. P. 263

³³¹ Mensagem lida perante o congresso do Amazonas na abertura da terceira sessão ordinária da sétima legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Coronel Antônio Clemente Bittencourt, governador do estado do Amazonas, em 10 de julho de 1911. Manaus: Seção de Obras da Imprensa Oficial, 1911. pp. 6-7.

em que as forças federais também se envolviam nas questões estaduais e podiam ser acionadas em momentos de crise.

A ação de Bittencourt de buscar o apoio do presidente Nilo Peçanha mostra a importância do poder central na resolução de conflitos e na estabilização das relações políticas entre as diferentes esferas de governo. Nesse sentido, é possível interpretar esse episódio como um reflexo da dinâmica de poder e influência entre o governo federal e os estados na Primeira República brasileira.

Essa situação também evidencia a fragilidade das instituições políticas da época e a possibilidade de intervenção externa em questões estaduais, o que pode ser entendido como uma forma de controle e subordinação dos governos locais aos interesses do governo central. Além disso, mostra como as rivalidades políticas podem levar a situações extremas, como a tentativa de deposição de um governador e o uso da força militar para alcançar objetivos políticos. Tudo isso revela as contradições e conflitos que marcaram a política brasileira durante a Primeira República.

No dia 8 de outubro de 1910, às 5h30 da manhã, teve início o bombardeio perpetrado pelas tropas federais de terra e mar. As forças do exército, lideradas pelo tenente Paulo Pereira da Silva, lançaram um ataque ao Palácio do governo. Diante dessa escalada de hostilidades por parte das tropas federais, o governador Bittencourt, por volta das 8 horas da manhã, tomou a decisão de enviar um novo telegrama ao Presidente Nilo Peçanha, informando-lhe sobre os graves acontecimentos que assolavam a cidade.

Acaba ser atacada a guarda de Palácio por forças desembarcadas das canhoneiras fluviais. Quartel da força federal ostensivamente artilhado. Confirmado o telegrama houtem, aguardo providências enérgicas, urgentes de v. exc, a fim restabelecer socego publico perturbado. Por minha parte mantereí toda força princípios constitucionais. - Bittencourt, governador.³³²

Nesse telegrama, o governador transmitiu ao mandatário da nação as informações sobre o cenário caótico em Manaus. Ele relatou os ataques sofridos pelo Palácio do governo e a intensificação do conflito com a presença das forças federais na cidade. Essa comunicação

³³² MENSAGEM lida perante, 10 de julho de 1911. p. 9.

buscava sensibilizar o presidente sobre a gravidade da situação e solicitar sua intervenção para restaurar a ordem e a legalidade no Estado do Amazonas.

Essa mensagem enviada por Bittencourt ao presidente Nilo Peçanha reflete a angústia e a urgência do governador em conter os acontecimentos violentos que ameaçavam a estabilidade política e social da região. O fato de ter escolhido o meio de comunicação por telegrama evidencia a celeridade com que procurava chegar ao conhecimento do chefe de Estado e ressaltar a gravidade dos eventos em curso.

Com essa mensagem o governador demonstra ao presidente que estava disposto a resistir o quanto fosse ao ataque que foi perpetrado contra seu governo pelas tropas federais de terra e mar em aliança com seu vice-governador Sá Peixoto. Diante disso, o Presidente Nilo Peçanha responde a Antônio Bittencourt com os seguintes termos:

Ex.m^o Governador Bittencourt. – Acabo receber telegrama V. Ex.^a comunicando-me que forças federais de mar e terra promovem a deposição de V. Ex.^a e que a guarda de Palácio já foi atacada. Governo Federal não se conforma com tal atentado à autonomia do Estado e por intermédio de seus ministros da marinha e da guerra já fez ciente às mesmas forças de que se o fato é verdadeiro e V. Ex.^a for deposto, mandará repô-lo como me cumpro em obediência à Constituição e à Lei. Saudações cordiais. – Nilo Peçanha.³³³

Na resposta ao governador Antônio Bittencourt, o Presidente Nilo Peçanha manifesta sua indignação diante do atentado à autonomia do estado do Amazonas e reafirma o compromisso do governo federal em cumprir a Constituição e a Lei. O presidente informa que já tomou conhecimento das ações das forças federais de mar e terra que visam depor Bittencourt e atacar a guarda do palácio do governo.

Nilo Peçanha deixa claro que não concorda com esse ato de intervenção nos assuntos internos do Estado e ressalta que, caso a deposição de Bittencourt seja efetuada, ele, enquanto presidente, tomará as medidas necessárias para repô-lo em seu cargo. Essa resposta denota uma posição firme do presidente em relação à defesa da autonomia dos estados e da legitimidade dos governos estaduais, reforçando a importância do respeito às instituições e ao ordenamento jurídico.

Ao mencionar que agirá em obediência à Constituição e à Lei, o presidente Nilo Peçanha enfatiza seu compromisso com os princípios democráticos e o respeito às normas

³³³MENSAGEM lida perante, 10 de julho de 1911. p. 9.

constitucionais, estabelecendo uma posição clara de apoio ao governo do Estado do Amazonas e condenando qualquer tentativa de interferência externa.

Essa troca de correspondências entre Bittencourt e Nilo Peçanha revela a dinâmica política e os conflitos que marcaram o cenário da Primeira República, onde o embate entre forças políticas estaduais e federais muitas vezes levava a confrontos e crises institucionais. A resposta do presidente reflete o esforço em preservar a autonomia dos estados e a legalidade no exercício do poder, buscando uma solução para a instabilidade política vivenciada naquele momento.

Esse episódio ilustra a complexidade das relações políticas na Primeira República brasileira, marcada por disputas acirradas entre facções políticas locais e a intervenção do poder central para resolver conflitos e impasses. A ação de Bittencourt em enviar o telegrama ao presidente Nilo Peçanha é uma tentativa de buscar apoio e proteção diante das hostilidades e ataques enfrentados em seu governo, expondo as tensões e rivalidades entre as elites locais.

A atitude do governador Antônio Bittencourt em telegrafar para governadores de outros Estados da federação e para os cônsules de países estrangeiros, buscando apoio e solidariedade diante do bombardeio e da destituição de seu cargo, reflete uma estratégia política de ampliar sua rede de influência e chamar a atenção para a violação da autonomia federativa do Estado do Amazonas. Ao denunciar o ataque promovido pelas tropas federais, Bittencourt procura legitimar sua posição e destacar o papel das forças federais na tentativa de derrubá-lo do governo.

A comunicação direta com outros governadores do Brasil tem como objetivo sensibilizá-los para a situação vivida por Manaus e mostrar como a ação das tropas federais ameaça a autonomia e a soberania dos Estados. Ao pedir que sejam testemunhas da violência e dos danos causados à cidade e a seus habitantes, Bittencourt busca criar uma rede de apoio e solidariedade entre as lideranças estaduais, em um momento em que as disputas políticas e oligárquicas eram intensas na Primeira República.

Além disso, ao se comunicar com os cônsules de diferentes países, Bittencourt busca dar visibilidade internacional aos acontecimentos em Manaus e pressionar as autoridades federais brasileiras, especialmente o Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, a tomar conhecimento da situação e intervir no conflito. Essa estratégia visa aumentar a pressão

sobre o governo federal e tornar a questão um assunto de interesse internacional, colocando em evidência a violação dos princípios de autonomia e soberania estadual.

Assim, o governador utiliza a comunicação com governadores de outros Estados e cônsules estrangeiros como uma ferramenta política para denunciar a ação das tropas federais, buscar apoio externo e ampliar o debate sobre a autonomia dos Estados no contexto da Primeira República. Essa atitude demonstra a complexidade das relações políticas da época e a importância da diplomacia e do diálogo como estratégias de atuação em meio às disputas políticas e às pressões das elites no poder.

A atitude de Bittencourt ao enviar ofícios ao Inspector da 1ª Região Militar, Telles Queiroz, e ao Comandante da Flotilha, Costa Mendes, revela sua tentativa de dialogar e buscar explicações para os ataques perpetrados pelas forças federais sob seus comandos. Ao informar que as forças da Marinha e do Exército atacaram a cidade sem terem sido vítimas de qualquer hostilidade por parte do governo estadual, Bittencourt procura demonstrar que a ação das tropas foi injustificada e que não houve motivo para a intervenção armada.³³⁴

A menção de que já havia dado as informações do ocorrido ao Presidente da República sugere que Bittencourt estava buscando apoio e intervenção do governo central para reverter a situação e conter o conflito. A demora em receber resposta dos dois comandantes pode indicar a complexidade da situação política e a tensão nas relações entre as esferas estadual e federal do governo.

Além disso, ao destacar que os dois comandantes eram responsáveis pelo comando dos ataques mancomunados com o vice-governador Sá Peixoto, Bittencourt busca apontar para uma possível conivência e conchavo entre as forças federais e as lideranças políticas rivais em sua destituição. Essa afirmação pode ser interpretada como uma denúncia de uma ação conjunta para retirá-lo do poder, o que reforça sua posição de defensor da autonomia do Estado do Amazonas e de resistência à intervenção armada.

Nesse momento da troca de correspondências entre Bittencourt e Pantaleão Telles de Queiroz, ocorre um impasse entre o governador e o tenente-coronel, que representa a vontade das forças federais de destituir Bittencourt do cargo de governador. A resposta enviada por Pantaleão, através do 2º Tenente Pantaleão Telles Ferreira, é uma confirmação da decisão do

³³⁴MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 10-11

Congresso do Estado de destituir Bittencourt, conforme previsto na Constituição do Estado de 1910, e indica que o vice-governador Sá Peixoto deveria assumir o governo.

Ao receber essa resposta, Bittencourt retruca o emissário e reafirma sua posição de resistência, declarando que se manterá no poder para defender a autonomia do Estado e da população. Nesse momento, Bittencourt mostra sua determinação em não aceitar a decisão do Congresso estadual e das forças federais e enfatiza sua disposição de lutar pela manutenção de sua posição política e de sua gestão no governo do Amazonas.

Essa resposta de Bittencourt é um reflexo de sua resistência e de sua tentativa de se manter no cargo, apesar das pressões e dos ataques que sofreu. Ao defender a autonomia do Estado e da população, Bittencourt coloca-se como o representante legítimo dos interesses da população local e contesta a intervenção das forças federais, que ele vê como uma ameaça à soberania do Estado do Amazonas.

Esse episódio mostra a tensão e o confronto de interesses entre as diferentes facções políticas e as forças estaduais e federais envolvidas. Bittencourt se posiciona como um defensor da ordem constitucional e dos princípios democráticos, enquanto Pantaleão Telles de Queiroz representa a vontade das forças federais de intervir nos assuntos estaduais. Essa troca de correspondências ilustra o clima de hostilidades políticas e militares que marcou o episódio do bombardeio de Manaus e a destituição de Bittencourt do cargo de governador.

Nessa segunda tentativa entre Bittencourt e Pantaleão Telles de Queiroz, representado pelo coronel Coriolano de Carvalho e Silva, é entregue um ofício ao governador. De acordo com Bittencourt, o teor do ofício informava que as tropas federais foram solicitadas pelo vice-governador Sá Peixoto para assumir o cargo de governador após a decisão do Congresso do Estado. Isso significa que as forças federais estavam agindo em apoio à decisão do Congresso que destituiu Bittencourt e indicou Sá Peixoto como seu substituto, como previsto na Constituição do Estado.³³⁵

Entretanto, diante dessa informação e das alegações de que as ordens também vinham do Governo Federal, Bittencourt reagiu afirmando que não reconhecia em Pantaleão Telles de Queiroz a competência legal para lhe dar ordens e depô-lo do cargo. Ao exigir a ordem expressa

³³⁵ O CORREIO DO PURUS, ANO XII, nº 77, Lábrea, 6 de novembro de 1910, p.2.

pelo Presidente por escrito, o governador mostra sua determinação em não aceitar a destituição sem uma autorização oficial do chefe máximo do governo nacional, Nilo Peçanha.³³⁶

Essa resposta de Bittencourt reforça sua posição de resistência e reafirma sua crença na legalidade de seu governo, apoiando-se na Constituição e nas instituições. Ele busca evitar uma intervenção arbitrária nas questões estaduais e defende a autonomia do Estado do Amazonas frente às forças federais que estavam agindo em prol da destituição do governador.

Esse diálogo entre Bittencourt e Pantaleão Telles de Queiroz, mediado pelo coronel Coriolano de Carvalho e Silva, revela o embate entre as esferas de poder estadual e federal, com Bittencourt questionando a legitimidade da ação das forças federais e exigindo que qualquer decisão de destituição seja respaldada por uma ordem oficial do Presidente. A reivindicação de Bittencourt por uma ordem por escrito demonstra sua preocupação em garantir os princípios democráticos e o devido processo legal em meio à crise política e militar que assolava o estado do Amazonas.

Além disso, o governador Antônio Bittencourt teve conhecimento de que circulava na cidade um aviso para a população e que o mesmo seria obra de Pantaleão Telles de Queiroz, Costa Mendes e Sá Peixoto. Neste aviso havia uma ameaça expressa ao governador, que se não deixasse o cargo a cidade seria novamente bombardeada há uma hora da tarde e que só cessaria o bombardeio quando objetivo fosse cumprido, ou seja, a deposição de Bittencourt. O jornal *Correio do Purus*, narrando os fatos do bombardeio transcreve esse aviso:

Aviso à População

Insistindo o sr. Governador do Estado em não passar o exercício ao seu substituto legal, depois ter perdido o mandato, em virtude do disposto no art. 43 da Constituição, conforme reconheceu o Congresso do Estado, as praças de mar e terra, solicitadas pelo sr. vice governador, em exercício, avisam à população que vão bombardear a cidade, a começar 1 hora da tarde, afim de que todos tomem as devidas precauções para garantia e segurança de suas vidas.

Antônio Gonçalves P. de Sá Peixoto, Vice-governador do Estado.

Coronel Telles de Queiroz, comandante da 1ª região militar

Francisco C. da Costa Mendes, comandante da flotilha. 8 de outubro de 1910³³⁷

O trecho do jornal "*O Correio do Purus*" que transcreve o aviso à população é de extrema relevância para entender o contexto do bombardeio de Manaus em 1910. Esse aviso

³³⁶MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. pp. 12-13

³³⁷ O CORREIO DO PURUS, ANO XII, Nº 77, Lábrea, 6 de novembro de 1910.p. 2

representa uma demonstração clara da pressão exercida pelas forças federais, comandadas por Pantaleão Telles de Queiroz, Francisco C. da Costa Mendes e pelo vice-governador Sá Peixoto, para forçar a deposição do governador Antônio Bittencourt.

O aviso, atribuído ao vice-governador Sá Peixoto, menciona que Bittencourt se recusou a passar o exercício do cargo ao seu substituto legal, alegando que o Congresso do Estado o havia destituído com base no artigo 43 da Constituição, que proibia o governador de exercer sociedade comercial ou industrial durante o mandato. A ameaça de bombardear a cidade caso Bittencourt não deixasse o cargo evidencia a violência e a pressão que foram utilizadas para alcançar os objetivos políticos daqueles que desejavam a sua deposição.

Esse aviso também coloca em evidência a disputa pelo poder e as divergências políticas entre as elites do estado do Amazonas naquele momento. Bittencourt, apoiado por uma aliança política que incluía o ex-comandante das Forças Federais no Amazonas, General Osório de Paiva, e outros aliados, resistiu à deposição e buscou apoio de governadores de outros estados, além de cônsules de países estrangeiros, como uma estratégia para denunciar o que estava ocorrendo e buscar respaldo nas instâncias superiores do governo brasileiro.

Pelo aviso, tem-se a percepção de que a população de Manaus estaria vivendo cenas tenebrosas, onde esse estado de beligerância e ameaça parecia não cessar, pois nenhum dos lados dava indícios de que iria ceder às investidas do outro e que iria capitular, as horas em que a cidade foi bombardeada e houve confrontos armados entre a Tropas Federais e da Força de Segurança Pública do Estado foram sem dúvida de grande terror para população. Sobre as hostilidades que enfrentava Manaus, o jornal *A Notícia*, nos informa

O pânico na cidade foi indescritível, fechando-se o commercio e retirando-se espavorida para o centro da capital a população, que era varrida pelas balas das forças em hostilidades, sendo de notar as de polícia avançam em tiroteios cerrados contra as forças federais aquarteladas e na defensiva.³³⁸

O relato do jornal "*A Notícia*" sobre o pânico vivido pela população de Manaus durante o bombardeio é chocante e retrata o quão terrível foi esse episódio na história da cidade. A violência e o confronto armado entre as tropas federais e a Força de Segurança Pública do estado

³³⁸ A NOTÍCIA, ANO III, nº 586, Manaus, 9 de outubro de 1910. p. 1

transformaram as ruas em cenários de guerra, colocando em risco a vida e a segurança de todos os habitantes.

A descrição de que o comércio foi fechado e a população se refugiou no centro da cidade, buscando abrigo contra as balas das forças em hostilidades, mostra o caos e a desordem que tomaram conta da cidade. As trocas de tiros entre a polícia e as forças federais criaram um ambiente de medo e insegurança, onde as pessoas estavam expostas a um perigo iminente.

Essa situação de terror vivenciada pela população de Manaus reflete a gravidade das disputas políticas e a falta de diálogo entre as elites no poder. As consequências do bombardeio não foram apenas materiais, com danos a prédios e infraestrutura da cidade, mas também humanas, com feridos e mortos entre a população civil.

Na perspectiva do jornal *A Notícia*, os causadores do pânico sem fim da população de Manaus diante do bombardeio que estava sofrendo tinham culpados diretos e estes eram única e exclusivamente as Forças de Segurança Pública do Estado comandadas pelo Governador Antônio Bittencourt, tendo em vista que as forças federais estavam na defensiva contra as hostilidades vindas da parte do governador do Estado. E prossegue o jornal:

O sr. coronel Antônio Bittencourt, não se conformando com a posse do vice-governador no governo do Estado, por ele ter exercido ilegalmente, como o reconheceu o Congresso do Estado, expediu imediatamente ordem de prisão contra o sr. Sá Peixoto e vários deputados, que, a esse tempo já se achavam recolhidos no quartel do 46º batalhão de caçadores, à exceção do exm. sr. dr. Sá Peixoto, que, já investido das funções de governador e ameaçado na posse oficial e no exercício do cargo, como de resistência por parte das forças estaduais, obedientes ao sr. coronel Antônio Bittencourt, que se recolhe ao respectivo quartel de polícia, se dirigiu para bordo no navio capitanea 'Commandante Freitas'.³³⁹

A perspectiva apresentada pelo jornal "*A Notícia*" coloca a responsabilidade do pânico vivido pela população de Manaus durante o bombardeio exclusivamente nas Forças de Segurança Pública do Estado, comandadas pelo governador Antônio Bittencourt. De acordo com o jornal, as forças federais estavam em posição defensiva contra as hostilidades vindas do governador do estado.

O jornal relata que, diante da posse do vice-governador Sá Peixoto no governo do estado, que foi reconhecida pelo Congresso, o coronel Antônio Bittencourt não se conformou e

³³⁹ A NOTÍCIA, ANO III, nº 586, Manaus, 9 de outubro de 1910. p. 1

imediatamente emitiu ordens de prisão contra Sá Peixoto e vários deputados que já estavam recolhidos no quartel do 46º batalhão de caçadores. Exceto Sá Peixoto, que já estava investido nas funções de governador e ameaçado em sua posse oficial e no exercício do cargo, foi obrigado a resistir às forças estaduais, que eram leais a Bittencourt.

O jornal sugere, portanto, que a atitude de Bittencourt foi a causa do conflito e da violência que se desencadeou em Manaus. A prisão de Sá Peixoto e outros deputados, bem como a tentativa de resistência por parte das forças estaduais, teriam contribuído para agravar a situação e colocar a população em perigo.

Contudo, é importante lembrar que essa é apenas uma perspectiva do acontecimento. Em episódios históricos complexos como esse, é comum haver diferentes narrativas e interpretações dos eventos, muitas vezes influenciadas pelos interesses políticos e partidários dos veículos de imprensa e de outros atores envolvidos.

As diferentes narrativas e versões dos acontecimentos durante o início das hostilidades em Manaus mostram como o contexto político e a parcialidade dos veículos de imprensa podem influenciar a percepção do leitor. No caso do jornal *A Notícia*, fica evidente sua tendência em atribuir a culpa do bombardeio ao governador Bittencourt, destacando que Sá Peixoto agia de acordo com a constituição do Estado e com o aval do Congresso. Essa postura editorial pode levar um leitor desavisado a aceitar essa versão como a verdade absoluta, sem considerar outras perspectivas e informações.

O clima de hostilidade e beligerância entre ambos os lados, como descrito nas narrativas, pode ter levado à circulação de avisos e mensagens contraditórias, cada um buscando angariar apoio popular e justificar suas ações. O aviso em favor da continuação de Bittencourt no cargo, conclamando a população a defender o governo, mostra como a situação estava tensa e polarizada, com diferentes atores buscando mobilizar a população para seus respectivos interesses. Sendo assim, temos:

POVO AMAZONENSE

As nossas liberdades estão perigando!

Os grandes interesses do Estado sacrificados à sanha gananciosa de um grupo de despeitados prestigiados pela força.

É necessário reagir o quanto antes, em defesa desses direitos periclitantes.

O Governo do benemérito coronel Antônio Bittencourt confia e espera a solidariedade do povo amazonense. Cada cidadão deve ser um defensor desse Governo de honestidade.

Às armas povo amazonense!

No quartel de polícia há armas para a defesa do Governo.

Manaus, 8 de outubro de 1910.³⁴⁰

Esse panfleto reforça a ideia de que o governador Antônio Bittencourt é um líder digno de confiança, caracterizando-o como benemérito e honesto. Além disso, apela ao sentimento de solidariedade do povo amazonense para defender o governo diante do que descreve como ameaças aos direitos e liberdades do estado.

A utilização de termos como "sanha gananciosa" e "grupo de despeitados" cria uma imagem negativa dos opositores do Governador, buscando pintá-los como inimigos dos interesses do Estado. Ao mesmo tempo, exalta o papel do Governador como defensor do Estado e insinua que a deposição dele poderia resultar em perdas para a população.

O apelo para que cada cidadão seja um defensor do Governo e o chamado às armas reforçam a ideia de que a situação é grave e exige ação imediata para proteger o governo e seus interesses. Essa retórica de mobilização e defesa pode ser vista como uma estratégia para angariar apoio popular e incitar ações em defesa do Governador.

Entretanto, é importante destacar que esse panfleto também não possui assinatura, o que dificulta a identificação de seus autores e seus verdadeiros interesses. Pode ter sido elaborado por apoiadores do Governador com o intuito de criar uma imagem positiva dele e incitar a população a agir em seu favor.

O jornal *A Notícia*, em matéria que descreve a recepção do aviso, informa que apesar da incitação popular em favor do governador Bittencourt contida no panfleto, não houve adesão da população e que na verdade o efeito foi contrário, pois os populares foram ao quartel do 46º batalhão e, dessa forma “quatrocentos e tantos populares, dispostos a defenderem com as armas as forças federais”.³⁴¹ Aqui, temos novamente narrativas que buscam desqualificar umas às outras, ou seja, o referido órgão de imprensa por ser oposição ao governador busca demonstrar que a cidade ou boa parte de seus cidadãos queriam Bittencourt fora do poder e que estes se mobilizaram para tal intento se armando no batalhão das Tropas Federais.

De fato, essa narrativa apresentada pelo jornal *A Notícia* revela a complexidade do contexto político naquele momento e a existência de diferentes perspectivas sobre os eventos que ocorreram durante o bombardeio de Manaus. O jornal, que era oposição ao governador

³⁴⁰ A Notícia, ANO III, nº 586, Manaus, 9 de outubro de 1910. p. 1

³⁴¹ A Notícia, ANO III, nº 586, Manaus, 9 de outubro de 1910. p. 1

Bittencourt, parece buscar mostrar que a população não aderiu à incitação contida no panfleto em favor do governador e que, pelo contrário, muitos populares se mobilizaram para apoiar as forças federais e a deposição do governador.

Essa divergência de relatos e interpretações é comum em situações de conflito político, especialmente quando se trata de eventos históricos complexos e controversos. Cada parte envolvida busca apresentar sua versão dos fatos de forma a favorecer seus interesses e narrativas políticas. Nesse caso, o jornal *A Notícia* parece aproveitar a oportunidade para enfraquecer a imagem do governador e destacar o apoio à deposição dele por parte de uma parcela da população.

É importante notar que, nesses momentos de disputa política, a imprensa muitas vezes assume uma postura partidária, buscando influenciar a opinião pública e fortalecer as posições de determinados grupos políticos. Portanto, é fundamental que o leitor esteja atento a essas nuances e procure fontes adicionais para obter uma visão mais completa e imparcial dos eventos históricos.

Após esse momento, ocorre uma reunião entre o Governador Antônio Bittencourt, os cônsules de diversos países e os diretores da Associação Comercial do Amazonas (ACA) que retrata um momento de grande tensão política. Os cônsules e diretores da ACA buscavam evitar mais danos à população e à cidade, sugerindo ao governador que deixasse o cargo para pôr fim aos conflitos.

Por sua vez, Bittencourt concordou em entregar o cargo, mas impôs condições para garantir que sua saída fosse registrada de acordo com seus interesses. Ele exigiu que fosse produzida uma ata em que constasse sua renúncia em protesto, e que o Juiz Seccional estivesse presente para dar legitimidade ao documento. Além disso, o governador queria que fosse formalmente apresentada a ordem do governo federal que autorizasse sua deposição por Pantaleão Telles.³⁴²

Essas exigências demonstram que Bittencourt estava ciente da necessidade de proteger sua imagem e seus direitos políticos. Ele pretendia utilizar essa ata como prova em futuras ações judiciais para buscar a restituição de seu cargo, possivelmente argumentando que sua saída não foi legítima ou que houve interferência indevida do governo federal.

³⁴²MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 14-15

Essa situação revela a complexidade e a delicadeza das questões políticas envolvidas e como os interesses das partes em conflito buscavam preservar suas posições. As ações do governador mostram uma tentativa de resistência e de preservação de sua reputação, ao passo que os cônsules e diretores da ACA buscavam uma solução para evitar mais confrontos e danos à cidade.

O momento em que os cônsules e diretores da ACA levam as circunstâncias do acordo a Pantaleão Telles e este aceita é um ponto crucial nessa narrativa política. A aceitação de Telles de Queiroz em oficializar a deposição de Bittencourt mostra que o acordo alcançou sua efetivação. Dessa forma, os envolvidos, com o documento em mãos, voltam ao encontro do governador no Quartel da Força Pública de Segurança do Estado.

A entrega do ofício de deposição por parte de Telles de Queiroz ao governador Bittencourt formaliza a saída deste do cargo e, ao mesmo tempo, confirma o acordo realizado previamente. A presença de Coriolano Carvalho, que entregou o documento, demonstra o respaldo militar à decisão e a oficialização do que foi acertado nos bastidores políticos.

Feita a entrega do ofício de deposição do governador, na saída do quartel de polícia, o tenente coronel Coriolano de Carvalho teria sido alvejado a tiros provenientes das Tropas Estaduais, em que só não foi morto porque os cônsules intervieram na presente ação em favor a vida do militar.³⁴³

Esse episódio de tentativa de assassinato do tenente coronel Coriolano de Carvalho após a entrega do ofício de deposição do governador Antônio Bittencourt é bastante significativo e mostra o clima de tensão e violência que estava presente naquele momento político.

O fato de o tenente-coronel Coriolano de Carvalho ter sido alvejado a tiros pelas Tropas Estaduais indica que havia setores dentro das forças estaduais que não concordavam com a deposição do governador Bittencourt e estavam dispostos a resistir à mudança de governo. Isso sugere que o processo de deposição do governador não foi consensual e que houve resistência por parte de alguns membros das forças estaduais.

A intervenção dos cônsules em favor da vida do militar demonstra a relevância dos representantes diplomáticos das outras nações na regulação dos conflitos internos. A presença dos cônsules no episódio indica que a situação política era acompanhada de perto por

³⁴³ A NOTÍCIA, ANO III, nº 586, Manaus, 9 de outubro de 1910. p. 1

representantes internacionais, o que evidencia a importância que o Amazonas tinha na economia regional e nas relações comerciais com outros países.

O desenrolar dos acontecimentos após a deposição do governador Antônio Bittencourt revela a complexidade da situação política na época e o envolvimento de diferentes atores no conflito. A resposta de Bittencourt a Pantaleão Telles de Queiroz, na qual afirma ter saído do cargo sob protesto e já ter comunicado às autoridades federais sobre o ocorrido na cidade, mostra que o governador não aceitou passivamente a sua deposição e que estava buscando formas de resistir e reverter a situação. Essa atitude evidencia a determinação de Bittencourt em defender a sua posição política e a autonomia do estado.³⁴⁴

Tem-se conhecimento de que o cônsul português em Manaus, J. A. de Magalhães, fazia parte da conspiração de Sá Peixoto para tomada do governo, sendo meio que um agente duplo. Sobre isso, um grupo de portugueses residentes em Manaus fará um protesto nas redações do Jornal do Commercio e Diário do Amazonas, contra a conduta inapropriada do cônsul, por interferência nas questões políticas locais.³⁴⁵

O envio de um novo telegrama pelo presidente Nilo Peçanha a Bittencourt, informando que está ciente dos fatos ocorridos e que não compactua com os atos dos militares em Manaus, demonstra a importância dada pelo governo federal ao caso e o interesse em investigar e tomar providências em relação às ações dos militares.³⁴⁶

A comunicação do deputado federal Antônio Monteiro de Souza sobre a ação das forças federais contra o governador do Amazonas também mostra como o caso ganhou repercussão e atenção a nível nacional, envolvendo diferentes esferas do governo e políticos.³⁴⁷

A situação após o bombardeio e a deposição do governador Antônio Bittencourt mostra um cenário de instabilidade política e conflito de interesses. Com a posse de Sá Peixoto como governador, a casa de Bittencourt foi interdita pelas forças do exército e da polícia, que haviam sido nomeadas pelo novo governador através de decreto.³⁴⁸ Isso indica uma mudança no cenário político da região, onde o poder estava sendo disputado e ações de repressão estavam sendo tomadas para consolidar a nova gestão.

³⁴⁴MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. pp. 19-20

³⁴⁵ JORNAL DO COMMERCIO, ANO 7, Nº 2358, Manaus, 29 de outubro de 1910. p.2

³⁴⁶MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 22-23

³⁴⁷MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 22-23

³⁴⁸A NOTÍCIA, ANO III, nº 586, Manaus, 9 de outubro de 1910. p. 1

A nomeação de José Albuquerque Maranhão como chefe de polícia, do 2º Tenente Pantaleão Telles Ferreira como comandante Militar do Estado e Agesilão Borges como delegado do 1º distrito, demonstra a formação de uma nova equipe de governo alinhada aos interesses de Sá Peixoto. É provável que a apreensão da correspondência de Bittencourt tenha sido uma medida para controlar e monitorar as atividades do ex-governador e de seus aliados.

Por outro lado, Pantaleão Telles de Queiroz justifica suas ações durante o bombardeio como uma resposta a um ataque das Forças Públicas de Segurança do Estado contra as tropas da Marinha e Exército estacionadas em Manaus. Ele alega ter agido a pedido do Vice-Governador e do Congresso Amazonense e ter usado o nome do Governo Federal para evitar um confronto prolongado que poderia resultar em mortos e feridos.³⁴⁹ Essa justificativa mostra que os eventos foram complexos e envolvem diferentes atores e interesses.

A disputa política entre Antônio Bittencourt e Sá Peixoto pelo cargo de governador do Amazonas continua com ambas as partes apresentando versões conflitantes dos acontecimentos. Bittencourt rejeita a defesa de Pantaleão Telles, argumentando que a população de Manaus conhece a verdade sobre os eventos³⁵⁰ e que as Forças de Segurança Públicas do Estado não foram as responsáveis pelo início das hostilidades. Ele também nega ter impedido Sá Peixoto de desembarcar, alegando que o vice-governador se refugiou no navio Comandante Freitas e só pisou em terra após o fim do bombardeio.

Em resposta ao bombardeio e aos acontecimentos subsequentes, o ministro da Guerra, General Bernardino Bormann, exonera Pantaleão Telles de Queiroz sob as ordens do Presidente da República, e o Ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar, comunica a exoneração do Capitão de Corveta Costa Mendes, além da prisão dos dois militares envolvidos no bombardeio de Manaus. Isso indica que o Governo Federal estava tomando medidas para responsabilizar os envolvidos pelas ações violentas.

Por sua vez, Sá Peixoto recebe um telegrama de Nilo Peçanha, que afirma não ter nenhuma responsabilidade sobre os atos em Manaus e que em nenhum momento foi comunicada a deposição de Bittencourt pelo Congresso legislativo do Amazonas. Nesse contexto, o desembargador Souza Rubim do Superior Tribunal de Justiça também intervém,

³⁴⁹MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 24-25

³⁵⁰ MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. P. 25

enviando um ofício ao Supremo Tribunal Federal para dar sua versão dos acontecimentos e pedir intervenção no caso.

A situação em Manaus fica tensa, com a casa de Bittencourt permanecendo interdita pelas tropas aliadas de Sá Peixoto, às comunicações telegráficas e telefônicas restritas e a circulação limitada. O governador teme por sua vida e se refugia no Consulado da Argentina. A situação se agrava ainda mais quando é alertado por Claudio Mesquita sobre o risco à sua vida, levando-o a considerar a possibilidade de fuga.³⁵¹

Na manhã do dia 10 de outubro, Bittencourt foi levado pelo delegado José Maranhão à casa de Sá Peixoto, onde ali seria assinada a renúncia de Bittencourt, em que estavam presentes na sala, além dos já citados, o 2º tenente Pantaleão Telles Ferreira, nomeado do novo comandante da Força Pública de Segurança do Estado e o deputado Joaquim Cardoso. A charge presente na revista O Malho representa bem esta narração dos fatos.



Figura 5 - Charge da reposição de Bittencourt no Governo
FONTE: O Malho, Ano IX, Nº423, Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1910.

³⁵¹ MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 28

A charge da figura 5 retrata a narrativa de Antônio Bittencourt sobre os acontecimentos e expressa a visão do governador sobre a sua deposição pelo Congresso Amazonense e a sua posterior tentativa de retomar o cargo. Na imagem, Bittencourt está na casa de Sá Peixoto e é forçado a redigir sua renúncia ao cargo de governador, o que ele alega ser uma prova de que sua deposição foi uma farsa. A charge mostra o momento em que Bittencourt é repostado ao cargo pelo Presidente Nilo Peçanha, simbolizando uma tentativa de retornar ao poder, mas a cadeira de governador está cheia de punhais, indicando que não seria uma tarefa fácil e que ele enfrentaria muitos desafios e oposições.

A imagem reforça a narrativa de Bittencourt de que houve uma manipulação política para tirá-lo do cargo e mostra o cenário de intriga e traição que cercava a disputa pelo poder naquela época. A presença dos punhais na cadeira também pode sugerir a presença de inimigos e ameaças à sua volta, tornando a sua volta ao cargo ainda mais complicada e perigosa.³⁵²

Dessa forma, a charge ilustra de maneira gráfica a narrativa de Bittencourt e expressa sua perspectiva sobre os acontecimentos políticos da época, destacando as intrigas e dificuldades que ele enfrentou para tentar retomar o cargo de governador do Amazonas. O jornal *A Notícia* publica o ofício, do dia 10 de outubro, em que Bittencourt renuncia ao seu cargo de Governador.

Desejando evitar perturbação da ordem pública com a especulação de quem quer que seja, comunico a V. Exc. para que dê conhecimento ao público que me conformei com a declaração do Congresso que decretou a perda do meu mandato, pois não pretendo mais voltar ao exercício do cargo de governador que renuncio pelo presente.

Devo mesmo acrescentar que ainda que o Sr. Presidente da República determinasse a minha volta ao exercício de tal cargo, eu não aceitaria mais.³⁵³

A narrativa do Governador Bittencourt revela uma situação de coação e pressão que ele enfrentou durante todo o processo de deposição e tentativa de retomada do cargo. Bittencourt admite ter escrito o ofício de renúncia ao cargo, mas alega que foi forçado a fazê-lo sob ameaça de força armada, com todas as palavras ditadas por Sá Peixoto. Essa narrativa corrobora com a

³⁵² O MALHO, ANO IX, Nº423, Rio De Janeiro, 22 de Outubro de 1910.

³⁵³ A NOTÍCIA, ANO III, nº 587, 10 de outubro de 1910.

imagem da charge, que mostra Bittencourt sendo obrigado a escrever sua renúncia na casa de Sá Peixoto.³⁵⁴

Após ser deposto, Bittencourt foi informado de que sua vida estava em perigo e precisou antecipar sua viagem de saída de Manaus. Claudio Mesquita e Luiz de Azevedo aconselharam-no a deixar a cidade imediatamente, e ele embarcou no navio Bahia com destino a Belém, acompanhado de alguns aliados e simpatizantes que também estavam sendo perseguidos “Acompanharam-me nesta via dolorosa os drs. Vicente Reis, que tivera que de refugiar-se para escapar à sanha dos usurpadores, Monteiro de Souza, Pedrosa Filho, Manoel Lobato, Ephigênio Salles e Anthero Veiga”.³⁵⁵ Esse relato demonstra o clima de tensão e insegurança que Bittencourt enfrentava, com a presença de ameaças e riscos à sua vida.

A saída de Vicente Reis, proprietário do *Jornal do Commercio*, também ilustra o ambiente hostil para os apoiadores de Bittencourt. Reis buscou garantias de segurança para deixar a cidade, uma vez que seu jornal era um veículo crítico ao grupo dos Nery, o que o colocava em uma posição de risco.³⁵⁶

Um ponto importante é que o *Jornal do Commercio*, ficou sob a diretoria de Péricles Moraes, durante o período de 10 a 29 de outubro até o dia 28 de outubro, o jornal não emitiu sequer uma notícia sobre o que havia acontecido na cidade, somente no dia 29 de outubro o jornal publica a destituição e fuga de Sá Peixoto e o governo sendo assumido pelo desembargador Souza Rubim.³⁵⁷ Ao que parece, houve uma vigilância forte ou até mesmo censura ao jornal.

Após sua chegada a Belém, o Coronel Bittencourt recebeu apoio do governador do Estado do Pará, João Antônio Luiz Coelho. Além disso, ele também recebeu um novo telegrama do Presidente Nilo Peçanha, no qual foi informado que o General Pedro Paulo havia sido designado para procurá-lo e repô-lo ao cargo de governador do Amazonas. O Presidente também comunicou a prisão dos militares responsáveis pela deposição de Bittencourt, Pantaleão Telles e Costa Mendes.³⁵⁸

³⁵⁴MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 29-30

³⁵⁵MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. pp. 31

³⁵⁶ A NOTÍCIA, ANO III, nº 586, Manaus, 9 de outubro de 1910. p. 1

³⁵⁷ JORNAL DO COMMERCIO, ANO 7, Nº 2258, Manaus, 29 de outubro de 1910. p.1

³⁵⁸ MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. pp. 32

Essa ação do Presidente Nilo Peçanha mostra uma mudança de posição do Governo Federal em relação aos acontecimentos em Manaus, saindo do plano do discurso e agindo de forma concreta nos eventos que se processavam. Ao tomar conhecimento da situação, o Presidente decidiu agir para restituir Bittencourt ao cargo de governador e também punir os responsáveis pelos atos de violência e golpe contra o governo estadual.

Essa reviravolta indica uma reavaliação por parte do governo federal em relação à crise política em Manaus e pode ter sido influenciada pelas informações apresentadas por Bittencourt. O Presidente, ao designar um General para repor Bittencourt ao cargo, mostra o reconhecimento da ilegalidade do que ocorreu em Manaus e a disposição do governo federal em corrigir a situação.

A prisão de Pantaleão Telles e Costa Mendes também indica a disposição do governo federal em responsabilizar os envolvidos na deposição ilegal do governador e garantir a ordem e a legalidade no estado. Essas ações podem ter sido motivadas pela pressão pública e também pela preocupação do governo federal com a estabilidade política na região.

Em sessão do Senado Federal do dia 11 de outubro de 1910, o Senador Pinheiro Machado promove sua defesa contra as acusações que teria sido o grande motivador dos conflitos e do bombardeio da cidade de Manaus em 8 de outubro de 1910, afirmando que fez a defesa de seus amigos sempre na política do estado do Amazonas, mas que não havia nenhuma prova de seu incitamento a tropas federais para tal intento.³⁵⁹ Em que nas palavras de Machado, temos o seguinte:

Não oculto, entretanto, a V. Exa que fazia votos – e faço ainda – pelo bem-estar de meus amigos e, assim, gozei com essa diminuição de forças do governo do Amazonas e os aconselhei a que prestigiassem o Sr. Sá Peixoto. Mas, Sr. Presidente, não há uma comunicação minha, telegráfica ou epistolar, aos comandantes das forças no Amazonas, quer de terra quer de mar, aconselhando golpes de violência contra o Governador daquele Estado. Faço perante o Senado do meu país esta declaração. E, se for apresentado um documento, partido de mim, dizendo a esses homens que concorressem para a política de violência, para destituir da direção do Estado o Sr. Bittencourt, não precisarei que meus adversários me inflijam castigo. Minha própria consciência há de se erguer para, humilhando-me, retirar-me do convívio de vós todos.³⁶⁰

³⁵⁹ SIMON, Pedro (org.). **Discursos do Senador Pinheiro Machado**. Brasília: Senado Federal, 2003. 308 pp.183-196.

³⁶⁰ SIMON, Pedro (org.). **Discursos do Senador Pinheiro Machado**, p.195

Na defesa feita pelo senador Pinheiro Machado durante a sessão do Senado Federal, ele nega veementemente ter sido o grande motivador dos conflitos e do bombardeio em Manaus. Ele afirma que sempre defendeu seus amigos na política do Estado do Amazonas, mas nega ter feito qualquer incitamento ou orientação para que as tropas federais tomassem qualquer ação violenta contra o governador Bittencourt.

Machado admite que fez votos pelo bem-estar de seus amigos e que, de fato, era favorável à diminuição de forças do governo do Amazonas, bem como aconselhou seus amigos a prestigiarem o Vice-Governador Sá Peixoto. No entanto, ele reitera que nunca fez qualquer comunicação, seja telegráfica ou por carta, orientando as forças federais a tomar medidas violentas contra o governador estadual.

O senador afirma que, caso algum documento seja apresentado indicando que ele incentivou a violência para destituir Bittencourt do cargo, ele próprio se retiraria do convívio de todos, demonstrando a confiança em sua própria consciência e reiterando sua negativa de envolvimento nos acontecimentos em Manaus.

Essa defesa de Pinheiro Machado é uma tentativa de se desvincular das acusações de ter influenciado os eventos políticos em Manaus. Ele busca se eximir de qualquer responsabilidade pelos conflitos e pelo bombardeio da cidade, afirmando que suas ações foram apenas em apoio a seus amigos e à política do estado, sem qualquer incitação à violência. Cabe lembrar que, na época, o senador era uma figura política influente e sua defesa carregava grande peso político.

A concessão do *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal, determinando a restituição do cargo ao governador Antônio Bittencourt, é um importante marco no desfecho dos eventos em Manaus. O parecer favorável da corte foi embasado na argumentação de que a renúncia de Bittencourt ao cargo foi feita sob coação, o que invalida a sua saída do governo.³⁶¹

Essa decisão reforça a narrativa do Governador de que ele foi vítima de pressões e ameaças para renunciar ao cargo, corroborando assim com as denúncias feitas por Bittencourt ao longo de toda a conturbada situação política em Manaus. A determinação do Supremo Tribunal Federal de restituir o cargo a Bittencourt é uma importante vitória para o governador, que busca recuperar sua posição e legitimidade no governo do Estado.

³⁶¹MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911.pp. 79-83

Por outro lado, o ofício enviado pelo presidente do Congresso Amazonense ao Presidente da República, Nilo Peçanha, lança mais dúvidas sobre a legalidade do processo de deposição de Bittencourt. O fato de não ter havido quórum suficiente para a sessão legislativa no dia da destituição, somado ao relato de que o presidente do Congresso foi obrigado a assinar uma ata falsa sobre o evento, levanta suspeitas sobre a legitimidade das ações que levaram à queda de Bittencourt.

O período de 8 a 28 de outubro de 1910 foi marcado por uma série de reviravoltas políticas em Manaus, com mudanças frequentes no cargo de governador e disputas pelo poder. Após a destituição do Governador Antônio Bittencourt, o vice-governador Antônio Sá Peixoto assumiu o cargo, mas sua posição não foi consolidada.³⁶²

Em 28 de outubro, ocorreu o contragolpe liderado por oficiais da polícia e alguns civis, que destituiu Sá Peixoto do cargo e empossaram provisoriamente o desembargador Souza Rubim, presidente do Tribunal Superior de Justiça, como governador interino. Antes disso, o presidente da Assembleia, Antônio Francisco Monteiro, foi convidado a assumir o governo, mas alegou motivos de saúde para não o fazer.³⁶³

O *Jornal do Commercio* de 29 de outubro de 1910 relata que a notícia da reposição de Bittencourt por parte da União levou Sá Peixoto a planejar matá-lo. Diante disso, as Forças de Segurança e a população tomaram o poder, e Sá Peixoto fugiu. As tropas estaduais então entregaram o poder a Souza Rubim.

Nesse contexto, a validade da Sessão da Assembleia de 7 de outubro, que depôs Bittencourt, foi questionada por funcionários do Congresso e um número significativo de deputados, que alegaram inexistência e falsidade da sessão. Na sessão solene de instalação dos trabalhos do Congresso do Estado em 15 de novembro de 1910, uma moção assinada pelos representantes legislativos firmava um "acordo entre a corporação do estado e o primeiro magistrado do Amazonas"³⁶⁴, reforçando a não legitimidade do processo que depôs Bittencourt.

Em 29 de novembro de 1910, o Congresso Legislativo anula, por meio das leis 29 e 30 de 29 de outubro de 1910, a sessão do Congresso de 10 de outubro e torna sem efeito todos os

³⁶² BITTENCOURT, Agnello. *Corografia...* p. 306

³⁶³ MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 79-83

³⁶⁴ Moção assinada por Lima Bacury, M. Antônio Granjeiro, José Furtado Belém, José Gonçalves Dias, Virgílio Ramos, Barros de Alencar, A. Guerreiro Antony, Jonathas Pedrosa Filho, Manoel Ramos de Oliveira, Manoel Antônio Garcia, Secundino S. Salgado, Adelino Costa, Monsenhor Fonseca Coutinho e Bento Brazil. (MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 53)

atos de Sá Peixoto durante o período em que esteve à frente do cargo de Governador do Estado do Amazonas entre os dias 8 e 28 de outubro de 1910. Essas medidas visam restaurar a legalidade e a legitimidade no governo do estado após as turbulências políticas ocorridas.³⁶⁵

No dia 30 de outubro o governador Bittencourt retorna a Manaus escoltado pelas tropas do general Pedro Paulo e em 31 de outubro de 1910, é restituído ao cargo de governador do Estado, depois de ter fugido e se refugiado no Estado do Pará³⁶⁶.



Figura 6 – Recepção popular ao retorno de Bittencourt.
FONTE: O Malho, Ano X, Nº 450, Rio de Janeiro, 29 de Abril de 1911. p.48

³⁶⁵ MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 74-75.

³⁶⁶ JORNAL DO COMMERCIO, ANO 7, Nº 211, Manaus, 14 de abril de 1911.

A figura 6 retrata a recepção de Antônio Bittencourt ao retornar ao cargo de governador do Estado do Amazonas. A cena mostra uma grande multidão reunida na frente da casa do governador, com destaque para a presença de muitos militares da força policial, a maioria deles armados. Além disso, uma parcela significativa de civis também está presente na recepção.

A imagem sugere que a retomada de Bittencourt ao cargo foi um momento de grande importância e comoção para a população local. O fato de haver muitos militares armados pode indicar que ainda havia certa tensão e preocupação com a segurança do governador após os conflitos e turbulências políticas que ocorreram anteriormente.

A presença dos civis mostra o apoio popular ao retorno de Bittencourt ao cargo de governador. A figura demonstra a relevância desse evento para a população, que comemora a decisão do STF e do Governo Federal, representado pelo presidente Nilo Peçanha, de restituir Bittencourt ao cargo que lhe foi tirado em meio a controvérsias e questionamentos sobre a legitimidade do processo de deposição.³⁶⁷

Em seu retorno ao cargo de governador, montou uma comissão para apurar os fatos de sua deposição. A comissão montada por Antônio Bittencourt para apurar os fatos de sua deposição concluiu que o golpe foi tramado por uma série de atores, incluindo o vice-governador Sá Peixoto, Porfírio Nogueira e seis deputados estaduais, que utilizaram atas e telegramas falsos para justificar a destituição do governador. Essa ação foi realizada em conjunto com facções familiares e político-militares que apoiavam o marechal Hermes da Fonseca, que posteriormente se tornou Presidente da República.³⁶⁸

A investigação também apontou que o Senador Pinheiro Machado, que exercia influência política, teve participação na trama, interferindo na deposição de governadores que faziam oposição ao Marechal Hermes da Fonseca. Apesar de não haver registros de oposição direta de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt ao presidente Hermes da Fonseca, jornais oposicionistas o acusavam de estar envolvido em ações contrárias ao governo.³⁶⁹

³⁶⁷ O MALHO, ANO X, Nº 450, Rio De Janeiro 29 de Abril de 1911. P.48.

³⁶⁸ Não encontramos nos documentos pesquisados nenhuma menção de oposição de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt ao presidente Hermes da Fonseca.

³⁶⁹ “Na obediência dos planos sinistros de uma política de traidores no Estado e traidores no país, enquanto Antônio Bittencourt lançava desordem no seio do partido que o elegera, divorciando-se ingratamente dos próceres desse partido, traía Monteiro de Souza a candidatura Hermes, que proclamava em seu grupo, mas concertava, entre os civilistas, a derrota, no Estado do candidato nacional”. (A NOTÍCIA, Manaus, 9 de outubro de 1910.)

Portanto, a comissão de apuração chegou à conclusão de que a deposição de Antônio Bittencourt foi resultado de uma trama política complexa, envolvendo diversos atores e interesses, incluindo facções familiares, políticos estaduais, militares e a influência de Pinheiro Machado. Essas revelações apontam para um cenário de intriga política e lutas de poder no estado do Amazonas à época. Sobre a participação de Pinheiro Machado no bombardeio de Manaus em 1910, o jornal *Correio do Norte* em sua seção de comentários fala o seguinte:

Temos forçosamente que chegar à conclusão de que um dos fatores, ou melhor, o principal responsável por aquele atentado foi o sr. senador Pinheiro Machado, cujo maior desejo era apear do Governo o honrado sr. coronel Antônio Bittencourt, para montar de novo, no Amazonas, o sr. Silvério Nery. [...]

Em discurso proferido pelo sr. Pinheiro Machado, na Câmara Alta do país, em sessão de 11 do mês de outubro ano passado, confessa o árbitro da política nacional que esforçou-se pela retirada de Manaus do bravo general Osório de Paiva, porque mantinha relações de amizade com o governador do Estado. Diz também que seu amigo Silvério Nery estava decaído na política e demonstra a evidência que sacrifícios faria para angariar-lhe prestígio.³⁷⁰

As relações de poder são construídas e mantidas por meio de diferentes formas de capital, como capital econômico, capital cultural e capital simbólico. As elites dominantes têm o poder de impor sua visão do mundo, influenciar a opinião pública e moldar a narrativa política. Bittencourt pode ter se utilizado do capital simbólico e político que detinha como governador no momento de sua defesa para tentar construir uma narrativa que o favorecesse e que colocasse Sá Peixoto como o principal responsável pela trama de sua destituição.³⁷¹

Ao enfatizar a figura de Sá Peixoto como o principal autor dos acontecimentos, Bittencourt pode ter buscado desacreditar as ações do vice-governador e, assim, fortalecer sua própria posição política, reforçando sua imagem como vítima e reafirmando sua legitimidade como governador.

Quanto à não menção de Silvério Nery e Pinheiro Machado, pode haver razões políticas para essa omissão. Silvério Nery era um importante político da região e poderia ter uma base de apoio significativa, o que poderia representar um risco político para Bittencourt ao mencioná-lo na narrativa. Por outro lado, Pinheiro Machado era um influente senador, com conexões políticas e poder de influência em âmbito nacional. Mencioná-lo poderia trazer

³⁷⁰ CORREIO DO NORTE, ANO III, Nº 581, Manaus, 4 de janeiro de 1911.

³⁷¹ MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1911. p. 79-83

complicações adicionais para a narrativa de Bittencourt, que poderia preferir focar suas acusações em um ator político local e de menor influência.

Nesse sentido, a estratégia de Bittencourt em enfatizar a figura de Sá Peixoto como o principal autor dos acontecimentos e omitir menções a outros agentes políticos pode ser vista como uma tática de preservar seu capital político e simbólico, buscando fortalecer sua posição na disputa política local.

Orange Feitosa, considera essa visão que o jornal Correio do Norte expõe acabou sendo cristalizada pela historiografia que estudou a temática³⁷², mas que na verdade pode ter existido interferência de forças políticas de fora do jogo político local, contudo acredita que esses confrontos têm mais relação com os conchavos e querelas em torno do controle poder político e econômico que as elites do Amazonas defrontavam entre si, ou então a soma dos fatores locais e nacionais. Em que autora sustenta:

Em suma, pode-se pensar no bombardeio de Manaus em 1910 como parte das lutas interinas locais apoiadas por grupos externos e não unicamente como *represália* de Pinheiro Machado é resultado da política das Salvações, mas mais como parte dos embates políticos entre a oligarquia Nery e a facção Bittencourt. Contudo, Silvério Nery não descansou até retirar Bittencourt do poder em dezembro de 1912.³⁷³

A visão apresentada por Orange Feitosa sugere que o bombardeio de Manaus em 1910 e a destituição de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt do cargo de governador podem ser entendidos como resultado das lutas políticas internas no Amazonas, com o envolvimento de grupos externos, em vez de serem unicamente atribuídos à ação de Pinheiro Machado e à política das Salvações.

Feitosa argumenta que os confrontos políticos entre a oligarquia Nery e a facção Bittencourt foram elementos-chave na compreensão dos eventos. Nesse contexto, a interferência de forças políticas externas pode ter ocorrido para apoiar um lado ou outro nas disputas locais de poder.

³⁷²Acerca da ideia de que Pinheiro Machado foi um dos grandes articuladores da deposição de Bittencourt podemos ver LOUREIRO, Antonio J. Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa oficial, 1978. p. 263. SANTOS, Eloína M. **A rebelião de 1924 em Manaus**. p. 41 e SOUZA, Leno José Barata. **Vivência Popular na Imprensa Amazonense**, p. 108.

³⁷³ FEITOSA, Orange Matos. **À Sombra dos Seringais**. p 118-119

É importante notar que, em muitos contextos políticos, as lutas pelo poder envolvem múltiplos atores com interesses diversos, e nem sempre é possível atribuir eventos complexos a um único fator ou personagem. No caso do Amazonas em 1910, o conflito político pode ter sido uma combinação de fatores locais e nacionais, incluindo disputas de elites locais, interesses de grupos externos e influência de atores políticos nacionais como Pinheiro Machado.

A trajetória política de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, inclusive sua destituição e posteriores tentativas de retorno ao cargo, reflete as dinâmicas de poder e as disputas políticas que ocorreram na época. Como aponta Feitosa, as querelas em torno do controle político e econômico da região certamente foram determinantes para os eventos ocorridos.

É importante considerar que a história política é frequentemente complexa e multifacetada, e diferentes perspectivas podem ser válidas para a compreensão de um mesmo evento. A contribuição de diferentes historiadores e pesquisadores, como Orange Feitosa e outros mencionados, enriquece nossa compreensão dos eventos históricos e ajuda a revelar as diversas camadas de significado por trás dos acontecimentos.

Pelo que foi apresentado, é possível inferir que o envolvimento das forças federais, especificamente a interferência do Presidente Nilo Peçanha, desempenhou um papel crucial na determinação do desfecho do conflito político em Manaus. Essa interferência pode ter sido decisiva para o insucesso de Sá Peixoto e dos Nery em tomar o poder e afastar Bittencourt do cargo de governador.

Ao receber o apoio direto do Presidente Nilo Peçanha, Bittencourt pode ter contado com o suporte das instituições federais em sua tentativa de retomar o cargo de governador. O fato de Peçanha não se posicionar contra Bittencourt pode ser interpretado como uma sinalização de que o Presidente não concordava com a deposição do governador e, possivelmente, não estava alinhado com os interesses dos Nery e de Sá Peixoto.

Essa dinâmica de apoio das forças federais a um dos lados em conflito não é incomum na história política brasileira, especialmente no período conhecido como Primeira República (1889-1930), quando as elites regionais buscavam alianças com o governo federal para fortalecer suas posições e interesses.

É válido ressaltar que o poder de influência das forças federais pode variar de acordo com os interesses políticos em jogo, bem como com as relações entre as lideranças regionais e

os políticos nacionais. Em alguns casos, o apoio do governo federal pode ser determinante para a vitória de um lado em conflito, como aparentemente ocorreu em Manaus.

Portanto, a interferência das forças federais e a postura do Presidente Nilo Peçanha podem ter sido fatores determinantes para a resolução do conflito político em Manaus, culminando no bombardeio da cidade e na deposição de Bittencourt, seguido de sua restituição ao cargo por meio de ações judiciais e do Supremo Tribunal Federal.

Em sua defesa, dizendo não tomar parte nos acontecimentos relativos ao bombardeio de Manaus em 1910, o Senador Pinheiro Machado dizia através das páginas do Folha do Amazonas o seguinte:

Não seria depois de 30 e tantos anos em que prego e prático a República, que eu iria falsear as minhas convicções, modificar as minhas opiniões perante um interesse político ocasional que se desenhasse no extremo Norte da República. (apoiados) [...] v.ex. sr. presidente, o Sr. Senador por São Paulo [Francisco Glicério] e alguns outros amigos políticos hão de se lembrar de que, de quando em quando, tentam atirar sobre meus ombros essa verdadeira túnica de Nesso, que se chama a chefia de partido, eles acreditam que, para fazer vingar seus intentos é necessário – usando de uma linguagem vulgar – dar-me cabo da pele. E então assestam as baterias contra mim, tornam-me o bode expiatório de alheias faltas. É o que acontece agora, no caso do Amazonas. [...] Daí, o alvoroço com que na imprensa e na Câmara se fala no ‘crime do senador Pinheiro Machado’. Porque eles entendem que sou a cabeça principal [...] Dada a cisão na política do Amazonas, era natural que eu empregasse qualquer, valimento de que porventura dispusesse na política da União, em benefício do meu correligionário, que estava decaído na política daquele Estado. Fi-lo, fi-lo interessadamente e o farei amanhã se a mesma conjuntura se der, com ele e com qualquer outro companheiro.³⁷⁴

Nesse trecho da defesa do Senador Pinheiro Machado, é evidente a sua tentativa de se desvincular dos acontecimentos relacionados ao bombardeio de Manaus em 1910. Ele se coloca como uma figura que não interferiu na política local do Amazonas e enfatiza suas convicções republicanas e sua lealdade ao partido. Pinheiro Machado nega ser a "cabeça principal" dos acontecimentos no Amazonas e rejeita a ideia de que tenha cometido qualquer "crime".

Ele reconhece que, como líder político, pode ter influenciado ou buscado favorecer seus correligionários na política do Amazonas, mas argumenta que isso é uma ação natural para fortalecer sua base política. Alega que, como senador da República, tem o direito e o dever de

³⁷⁴ FOLHA DO AMAZONAS. Ano I. n. 70, Manaus, 04 de novembro de 1910, p. 1

apoiar seus companheiros de partido, mesmo que isso signifique intervir nos assuntos políticos de outras regiões do país.

Essa defesa de Pinheiro Machado visa eximir-se de qualquer responsabilidade direta nos eventos de Manaus, ao mesmo tempo em que reforça seu papel como líder político e defensor de suas convicções e interesses partidários. É uma tentativa de afastar as acusações de que teria sido um dos principais articuladores da deposição de Bittencourt e do bombardeio da cidade, deixando claro que seu envolvimento na política do Amazonas foi apenas em apoio a seus aliados locais e em consonância com suas crenças políticas.

O Tenente Coronel Pantaleão Telles de Queiroz enfrentou de 1910 até o ano de 1913, um processo no Conselho Militar, em que apurava sua conduta e ação nos eventos relativos ao bombardeio de Manaus, acabou sendo anistiado pelo presidente Hermes da Fonseca através do decreto nº 2.687 de 13 de dezembro de 1912 que:

Anistia os implicados nas revoltas do Batalhão Naval e navios da esquadra ocorridas no porto desta Capital em dezembro de 1910, e os civis e militares envolvidos nos acontecimentos que se deram em Manaus em outubro do referido ano.³⁷⁵

O decreto de anistia nº 2.687 de 13 de dezembro de 1912, assinado pelo presidente Hermes da Fonseca, concedeu anistia aos implicados nas revoltas do Batalhão Naval e navios da esquadra ocorridas no porto do Rio de Janeiro em dezembro de 1910, bem como aos civis e militares envolvidos nos acontecimentos que se deram em Manaus em outubro do mesmo ano.

Esse decreto foi uma medida de perdão e anistia para aqueles que estiveram envolvidos em eventos de natureza revolucionária ou subversiva, como forma de restabelecer a paz e a ordem após esses conflitos. A anistia concedida a Pantaleão Telles de Queiroz foi uma forma de encerrar o processo no Conselho Militar e perdoar suas ações relacionadas ao bombardeio de Manaus.

Essa anistia pode ter sido motivada por uma série de fatores, incluindo a estabilidade política após os eventos de 1910, a influência política de Pinheiro Machado e outras figuras,

³⁷⁵ Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/12/1912, Página 16829. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2687-13-dezembro-1912-578403publicacaooriginal-101248-pl.html>. Acesso em 15/03/2021.

bem como a percepção de que a anistia era necessária para reconciliar as diferentes facções políticas envolvidas nos conflitos.

Em suma, o decreto de anistia de 1912 foi uma medida de pacificação e perdão para encerrar as controvérsias relacionadas ao bombardeio de Manaus e permitir que os envolvidos no evento retomassem suas atividades políticas e militares sem enfrentar penalidades ou consequências legais.

Em 1913, houve apelação no Supremo Tribunal Militar contra a anistia, contudo, o tribunal negou provimento à ação.³⁷⁶ Com essa decisão, os implicados nos acontecimentos do bombardeio foram perdoados e isentados de qualquer responsabilidade penal pelos atos ocorridos naquele período.

A anistia foi uma medida adotada pelo governo para encerrar os conflitos e acalmar as tensões políticas que se seguiram ao bombardeio de Manaus. No entanto, como mencionado anteriormente, as disputas e conflitos políticos continuaram após o bombardeio, culminando na destituição do Governador Antônio Bittencourt em 1912.

A decisão do Supremo Tribunal Militar de negar provimento à apelação pode ter sido resultado de várias considerações, como a busca pela estabilidade política, o desejo de evitar conflitos prolongados e a tentativa de promover a reconciliação entre as facções políticas envolvidas.

É importante ressaltar que a concessão de anistias em momentos de crise política é uma prática relativamente comum na história do Brasil e de outros países. Essa medida visa, muitas vezes, encerrar conflitos e permitir que a sociedade e o governo sigam adiante em busca da estabilidade política e social.

No caso específico do bombardeio de Manaus, a anistia concedida pelo governo pode ter sido vista por alguns como uma forma de encerrar um episódio de violência política, mas também pode ter gerado questionamentos e insatisfações por parte de outros que buscavam responsabilização pelos acontecimentos e uma punição aos envolvidos.

O caso do Capitão de Corveta Francisco C. da Costa Mendes é bastante emblemático e mostra as complexidades políticas e jurídicas que cercaram os eventos do bombardeio de

³⁷⁶ A ÉPOCA, ANO, Nº , Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1913. P. 5.

Manaus em 1910. Inicialmente, ele foi absolvido em um Conselho de Investigação da Armada³⁷⁷, mas depois houve apelação e ele foi encaminhado ao Conselho de Guerra, onde novamente foi absolvido.³⁷⁸

A alegação de Costa Mendes de ter recebido um bilhete via telégrafo do Ministro da Marinha Alexandrino de Alencar, com a frase "NÃO TENHA PRUDÊNCIA!" e ter interpretado erroneamente devido a uma vírgula ausente³⁷⁹, é uma situação bastante curiosa, mas também controversa. Essa alegação pode ter sido utilizada por ele como um argumento em sua defesa para justificar suas ações durante o bombardeio.

É importante mencionar que, em eventos políticos e militares complexos como esse, as ações individuais dos envolvidos podem ser interpretadas de diferentes maneiras e frequentemente há disputas sobre as responsabilidades e culpabilidades.

As disputas políticas no Estado do Amazonas persistiram, resultando em mais uma destituição do Governador Antônio Bittencourt antes do término de seu mandato, em 22 de dezembro de 1912. Esse novo episódio foi novamente denunciado como uma ação orquestrada pelo Senador Silvério Nery e seu grupo, evidenciando a intensa rivalidade política entre as facções locais.³⁸⁰ Essa sucessão de eventos tumultuados demonstra a instabilidade política na região e as mudanças frequentes no comando do estado, com implicações significativas para a governança e a vida da população local.

3.2 A segunda destituição de Bittencourt do Governo do Amazonas (1912)

Após o bombardeio de 1910 em Manaus, o cenário político no Amazonas permaneceu tumultuado, com ânimos exaltados e disputas acirradas pelo poder entre as oligarquias locais. Mesmo com a intervenção do Governo Federal, representado pelo Presidente Hermes da Fonseca, na tentativa de mediar um acordo entre as elites do poder rivais e promover um equilíbrio político, os conflitos e desentendimentos persistiram, impedindo a estabilidade política na região.

³⁷⁷ CORREIO DA MANHÃ, ANO X, Nº 3647, Rio de Janeiro, 14 de Janeiro de 1911. p. 1

³⁷⁸ O PAIZ, ANO XXVII, Nº 9952, Rio de Janeiro, 5 de Janeiro de 1912. P. 2.

³⁷⁹ JORNAL DO COMMERCIO, ANO VIII, Nº 2464, Manaus, 24 de fevereiro de 1911. p. 1

³⁸⁰ SANTOS, Eloína M. **A rebelião de 1924 em Manaus**. p. 32

A busca por um acordo entre as elites do poder tinha o objetivo de evitar novos confrontos e criar um ambiente propício para o desenvolvimento socioeconômico do estado. No entanto, as diferenças de interesses entre os grupos políticos e as ambições pelo controle do poder político e econômico no Amazonas eram tão intensas que tornavam difícil alcançar um consenso duradouro.

O envolvimento do governo federal na mediação dessas disputas revela a preocupação com a situação política no Amazonas e sua relevância no contexto nacional. Contudo, as limitações em resolver as divergências profundas entre as oligarquias locais evidenciaram a complexidade do cenário político regional e as dificuldades em impor uma solução externa.

Os novos incidentes entre as elites rivais apenas acentuaram a instabilidade política na região. As constantes disputas e a falta de um acordo definitivo alimentam um ciclo vicioso de conflitos, prejudicando a governabilidade e o desenvolvimento do Amazonas.

Nesse contexto, é possível observar que as disputas políticas no Amazonas durante esse período eram movidas por interesses particulares das elites, muitas vezes em detrimento do bem-estar da população e do progresso do estado. A luta pelo poder e a busca por vantagens políticas e econômicas perpetuaram um ambiente de incertezas e desconfianças.

Além disso, as tensões políticas constantes contribuíram para a perpetuação de desigualdades sociais e econômicas, dificultando a implementação de políticas públicas efetivas e prejudicando o desenvolvimento sustentável do Amazonas.

O desentendimento político entre o governador Antônio Bittencourt e o superintendente de Manaus, Jorge Moraes, por conta da solicitação de um empréstimo para solucionar os problemas financeiros da capital, ilustra a dinâmica complexa das relações políticas na época. Embora ambos fossem aliados, o fato de Bittencourt não autorizar o empréstimo gerou uma tensão momentânea entre eles.³⁸¹

Esse episódio revela a importância das questões financeiras na política local e como a busca por recursos para resolver problemas específicos pode gerar conflitos entre membros da mesma aliança política. O embate entre o governador e o superintendente mostra que, mesmo

³⁸¹ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense**, p. 295

entre aliados, os interesses pessoais e a visão de gestão podem divergir, causando discordâncias pontuais.

É relevante destacar que o conflito não evoluiu para um estado mais belicoso, o que sugere que ambos os lados buscaram preservar a aliança política e resolver suas diferenças de forma diplomática. No entanto, esse episódio pode ter criado fissuras na relação entre eles e aberto espaço para futuras divergências. Contudo, Jorge Moraes, sentiu-se desprestigiado dentro dos quadros decisórios do PRF, em que o jornal *Correio do Purus*, de 8 de setembro de 1912, informa:

Já está quase com todo o corpo fora do Partido republicano federal, Snr. Dr. Jorge Moraes: outro deixou a sua patente de chefe, e agora, no dia 30 de agosto, riscou-se, da diretoria, em carta ao Snr. Coronel Guerreiro Antony, de que grifamos o seguinte tópico:-pois que a disciplina partidária tem além do que só não reagem os embotadas ao do pundonor.³⁸²

O episódio relatado na notícia do jornal *Correio do Purus*, sobre a saída de Jorge Moraes do Partido Republicano Federal (PRF), evidencia como as disputas políticas e a busca por prestígio podem levar a rupturas dentro das próprias alianças partidárias. A declaração de Moraes, mencionando a falta de reação à disciplina partidária, sugere que ele se sentiu desprestigiado e insatisfeito com a atuação do partido em relação à sua posição.

Essa situação é comum em contextos políticos onde as alianças são formadas com base em interesses pessoais e partidários, e a distribuição de poder e cargos é uma questão central. Quando um membro do partido percebe que não está recebendo o reconhecimento e influência que esperava, pode decidir deixar a agremiação e buscar novas formas de se posicionar politicamente.

Além disso, a referência ao "pundonor" na carta de Moraes indica que ele valorizava sua honra e reputação, e talvez tenha sentido que a sua importância dentro do Partido Republicano Federal no Amazonas não estava sendo devidamente considerada.

Esse tipo de cenário político pode gerar instabilidades e tensões dentro dos partidos, afetando a coesão e a capacidade de atuação política. No caso específico do Amazonas na

³⁸² CORREIO DO PURUS, ANO XV, Nº 28, Lábrea, 8 de setembro de 1912. p. 1

Primeira República, essas disputas internas entre membros da elite política podem ter reflexos nas decisões governamentais e na formação de políticas públicas.

O caso de Jorge Moraes ilustra a dinâmica complexa das relações políticas na época, onde a busca por prestígio e reconhecimento dentro dos partidos podia levar a conflitos e rupturas. A sua saída do PRF mostra como as disputas internas podem impactar o funcionamento e a estabilidade das alianças políticas, podendo ter implicações no cenário político mais amplo do estado do Amazonas durante a Primeira República.

O relato do jornal *Correio do Norte*, em 20 de janeiro de 1911, revela a complexidade e a intensidade das disputas políticas no Amazonas durante a Primeira República. A retirada de Pantaleão Telles de Queiroz e Francisco Costa Mendes do comando das tropas federais criou um cenário de incerteza e fragilidade para o governador Antônio Bittencourt, uma vez que estes militares exerciam um papel importante na estabilidade política do estado.

A compra de notícias através do *Jornal do Brasil* no Rio de Janeiro, chamando isso de "bombardeio do telegrapho", mostra como a mídia foi utilizada como instrumento de guerra política, com o objetivo de influenciar a opinião pública e desestabilizar o governo de Bittencourt. Essa prática de manipulação de informações com o intuito de desacreditar o governador e promover a sua deposição é um reflexo das estratégias adotadas pelas elites políticas para conquistar e manter o poder na época.

Todos sabem nesta capital que, de alguns dias a esta parte, a patrulha silverista assoalha que após a chegada do sr. general Tromposky, será feita a deposição do coronel Bittencourt.

Para isso conseguirem, terão por força de perturbar a ordem pública e desrespeitar a autoridade.

A notícia já chegou mesmo ao marechal presidente da República que declarou não consentir em tal atentado.³⁸³

A citação do jornal *Correio do Norte*, de 20 de janeiro de 1911, revela um cenário político tenso e instável no Amazonas durante a Primeira República. A menção à "patrulha silverista" sugere um grupo político atuante e mobilizado, que busca a deposição do coronel Bittencourt, governador do estado à época. A chegada iminente do General Tromposky parece ser o gatilho para a ação desse grupo, que planeja perturbar a ordem pública e desrespeitar a autoridade estabelecida.

³⁸³ CORREIO DO NORTE, ANO III, Nº 595. Manaus, 20 de janeiro de 1911. p.1

O fato de a notícia ter chegado ao marechal presidente da República, Hermes da Fonseca, denota a gravidade da situação e a preocupação das autoridades federais com a possibilidade de desestabilização política no Amazonas novamente. A declaração de que o presidente não consentiria com tal atentado mostra a determinação do governo federal em evitar que conflitos regionais comprometessem a ordem política e social do país.

Essa citação evidencia a fragilidade do sistema político da Primeira República, marcada por disputas entre oligarquias regionais e influência de líderes políticos locais sobre a administração federal. Além disso, ressalta a importância da imprensa como veículo de divulgação de informações e como meio para influenciar a opinião pública e mobilizar apoiadores para as causas políticas.

Essa situação demonstra que a imprensa tinha um papel crucial na construção da narrativa política e na formação da opinião pública. O controle ou influência sobre os meios de comunicação permitia que determinados grupos políticos pudessem moldar a percepção da população, influenciando diretamente os rumos da política local.

A instabilidade política gerada por essas disputas e intrigas pode ter tido impactos significativos na governabilidade do estado do Amazonas, podendo dificultar a implementação de políticas públicas e a resolução de questões importantes para a população.

A análise do contexto político do Amazonas após o bombardeio de 1910 evidencia que as disputas entre os Neristas e Bittencouristas ainda se mantinham intensas, revelando uma situação de instabilidade política e incerteza quanto ao controle do poder no estado. A notícia sobre uma possível nova deposição do Coronel Antônio Bittencourt só reforça a persistência das tensões entre as facções políticas que almejavam dominar a cena política do Amazonas durante a Primeira República.

O pós-bombardeio de 1910, ao invés de acalmar as divergências, parece ter agravado as hostilidades entre os grupos, criando um cenário propício para a disseminação de acusações mútuas e retóricas incendiárias. Nesse ambiente, a imprensa teve um papel significativo na amplificação das tensões, utilizando-se de notícias sensacionalistas para influenciar a opinião pública e intensificar a rivalidade política.

As disputas entre Neristas e Bittencouristas não se limitavam apenas a questões de interesses econômicos e distribuição de cargos públicos, mas também refletiam divergências

ideológicas e aspirações de poder. As facções buscavam impor suas visões políticas e projetos para o estado, muitas vezes sem espaço para negociação ou diálogo.

Além disso, a intervenção do Presidente Hermes da Fonseca na tentativa de promover um acordo entre as oligarquias locais mostra a fragilidade do sistema político da Primeira República. A resistência das facções em ceder suas posições e buscar um consenso demonstra a falta de coesão e estabilidade política no estado.

Essa persistente instabilidade política pode ter impactado negativamente o desenvolvimento do Amazonas, dificultando a implementação de políticas públicas efetivas e a resolução de problemas sociais e econômicos. A ausência de uma governança sólida e a predominância de interesses oligárquicos regionais podem ter comprometido o progresso do estado durante esse período.

Portanto, é fundamental compreender que as disputas políticas acirradas no Amazonas após o bombardeio de 1910 são reflexo de um sistema político frágil e complexo, marcado por rivalidades, retóricas inflamadas e a falta de um consenso político duradouro. Somente através de uma análise crítica dessa conjuntura é possível compreender os desafios enfrentados pela Primeira República na busca por estabilidade política e desenvolvimento no Amazonas.

O conflito recorrente entre as Forças Federais e as Forças Públicas do Estado, especialmente após o bombardeio de 1910, evidencia uma tensão latente entre as instituições militares, o que pode ser interpretado como um reflexo das disputas políticas e dos interesses divergentes entre os grupos rivais.

O bombardeio de 1910 parece ter exacerbado as rivalidades, criando um clima propício para confrontos diretos entre as forças militares. A disputa pelo controle do poder político e administrativo no Amazonas pode ter levado a uma competição acirrada entre os militares federais e estaduais, cada um buscando afirmar sua autoridade e posição na região.

O episódio em que soldados do 48º batalhão de Infantaria atacaram a delegacia do 2º distrito e foram reprimidos pelo Inspector da Região Militar e o comandante do batalhão foi deposto é emblemático das tensões presentes naquele momento. O tiroteio entre as forças

demonstra a falta de coesão e coordenação entre as instituições, revelando um ambiente de instabilidade e conflito interno.³⁸⁴

Esses episódios de conflito militar podem ter tido impactos negativos na estabilidade política e na governabilidade do Amazonas, uma vez que as disputas internas enfraqueceram a capacidade das instituições de atuar de forma coesa e coordenada. Isso poderia prejudicar a capacidade do estado de lidar com questões de segurança pública e de governança, contribuindo para um cenário de incertezas e insegurança.

Além disso, os conflitos entre as forças militares também podem ter afetado a percepção da população em relação à eficiência e legitimidade do governo, uma vez que a falta de unidade e a ocorrência de confrontos armados eram sintomas evidentes da fragilidade do poder estatal.

Os conflitos entre grupos políticos no interior, como o ocorrido em Floriano Peixoto (atualmente Boca do Acre) em 22 de julho de 1911, evidenciam a intensa disputa pelo poder político e a rivalidade entre as facções no Amazonas durante a Primeira República.

O assassinato do superintendente Alexis Barbosa Morin e do Tenente Sebastião Vasconcelos pelo grupo político de Francisco Moreira Monteiro é um exemplo marcante das tensões e violência que caracterizavam a política na região. O embate entre esses grupos demonstra a extrema polarização e o uso da força como meio de resolução de conflitos.

A intervenção do governo, enviando tropas à região após o relato do juiz de direito Leopoldo Tavares da Cunha Mello, ilustra a gravidade da situação e a necessidade de conter a violência e restabelecer a ordem pública. A presença de um contingente significativo de soldados, oficiais e médicos a bordo do Navio Cidade de Manaus sob o comando do capitão João Fragoso mostra a seriedade do conflito e a preocupação das autoridades em restaurar a estabilidade.³⁸⁵

Os tiroteios e confrontos sangrentos resultaram em vítimas fatais, incluindo um dos filhos de Francisco Monteiro, e culminaram com a prisão de Monteiro e muitos de seus capangas. Esse desfecho demonstra a severidade das ações do governo para controlar a situação e responsabilizar os envolvidos na violência.

³⁸⁴ MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1912. p. 5-6.

³⁸⁵ MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1912. p. 46-61

Esse episódio revela a intensidade dos conflitos políticos no Amazonas durante a Primeira República, em que as disputas pelo poder muitas vezes ultrapassam os limites da disputa eleitoral e recorriam à violência e ao confronto armado. A utilização de força e ações violentas para solucionar disputas políticas eram comuns e refletem a fragilidade das instituições políticas e da governança na região.

A formação do Partido Republicano Conservador (PRC) no Amazonas, em fevereiro de 1911, foi uma resposta ao cenário político conturbado e à disputa acirrada entre as facções do Partido Republicano Federal (PRF). O PRC surgiu como uma agremiação política destinada a acolher aqueles que foram excluídos ou descontentes com a liderança do PRF, proporcionando-lhes uma nova plataforma para expressar suas ideias e interesses políticos.

Liderado por nomes proeminentes como Silvério Nery, senador Jonathas Pedrosa, Sá Peixoto, Affonso de Carvalho e outros, o PRC emergiu como uma alternativa para aqueles que não se sentiam representados ou satisfeitos com as políticas e práticas do Partido Republicano Federal. A figura de Silvério Nery, assumindo a presidência do diretório estadual, tornou-se um elemento central na liderança do novo partido e refletiu sua influência política e carisma entre os membros da agremiação.³⁸⁶

O surgimento da nova agremiação política no Amazonas em fevereiro de 1911, o Partido Republicano Conservador (PRC), pode ser compreendido como um processo complexo de reconfiguração das relações de poder e dominação no campo político local. Nesse contexto, nomes proeminentes como Silvério Nery, senador Jonathas Pedrosa, Sá Peixoto, Affonso de Carvalho e outros assumem papéis de liderança, desempenhando o papel de "intelectuais políticos" que buscam defender seus interesses e consolidar seu capital político.

A formação do PRC representa uma clara fragmentação dentro das elites políticas do Amazonas, com a cisão entre o PRF e o novo partido ampliando as tensões e rivalidades na política local. A criação do PRC significou o fortalecimento de um grupo político concorrente ao PRF, o que aumentou ainda mais a polarização e a competição pelo poder na região.

A teoria das elites de Bourdieu enfoca a luta pelo poder e pela dominação dentro do campo político, onde diferentes atores buscam posicionar-se estrategicamente para garantir sua posição dominante. A criação do Partido Republicano Conservador pode ser vista como uma

³⁸⁶ CORREIO DO PURUS, ANO XV, Nº 13, Lábrea, 23 de fevereiro de 1911. p. 2

tentativa desses atores políticos de redefinir suas posições no campo, especialmente após serem alijados da liderança partidária do Partido Republicano Federal. Ao se unirem em uma nova agremiação, eles buscam consolidar sua posição como uma elite política alternativa e rival no cenário local.³⁸⁷

É importante destacar que essa cisão política não se limitou apenas a questões partidárias, mas também refletiu disputas por cargos, recursos e poder político dentro do estado. A formação do PRC representou uma estratégia de resistência e mobilização política por parte dos seus membros, que buscaram criar um espaço político onde pudessem defender seus interesses e ideais.

Silvério Nery, na posição de presidente do diretório estadual do PRC, emerge como um dos principais líderes desse novo grupo político. Sua atuação política e carisma podem ser entendidos como formas de capital político que lhe conferem influência e poder dentro do campo político. A busca por liderança e representatividade no PRC reflete uma disputa por capital político e simbólico, onde esses líderes almejam acumular recursos que lhes permitam exercer controle e influência sobre os destinos políticos do Estado.

No entanto, é importante destacar que essa cisão política e a busca por poder e dominação entre essas elites geraram conflitos e tensões, como visto em outros momentos da história política do Amazonas, como o bombardeio de 1910. As disputas entre essas facções políticas podem resultar em instabilidade e dificultar a governabilidade, afetando diretamente a dinâmica política e social do Estado.

O cenário político das eleições de janeiro de 1912 no Amazonas foi marcado por uma intensa disputa entre as elites do poder locais, resultando em um acirramento da tensão política. A escolha dos representantes para o Congresso Nacional e o Senado refletiu a luta por poder e influência no Estado, com os candidatos sendo indicados pelas diferentes facções políticas.

A Comissão Verificadora de Poderes teve um papel crucial nesse contexto, pois foi responsável por analisar e validar os resultados eleitorais, determinando quais candidatos teriam o direito de tomar posse dos cargos. A ação da Comissão acabou por gerar novos antagonismos entre os grupos oligárquicos, pois alguns candidatos foram impedidos de assumir seus

³⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. p. 164

mandatos, enquanto outros foram confirmados como representantes do Amazonas no Congresso Nacional e no Senado.³⁸⁸

Essa situação de disputa e contestação dos resultados eleitorais contribuiu para aprofundar as tensões políticas no Estado. Os grupos derrotados nas eleições podem ter se sentido desprestigiados e excluídos do poder, o que levou a um aumento das rivalidades e hostilidades entre as facções políticas.

A formação de novos antagonismos e rivalidades entre os grupos de elites do poder demonstra como a luta pelo poder e pela representatividade política era intensa e acirrada na Primeira República. A eleição de alguns candidatos e a não posse de outros acabaram por reforçar as divisões e disputas internas no estado, afetando a governabilidade e a estabilidade política.

A sucessão de Bittencourt foi outro fator divergente entre as facções oligárquicas, tanto que o próprio Presidente Marechal Hermes da Fonseca buscou estabelecer uma solução conciliatória, apresentando os nomes do senador Jonathas Pedrosa (PRC), para o cargo de Governador, e Guerreiro Antony (PRF) para o cargo de vice. O Senador Gabriel Salgado sobre essa questão enviou um telegrama para Bittencourt, em 18 de abril de 1912, no qual diz:

Acabo de conferenciar com o Marechal sobre a política do Amazonas. Tanto ele, como eu, entendemos que todas as dificuldades atuais e futuras serão dirimidas aceitando Vossa Excelência a candidatura do Senador Jonathas Pedrosa, para Governador, que será de ordem e paz, sendo resguardados os interesses políticos que representais. Aceita esta fórmula de apaziguamento necessária a nossa terra, constituir-se-á o Sr. Marechal garantia da correção do procedimento daquele candidato, respeitando os elevados propósitos acima expressos.

Vossa individualidade não será, após Vosso governo, atirado ao ostracismo, havendo outros postos de destaque onde podereis continuar vossos serviços à República e ao Amazonas. Respondei urgente e com franqueza.³⁸⁹

A sucessão de Bittencourt foi um momento crucial de divergência entre as facções oligárquicas no Amazonas. O fato de o próprio Presidente Marechal Hermes da Fonseca buscar estabelecer uma solução conciliatória, apresentando os nomes do senador Jonathas Pedrosa (PRC) para o cargo de Governador e Guerreiro Antony (PRF) para o cargo de vice, demonstra a complexidade e o grau de tensão política envolvido nessa questão.

³⁸⁸MENSAGEM lida perante ..., 10 de julho de 1912. p. 66-67.

³⁸⁹ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário ...**, p. 252

O telegrama enviado pelo Senador Gabriel Salgado a Bittencourt reflete o esforço em buscar uma alternativa que evitasse conflitos e garantisse a estabilidade política no estado. A proposta de aceitar a candidatura de Jonathas Pedrosa como governador visava criar uma perspectiva de ordem e paz no estado, mesmo que isso significasse um aceno de conciliação em relação aos interesses políticos representados por Bittencourt.

É importante notar que o telegrama também deixa claro que a aceitação da fórmula de apaziguamento não implicava no completo afastamento político de Bittencourt. Pelo contrário, é sugerido que haveria outros postos de destaque onde ele poderia continuar seus serviços à República e ao Amazonas após o término de seu governo. Essa oferta de manter uma posição relevante na política após a sucessão buscava mitigar possíveis resistências de Bittencourt e garantir uma transição mais tranquila de poder.

Sobre a última parte do telegrama de Gabriel Salgado, no Rio de Janeiro, o jornal Gazeta de Notícias, em junho de 1912, publica que o coronel Bittencourt estava pleiteando uma vaga no senado federal no lugar de Jonathas Pedrosa, pois este iria substituí-lo no cargo de governador. Sendo isso parte do acordo feito para eleição de Pedrosa, porém, que isso ia contra alguns de seus aliados que queriam a candidatura de Thaumaturgo de Azevedo, entre eles estava Monteiro de Souza.³⁹⁰

No entanto, apesar dos esforços em buscar uma solução conciliatória, a sucessão de Bittencourt ainda foi marcada por tensões e divergências entre as facções políticas. A insistência do Presidente Marechal Hermes da Fonseca em encontrar uma saída que agradasse a todas as partes e preservasse a estabilidade política pode ter sido vista por alguns como uma interferência no cenário político local.

Em última análise, o telegrama enviado pelo Senador Gabriel Salgado a Bittencourt revela as complexidades e os desafios enfrentados no processo de sucessão política no Amazonas durante a Primeira República. A busca por uma solução conciliatória e a oferta de preservar o papel político de Bittencourt após seu governo evidenciam as estratégias utilizadas pelas facções oligárquicas para alcançar seus interesses e manter sua influência no cenário político regional.

³⁹⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS, ANO XXXVI, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1912. P. 1

A eleição legislativa de 1912 no Amazonas foi marcada por intensas disputas políticas e controvérsias na apuração dos resultados. A ocorrência de duplicatas de apurações e reconhecimentos evidencia a falta de consenso e transparência no processo eleitoral, o que gerou um grande alvoroço político na região.³⁹¹

Essa situação de incerteza e conflito político resultou em um atrito duradouro entre os líderes políticos Jonathas Pedrosa e Guerreiro Antony durante todo o período de 1913 a 1917. A disputa pela Assembleia Legislativa do Amazonas teve um impacto significativo nas relações entre as facções de elites e exacerbou ainda mais as tensões existentes entre Pedrosa e Antony.

As eleições foram um momento crucial para a consolidação e manutenção do poder político no Amazonas, e a falta de legitimidade e confiabilidade nos resultados eleitorais acirrou as rivalidades entre os grupos políticos. A duplicata de apurações e reconhecimentos, seja por erros ou manipulações deliberadas, abalou a credibilidade do processo democrático, mas isso era característico da época.

O atrito político entre Pedrosa e Antony reflete a competição acirrada por cargos e influência no estado. O controle da Assembleia Legislativa era fundamental para a implementação de políticas e interesses específicos de cada grupo, o que tornou essa eleição uma questão de extrema importância para ambas as facções.

Essa controvérsia eleitoral e o subsequente atrito político entre Pedrosa e Antony tiveram implicações significativas para a estabilidade política no Amazonas. A falta de consenso e cooperação entre os líderes políticos prejudicou a governabilidade do estado.

Faltando poucos dias para o término governamental no ano de 1912, houve uma sublevação das tropas estaduais que acabaram promovendo a destituição de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt do cargo de Governador do Amazonas. Mas, o que poderia ter levado as forças policiais do estado a promover a deposição de Bittencourt, se antes pareciam ser fiéis, como atesta o caso do bombardeio de Manaus?

Apesar de no passado as forças policiais do Estado parecerem fiéis a Bittencourt, a dinâmica política é fluida e pode sofrer mudanças significativas ao longo do tempo. Algumas possíveis razões para a mudança de lealdade das forças policiais incluem:

³⁹¹SANTOS, Eloína M. **A rebelião de 1924 em Manaus**, p.33

1. Conflitos de interesses: É comum que grupos políticos e oligárquicos entrem em atrito quando seus interesses entram em conflito. As políticas adotadas por Bittencourt podem ter desagradado alguns setores da sociedade, incluindo membros das forças policiais, levando-os a buscar a deposição do governador.

2. Insatisfação com as políticas do governo: As ações e decisões tomadas pelo governo de Bittencourt podem não ter atendido às expectativas de alguns grupos, levando à insatisfação geral com sua administração. Isso pode ter levado a uma crescente resistência e oposição ao seu governo.

3. Influência de lideranças políticas rivais: Outros grupos políticos, incluindo membros da oposição, podem ter buscado aproveitar a insatisfação pública com o governo de Bittencourt para promover sua destituição e assumir o poder.

4. Crise econômica e social: Problemas econômicos e sociais enfrentados pelo Estado do Amazonas podem ter gerado um clima de instabilidade e descontentamento com o governo, pois houve o declínio dos preços da borracha. A falta de soluções efetivas para essas questões pode ter levado à perda de apoio político para Bittencourt.

5. Mudanças nas alianças políticas: As alianças políticas são dinâmicas e podem mudar ao longo do tempo. O apoio que Bittencourt recebeu anteriormente das forças policiais pode ter se dissipado devido a mudanças nas relações políticas e interesses em jogo.

O que se sabe é que houve uma reforma das forças públicas de segurança e isso levou à demissão de muitos soldados e oficiais. Com isso, começou a ocorrer um desgaste das tropas em relação ao governador. Mas, em contrapartida, Bittencourt diz que as tropas acabaram por sublevar-se devido aos seus opositores, que elaboraram com um discurso mentiroso sua destituição do cargo, enganando as forças de segurança e que, com isso, houve a sua segunda deposição.³⁹²

Essa narrativa divergente reflete a natureza complexa da política e da disputa pelo poder no Estado do Amazonas na época. É comum que líderes políticos tentem atribuir a responsabilidade por crises e reviravoltas a seus opositores, enquanto os oponentes provavelmente têm sua própria versão dos eventos.

³⁹² JORNAL DO COMMERCIO, ANO X, Nº 3119, Manaus, 3 de janeiro de 1913. p. 1

Nesse contexto, é difícil estabelecer uma versão definitiva dos eventos que levaram à segunda deposição de Bittencourt. Provavelmente, a verdade está em algum lugar no meio das narrativas conflitantes, e fatores como a reforma das forças de segurança, disputas políticas e interesses conflitantes podem ter contribuído para a instabilidade política no Estado do Amazonas.

Outra ideia sobre a deposição de Bittencourt é que os comandantes das Forças Públicas de Segurança do Estado descobriram um plano para ceifar a vida de Jonathas Pedrosa, que era o governador eleito, que seria executado com a chegada deste em Manaus, Pedrosa foi avisado sobre o caso e, com isso, as tropas resolveram depor Antônio Bittencourt, pelo fato de seu nome estar ligado ao complô.³⁹³

Essa perspectiva sobre a deposição de Bittencourt acrescenta mais uma camada de complexidade ao cenário político da época. Se de fato existia um plano para assassinar Jonathas Pedrosa, governador eleito, e esse plano estava associado ao nome de Antônio Bittencourt, é compreensível que as forças de segurança tenham reagido com urgência e tomado medidas drásticas para evitar o suposto atentado.

A possibilidade de um complô para assassinar o governador eleito poderia representar uma ameaça à estabilidade política e à ordem pública do Estado do Amazonas. Nesse contexto, as forças de segurança poderiam ter visto a deposição de Bittencourt como uma forma de evitar um possível caos político e proteger a vida do novo governador.

Por outro lado, é importante considerar que a acusação de envolvimento de Bittencourt em um plano de assassinato pode ter sido utilizada como uma justificativa para sua destituição por parte de seus opositores políticos. Essa acusação poderia ser uma estratégia para deslegitimar seu governo e afastá-lo do poder.

Como mencionado anteriormente, a política naquela época era caracterizada por disputas acirradas e narrativas conflitantes, e é difícil determinar com certeza a verdadeira motivação por trás da deposição de Bittencourt. É possível que múltiplos fatores, incluindo disputas políticas, intrigas e interesses pessoais, tenham contribuído para esse acontecimento.

O episódio da prisão de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt e sua família após sua destituição do cargo de governador revela a intensidade das disputas políticas e o clima de

³⁹³ CORREIO DA MANHÃ, ANO XII, N° 5076, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1912.p. 3.

tensão que marcavam a cena política no Amazonas naquela época. A prisão imediata após sua destituição demonstra a rapidez com que as forças de segurança agiram para remover Bittencourt do poder e evidencia a hostilidade e o antagonismo entre os diferentes grupos políticos.

A prisão da família de Bittencourt, incluindo a menção de que foi conduzida por diversas embocaduras do Rio Negro³⁹⁴, sugere que sua prisão pode ter sido realizada de forma discreta, possivelmente para evitar protestos ou resistência de seus apoiadores. Isso também indica que os opositores políticos estavam determinados a neutralizar qualquer possibilidade de reação ou tentativa de recuperação do poder por parte de Bittencourt.

O fato de Bittencourt ter sido conduzido em botes pelo porto de São Raimundo até o navio Cidade de Manaus, onde foi mantido em prisão, revela a forma como ele foi tratado após sua destituição. Essa ação pode ter sido uma maneira de demonstrar sua deslegitimação e de desencorajar qualquer resistência ou tentativa de retorno ao poder.

A ascensão de Sá Peixoto ao cargo de governador do Amazonas após a destituição de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt foi marcada por uma série de eventos delicados e de incertezas políticas. O fato de ele ter inicialmente recusado a assumir o cargo demonstra a complexidade da situação política no estado naquele momento e as tensões entre as diferentes facções políticas.

A recusa de Sá Peixoto em assumir o cargo no primeiro momento pode ter sido influenciada pela situação política delicada e pela insegurança em relação ao controle efetivo do governo do estado. A cidade ter sido governada pelo delegado de polícia durante o dia 22 de dezembro mostra como o poder estava instável e a incerteza reinava naquele momento.

No entanto, após entrar em contato com o Inspetor da Região Militar e receber a carta de renúncia de Bittencourt, Sá Peixoto decidiu assumir o cargo e promover as garantias constitucionais no estado. Esse movimento pode ter sido impulsionado pela necessidade de estabilizar a situação política e garantir a governabilidade do estado.³⁹⁵

O telegrama enviado ao Presidente Hermes da Fonseca revela a importância das relações políticas entre o governo do Amazonas e o governo federal naquele momento. A decisão de

³⁹⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS, ANO XL, Rio janeiro, 12 de janeiro de 1916. p.3

³⁹⁵ CORREIO DA MANHÃ, ANO XII, N° 5076, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1912.p. 3.

assumir o cargo após recusá-lo pode ter sido influenciada pelas orientações e apoio do governo federal, buscando garantir uma transição pacífica e uma solução para a crise política no estado.



Figura 7 - Charge de Sá Peixoto liderando deposição de Bittencourt
FONTE : O Malho, Ano XII, Nº 538, Rio de Janeiro, 3 de Janeiro de 1913. p. 46

A charge veiculada na revista *O Malho*, do dia 3 de janeiro de 1913, que insinua e acusa Sá Peixoto de ser o responsável pela deposição do governador Antônio Bittencourt, revela o contexto político conturbado e as disputas acirradas pelo poder no Amazonas naquela época. A utilização de sátira e crítica política era uma prática comum da revista, que buscava expor e ironizar os acontecimentos políticos e sociais da época.

A imagem de Sá Peixoto liderando as tropas de polícia revoltosas contra Bittencourt, que resultou em sua renúncia e prisão, retrata a narrativa de que ele teria sido o responsável

pelo golpe político contra o então governador. Essa acusação é apresentada de forma satírica, mas também pode refletir as tensões e desconfianças entre as facções políticas na região naquele momento.³⁹⁶

É importante destacar que a sátira política pode ser uma forma de expressão para criticar e questionar ações políticas, porém, também pode perpetuar estereótipos e disseminar informações não necessariamente verídicas. Portanto, é fundamental analisar a charge de forma crítica e contextualizada, levando em consideração o contexto político e social da época.

É possível que a revista *O Malho* estivesse alinhada com determinada facção política e que a charge refletisse a visão e as opiniões daqueles que estavam no poder ou que tinham interesses políticos específicos. Nesse sentido, a charge pode ter sido usada como uma ferramenta para atacar os opositores políticos e reforçar a imagem de Sá Peixoto como um conspirador e responsável pela queda de Bittencourt.

A charge veiculada na revista *O Malho* apresenta uma visão satírica e acusatória sobre o papel de Sá Peixoto na deposição de Bittencourt, refletindo as disputas e intrigas políticas da época. No entanto, é importante considerar a natureza caricatural da sátira e analisar as informações com cautela.

Ao chegar a Manaus, em 2 de janeiro de 1913, Antônio Bittencourt, agora ex-governador do Amazonas, concedeu uma entrevista ao *Jornal do Commercio* que circulou no dia 3 de janeiro. Nessa entrevista, Bittencourt diz que foi retirado novamente à força do seu cargo, que foi desrespeitado pela Força Policial e que foi obrigado a assinar sua renúncia, sendo coagido. Informa que ainda tentou pedir auxílio das tropas federais, contudo, o próprio coronel Ivo Prado foi desacatado pelos insurgentes da polícia. Finaliza dizendo ter ficado preso até a madrugada do dia 1 de janeiro de 1913.³⁹⁷

A entrevista concedida por Antônio Bittencourt ao *Jornal do Commercio*, após sua destituição do cargo de governador do Amazonas, expõe um relato contundente dos eventos que levaram à sua queda. Bittencourt afirma que foi retirado à força do cargo, indicando uma ação violenta por parte da Força Policial, que desrespeitou sua autoridade e o coagiu a assinar sua renúncia.

³⁹⁶ O MALHO, ANO XII, Nº 538, RIO DE JANEIRO, 3 de Janeiro de 1913. p. 46

³⁹⁷ JORNAL DO COMMERCIO, ANO X, Nº 3119, Manaus, 3 de janeiro de 1913. p. 1

A declaração de Bittencourt sobre tentar pedir auxílio das tropas federais e o desacato ao coronel Ivo Prado por parte dos insurgentes da polícia reflete a gravidade da situação política e a tensão entre as forças estaduais e federais no Amazonas naquele momento. Esse cenário tumultuado pode explicar a incapacidade de Bittencourt em obter o apoio das tropas federais para manter-se no cargo.

O ex-governador relata ter ficado preso até a madrugada do dia 1 de janeiro de 1913, o que sugere que ele enfrentou dificuldades e restrições à sua liberdade após sua deposição. Essa experiência provavelmente foi traumática para Bittencourt e reflete as disputas acirradas pelo poder e as tensões políticas na região.

Tentando se precaver para que fatos como este não lhe levassem à mesma sorte, a reforma da polícia acaba sendo feita por Jonathas Pedrosa, que já tinha essa ideia desde os tempos de campanha, uma vez que já no governo reduziu o número de policiais e oficiais, pois para o governador eleito para os anos de 1913 até 1917, seria muito oneroso para o Estado, uma tropa naquelas proporções. Além disso, informa Pedrosa que qualquer atraso no pagamento poderia levar a uma sublevação das forças. Sendo assim, ao assumir o governo extinguiu a Força Policial e criou no seu lugar o Batalhão de Segurança e a Companhia de Bombeiros.³⁹⁸

A reforma da polícia promovida por Jonathas Pedrosa ao assumir o governo do Amazonas em 1913 foi uma medida estratégica para evitar possíveis sublevações das forças policiais e garantir a estabilidade do Estado. Pedrosa tinha a preocupação de evitar a repetição de eventos tumultuosos como a destituição de Antônio Bittencourt, que havia sido alvo de conflitos com as forças de segurança.

Ao reduzir o número de policiais e oficiais, Pedrosa buscava tornar a tropa mais enxuta e, conseqüentemente, menos onerosa para o Estado. Acreditava-se que manter uma tropa extensa poderia ser financeiramente inviável e gerar tensões internas caso houvesse atraso no pagamento dos salários.

Essa reforma demonstra a preocupação de Jonathas Pedrosa em estabelecer uma governança estável e evitar conflitos internos que pudessem afetar a governabilidade e a segurança do estado. A busca por uma força policial mais eficiente e administrativamente viável

³⁹⁸ MENSAGEM Lida Perante o Congresso do Amazonas na Abertura da primeira Sessão Ordinária da Oitava Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, Governador do estado, em 10 de Julho de 1913. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Official, 1913. p. 8-10

refletia o contexto de disputas políticas e tensões sociais que marcavam a história política do Amazonas naquela época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A República no Brasil foi marcada por intensos conflitos políticos, e a história política do Estado do Amazonas durante os primeiros anos da República não foi exceção. As disputas entre as elites pelo poder político foram frequentes e acirradas, resultando em episódios de confrontos, intrigas e reviravoltas no cenário político local.

Ao investigar e analisar essas questões, dialogando com a História Política e a Teoria das Elites, é possível compreender as dinâmicas e os mecanismos que levaram ao embate entre diferentes grupos de poder no Amazonas. A análise das relações de poder, das alianças políticas e das estratégias utilizadas pelas elites para se consolidarem no cenário político revela a complexidade e a dinâmica do processo político naquele período.

Através dessas análises, podemos perceber como a busca pelo controle político do estado se refletiu em disputas e rivalidades entre grupos de elites do poder, com impactos significativos na governança e no desenvolvimento do Amazonas. As estratégias de ascensão social, a mobilização de recursos e capitais, bem como as articulações e negociações políticas foram aspectos fundamentais na formação e consolidação das elites locais.

O Capítulo I foi dedicado a traçar uma compreensão das disputas políticas ocorridas na Primeira República no Amazonas, focando especialmente nas relações conflituosas entre as elites políticas. O objetivo foi analisar os momentos de instabilidade política que marcaram essa fase inicial do governo republicano no Estado e que culminaram em golpes ou tentativas de golpes, muitas vezes resultando em conflitos armados.

Através da análise dos eventos que levaram à deposição de Thaumaturgo de Azevedo, dos conflitos envolvendo Eduardo Ribeiro, do episódio conhecido como o "Congresso Foguetão", da Renúncia de Fileto Pires e do governo dos Nery no Amazonas, buscamos compreender os mecanismos de poder em ação, as estratégias políticas utilizadas pelas elites e os interesses em jogo nas disputas das elites do poder.

No entanto, é essencial abordar esses acontecimentos de forma crítica-argumentativa e analítica, levando em consideração que as fontes utilizadas, como os jornais, podem refletir vieses ideológico e interesses particulares das elites políticas da época. Contextualizar os eventos dentro do contexto histórico mais amplo, considerando as motivações por trás das ações políticas, os interesses econômicos e sociais envolvidos, é fundamental para uma análise mais profunda e precisa.

Nossa abordagem crítica e analítica teve como objetivo ir além da superfície dos acontecimentos e buscar compreender as relações de poder, os conflitos políticos e as dinâmicas sociais que permearam o Amazonas durante a Primeira República. Através desse olhar mais aprofundado, buscamos oferecer uma compreensão mais abrangente da história política da região e contribuir para o enriquecimento do conhecimento sobre as disputas oligárquicas no Estado do Amazonas.

O Capítulo II nos conduziu a uma era de conflitos políticos e turbulências no Amazonas, durante o governo dos Nery, entre 1900 e 1908. Foi um período marcado pela busca incansável da oligarquia Nery em consolidar seu poder através do controle dos cargos políticos e favorecimento de familiares e aliados. Essa busca pela hegemonia política não se limitava ao âmbito local, mas também envolvia disputas com outras forças políticas da região.

Analisando a oligarquia Nery, ficou evidente sua disposição em utilizar artimanhas e manipulações políticas para perpetuar-se no poder. A influência e os recursos do grupo foram direcionados para controlar os principais mecanismos de poder do Estado, como as eleições e as instituições públicas, com o intuito de assegurar sua dominação política.

No entanto, a concentração do poder e os favorecimentos políticos acarretaram o surgimento de oposições e críticas ao governo dos Nery. Diversos grupos políticos e lideranças sentiram-se excluídos e desfavorecidos, e denúncias de corrupção minaram a credibilidade do governo perante a população.

A oligarquia Nery, por sua vez, não se abalou facilmente. Valendo-se de sua influência política e habilidade de articulação, o grupo tentou neutralizar as críticas e manter-se no poder, cooptando lideranças locais e controlando os meios de comunicação.

Porém, a cisão interna da oligarquia Nery abriu espaço para uma mudança na política amazonense. Em 1908, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt assumiu o governo, rompendo com a hegemonia da oligarquia Nery e prometendo uma administração mais equitativa e alinhada aos anseios da população.

A ascensão de Bittencourt representou uma ruptura significativa e trouxe novos desafios e perspectivas para a política no Amazonas. No entanto, romper com uma estrutura política tão enraizada não foi uma tarefa fácil, e ele enfrentou resistência e pressões políticas durante seu governo.

Com uma abordagem crítico-argumentativa, este capítulo buscou lançar luz sobre os complexos conflitos políticos desse período, explorando as relações de poder, os interesses políticos em jogo e as consequências para a sociedade amazonense como um todo.

O Capítulo III nos conduziu por uma análise detalhada dos eventos que culminaram na deposição do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt por duas vezes, sendo a primeira em meio às acirradas disputas políticas das eleições presidenciais de 1910, e a segunda em um levante das Forças de Segurança do Estado, às vésperas do término de seu mandato, em dezembro de 1912.

Buscamos investigar minuciosamente as causas e motivações por trás desses acontecimentos, bem como o papel das elites regionais no cenário político conturbado do Estado do Amazonas. Foi possível observar como as rivalidades partidárias e a busca incessante pelo poder político levaram ao emblemático bombardeio de Manaus em 1910, um evento marcante que refletiu as tensões e conflitos no âmbito local.

Através de uma abordagem crítica embasada em análises históricas e sociopolíticas, identificamos os arranjos políticos e ajustes estabelecidos na tentativa de mitigar as acirradas disputas entre as oligarquias locais. No entanto, tais esforços não foram suficientes para conter o acirramento dos ânimos e acabaram por culminar na segunda deposição de Bittencourt em 1912.

Ao longo deste capítulo, destacamos como os conflitos de interesses entre as diferentes facções políticas moldaram os acontecimentos e impactaram a governabilidade do Estado do Amazonas. As disputas pelo controle do poder político na região demonstraram-se intrincadas e complexas, e suas consequências reverberaram além das esferas políticas, afetando a população e o contexto social do Amazonas.

É fundamental ressaltar que a análise crítica dos eventos apresentados buscou contextualizar os acontecimentos, considerando não apenas as ações políticas, mas também os interesses econômicos e sociais envolvidos. Nesse sentido, reconhecemos que as fontes utilizadas, como os jornais da época, podem refletir viés ideológico e interesses particulares das elites políticas, o que reforça a importância de uma abordagem crítica e contextualizada.

Por fim, este capítulo contribui para uma compreensão mais aprofundada dos conflitos políticos e das turbulências enfrentadas pelo Estado do Amazonas durante esse período histórico. Ao analisar as dinâmicas e estratégias utilizadas pelas elites em busca do controle do

poder na região, esperamos fornecer uma valiosa perspectiva sobre a história política do Amazonas e sua relevância no contexto da Primeira República brasileira. Com isso, almejamos contribuir para o enriquecimento do conhecimento sobre as complexidades da política regional e suas repercussões no cenário político nacional da época.

Nossa pesquisa demonstramos que a República no Amazonas, longe de introduzir inovações, parece ter exacerbado as disputas políticas já existentes. As tensões entre os partidos, as dissidências internas e a resistência às imposições do governo central revelam um cenário político complexo e dinâmico, no qual as relações de poder e as rivalidades partidárias continuaram a desempenhar um papel central na configuração do Estado do Amazonas.

Oferecemos contribuições ao destacar o caráter não pacífico dos políticos locais frente às decisões federais. Revelando que a instauração da República no Amazonas não foi um processo isento de conflitos entre as lideranças políticas locais e o governo central. Esclarecemos que esses conflitos não foram eventos isolados, mas sim uma constante ao longo desse período histórico.

Ao evidenciar as tensões e resistências por parte dos políticos locais, enriquecemos nossa compreensão da dinâmica política no Estado do Amazonas durante a transição para a República. Essa abordagem não apenas desafia interpretações simplificadas, mas também lança luz sobre a complexidade das relações entre as esferas local e federal nesse contexto específico.

Em suma, espera-se que esta dissertação possa contribuir para a ampliação do conhecimento histórico e político sobre o estado do Amazonas, lançando luz sobre acontecimentos relevantes e destacando a importância de se analisar a história política local em diálogo com teorias pertinentes. A compreensão dos embates políticos do passado pode nos ajudar a refletir sobre os desafios e caminhos do cenário político atual.

FONTES MANUSCRITAS

Carta de Nomeação de Thaumaturgo de Azevedo ao governo do Amazonas. (Acervo particular de Alfredo Loureiro).

Telegrama de Thaumaturgo de Azevedo em apoio à Dissolução do Congresso Nacional, Manaus, 10 de Novembro de 1891. As partes grifadas estão dessa forma no documento original. (Acervo Particular de Alfredo Loureiro).

FONTES IMPRESSAS

ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. 2.^a Sessão Constituinte. Manaus: Typ. da Federação, 1896

ANAIS do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Terceira Sessão ordinária da Sexta Legislatura, 1909. Manaus: Tipografia do Amazonas, 1912.

ANAIS do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas – sessão extraordinária da sétima Legislatura, de 31 de janeiro a 22 de março de 1910. Manaus: Imprensa oficial, 1910.

ANAIS do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas - Sessão ordinária da Sétima Legislatura, de 5 de julho a 5 de outubro de 1910. Manaus: Imprensa Oficial, 1911.

ANAIS do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas - Sessão ordinária da sétima legislatura, 1910. Manaus: Tipografia do Amazonas, 1910.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Amazonas. **Constituições de 1891 a 1989**. Manaus: ALEAM, 2002.

COLEÇÃO de Leis e Decretos do Estado do Amazonas. **Decreto nº 1 de 27 de fevereiro de 1892**.

CONGRESSO NACIONAL. O Partido Republicano do Amazonas na Eleição Presidencial: Discursos pronunciados pelo deputado Monteiro de Souza em Dezembro de 1910. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, Rodrigues e C, 1911.

DIÁRIO DO AMAZONAS. São Elles os Ladrões... (Chronica de uma olygarchia nefasta): Artigos Editado no Diario do Amazonas. Manaus: 1912

MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

MENSAGEM do Exm^o. Sr. Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, lida perante o Congresso Amazonense na sessão de 15 de setembro de 1891. Typographia do Commercio do Amazonas. 1891.

MENSAGEM do Exm^o. Sr. Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, lida perante o Congresso Amazonense na sessão de 25 de novembro de 1891. Typographia do Commercio do Amazonas. 1891.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Marechal Floriano Peixoto, por ocasião de abrir-se a 2.^a Sessão Ordinária da 1.^a Legislatura em 12 de maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

MENSAGEM do Exm.^o Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de Instalação, em 1.^o de junho de 1892. Manaus: Typ. do Amazonas, 1892.

MENSAGEM do Exm. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado. Lida perante o Congresso de Representantes, por ocasião da abertura da terceira sessão ordinária da segunda legislatura, em 4 de março de 1897, Manaus: Typografia do Diario Official do Estado do Amazonas., 1897.

MENSAGEM Exm. Snr. Dr. Gov. Dr. Silvério Nery lida perante o Congresso Amazonense na 1.^a sessão da 4.^a legislatura em sessão de 15 de janeiro de 1901. Rio de Janeiro, Tip. do jornal do Comércio de Rodrigues e Cia., 1901.

MENSAGEM Lida Perante o Congresso dos Srs. Representantes por ocasião da abertura da 1.^a sessão ordinária da 5.^a Legislatura, pelo Governador do Estado EXM. SR. DR. Silvério José Nery, em 10 de julho de 1904, acompanhada dos relatórios das repartições do Estado. Manaus: Typographia Amazonas, 1905.

MENSAGEM lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da segunda sessão extraordinária pelo Governador do Estado Coronel Raymundo Affonso de Carvalho, em 28 de dezembro de 1907.

MENSAGEM lida perante o congresso do Amazonas na abertura da terceira sessão ordinária da sexta legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Coronel Antônio Clemente Bittencourt, governador do estado do Amazonas, em 10 de julho de 1909. Manaus: Seção de Obras da Imprensa Official, 1909.

MENSAGEM lida perante o congresso do Amazonas na abertura da terceira sessão ordinária da sétima legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Coronel Antônio Clemente Bittencourt, governador do estado do Amazonas, em 10 de julho de 1910. Manaus: Seção de Obras da Imprensa Official, 1910.

MENSAGEM lida perante o congresso do Amazonas na abertura da terceira sessão ordinária da sétima legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Coronel Antônio Clemente Bittencourt, governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1911. Manaus: Seção de Obras da Imprensa Official, 1911.

MENSAGEM lida perante o congresso do Amazonas na abertura da terceira sessão ordinária da sétima legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Coronel Antônio Clemente Bittencourt, governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1912. Manaus: Seção de Obras da Imprensa Official, 1912.

MENSAGEM Lida Perante o Congresso do Amazonas na Abertura da primeira Sessão Ordinária da Oitava Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, Governador do Estado, em 10 de Julho de 1913. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Official, 1913.

RELATÓRIO Apresentado ao Conselho Municipal em Sessão de 15 de maio de 1910, pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Official, 1910

RELATÓRIO apresentado ao exm. sr. cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt governador do Amazonas por Cyrillo Leopoldo da Silva Neves Inspetor do Tesouro em Comissão. Ano de 1910. Manaus. Secção de obras da imprensa Official, 1911.

JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS

Biblioteca Pública do Estado do Amazonas

FOLHA DO AMAZONAS.

A NOTÍCIA.

Instituto Histórico do Estado do Amazonas-IGHA.

Revista da Associação Comercial do Amazonas (ACA). Ano IV, n.º 40, de 10 de outubro de 1911.

Hemeroteca Digital Brasileira

AMAZONAS.

A ÉPOCA.

COMMERCIO DO AMAZONAS.

CORREIO DO NORTE.

CORREIO DA MANHÃ.

CORREIO DO PURUS.

DIÁRIO DE MANÁOS.

DIÁRIO DO AMAZONAS.

DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS.

ESTADO DO AMAZONAS.

FOLHA DO AMAZONAS.

JORNAL DO COMMERCIO.

JORNAL PEQUENO.

GAZETA DE NOTÍCIAS.

O AMERICANO.

O MALHO.

O PAIZ.

O PARÁ.

QUO VADIS?,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONACCIO, Gaitano. **Políticos Influentes no Amazonas (1889 a 2005)**. Manaus: ALEAM, 2005.
- AXT, Gunter. A REVOLUÇÃO FEDERALISTA. (1893-1895): GUERRA CIVIL NO BRASIL. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 178(477):107-135, maio/ago. 2018. Rio de Janeiro.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BITTENCOURT, Agnello; UCHÔA, Júlio; LEVY; Edmundo. **Eduardo Gonçalves Ribeiro e o 1º Centenário de seu nascimento**. Manaus: Sérgio Cardoso & CIA. LTDA. 1962
- BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA/Fundo editorial, 1985.
- BOBBIO, Noberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINIO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: **Coisas Ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo, Editora Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BORDIEU, Pierre. O Campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp.173-174. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>. Acesso em: 21/09/2020.
- CARONE, Edgard. **A Primeira República**. São Paulo: Difel, 1969.
- CARONE, Edgar. **A República Velha – Evolução Política (1889- 1930)**. 4ª Edição. São Paulo: Difel, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**". São Paulo: Companhia da Letras, 2003
- CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados da História: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CESARINO, Frederico Nicolau. **A Eletrificação de Manaus: Aspectos, Técnicos, Políticos e Econômicos**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Do Amazonas – UFAM. Instituto De Ciências Humanas E Letras – ICHL. Programa De Pós-Graduação Em Sociedade E Cultura Na Amazônia – PPGSCA, 2018.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. 3. ed. ampl. atual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus: (1890-1915)**, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997. Dissertação de Mestrado.

CRUZ, Oswaldo; CHAGAS, Carlos; PEIXOTO. **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: Phellipe Daou, 1972.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

DAOU, Ana Maria. **A Cidade, o Teatro e o Paiz das Seringueiras: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2014.

DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. **História, Ciências e Saúde- Manguinhos**, vol. VI (suplemento), 867-880, setembro 2000, 869.

DIAS, Edneia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. Manaus: editora Valer, 1999.

Estado do Amazonas: movimentos revolucionários de 30 de Dezembro de 1892 e 26 e 27 de Fevereiro de 1893. Rio de Janeiro: Companhia Typografica do Brazil, 1894.

FALCON, Francisco Calazans. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion et VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Ed. 13^a. São Paulo: EDUSP, 2008.

FEITOSA, Orange Matos. **Sob o Império da Nova Lei: O amanhecer da República no Amazonas (1892-1893)**. Manaus: Fundação Encontro das Águas, 2008.

FEITOSA, Orange Matos. **À Sombra dos Seringais: Militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)**. Tese de doutoramento (Programa de Pós-Graduação em História Social). São Paulo: USP, 2015

FIGUEIRA, Rickson França. **Imprensa, Política e Poder: A Sucessão Governamental do Amazonas em 1920**. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2011.

FRANÇA, Raimundo; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. O Sentido da POLÍTICA COMO VOCAÇÃO EM MAX WEBER. **REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, DIREITO**

E POLÍTICAS PÚBLICAS - POLITI(k)CON. UNEMAT. VOL.2 Nº 1, agosto/dezembro, 2021. p. 40-41.

GARCIA, Etelvina. **O Ministério Público na História do Amazonas.** Manaus: Editora do Ministério Público, 2009.

GOMES, Ivana Luísa de Souza. **Quo Vadis? A Trajetória de um jornal de oposição (1902-1904).** Relatório PIB-H-0088/2008. Universidade Federal do Amazonas. 2009, p. 31.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOBATO, Manuel. **O Valle do Amazonas e o Problema da Borracha.** York Print Go.: New York, 1912.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas.** Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **A grande Crise.** (1908-1917). Manaus: T. Loureiro & Cia., 1985.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **Tempos de Esperança (1917-1920).** Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In Fontes históricas. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS, Joaquim Costa. **Revolução de Manaus e minhas prisões.** Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio de Rodrigues & C. 1898.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Revista LUA NOVA.** Nº 55-56, 2002. p. 163 Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452002000100007&script=sci_arttext. Acessado em: 26/09/2020.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Renúncia do dr. Fileto Pires Renúncia de Fileto Pires Ferreira.** Manaus: Edições Nheenquatiara, 1986.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. **Negritude & Modernidade – a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro.** Manaus: Edições do governo do Estado do Amazonas, 1990.

NASSER, Thiago Gomide. **Comissão verificadora de poderes.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/COMISS%C3%83O%20DE%20VERIFICA%C3%87%C3%83O%20DE%20PODERES.pdf> . Acessado em: 15/10/2022.

NERY, Júlio. **Um governador do Amazonas (1900-1904).** Manaus: Imprensa Oficial, 1943.

NERY, Silvério. **Política no Amazonas:** Discursos proferidos pelo senador SILVERIO J. NERY no Senado da República, em 1923, em defesa de sua administração no governo do Estado. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do “Jornal do Brasil”, 1923.

NETO, João Rozendo Tavares. **A República no Amazonas: Disputas Políticas e Relações de Poder**. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010.

PEREIRA, Kívia Mirrana. **As Elites se Divertem: Sociabilidades, Identidades e Associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2021.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Bloco no poder e conflitos regionais na Primeira República. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 1, 1993.

PERISSINOTTO, Renato. **As elites políticas: questões de teoria e método**. Curitiba : IBPEX, 2009.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismos no Amazonas (1880-1920)**. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015.

PINHEIRO, L. B. S. P. Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1904-1910. **Intelligere**, [S. l.], n. 12, p. 16-52, 2021. DOI:10.11606/issn.24479020.intelligere.2021.192278. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/192278>. Acesso em: 22 nov. 2023.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Produzindo Capital Social: Elites, Sociabilidade e Etnicidade em Porto Alegre na Primeira República. In: MORGA, Antônio Emílio. **História, Sentimentos, Cidades, encontros e desencontros**. Manaus: EDUA, 2016.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1989.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a 10 de junho de 1892**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897.

SANTOS, Eloína M. **A rebelião de 1924 em Manaus**. 3ª ed. Rev. Manaus: Ed. Valer, 2001.

SANTOS, Francisco Jorge; FREIRE, José Ribamar Bessa; PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto *et alli* .(orgs.) Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950): Catálogo de Jornais. 2ª edição revisada. Manaus: A Crítica, 1990.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII / Francisco Jorge dos Santos**. - Manaus, AM : UFAM, 2012. Tese (Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia). Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas.

SETEMY, Adrianna. **Partido Republicano Federal (PRF)**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20\(PRF\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20(PRF).pdf). Acessado em: 23/10/2022.

SIMON, Pedro (org.). **Discursos do Senador Pinheiro Machado**. Brasília: Senado Federal, 2003. 308 pp.183-196.

SOUZA, Leno José Barata. **Vivência Popular na Imprensa amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. **Revista Tempos Históricos**, v. 14, n. 2, p. 106-133, 2010.

TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. São Paulo: Global, 2001.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WITTER, J. S. O partido republicano federal e o processo político-partidário brasileiro. **Revista de História**, [S. l.], v. 52, n. 103 (2), p. 483-499, 1975. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1975.133161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133161>. Acesso em: 19 nov. 2023.

APÊNDICE

Lista Cronológica de Presidentes do Brasil e Governadores do Estado do Amazonas

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	GOVERNADOR DO AMAZONAS	OBSERVAÇÕES DO EXERCÍCIO
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (15/11.1889 a 23/11/1891)	Junta Governativa composta por Domingos Teófilo de Carvalho Leal, Capitão de fragata Manoel Lopes da Cruz, comandante da flotilha e Coronel do exército Antonio Florêncio Pereira do Lago.	21/11/1889 a 04/01/1890
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (15/11.1889 a 23/11/1891)	Augusto Ximeno Villeroy	04/01/1890 até 02/11/1890 Solicitou exoneração
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca	Eduardo Gonçalves Ribeiro	04/11/1890 a 05/05/1891 Deposto por Marechal Deodoro da Fonseca
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca	Coronel Antônio Gomes Pimentel	05/05/1891 a 30/06/1891 Interino
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca	José Guilherme Moreira (Barão do Juruá)	De 30/06/1891 a 01/09/1891 Interino
Marechal Floriano Vieira Peixoto (23/11/1891 a 15/11/1894)	Gregorio Thaumaturgo de Azevedo	De 01/09/1891 a 26/02/1892 Deposto por Marechal Floriano Peixoto
Marechal Floriano Vieira Peixoto (25/11/1891 a 15/11/1894)	José Ignacio Borges Machado	De 26/02/1892 a 11/03/1892 passou o governo para Eduardo Ribeiro
Prudente José de Moraes Barros (15/11/1894 a 15/11/1898)	Tenente de Engenheiros de Eduardo Gonçalves Ribeiro	11/03/1892 a 23/07 Nomeado e eleito de 23/07/1892 a 23 de julho de 1896.
Prudente José de Moraes Barros (15/11/1894 a 15/11/1898)	Fileto Pires Ferreira	De 23/07/1896 a 4 de abril de 1898 forjaram sua renúncia
Manuel Ferraz de Campos Salles (15/11/1898 a 15/11/1902)	Ramalho Júnior	De 04 de abril de 1898 a 23 de julho de 1900 Interino
Manuel Ferraz de Campos Salles (15/11/1898 a 15/11/1902)	Silvério José Nery	De 23 de julho de 1900 a 2 de dezembro de 1903 Eleito, mas afastou-se da administração alegando doença a 2 de abril de 1904.
Francisco de Paula Rodrigues Alves (de 15/11/1902 a 15/11/1906)	Monsenhor Francisco Benedito da Fonseca Coutinho	De 2 de dezembro de 1903 a 2 de abril de 1904 Vice-governador de Silvério Nery
Francisco de Paula Rodrigues Alves (de 15/11/1902 a 15/11/1906)	Major Antonio Constantino Nery	De 23 de julho de 1904 a julho de 1907 Renunciou alegando doença
Affonso Augusto Moreira Penna (15/11/1906 a 14/06/1909)	Affonso de Carvalho-	De Julho de 1907 a 23/07/1908 Interino

Affonso Augusto MoreiraPenna (15/11/1906 a 14/06/1909)	Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt	De 23 de julho de 1908 a 8 de outubro de 1910 Deposto pela oligarquia Nery; reassumiu por meio de habeas corpus em 31/10/1910 a 31 de dezembro de 1912
Nilo Procópio Peçanha (14/06/1909 a 15/11/1910)	Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt	
Hermes Rodrigues da Fonseca (de 15/11/1910 a 15/11/1914)	Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt	

**DADOS PROSOPOGRÁFICOS DAS ELITES POLÍTICAS DO AMAZONAS
DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA 1889-1912**

NOME/ NATURALIDADE	ORIGEM SOCIAL	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	CARGOS E PROFISSÃO	PARTIDO POLÍTICO
Jonathas Pedrosa (1848-1922) Bahia.	Casou-se duas vezes, com Ermelinda Pedrosa e Carolina Pedrosa.	Medicina- Faculdade de Medicina da Bahia.	Médico do Exército Médico da Guarda Policial Inspetor de Saúde Professor Diretor geral de Instrução Pública Suplente de Juiz Municipal Senador Governador	Club Republicano (década de 1870) Partido Democrático (1890) Partido Nacional (1890)
Bernardo da Silva Ramos (1851-1931), Amazonas	Manoel da Silva Ramos (fundador da imprensa em Manaus)		Amanuense Intendente Municipal (vereador) Presidente da Associação de Proprietários de Manaus	Club Republicano do Amazonas
Manoel Francisco Machado (Barão do Solimões) (1841- 1928), Óbidos-PA.	Filhos de Francisco Machado. Casou-se com Thomazia Meirelles.	Direito- Universidade de Coimbra	Advogado Presidente da Província (último) Senador Constituinte (1891) Diretor Geral de Instrução Deputado federal	Partido Nacional Partido Democrático
José da Costa Azevedo (Barão de Ladário) (1825- 1904), Rio de Janeiro	Filho do coronel de engenheiros com o mesmo nome.	Formação militar na Marinha	Vice-Almirante Senador	Partido Democrático
Domingos Teófilo Carvalho Leal, Maranhão	Família abastada	Filosofia e Belas Artes- Zurich (Suíça)	Jornalista Membro da junta Governativa republicana	Club republicano do Amazonas
Antônio Florêncio Pereira Lago (1825- ?)		Escola Militar	Oficial Do Exército Comandante de Armas da Província do Amazonas (1889) Membro da Junta Governativa (1889- 90)	

Manoel Lopes da Cruz, Macaé-Rio de Janeiro			Comandante de Flotilha (1882-1889) Membro da Junta Governativa (1889-1890)	
Emílio Moreira, Bahia.	Filho de Sebastião José Moreira e Maria José Moreira, tendo como irmãos Guilherme José Moreira (barão do Juruá) e Antônio José Moreira (médico). Casou-se com a irmã de Joaquim Sarmento. Uma das suas filhas casou-se com Sá Peixoto	Sem formação acadêmica.	Comerciante Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa	Partido Democrático do Amazonas ou partido dos Moreiras.
Joaquim Paes da Silva Sarmento (1845-1914), Manaus-AM	Era homônimo de seu pai.	Curso Preparatório	Inspetor da Fazenda Pública Presidente da província Jornalista Deputado estadual Senador Superintendência de Manaus	Partido Democrático
Thomaz Sympson		Advogado	Inspetor da Recebedoria provincial Deputado provincial (1873)	
Manoel Rodrigues Cheeks Nina		Escola Militar	Capitão do Exército Administrador da Recebedoria provincial Deputado provincial 1874-75	Club Republicano
Leovegildo de Souza Coelho (1837-1893), Salvador	Padrinho de Antônio Monteiro	Estudos primários e preparatórios. Escola Militar Escola Politécnica	Adjunto diretor de Obras Públicas (1861) Presidente da província (1862) Delgado de Polícia (1863) Deputado provincial	Partido Democrático

			Senador Constituinte (1890)	
Manoel Uchôa Rodrigues, Ceará.	Família Ilustre e Tradicional. Casou-se em Manaus com uma das filhas de Emílio Moreira.	Engenheiro Militar	Superintendente de Manaus (1891)	
Guilherme José Moreira (Barão do Juruá) (1835-, Salvador-Bahia	Filho de Sebastião José Moreira e Maria José Moreira, tendo como irmãos Emílio José Moreira e Antônio José Moreira (médico).		Comerciante Alferes da Guarda Nacional Vice-presidente da Província Vice-Governador Governador Provisório	Partido Democrático (Partido dos Moreiras)
Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), São Luís-MA	Filho de Dona Florinda, ex-escrava.	Escola Militar do Rio de Janeiro	Jornalista Professor da escola superior de Guerra Governador Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa	Partido Democrático Partido Republicano Federal
Raul Azevedo (1875-1957), São Luiz- MA	Seus pais foram Belmiro Azevedo e Francisca de Brito.	Primário e secundário em São Luiz, não cursou o superior.	Jornalista Secretário geral de Estado (1896-98) Chefe de gabinete Deputado Estadual Cônsul do Chile	Partido democrático Partido Republicano Federal
Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1851-?), Piauí.	Filho de Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho.	Ciências Físicas e Matemáticas- Escola Militar do Realengo. Ciências Sociais e Jurídicas- Faculdade do Recife.	Oficial do Exército Governador (1891-1892)	Partido Nacional
Francisco Ferreira de Lima Bacury (1848-1918), Amazonas	Sua família (os irmãos tem laços com a família Bittencourt).	Humanidades- Seminário São José-AM	Amanuense- Secretária do Governo provincial Jornalista Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa	Partido Democrático Partido Republicano Federal Partido Republicano do Amazonas

			Deputado federal	
Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1853-1926), Manaus- AM	Filho do Tenente José Ferreira Bittencourt e Damiana de Souza.	Primário e Secundário	Alferes de Guarnição (G. Paraguai) Guarda Aduaneiro Amanuense da secretária geral da Província Deputado Estadual Secretário geral no governo Nery Vice-governador Governador Presidente da assembleia legislativa	Partido Democrático Partido Republicano Federal Partido republicano do Amazonas
Agésilão Pereira da Silva (1846-1913), Valença-Piauí.	Filho de grandes fazendeiros do Piauí, casou-se com Adelaíde Cândida, filha de um grande fazendeiro do Maranhão.	Faculdade de Direito do Recife	Advogado Presidente da Província (1877-78) Diretor do Jornal Diário de Manáos.	Partido Conservador (MA e AM) Partido Nacional
Almino Alvares Affonso (1840-1899), Coroatá- Rio Grande do Norte.	Filho de Francisco Affonso e Luiza Cândida,	Faculdade de Direito do Recife (1871)	Advogado Deputado Constituinte Senador	Partido Conservador
Antônio Constantino Nery (1859-1926), Coari-Amazonas.	Filho do major do exército Silvério José Nery e Maria Antony Nery. Casou-se com Sebastiana Nery.	Oficial do Exército-Escola Militar de Realengo.	Major de Engenheiros Senador Governador	Partido Republicano Federal
Fileto Pires Ferreira (1866-1917), Piauí.	Filho do Capitão Raimundo de Carvalho Pires e Lydia Santana Pires. Casou-se com Maria Lucrecia Gomes de Souza, filha do general Francisco Gomes de Souza.	Primário e Preparatório Escola Militar do Rio de Janeiro	Oficial do Exército Engenheiro Superintendente Municipal de Tefé. Deputado Federal Governador General do Exército	Movimento Republicano. Partido Democrático Partido Republicano Federal

Gabriel Salgado (1855-1915), Juriti-PA	Filho de Ezequiel Nunes Salgado e Mônica Nunes Salgado. Sobrinho do Padre Manoel Cupertino Salgado (dono de posses no Tapeapessassú e de grande influência política e social em Manaus) e Coronel Francisco Antônio Monteiro Tapajós.	Mestre-Marceneiro-Educandos Artífices-AM Lyceu-AM	Oficial do Exército Deputado federal Senador	Partido Democrático Partido Republicano Federal
José Cardoso Ramalho Junior (1866- 1852), Amazonas	Filho de José Cardoso Ramalho (português, e grande comerciante e empreiteiro) e Maria Francisca da Conceição. Casou-se três vezes, a última com a Filha de Leonardo Malcher. Uma de suas filhas casou-se com Júlio Nery.	Estudos Primários (Manaus) Preparatórios (Portugal)	Deputado Estadual Vice-governador Governador (1898-1900)	Partido Democrático
Silvério Nery (1858-1934), Coari-AM	Filho do major do exército Silvério José Nery e Maria Antony Nery. Irmão Santa Ana Nery, Marcio Nery, Constantino Nery. Casou-se com Maria Maquiné da Silva.	Primeiras Letras e preparatório-Manaus Escola Militar-Agrimensura-Rio de Janeiro	Vereador (monarquia) Deputado estadual Deputado federal Senador Governador Chefe de Partido	Partido Liberal (monarquia) Partido Republicano Federal Partido Republicano do Amazonas Partido Republicano Conservador
Antônio Guerreiro Antony, Manaus-AM.	Filho do Comerciante		Deputado estadual Vice-Governador	Partido Nacional Partido Republicano

	Henrique Antony.		Chefe de partido Político	Federal do Amazonas Partido Liberal
Antônio Monteiro de Souza (1872-1936), Manaus-AM.	Filho de Plácida Monteiro uma lavadeira. Afilhado de Leovegildo Coelho e aluno de Públio Bittencourt.	Primário e secundário Cirurgião dentista pela escola de medicina da Bahia. Jornalista Deputado Federal	Escrivão de obras Públicas Professor Diretor do ginásio e da Escola Normal Diretor de Instrução Pública	Partido Republicano Federal do Amazonas
Antônio Gonçalves Sá Peixoto (1869-), Rio de Janeiro	De família abastada da elite do Rio de Janeiro. Casou-se com Eudóxia Sarmiento Moreira, filha de Emilio Moreira e sobrinha do Barão do Juruá e Joaquim Sarmiento.	Doutor em Direito	Juiz Federal Deputado Federal (1895) Diretor Geral de Instrução Pública (1896) Senador (1908) Vice-Governador	Partido Democrático Partido Republicano Federal Partido Republicano Conservador
Adelino Cabral da Costa (1874-1936), Natural do Recife.	Casou-se com Elvira Melo, filha de um abastado comerciante do Purus, Lourenço Nicolau de Mello.	Direito-Faculdade de Recife	Jornalista Deputado estadual Diretor de Instrução Pública Professor	Partido Republicano do Amazonas
Adolpho Lisboa			Capitão do Exército Superintendente de Manaus (1902-07)	
Raymundo Afonso de Carvalho (1860-), Ceará.			Oficial do Exército Deputado Estadual Presidente da Assembleia Governador	Partido Republicano Federal Partido Republicano Conservador
José Furtado Belém (1867-1934), Parintins-AM	Filho do Capitão José Furtado Belém	Curso Elementar	Comerciante Faculdade de Direito de Manaus (1914)	

	e Heloisa da Silva Belém.	Preparatório (Belém)	Superintendente de Parintins Deputado Estadual	
Jorge de Moraes (1878-?), Manaus-AM.	Família abastada	Médica-Faculdade de Medicina da Bahia.	Médico Inspetor de Saúde Pública Senador Prefeito de Manaus	Partido Republicano do Amazonas
Leonardo Malcher (1829-1913), Belém-PA	Seu pai foi Antônio Clemente da Gama Malcher. Sua filha Leonarda Malcher se casou com Ramalho Júnior.		Major da Guarda Nacional Presidente da Sociedade Atheneu de Artes Líder Operário	
Pedro Freire (1859-1927), São Luís-Maranhão	Seus pais Feliciano Xavier Freire (oficial do Exército na Guerra do Paraguai) e Maria Evangelina Freire.		Jornalista Chefe de Segurança Secretário de Estado Departamento do Interior	
Vicente Torres da Silva Reis (1870-), Rio de Janeiro.	Filho do Engenheiro Manoel Antonio da Silva Reis e Maria Henriqueta Torres dos Reis, o pai era formado na Bélgica. Casou-se em Manaus com a filha de Cosme Ferreira (rico comerciante).	Faculdade de Direito- Rio Janeiro.	Teatrólogo Jornalista Prefeito de Polícia de Manaus (1904) Deputado estadual	Partido Republicano Federal

As informações levantadas desta tabela têm como fonte: BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado.** Rio de Janeiro: Conquista, 1973.